

## Sumário

<u>I. Introdução</u>	11	
<u>I.i. Moçambique</u>	11	
<u>UNIDADE: I – SOBRE A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE</u>		13
<u>1.1. Periodização da História de Moçambique</u>	13	
<u>1.1.1. Conceitos de Periodização e Cronologia</u>	13	
<u>Periodização da História de Moçambique</u>	19	
<u>1.1.3. Proposta da Periodização da História de Moçambique</u>	19	
<u>1.1.4. Características Gerais dos Períodos da História de Moçambique:</u>		19
<u>As Fontes da História de Moçambique</u>	23	
<u>Os Tipos de Fontes</u>	25	
<u>1.2.1. As fontes Materiais ou Arqueológicas</u>	25	
<u>1.2.3. A Técnica do Carbono 14 (C14).</u>	26	
<u>1.2.4. As fontes Escritas</u>	26	
<u>1.2.5. Fontes Orais</u>	27	
<u>1.2.5.1. A Importância da Tradição Oral</u>	27	
<u>1.2.6. As suas Limitações</u>	29	
<u>UNIDADE 2: MOÇAMBIQUE -DA COMUNIDADE PRIMITIVA AO SURGIMENTO DAS SOCIEDADES DE EXPLORAÇÃO</u>	32	
<u>2.1. As Comunidades de Caçadores e Recolectores: os Khoisan</u>	32	
<u>2.1.1. Características das Comunidades de Caçadores e Recolectores/Comunidade Primitiva</u>	32	
<u>Primeiro Período da História de Moçambique</u>	32	
<u>2.1.2. Significado da Arte Rupestre</u>	33	
<u>2.2. Povos de Origem Bantu</u>	34	
<u>2.2.1. Expansão e Fixação Bantu</u>	34	
<u>2.2.2. Causas da Expansão Bantu</u>	34	
<u>2.2.3. Características da Comunidade de Agricultores e Pastores</u>	34	
<u>2.2.4. Teorias de Expansão Bantu – Localização do Núcleo Bantu</u>	34	
<u>2.2.5. A Expansão da Técnica do Ferro</u>	36	
<u>2.2.6. O Povoamento Bantu em Moçambique</u>	36	
<u>2.3. As Sociedades Moçambicanas Após a Fixação Bantu</u>	38	
<u>2.3.2. O Início da Diferenciação Etnolinguística em Moçambique:</u>		40
<u>- As linhagens Matrilinear e Patrilinear</u>	40	
<u>2.3.3. Características gerais da linhagem matrilinear</u>	40	
<u>2.3.4. Características Gerais da Linhagem Patrilinear</u>	40	

<a href="#">2.4. Localização dos Grupos Etnolinguísticos em Moçambique</a>	41
<a href="#">2.5. Abordagem Teórica Sobre a Origem do Estado</a>	48
<a href="#">2.5.1. Significado de Estado</a>	48
<a href="#">O que é Estado, País e Nação?</a>	49
<a href="#">Assim o Estado pode ser definido como o exercício de um poder político, administrativo e jurídico, exercido dentro de um determinado território, e imposto para aqueles indivíduos que ali habitam.</a>	
<a href="#">2.5.2. Os Elementos que Caracterizam o Estado são:</a>	49
<a href="#">2.5.3. Qual é a Diferença Entre Império, Reino e Principado?</a>	49
<a href="#">2.5.4. Qual a Diferença Entre Império e Reino?</a>	50
<a href="#">2.5.5. O Surgimento da Diferenciação Social</a>	50
<a href="#">2.5.6. Algumas Teorias Sobre a Origem do Estado</a>	51
<a href="#">UNIDADE III: OS ESTADOS MOÇAMBICANOS E A PENETRAÇÃO MERCANTIL ESTRANGEIRA:</a>	
	43
<a href="#">3.1. A Penetração Mercantil Estrangeira</a>	43
<a href="#">3.1.1. A Penetração Mercantil Árabe-Persa (Século IX-XVI)</a>	44
<a href="#">3.1.2. Contexto Geral da Penetração Mercantil Árabe-Persa em África</a>	44
<a href="#">Quem São os Persas?</a>	47
<a href="#">3.1.3. Consequências da Presença Árabe-Persa em Moçambique</a>	47
<a href="#">3.2. O Estado do Zimbabwe</a>	53
<a href="#">3.2.1. Origem</a>	53
<a href="#">3.2.2. Significado do Amuralhado</a>	54
<a href="#">3.2.3. Manyikeni: Um Museu ao Ar Livre</a>	55
<a href="#">3.2.4. Actividades Económicas</a>	56
<a href="#">3.2.5. Organização Político Social</a>	56
<a href="#">3.2.6. Fontes Económicas do Poder dos Chefes</a>	56
<a href="#">3.2.7. Decadência</a>	57
<a href="#">3.3. O Estado dos Muenemutapa</a>	58
<a href="#">3.3.1. Origem</a>	58
<a href="#">3.3.2. Formação</a>	59
<a href="#">3.3.3. Limites do Estado</a>	59
<a href="#">3.3.4. Organização Social, Política e Administrativa do Estado</a>	60
<a href="#">3.3.5. Estrutura Político-administrativa</a>	60
<a href="#">3.3.6. Fontes Económicas do poder dos Chefes</a>	61
<a href="#">3.3.6.1. Obrigações dos Mushas</a>	61
<a href="#">3.3.6.2. Obrigações da Classe Dominante</a>	62
<a href="#">3.3.7. Economia do Estado Muenemutapa</a>	62
<a href="#">3.3.8. Aparato ideológico do Estado</a>	63
<a href="#">3.3.9. A Penetração Mercantil Europeia/Portuguesa</a>	64
<a href="#">3.9.1. A Fase do Ouro/O Ciclo do Ouro</a>	64
<a href="#">3.3.9.2. Consequências do levante de Changamire Dombo</a>	69

<a href="#">3.3.9.3. Decadência do Império de Muenemutapa</a>	69	
<a href="#">3.3.9.3. Consequências do Ciclo do Ouro</a>	70	
<a href="#">3.4. Os Estados Marave</a>	71	
<a href="#">3.4.1. Origem/Formação</a>	71	
<a href="#">3.4.3. Actividade Económicas e as Fontes de Rendimento</a>	73	
<a href="#">3.4.4. Organização Político-Administrativa</a>	74	
<a href="#">3.4.5. Fontes Económicas do Poder dos Chefes.</a>	75	
<a href="#">3.4.6. Ideologia do Estado</a>	76	
<a href="#">3.4.7. O Papel do Capital Mercantil</a>	76	
<a href="#">3.4.8. Declínio do Estado Marave</a>	76	
<a href="#">3.4.9. O Ciclo do marfim – 1693 – 1750</a>	77	
<a href="#">3.4.9.1. Os Baneanes no Controlo da Actividade Comercial</a>	78	
<a href="#">3.4.9.2. As Principais Zonas do Comércio de Marfim</a>	78	
<a href="#">3.4.9.2. Os Principais Intervenientes no Comércio de Marfim</a>	79	
<a href="#">3.4.9.3. A Separação de Moçambique de Goa – Sua Importância</a>	79	
<a href="#">3.5. Os Prazos da Coroa</a>	80	
<a href="#">3.5.1. Origem/formação</a>	80	
<a href="#">3.5.2. Organização Social</a>	81	
<a href="#">3.5.3. Organização Político - Administrativa</a>	83	
<a href="#">3.5.4. Organização Económica</a>	83	
<a href="#">3.5.5. Aparato Ideológico</a>	85	
<a href="#">3.5.6. Declínio do Sistema de Prazos</a>	86	
<a href="#">3.5. Os Estados Militares do Vale do Zambeze (Sec. XVIII – XIX) – 1750/1760-1836/Séc. XX</a>	87	
<a href="#">3.5.1. Origem/Formação</a>	88	
<a href="#">3.5.1. Actividades Económicas/Fontes Económicas do Poder dos Chefes</a>	89	
<a href="#">3.5.2. Estrutura Político-Administrativa</a>	89	
<a href="#">3.5.3. Formas de Recrutamento dos A-Chicundas</a>	90	
<a href="#">3.5.4. Diferenças Entre os Estados Militares do Vale do Zambeze</a>	90	
<a href="#">3.5.5. Aparato Ideológico e Cultural</a>	91	
<a href="#">3.5.6. Decadência dos Estados Militares do Vale de Zambeze</a>	91	
<a href="#">3.5.7. O Ciclo dos Escravos – 1750/1760-1836/séc. XX</a>	92	
<a href="#">3.5.7.1. Principais Locais de Captura, Escoamento e Destino dos Escravos</a>	93	
<a href="#">3.5.7.2. Principais Traficantes dos Escravos</a>	95	
<a href="#">3.5.7.3. Abolição do Trafico de Escravos</a>	96	
<a href="#">3.5.7.3. Consequências do Tráfico dos Escravos para moçambique</a>	96	
<a href="#">3.6. Os Estados Ajaua (Yao)</a>	97	
<a href="#">3.6.1. Localização Espaço Temporal</a>	97	
<a href="#">3.6.2. Organização Política e Social</a>	97	
<a href="#">3.6.3. O Surgimento dos Estados Centralizados</a>	98	

<a href="#">3.6.4. Actividades Económicas</a>	99	
<a href="#">3.6.5. Influência da Penetração do Capital Mercantil Estrangeira</a>		99
<a href="#">3.6.6. Aparato Ideológico</a>	99	
<a href="#">3.6.7. Decadência</a>	100	
<a href="#">3.7. Os Reinos Afro-Islâmicos</a>	100	
<a href="#">3.7.1. Relações Entre os Reinos Afro-Islâmicos e Portugal</a>		101
<a href="#">3.7.2. Aspectos Comuns dos Reinos Afro-Islâmicos</a>		102
<a href="#">3.7.3. O Sultanato de Angoche</a>	102	
<a href="#">3.7.3.1. Origem</a>	102	
<a href="#">3.7.4. Base Económica</a>	102	
<a href="#">3.7.5. Organização Política e Social</a>		103
<a href="#">3.7.6. Aparato Ideológico</a>	103	
<a href="#">3.7.7. Decadência</a>	103	
<a href="#">3.7.8. Xeicado de Sancul</a>	103	
<a href="#">3.7.8.1. Origem</a>	103	
<a href="#">3.7.8.2. Base Económica</a>	103	
<a href="#">3.7.8.3. Organização Política e Social</a>		104
<a href="#">3.7.8.4. Aparato Ideológico</a>	104	
<a href="#">3.7.8.5. Decadência</a>	104	
<a href="#">3.7.9. Xeicado de Quitangonha</a>	104	
<a href="#">3.7.9.1. Origem</a>	104	
<a href="#">3.7.9.2. Base Económica</a>	104	
<a href="#">3.7.9.3. Organização Política e Social</a>		104
<a href="#">3.7.9.4. Aparato Ideológico</a>	104	
<a href="#">3.7.9.5. Decadência</a>	104	
<a href="#">3.7.10. Xeicado de Sangage</a>	104	
<a href="#">3.7.10.1. Origem</a>	105	
<a href="#">3.7.10.2. Base Económica</a>	105	
<a href="#">3.7.10.3. Organização Política e Social</a>		105
<a href="#">3.7.10.4. Aparato Ideológico</a>	105	
<a href="#">3.7.10.5. Decadência</a>	105	
<a href="#">3.7.11. O Xeicado de Tungue</a>	105	
<a href="#">3.8. O Estado de Gaza</a>	105	
<a href="#">3.8.1. O Mfecane e o Estado de Gaza</a>	105	
<a href="#">3.8.2. A Centralização Política na Zululândia</a>		105
<a href="#">3.8.3. Razões do Mfecane</a>	106	
<a href="#">3.8.4. O Estado de Gaza</a>	107	
<a href="#">3.8.5. O Pode Militar de Gaza</a>	108	
<a href="#">3.8.6. A Sucessão do Manicusse</a>	109	

<a href="#">3.8.7. Organização Político-Administrativa</a>	110	
<a href="#">3.8.8. Funcionamento do Estado</a>	110	
<a href="#">3.8.9. Organização Sócio-Económica</a>	110	
<a href="#">3.8.10. Actividades Económicas</a>	111	
<a href="#">3.8.11. Fontes Económicas do Poder dos Chefes</a>	111	
<a href="#">3.8.12. Ideologia</a>	111	
<a href="#">3.8.13. Decadência</a>	111	
<a href="#">3.9. Considerações Gerais Sobre os Três Ciclos: Ouro, Marfim e Escravos</a>		113
<a href="#">UNIDADE IV: PERÍODO DA DOMINAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE E O</a>		
<a href="#">MOVIMENTO DE LIBERTÇÃO NACIONAL</a>		
	114	
<a href="#">4.1. Colonização e as Teorias de Resistência</a>	114	
<a href="#">4.1.2. O Colonialismo</a>	114	
<a href="#">4.1.3. Impacto do Colonialismo em África</a>	115	
<a href="#">4.1.4. Teorias de Resistência Segundo Terence O. Ranger</a>	115	
<a href="#">4.1.5. Importância e as Consequências das Resistências</a>	116	
<a href="#">Colonialismo Português em Moçambique de 1890 a 1930</a>	117	
<a href="#">Da Economia do Tráfico de Imperialismo</a>	119	
<a href="#">4.2. A Segunda Corrida a África (Revisão)</a>	120	
<a href="#">4.2.1. As viagens de Exploração</a>	121	
<a href="#">4.2.3. A Conferência de Berlim</a>	122	
<a href="#">4.2.3.1. Objectivos da Conferência</a>	122	
<a href="#">4.2.3.2. Decisões Tomadas na Conferência</a>	122	
<a href="#">4.3. O Papel Específico de Portugal na Penetração Imperialista em Moçambique</a>		125
<a href="#">4.4. A Corrida Imperialista e a Delimitação das Fronteiras de Moçambique</a>		125
<a href="#">4.4.1. A Delimitação das Fronteiras Moçambicanas</a>	126	
<a href="#">4.4.2. A Fronteira Sul-Occidental</a>	126	
<a href="#">4.4.3. A Fronteira Norte</a>	126	
<a href="#">4.4.4. Fronteira Centro Occidental</a>	126	
<a href="#">4.5. As Campanhas Militares e a Ocupação de Moçambique</a>	129	
<a href="#">4.5.1. Periodização da Resistência Africana segundo Adu Boahen</a>	129	
<a href="#">4.5.2. As Resistências no Norte, Centro e Sul de Moçambique</a>	129	
<a href="#">4.5.3. Resistência no Sul de Moçambique</a>	130	
<a href="#">4.5.4. Situação Política da Região nos Finais do Século XIX</a>	130	
<a href="#">4.5.5. Plano de Conquista do Estado de Gaza</a>	130	
<a href="#">4.6. Resistência no Centro de Moçambique</a>	132	
<a href="#">4.6.1. Antecedentes</a>	132	
<a href="#">4.7. A Resistência no Norte de Moçambique</a>	134	
<a href="#">4.7.1. Antecedentes</a>	134	
<a href="#">4.7.2. Motivos da Resistência no Norte de Moçambique?</a>	134	
<a href="#">4.7.3. Resistência Norte – Nampula</a>	135	

<a href="#">4.7.4. Resistência no Norte – Cabo Delgado e Niassa</a>	135	
<a href="#">4.7.5. Resenha das Principais Figuras Destacadas nas Resistências em Moçambique</a>		140
<a href="#">4.8. A Montagem do Estado Colonial.</a>	140	
<a href="#">4.6.1. A Economia Colonial</a>	143	
<a href="#">4.6.1.1. Características Gerais</a>	143	
<a href="#">4.6.5. Os Prazos e a Companhia de Zambézia</a>	147	
<a href="#">4.6.5.1. A Acção de Estado Colonial e Transformação dos Prazos em Plantações</a>		147
<a href="#">4.6.5.2. Surgimento da Companhia</a>	148	
<a href="#">4.6.5.3. Formas de Exploração</a>	149	
<a href="#">4.6.5.4. Mussoco</a>	149	
<a href="#">4.6.5.5. O Impacto do Mussoco e o Trabalho nas Plantações para à População Camponesa</a>	149	
<a href="#">4.6.5.6. Declínio da Companhia</a>	150	
<a href="#">4.7. O Centro e a Companhia de Moçambique</a>	150	
<a href="#">4.7.1. Origem da Companhia de Moçambique</a>	150	
<a href="#">4.7.3. O Sistema Tributário (o Mussoco e o Imposto de Palhota)</a>		152
<a href="#">4.7.4. A Política Concessionária</a>	152	
<a href="#">4.7.5. Concessões Mineiras</a>	153	
<a href="#">4.7.6. Concessões na Infra-Estrutura dos Transportes</a>		153
<a href="#">4.7.7. Concessões Agrícolas</a>	153	
<a href="#">4.7.8. Consequências das Medidas</a>	156	
<a href="#">4.8. O sul e o Trabalho Migratório</a>	158	
<a href="#">4.8.1. Principais Acordos</a>	159	
<a href="#">4.8.2. Impacto do Trabalho Migratório no Sul de Moçambique</a>		161
<a href="#">4.9. A Entrada do Sul de Save à Economia Mundial</a>	161	
<a href="#">4.9.1. As Vias de Comunicação (Caminhos-de-Ferro, Portos e Serviços)</a>		161
<a href="#">4.9.2. Principais Vias de Comunicação</a>	162	
<a href="#">Vias de Comunicação de Menor Extensão</a>	162	
<a href="#">4.10. A Política Social</a>	163	
<a href="#">4.10.1. A Estrutura Social</a>	163	
<a href="#">4.11. A Emergência do Proletariado Urbano</a>	165	
<a href="#">4.12. A Luta do Proletariado Urbano</a>	166	
<a href="#">4.12.1. Causas da Luta do Proletariado Urbano</a>	167	
<a href="#">4.13. A I Guerra Mundial e a Crise Económica e Social da Década 20 em Moçambique</a>		167
<a href="#">4.13.1. O Papel do Estado Colonial</a>	169	
<a href="#">4.13.2. Razões do Fracasso da Luta do Proletariado Urbano</a>	169	
<a href="#">As Primeiras Formações Nacionalistas em Moçambique</a>	169	
<a href="#">Conceito do nacionalismo</a>	169	
<a href="#">O Contexto da Emergência do Nacionalismo em África e em Moçambique em Particular</a>	170	

<a href="#">A diferença entre o nacionalismo Africano e Europa</a>		171
<a href="#">Primeiras formações Nacionalistas</a>	171	
<a href="#">O Papel da Imprensa</a>	172	
<a href="#">As Manifestações Literárias e Artísticas</a>	173	
<a href="#">O Período do Colonialismo Português a Partir de 1930</a>		176
<a href="#">A Conjuntura Política e Económica e os Marcos de Viragem</a>		177
<a href="#">O Nacionalismo Económico de Salazar</a>	177	
<a href="#">Características Gerais do Nacionalismo Económico de Salazar</a>		178
<a href="#">Características do Colonial Fascismo</a>	179	
<a href="#">A Crise Económica Mundial</a>	179	
<a href="#">Efeitos da Crise Económica Mundial para Moçambique</a>		180
<a href="#">O Capital Comercial do Quadro da Agricultura Forçada</a>		180
<a href="#">O Caso do Algodão</a>	180	
<a href="#">Caso do Arroz</a>	181	
<a href="#">Caso do Chá</a>	182	
<a href="#">O Caso do Tabaco</a>	182	
<a href="#">A Continuação de Exportação de Mão-de-Obra e da Dependência em Relação ao Capital Estrangeiro</a>	182	
<a href="#">A Política Social: A Crescente Importância da Colonização Mental</a>		184
<a href="#">O Papel das Missões Católicas</a>	184	
<a href="#">O papel principal atribuído às missões católicas, foi o ensino dos “indígenas”.</a>		185
<a href="#">A Natureza do Ensino</a>	185	
<a href="#">Os Sistemas de Ensino</a>	186	
<a href="#">Resultado do Sistema</a>	188	
<a href="#">Alterações na Política Colonial</a>	189	
<a href="#">O Crescimento da População Colona e os Colonatos</a>		189
<a href="#">Exemplos de Colonatos</a>	189	
<a href="#">Significado da Instalação de Colonatos</a>	190	
<a href="#">Os Planos de Fomento</a>	190	
<a href="#">O Nacionalismo Moçambicano</a>	193	
<a href="#">Os factores do Nacionalismo Moçambicano</a>	193	
<a href="#">O papel das Associações e Movimento dos Estudantes</a>		193
<a href="#">A Associação dos Naturais de Moçambique</a>	193	
<a href="#">O Movimento de Jovens Democratas Moçambicanos (MJDM)</a>		194
<a href="#">O Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM)</a>		194
<a href="#">Significado da UNEMO</a>	195	
<a href="#">O Papel da Casa dos Estudantes do Império e o Centro dos Estudos Africanos</a>		196
<a href="#">Casa dos Estudantes do Império</a>	196	
<a href="#">Centro dos Estudos Africanos</a>	197	
<a href="#">A Resistência no Campo e Luta dos Camponese e Trabalhadores</a>		197

<a href="#">Formas de Luta dos Trabalhadores e Camponeses</a>	198
<a href="#">O Movimento Cooperativo em Mueda</a>	199
<a href="#">A Luta Anti-Colonial 1955-1961</a>	201
<a href="#">A Formação das Primeiras Organizações Nacionalistas</a>	201
<a href="#">A Convenção do Povo de Moçambique</a>	201
<a href="#">Significado Histórico</a>	203
<a href="#">O Massacre de Mueda – 16 de Junho de 1960</a>	203
<a href="#">A Fusão dos Três Movimentos e a Criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)</a>	203
<a href="#">O Papel de Eduardo Mondlane na Luta Pela Unidade</a>	203
<a href="#">O I Congresso da FRELIMO</a>	204
<a href="#">Decisões Tomadas no I Congresso da FRELIMO</a>	205
<a href="#">A Crise do Colonial-Fascismo</a>	205
<a href="#">O Desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional</a>	207
<a href="#">O Aparecimento das Zonas Libertadas e a Questão do Poder: A Luta das Duas Linhas</a>	207
<a href="#">O II Congresso da FRELIMO</a>	210
<a href="#">A Independência Nacional – A Vitória da Luta Revolucionária</a>	210
<a href="#">A Operação Nó Górdio 1969-1973</a>	212
<a href="#">Contexto do seu surgimento</a>	212
<a href="#">Preparativos da operação</a>	213
<a href="#">Medidas Tomadas por Kaulza Face à Operação</a>	213
<a href="#">Desenrolar da Operação Nó Górdio</a>	213
<a href="#">Reacção da Frelimo Perante a Ofensiva Depois da Tomada das Bases</a>	214
<a href="#">Consequências da operação</a>	215
<a href="#">Factores que Contribuíram para o Sucesso da FRELIMO</a>	215
<a href="#">Críticas à Operação de Kaulza</a>	216
<a href="#">A Participação da Mulher na Luta</a>	217
<a href="#">A Formação da Organização da Mulher Moçambicana - 1973</a>	217
<a href="#">A Evolução Constitucional de Moçambique</a>	221
<a href="#">A Independência Nacional: A República Popular de Moçambique</a>	222
<a href="#">UNIDADE 5:ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA</a>	223
<a href="#">5.1. As Estratégia Económica e Social (Internas)</a>	223
<a href="#">Referências Bibliográficas</a>	225

## I. Introdução

### I.i. Moçambique

Moçambique, oficialmente República de Moçambique, é um país localizado no sudeste da [África](#), banhado pelo [Oceano Índico](#) a leste e que faz fronteira com a [Tanzânia](#) ao norte; [Malawi](#) e [Zâmbia](#) a noroeste; [Zimbabwe](#) a oeste e [Suazilândia](#) e [África do Sul](#) a sudoeste. A capital e a maior cidade do país é [Maputo](#) (chamada de Lourenço Marques durante o domínio português).

A única [língua oficial](#) de Moçambique é o [português](#), que é falado principalmente como [segunda língua](#) por cerca de metade da população. Entre as línguas nativas mais comuns estão o [macua](#), o [tsonga](#) e o [sena](#). A população de cerca de 24 milhões de pessoas é composta predominantemente por povos bantos. A religião mais popular em Moçambique é o [cristianismo](#), mas há uma presença significativa de seguidores do [islamismo](#). O país é membro da [União Africana](#), da [Commonwealth Britânica](#), da [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) (CPLP), da [União Latina](#), da [Organização da Conferência Islâmica](#), da [Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral](#) e da [Organização Internacional da Francofonia](#).

O nome de Moçambique parece ter provindo de Mussa-bin-Mbiki, filho do Sultão Bin-Mbiki, senhor que era da ilha, a que os Portugueses, quando ali aportaram, deram o nome de MOÇAMBIQUE. Na época existiam no norte de Moçambique, duas comunidades relativamente bem organizadas: o Reino do Monomotapa e os Centros Suailis. Os primeiros haviam entrado numa fase de desintegração, com constantes guerras internas. Os segundos, ligados ao comércio marítimo, tinham localmente uma presença reduzida.

A história de Moçambique encontra-se documentada pelo menos a partir do século X, quando um estudioso viajante árabe, Al-Masudí, descreveu uma importante atividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico e os "Zanj" da "Bilad as Sofala", que incluía grande parte da costa norte e centro do atual Moçambique. No entanto, vários achados arqueológicos permitem caracterizar a "pré-história" de Moçambique (antes da escrita) por muitos séculos antes. Provavelmente o evento mais importante dessa pré-história foi a fixação nesta região dos povos bantus que, não só eram agricultores, mas introduziram aqui a metalurgia do ferro, entre os séculos I a IV. Entre os séculos X e XIX existiram no território que atualmente é Moçambique vários estados bantus, o mais conhecido dos quais foi o império dos Mwenemutapas (ou Monomotapa).

A penetração portuguesa em Moçambique, iniciada no início do século XVI, só em 1885 — com a partilha de África pelas potências europeias durante a Conferência de Berlim — se transformou numa ocupação militar, ou seja, na submissão total dos estados ali existentes, que levou, nos inícios do século XX, a uma verdadeira administração colonial. Foi Pêro da Covilhã o primeiro português a contactar com os povos desta região, quando em 1489 procedia à recolha de informações sobre o tráfico e a navegação para a Índia, conforme mandado de D. João II.

No século XVI os portugueses estabelecem-se nesta região, que foi sempre considerada estratégica na rota do caminho marítimo para a Índia. A sua presença confinou-se à faixa do litoral, em especial a dois pontos estratégicos: Sofala e a Ilha de Moçambique, tendo em ambos criado feitorias e fortalezas. Ao longo século foram construídas outras feitorias-fortalezas de menores dimensões, como a de Sena (1531), Tete, Quelimane e Inhambane. Mas entre todas, a da Ilha de

Moçambique, criada por Vasco da Gama na sua segunda viagem à Índia foi sem dúvida a mais importante. Nesta Ilha surgiu uma verdadeira cidade cosmopolita. A administração das possessões portuguesas em Moçambique estiveram até meados do século XVIII sob a administração do governador da Índia.

A exploração do interior de Moçambique pelos portugueses foi muito lenta, e limitou-se quase sempre à procura de Ouro, no reino do Monomotapa. Os principais produtos de comércio eram o marfim, o cobre e os escravos. Em finais do século XVI e princípios do século XVII foram para este efeito fundadas novas feitorias.

Depois de uma guerra de libertação que durou cerca de 10 anos, Moçambique tornou-se independente em 25 de Junho de 1975, na sequência da Revolução dos Cravos, a seguir à qual o governo português assinou com a Frelimo os Acordos de Lusaka. A seguir à independência, com a denominação de República Popular de Moçambique, o país seguiu uma política socialista, que teve que abandonar em 1987, quando foram assinados acordos com o Banco Mundial e FMI; esta mudança foi, em parte, resultado da guerra de desestabilização que o país sofreu entre 1976 e 1992. Na sequência do Acordo Geral de Paz, assinado entre os presidentes de Moçambique e da Renamo, o país assumiu o pluripartidarismo, tendo tido as primeiras eleições com a participação de vários partidos em 1994. Para além de membro da União Africana e da Commonwealth, Moçambique é igualmente membro fundador da SADC — Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

No 2º Ciclo do ESG, o ensino de História iniciado no ciclo anterior continuará, numa perspectiva de especialização, como preparação o acesso ao ensino superior e para a vida laboral. Assim, as competências descritas para o ESG1 continuarão a ser consolidadas e aprofundadas neste ciclo.

A aprendizagem da História visa:

- Desenvolver, nos alunos, a concepção científica da História do desenvolvimento da sociedade humana;

- Alargar o universo dos conhecimentos e instrumentos que lhes possibilitem o acesso à memória colectiva nacional,
- Promover, nos alunos, o amor à Pátria, e a construção de uma cidadania responsável;
- Desenvolver, nos alunos, a consciência de fazer parte de uma sociedade e as habilidades para agir sobre ela de forma participativa e crítica;
- Contribuir para a construção, nos alunos, de uma identidade individual e nacional.
- Desenvolver, nos alunos, habilidades de análise e interpretação da informação, sob diversas perspectivas.

## UNIDADE: I – SOBRE A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

### Objectivos Específicos:

- Definir os conceitos de periodização e cronologia;
- Identificar os períodos da História de Moçambique;
- Caracterizar os períodos da História de Moçambique;
- Elaborar gráficos de tempo sobre a periodização da História de Moçambique;
- Identificar a cronologia da História de Moçambique;
- Mencionar as fontes da História de Moçambique;
- Explicar as limitações das fontes da História de Moçambique;
- Explicar a importância da tradição oral na reconstrução da História.

### 1.1. Periodização da História de Moçambique

#### 1.1.1. Conceitos de Periodização e Cronologia

*“Cronologia é uma ciência que tem por objectivo o estudo do tempo decorrido desde um determinado facto ocorrido na História do mundo, tomando como referencia qualquer outro acontecimento, de forma a fixar as datas dos diferentes eventos e respectivos intervalos”* – Enciclopédia Luso-brasileira da cultura numero 6, Lisboa, 1967.

**Cronologia** (do grego *chronos*, que significa *tempo* + *logos*, que significa *estudo*) é a ciência cuja finalidade é a de determinar as datas e a ordem dos acontecimentos históricos, principalmente, descrevendo-os e agrupando-os numa sequência lógica. Esta disciplina insere-se numa ciência maior, que é História.

Cronologia é a listagem dos acontecimentos por datas, começando pelo mais antigo até ao mais recente. Veja o exemplo que segue de uma Cronologia da história recente de Moçambique. Para a Cronologia de Moçambique, verifica-se que antes da chegada dos árabes à costa moçambicana, as datas são raras e mesmo as existentes do período após a chegada dos árabes não revelam a evolução histórica de todo o país, apenas dizem respeito à zona Norte do país até a região de Sofala.

#### Cronologia Sobre a História de Moçambique

##### I

- **1505:** Portugueses fundam feitoria – Fortaleza de Sofala;
- **1507:** Portugueses fundam feitoria – Fortaleza na Ilha de Moçambique;
- **1511:** Portugueses atacam Angoxe, onde os Árabes-Swahili tinham formado um núcleo de resistência e usavam o Zambeze como via de penetração no interior;
- **1522:** Portugueses conquistam ilha de Cabo Delgado ou Quirimbas;
- **1530:** Portugueses penetram no Cuamba (nome primitivo de Zambeze). Fundação da Feitoria de Sena e Tete;
- **1544:** Fundação da Feitoria ou Fortaleza de Quelimane. Os portugueses chegam a Loureço Marques.
- **1561:** Padre Gonçalo da Silveira ao Zimbabwe do Mwenemutapa. O Mwenemutapa reinante

é baptizado com o nome de Sebastião;

- **1571:** Expedição militar de Francisco Barreto no Zambeze e chega no Sena;
- **1572:** Expedição militar de Fernando Homem. Invasão de Quiteve e de Manica.
- **1607:** Gatsi Lucere, Mwenemutapa reinante, cede as minas do seu Estado aos Portugueses;
- **1629:** Mavura é baptizado e cognominado D. Filipe II, faz amplas concessões militares, políticas e comerciais aos Portugueses;
- **1686:** Chegam os primeiros sete mercadores indianos à Ilha de Moçambique;
- **1693:** O primeiro levante armado sistemático contra a penetração portuguesa, encabeçado pelos Changamiras do Estado Butua;
- **1720:** Portugueses fundam a Feitoria de Zumbo;
- **1721-30:** Feitoria Holandesa da Baía de Maputo;
- **1752:** As feitorias e entrepostos comerciais portugueses em Moçambique passam para a dependência administrativa directa de Portugal, separando-se assim das possessões coloniais portuguesas na Índia e do seu Vice-Rei.
- **1762:** Um documento escrito refere à saída neste ano de 1100 escravos de Moçambique.
- **1765:** Um documento refere a existência de 100 “Prazos” em Moçambique.
- **1799:** Documento refere a saída anual de quatro a cinco mil escravos do nosso país.
- **1815/1820:** Saem de Moçambique, anualmente, 15 a 20 mil escravos.
- **1821:** Shochangana é o primeiro rei do Estado de Gaza.
- **1836:** Primeira abolição do tráfico de escravos em Moçambique.
- **1840:** Há agora só 46 “Prazos” em Moçambique.
- **1842:** Nova abolição do tráfico de escravos; governador colonial José Marinho abandona Moçambique sobre pressão dos negreiros estacionados em Moçambique.
- **1868:** Surge o “O Progresso”, primeiro jornal não oficial.
- **1869:** Abolida a escravatura nas colónias portuguesas.
- **1875:** Primeiro Código de Trabalho; No Sul, Moçambicanos emigram para Natal.
- **1877:** Oficializada a emigração para Natal e Cabo.
- **1878:** Revoltas camponesas no distrito de Quelimane, após tentativas de cobrança de impostos pelos portugueses.
- **1879:** Novas revoltas em Quelimane; Chega a Moçambique o angolano Alfredo de Aguiar.
- **1884:** Levante do Massingire; Ngungunhane ascende ao poder no Estado de Gaza.
- **1885:** Alfredo de Aguiar funda “O Imparcial”.
- **1886:** Portugueses atacam o Estado Militar de Massangano; é o início das campanhas militares de ocupação sistemática no nosso país.

## II

- **1886/94:** Alfredo de Aguiar funda três periódicos em Quelimane, nos quais ataca a exploração colonial.
- **1887:** Início da construção da linha férrea Lourenço Marques-Transvaal.
- **1888:** Funda-se a Companhia de Moçambique; Queda do Estado Militar de Massangano; Estabelece-se as fronteiras entre Moçambique e Suazilândia.
- **1890:** Decreto de António Enes sobre os Prazos (os Africanos têm o dever moral de trabalharem).
- **1891:** Levantes camponeses em Quelimane, Sena, Tete, etc.; funda-se a Companhia de Niassa; Campanha militar contra Macanga.
- **1892:** Fundação da Companhia de Zambézia.
- **1894:** A prisão é substituída pelo trabalho correcional no tocante aos “indígenas”; principia a utilização da linha férrea Lourenço Marques-Transvaal.
- **1895:** António Enes cria as “circunscrições indígenas”; Companhia armada portuguesa contra o Estado de Gaza; Batalha de Marracuene (2 de Fevereiro), Batalha de Magul (08 de Setembro de 1895), Batalha de Coolela (07 de Novembro de 1895), Prisão de Gungunhane (28 de Dezembro de 1895).
- **1897:** Revolta de Cambuembra; Acordo de fornecimento pelos portugueses de mão-de-obra de Moçambique à África do Sul; Portugal ocupa a costa norte de Quelimane; Morte de Maguiguane em combate (21 de Julho de 1897); Linha férrea entre Beira e Untáli entra em

funcionamento (via reduzida).

- **1898:** Os Portugueses ocupam militarmente a Maganja da Costa.
- **1899:** Regulamento do Trabalho dos Indígenas.
- **1902/4:** Companhia da Zambézia ocupa militarmente uma área que se estende de Tete ao Nyassalândia.
- **1906:** Portugueses ocupam “hinterland” da Ilha de Moçambique; Morte de Gungunhane (23 de Dezembro de 1906).
- **1908:** Nasce o Grémio Africano de Lourenço Marques.
- **1908/12:** Ataque português (com a participação de sipaios das companhias) e destruição dos Estados Ajaua junto do lago Niassa.
- **1909:** João Albasini funda “O Africano”; Primeira utilização do porto de Lourenço Marques. Angoxe e Ligonha são militarmente ocupadas.
- **1910:** Criada a Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração em Lourenço Marques; Angoxe e Ligonha são militarmente ocupadas.
- **1911:** Novo Código do Trabalho; Tentativa de circulação da União Africana dos Trabalhadores (UAT) em Lourenço Marques. Criado em Lisboa o Ministério das Colónias.
- **1913:** Interdito à WENENA o recrutamento de trabalhadores a Norte de Paralelo 22°, sobre pretexto de serem mais “atreitos” à tuberculose e pneumonia; Acordo entre Portugal e British South Africa Company pelo qual se cria uma “Curadoria de Indígenas Portugueses”.
- **1914:** Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas.
- **1914/18:** Primeira Guerra Mundial; Em Moçambique, de 1915 a 1918, foram mobilizados mais de 12 mil soldados africanos e 9 mil trabalhadores.
- **1917:** Revolta Báruè; portaria diferencia os “indígenas” dos “não indígenas”; Greve dos trabalhadores ferroviários de Lourenço Marques.
- **1919:** Greve dos estivadores de Lourenço Marques (Maio).
- **1920:** Companhia de Niassa lança uma campanha militar contra os Macondes (foi a última operação militar colonial da “ocupação efectiva”); a 20 de Junho nasce Eduardo Chivambo Mondlane, em Manjacaze, Gaza; Greve do pessoal dos carros eléctricos de Lourenço Marques; Nova greve dos trabalhadores ferroviários de Lourenço Marques; Greve do pessoal da “Imprensa Africana” (Tipografia de “O Brado Africano”); Criação da Liga Africana.
- **1922:** Morre João Albasini.
- **1923:** Início da extracção de carvão nas minas de Moatize pela Sociétè Minière Géologique du Zambeze (capital maioritariamente belga).
- **1924:** Greve do pessoal da Companhia de Niassa (começou em Dezembro de 1923); Começa a laborar uma fábrica de cimento em Lourenço Marques com capacidade de laboração anual de 35 mil toneladas.
- **1925:** Fundação do Grémio Africano de Quelimane; Greve geral na Beira (território da Companhia de Moçambique); Greve dos estivadores assalariados de Lourenço Marques; Greve do pessoal da companhia de Moçambique; Greve dos ferroviários e portuários de Lourenço Marques (dura até Março de 1926).
- **1926:** Decreto do cultivo obrigatório de algodão; Início da reorganização do porto e dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques; Greve dos trabalhadores do porto da Beira.
- **1928:** Nova convenção entre Portugal e a África do Sul; Novo Código de Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas de África.
- **1929/30:** No orçamento de Moçambique, atribuídos sete mil contos às Missões Católicas.

### III

- **1930:** Publicação do Acto Colonial; cessam os privilégios das soberanias das Companhias; Regulamento do Trabalho dos Indígenas na Colónia de Moçambique; Criação da primeira escola de formação de professores primários “indígenas” na Manhiça, com uma frequência de 73 alunos; Estado colonial enceta a ocupação e a centralização administrativa da colónia e monopoliza a cobrança de impostos.
- **1931:** O “mussoco” e o imposto de palhota representam entre  $\frac{1}{4}$  e  $\frac{1}{5}$  dos rendimentos fiscais

de Moçambique.

- **1933:** Fundação do Instituto Negrófilo de Moçambique, resultante de uma cisão no Grémio Africano de Lourenço Marques; Greve dos estivadores do porto de Lourenço Marques, que ficou conhecida como a “*greve da quinheta*”.
- **1933:** Nasce, a 29 de Setembro, Samora Moisés Machel.
- **1938:** Criada a Junta de Exploração do Algodão Colonial; DETA inicia a exploração de carreiras regulares.
- **1940:** Assinatura do Acordo Missionário ou a Concordata entre Portugal e a Santa Sé.
- **1941:** Decreto sobre o cultivo forçado do arroz; A publicação do Estatuto Missionário;
- **1942:** Introdução de novos impostos: o “imposto reduzido”, a “contribuição braçal”, etc;
- **1945:** Aumento dos salários agrícolas e industriais; sob pressão internacional, Portugal introduz algumas melhorias na assistência social aos trabalhadores.
- **1947:** Greve do cais de Lourenço Marques e nas plantações de Gaza (há 49 mortos); os régulos com mais de 500 contribuintes passam a receber ordenado mensal de 300\$00 e casa de alvenaria.
- **1948:** Greve no porto de Lourenço Marques (presos 200 grevistas, a maioria deportada para São Tomé).
- **1949:** Fundação do NESAM; Portugal filia-se a NATO.
- **1950:** Há 4349 “assimilados”; novo aumento dos salários agrícolas e industriais; Há 49 mil colonos.
- **1951:** Por uma emenda constitucional, Portugal transforma colónias em “*Províncias Ultramarinas*”.
- **1952:** Início dos Planos de Fomento.
- **1954:** Novo aumento dos salários agrícolas e industriais (enquanto sobem os impostos, o que sucedia sempre que eram aumentados os salários aos trabalhadores).
- **1955:** Há 2041 escolas rudimentares (sendo 2000 dirigidas pelas missões), com 242 412 alunos; Portugal filia-se na ONU.
- **1956:** Greve no cais de Lourenço Marques.
- **1957:** Instalação da PIDE.
- **1959:** 392 796 crianças frequentam o “ensino de adaptação” (designação que substituiu a de “ensino rudimentar”), mas só 6 982 entraram no ensino primário.
- **1960:** 17 países africanos ascendem à independência; funda-se a UDENAMO; Há 90 mil colonos em Moçambique; Novo aumento dos salários agrícolas e industriais; Massacre de Mueda (16 de Junho).
- **1961:** Fundação da MANU e da UNAMI; Portugal monta o Serviço de Acção Psicológica, ramo da PIDE; Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas; Novo aumento de salários agrícolas e industriais; Mondlane visita Moçambique; Aumenta a penetração de capitais não portugueses em Moçambique.

#### IV

- **1962:** Massacre dos trabalhadores de cana-de-açúcar de Xinavane; Fundação da Frente de Libertação de Moçambique (25 de Junho); Primeiro Congresso da FRELIMO; Eduardo Mondlane é eleito presidente; Portugal publica o Código do Trabalho Rural.
- **1963:** Greves em Lourenço Marques, Nacala e Beira; Prisão de estivadores; Morre na prisão o estivador Paulo Balói, um dos dirigentes grevistas de Lourenço Marques; Criação do Instituto Moçambicano em Dar-Es-Salam; Criação do campo de treino político-militar de Bagamoyo; FRELIMO implanta-se no interior de Moçambique; Primeiros contingentes da Frente treinam-se na Argélia (entre os primeiros a partir conta-se Samora Machel).
- **1964:** Inicia a Luta Armada de Libertação Nacional (25 de Setembro); PIDE encerra NESAM; Fundado o campo de treino político-militar de Kongwa; Presos vários estudantes que procuraram lutar na FRELIMO; Há 35 mil soldados portugueses em Moçambique.
- **1965:** Julgamento, entre outros, de José Craverinha, Rui Nogar, Abner Sansão Muthemba, Malangatana Valente Nguenha, etc.; Surgem as áreas libertadas da FRELIMO no norte.
- **1966:** 100 Escolas Primárias da FRELIMO em Cabo Delgado, com 10 mil crianças.
- **1967:** Criação do Destacamento Feminino; há de 65 a 70 mil soldados portugueses em Moçambique; Escolas da FRELIMO contraídas no Niassa com dez professores e duas mil

crianças.

- **1968:** Segundo Congresso da FRELIMO e aprovação das teses da Revolução Democrática Nacional; Mateus Sansão Muthemba e Paulo Khankomba são assassinados pelos “reaccionários”; Reabertura da Frente de Tete.
- **1969:** Eduardo Mondlane é assassinado a 3 de Fevereiro; Lázaro Khavandame é expulso da FRELIMO; Inicia a construção da Barragem de Cahora-Bassa; 3ª Sessão do Comité Central da FRELIMO; Vários elementos são expulsos da Frente e outros do Comité Central; Formação de uma direcção com Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango; Suspensão de Uria Simango.
- **1970:** Simango é expulso da FRELIMO; Samora Machel é eleito presidente da FRELIMO e Marcelino dos Santos Vice-Presidente; Portugueses montam a sua maior operação militar de sempre, a “Nó Górdio”, mas a FRELIMO vence militarmente os Portugueses; Cessam os grandes investimentos imperialistas, inicia-se a sabotagem económica, fogem os colonos, etc.
- **1971:** Massacre de Mucumbura; Morte de Josina Machel a 7 de Abril, devido a doença contraída na luta armada.
- **1972:** Aberta a Frente de Manica e Sofala: Massacre de Wiriamu.
- **1973:** Criação da OMM; Massacre de Chawola.
- **1974:** FRELIMO avança no eixo Inhaminga-Beira e Vila Pery-Beira; Massacre de Inhaminga; Golpe de Estado em Portugal e cai o fascismo; Acordo em Lusaka sobre o cessar-fogo e a independência nacional (7 de Setembro): Nova vitória da FRELIMO; Surto grevista assola a actividade produtiva no País, particularmente nos sectores ferro-portuário, etc.; Os camponeses reclamam as terras expropriadas por companhias e coloniais e por colonos e fantoches nacionais; formação de grupos fantoches; Formação do Governo de Transição; Criação dos Grupos Dinamizadores ao nível dos locais de trabalho.
- **1975:** Viagem triunfal de Samora Machel de Norte a Sul do País; Proclamação da Independência Nacional a 25 de Junho.
- **1976:** Início da Guerra Civil entre o Governo da Frelimo e a Renamo;
- **16 de Março de 1984:** Assinatura do Acordo de Nkomati entre o Governo moçambicano (liderado por presidente Samora Machel) e o regime sul africano (do Apartheid), sob a liderança do presidente Pieter Willem Botha;
- **19 de Outubro de 1986:** Morte do primeiro presidente da Moçambique independente;
- **3 de Novembro de 1986:** Joaquim Chissano é nomeado novo presidente da Frelimo e da República de Moçambique;
- **18 de Julho de 1987:** Massacre de Homoine;

## V

- **1990** – O governo aprova uma nova constituição que introduz o multipartidarismo, em Moçambique.
- **1992** - O presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo Afonso Dhaklama assinam o Acordo Geral de Paz em Roma.
- **1994** – Realização das primeiras eleições gerais, no país. Chissano é eleito presidente da República.
- **1995** - Moçambique torna-se membro da Commonwealth.
- **1999** - Dezembro - Realização das Segundas eleições gerais, no país. Joaquim Chissano derrota Afonso Dhaklama da Renamo. 2000 - Fevereiro - Cheias devastadoras inundam o sul do país. 2001 - Março - Inundações no Vale do Zambeze desalojam 70 mil pessoas.
- **2002** - Junho - Armando Guebuza, o veterano da luta pela independência de Moçambique, é apontado como candidato da Frelimo às presidenciais de 2004 - sucedendo, assim, a J. Chissano;
- **2003** - Novembro - Brasil promete construir uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais em Moçambique.
- **2004 - Dezembro** – Realização das terceiras eleições gerais e Multipartidárias no país: Armando Guebuza da Frelimo derrota o seu principal rival, Afonso Dhaklama da Renamo.

- **2009**: Armando Guebuza foi reeleito Presidente de Moçambique;
- **13 de Abril de 2013**: Início dos confrontos militares entre as forças governamentais e os homens armados da Renamo, na província de Sofala;
- **5 de Setembro de 2014**: O presidente da República Armando Guebuza e o líder da Renamo, ratificaram um Acordo de Paz que pôs fim a mais de um ano e meio de confrontos;

### **Periodização da História de Moçambique**

Periodização é a divisão dos acontecimentos históricos em grandes épocas, destacando as características principais que distinguem um período do outro.

Periodização da História é a divisão, para fins didácticos, da História em épocas, períodos ou idades.

Por período histórico entende-se um certo momento, mais ou menos longo, durante o qual uma série de acontecimentos, mais ou menos homogêneos, podem permanecer inalteráveis.

Quando se diz período da Luta armada de libertação nacional em Moçambique, refere-se a um determinado momento da história de Moçambique durante o qual o acontecimento mais marcante foi o desencadeamento da luta armada de libertação nacional, mas também ocorreram vários outros acontecimentos relacionados com esta.

Exemplos:

- Antiguidade: do 4º milénio a. C. ao séc. V;
- Idade Média: do séc. V a meados do séc. XV;
- Idade Moderna: de meados do séc. XV ao fim do séc. XVIII;
- Idade Contemporânea: dos finais do séc. XVIII aos nossos dias.

Periodizar é encontrar o que fundamentalmente distingue, num processo histórico dado, as diferentes épocas históricas. Há que salientar que os marcos cronológicos que são seleccionados não são absolutos; tem como objectivo principal **disciplinar o ensino e o estudo da história**, isto é, a data que é escolhida para separar as épocas históricas, não constitui uma barreira intransponível entre épocas. Embora qualquer articulação no processo histórico seja artificial e passível de críticas, essa prática torna-se indispensável para que o conhecimento histórico se torne inteligível. Desse modo, pode haver tantas divisões, quantos pontos de vista culturais, etnográficos e ideológicos. **Não há como definir um padrão único ou consensual.**

A periodização em História baseia-se em factos históricos, os quais, considerados mais importantes, aqueles que pela sua dimensão provocaram grandes impactos nas sociedades ao ponto de a partir dos mesmos se poder encontrar dois momentos diferentes.

A importância que cada facto tem varia de historiador para historiador, sendo os de natureza política, económica, social ou cultural, e destes, em muitos manuais escolares são marcos divisórios de um período para o outro, factos de **carácter político**.

**NB:** A periodização tem um carácter relativo e subjectivo pois depende do historiador, das fontes utilizadas e dos critérios de periodização.

Para a História de Moçambique propomos a seguinte periodização e as suas características:

#### **1.1.3. Proposta da Periodização da História de Moçambique**

#### **1.1.4. Características Gerais dos Períodos da História de Moçambique:**

1º Período: Dos primeiros Homens em Moçambique até sécs. III ou IV (anos 200 ou 300):

#### **Comunidades de Caçadores e Recolectores/Comunidade Primitiva**

Características:

- Predomínio da economia recolectora (recolecção e caça);
- Predomínio da técnica lítica;
- Viviam nas cavernas e grutas;
- Nomadismo;

- Divisão natural de trabalho (sexo e idade);
- Uso de instrumentos rudimentares (pedra, ossos, paus, fibra, marfim, etc.);
- Imediatismo na produção e no consumo;
- A prática de pinturas de arte rupestre;
- Não tinham classes sociais;
- Fraca relação de parentesco;
- Principal instrumento era a pedra.

2º Período: Desde séc. III ou IV (anos 200 ou 300) até séc. IX (800): **Expansão e Fixação Bantu - Comunidade dos Agricultores e Pastores.**

Características:

- Introdução e desenvolvimento das actividades agrícolas, pecuária, metalurgia, artesanato e pesca;
- Desenvolvimento das comunidades sedentárias semi-permanentes;
- Organização das comunidades em linhagens onde o poder dos chefes era de ordem moral e não político;
- Surgimento das primeiras comunidades sedentárias;
- Aparecimento do excedente de produção;
- Assiste-se uma transição da economia recolectora para uma economia produtiva o que permitiu o crescimento da população;
- Estes homens viviam em aldeias perto dos cursos das águas.

3º Período: Desde o séc. IX (800) até séc. XIX (1886/1890): **Penetração Mercantil Árabe Persa e Europeia**

O período Mercantil subdivide se em duas fase:

1ª Fase: De séc. IX (800) até séc. XVI (1505): **Fase de Penetração Mercantil Árabe Persa – Relacionamento Comercial de Moçambique com os Árabes Persas.**

Características:

- Fixação Árabe Persa na região Austral (costa oriental Moçambicana);
- Intercâmbio comercial entre mercadores Asiáticos e comunidades Moçambicanas;
- Edificação das primeiras sociedades de classes e dos primeiros estados (ex: o Estado de Manyikení, Muenemutapa e Marave);
- Surgimento dos reinos afro-islâmicos da costa: Sultanatos e Xeicados.
- O produto mais comercializado nesta fase era o ouro;
- Surgimento de núcleos linguísticos na costa norte de Moçambique;
- Estabelecimento dos primeiros núcleos islamizados na costa nortenha de Moçambique;
- Predomínio da cultura swahili no norte de Moçambique.

2ª Fase: De séc. XVI (1505) até séc. XIX (1886/1890): **Fase de Penetração Mercantil Europeia / Portuguesa**

Características:

- A chegada e a penetração mercantil europeia – portuguesa;
- Desenvolvimento do comércio de ouro, marfim e escravo;
- A fixação portuguesa e a fundação da feitoria de Sofala em 1505;
- Conflitos entre Árabes e Portugueses;
- Em 1507 os Portugueses fundam a feitoria na Ilha de Moçambique;
- Em 1522 os Portugueses fundam a feitoria na Ilha da Quirrímbas (Cabo Delgado);
- Em 1530 os Portugueses fundam a feitoria de Sena;
- Em 1544 os Portugueses fundam a feitoria em Quelimane e descobrem a baía de Lagoa (Maputo);
- Fase do ciclo de ouro (séc. XIV-XVII);
- Fase do ciclo do marfim (XVII-XIX);
- Fase do ciclo dos escravos (metade do séc. XVIII até a primeira metade do séc. XIX);

- Emergência dos Estados Militares do vale de Zambeze Prazos da Coroa, Ajaua e Afro Islâmicos da Costa e Estado de Gaza;
- Desagregação de vários Estados moçambicanos.

4º Período: Desde séc. XIX (1886/90) até séc. XX (1974/5): **Período Colonial – Moçambique e a Direcção Imperialista**

Contem três (3) fases:

**1ª Fase:** De 1886 até 1926/30: **Domínio de Capital Estrangeiro não Português.**

Características:

- Montagem de companhias Majestáticas e Arrendatárias: Companhia de Moçambique (Manica e Sofala), Companhia de Zambézia (Tete e Zambézia), Companhia de Niassa (Cabo Delgado e Niassa);
- Ocupação efectiva e a montagem do Aparelho Administrativo Político Colonial;
- Este período representa o Mfecane e o estado de Gaza;
- O sul de Moçambique e o trabalho migratório;
- A província de Nampula estava na dualidade de poderes.

**2ª Fase:** De 1926/30 até 1962/64: **Nacionalismo Económico de Salazar – o Colonialismo Fascista**

Características:

- Implantação do Nacionalismo Económico de Salazar.
- Extinção ou eliminação das companhias Majestáticas e Arrendatárias.
- Unificação da Administração de Moçambique.
- Introdução de culturas obrigatórias (algodão, sisal, arroz, etc.)
- Intensificação da exploração colonial.
- Aprovação do acto colonial de 1930.
- Introdução da caderneta de Indígena.
- Introdução do Sistema de educação separado (para brancos, /assimilados e para indígenas);
- Introdução de Planos de Fomento e Sistemas de Colonatos;
- Surgimento de Movimentos de protesto contra a presença colonial em Moçambique;
- A fuga de Moçambicanos para colónias Inglesas vizinha;
- A formação de Movimentos Nacionalistas;
- Desenvolvimento do Pró-Nacionalismo;
- Transformação de colónias em províncias ultramarinas;
- Colonatos e introdução dos planos de fomento.

**3ª Fase.** De 1962/64 até 1974/75: **Crise e Reestruturação do Colonialismo português/Luta de Libertação Nacional.**

Características:

- Abolição do estatuto de indiginato e das culturas obrigatórias;
- Introdução das propriedades dos colonos;
- Fundação da Frelimo;
- Desencadeamento da luta armada e emergência de zonas verdes;
- Institui-se nesta altura a Política de Portas Abertas e a Construção de Cahora-Bassa com o objectivo de internacionalizar a guerra em Moçambique e impedir o avanço da luta armada de libertação nacional;
- A emergência das zonas libertadas;
- Crise do Nacionalismo Português, com o golpe de Estado em Portugal em 25 de Abril de 1974;
- Acordos de Lusaka em 7 de Setembro de 1974 (entrega da soberania aos Moçambicanos, reconhecimento da Frelimo como representante do povo Moçambicano);
- Governo de Transição de 1974 até 1975;

- Independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975.

5º Período: Desde 1974/5 até aos nossos dias: **Moçambique Pós – Independência.**

E compreende duas fases:

1ª Fase: De 1974 / 75 até 1990/94: **Monopartidária.**

Características:

- Proclamação da República Popular de Moçambique;
- Institucionalização de um Estado de origem Socialista;
- Planos económicos de Desenvolvimento;
- Centralização da Economia com sistemas de cooperativas e lojas do povo;
- Plano Estatal Central e Plano Prospectivo Económico;
- Início da guerra civil em 1976 (Frelimo e Renamo);
- Acordo de Nkomati a 16 de Março de 1984;
- Morte de Samora Moisés Machel em 19 de Outubro de 1986;
- Introdução do Plano de Reabilitação Económica em 1987;
- Constituição de 1990;
- Assinatura dos Acordos de Paz de Roma a 4 de Outubro de 1992;
- Cessar-fogo em Moçambique a 15 de Outubro de 1992.

2ª Fase: De 1990/94 até aos nossos dias: **Fase Multipartidária:**

Características:

- 1990 -É aprovada e posta a constituição Multipartidária em Moçambique;
- 4 De Outubro de 1992 assinado o Acordo de Paz em Roma para Moçambique - era o fim da Guerra Civil iniciada em 1976;
- Chegada da ONUMOZ (capacetes azuis) para manutenção da paz;
- Economia de Mercado;
- 1994 - Primeiras eleições gerais de Moçambique;
- Reconstrução Económica, Social e Política de Moçambique;
- 1999 - Segundas eleições gerais multipartidárias;
- 2003 - Realização da Cimeira da União Africana em Maputo;
- 2003 - Introdução da reforma do sector público em Moçambique;
- 2004 - Terceiras eleições gerais multipartidárias;
- 2009 - Quartas eleições gerais multipartidárias;
- 2015 - Quintas eleições gerais multipartidárias;

## Exercícios

1. Dê o conceito de cronologia, periodização, fontes de História.
2. Diferencia cronologia da periodização.
3. Explica a importância da cronologia para em História.
4. Elabora a cronologia da História de Moçambique.
5. Elabora um quadro resumo sobre a periodização da História de Moçambique, destacando os seguintes aspectos:
  - a) Os períodos e as suas características gerais;
  - b) Os principais acontecimentos de cada período.

1. **Fontes:** SERRA, Carlos (ed), Historia de Moçambique – Parte I – Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, [200/300 – 1885](#), Vol 1, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.
2. PEREIRA, J. L. Barbosa, *História 12 – Pré-Universitário*, Longman Moçambique, 2010.

## As Fontes da História de Moçambique

- Os Tipos de Fontes

- As suas Limitações;
- A Importância da Tradição Oral

Fonte de História ou Documento Histórico é, segundo H. I. Morrou, *“toda a fonte de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita”*.

Fontes de História são os materiais de que o historiador se serve, ao exercer o seu ofício (MENDES, 1987).

Fonte histórica entende-se por todo o produto específico da actividade humana, tudo o que testemunha o passado humano, qualquer que seja a sua natureza - arqueologia, artística, científica, etnológica, histórica ou literária - ou a sua forma de transmissão - escrita, fotográfica, oral, plástica, radiofónica ou visual.

Pode ser definido ainda como todo o vestígio humano, a partir do qual o historiador pode e deve extrair "qualquer coisa para o conhecimento do passado humano".

Fonte Histórica define-se ainda como sendo o testemunho ou documento que serve de base para o historiador estabelecer, verificar e comprovar um facto histórico; Tudo o que pode informar sobre a actividade do Homem no passado pode ser considerado fonte histórica: o que o Homem tocou, produziu, disse, pensou, cantou, escreveu, etc.

Como afirma Henri I. Morrou, *“não podemos alcançar o passado directamente, mas só através dos traços, inteligíveis para nós (...)”*. A história é obrigada a observá-lo e a estudá-lo indirectamente através dos vestígios desse passado designado por fontes históricas ou documentos históricos.

Lucien Febvre escreveu: *“A História faz-se com documentos, sem dúvida. Quando existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se com tudo o que o engenho do historiador lhe pode permitir utilizar”*. Cabe ao historiador seleccionar convenientemente as suas fontes, quando elas são submetidas. Quando são escassas impõe-se-lhe um trabalho ainda difícil, o de preencher as lacunas, procurando novos documentos.

No que concerne ao continente africano, diz J. Ki-Zerbo, *“é preciso reconhecer que o manuseio das fontes é particularmente difícil. Três fontes principais constituem os pilares do conhecimento histórico: os documentos escritos, os testemunhos arqueológicos e a tradição oral. Essas três fontes são apoiadas pela linguística e pela antropologia, que permitem matizar e aprofundar a interpretação dos dados, por vezes excessivamente brutos e estéreis sem essa abordagem mais íntima.”*

A maioria dos estudiosos da História de Moçambique é unânime e peremptória em reconhecer que a historiografia colonial deixou uma base fragilíssima em termos de estrutura de fontes. Sendo as fontes escritas de origem colonial elas dão relevo aos aspectos que mais interessavam aos colonos como as rotas, as características dos povos a conquistar, etc. A documentação legada é rica em descrições de natureza etnográfica, memórias de viajantes, epopeias dos militares portugueses, legislação colonial, descrições das audácias nas guerras com os reinos e Estados então existentes em Moçambique, apresentando tendências para um registo fraco das lutas populares contra o sistema colonial, da introdução desse sistema e do seu impacto na formação social moçambicana, tornando muito difícil uma reconstituição da história do país. (...) (MENDES, 1987:17).

A maioria dos historiadores afirma que antes da chegada dos portugueses as fontes escritas são raras, limitando-se quase exclusivamente aos escritos árabes que fazem referência à zona costeira do norte de Moçambique até à região de Sofala. Para este período existem alguns testemunhos arqueológicos.

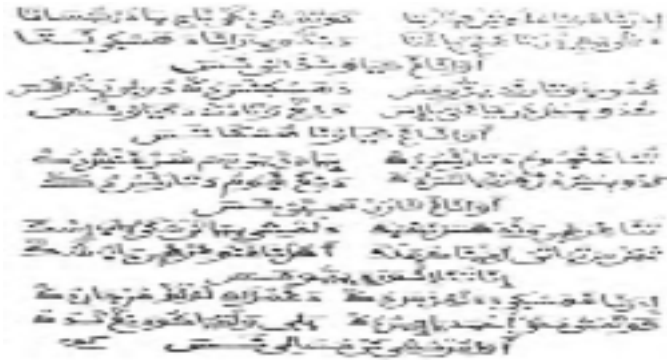


Fig. 1: Manuscrito árabe (verso) n. 2291, fólio 103 – Ibn Battuta (2.ª parte), referência ao Mali (Fot. Bibl. Nac. Paris).

Para o período após a chegada dos portugueses, os estudiosos reconhecem que a historiografia colonial deixou uma base fragilíssima em termo de estrutura de fontes.

A reconstrução de certos períodos da História de Moçambique enferma muitas vezes de uma falta de informações escritas fiáveis ou de fontes inacessíveis aos investigadores. Deste modo, em muitos casos a informação oral acaba sendo a única fonte disponível.

Com a independência de Moçambique surgiu uma geração de estudiosos nacionais da História deste país, que procurou romper com a historiografia herdada do colonialismo, tentando fazer uma problematização. (...).

As mudanças políticas que se operam presentemente neste país irão certamente criar outras aberturas para determinadas interpretações do devir histórico fundamental da epopeia moçambicana.

## Os Tipos de Fontes

Tipologicamente, se tivermos em consideração o modo de transmissão e conservação, bem como a forma, para a História de Moçambique as fontes podem distribuir-se por quatro grandes grupos: **Fontes materiais ou arqueológicas, fontes escritas, fontes orais e fontes monumentais e ou iconográficas.**

### 1.2.1. As fontes Materiais ou Arqueológicas

Vestígios materiais do homem (fósseis, restos de utensílios domésticos, monumentos, objectos de arte, ou paisagens com marcas dos homens que a trabalharam).

As fontes materiais ou arqueológicas dizem respeito a todos os vestígios materiais do homem, desde os objectos e às paisagens. Fontes arqueológicas e não fontes monumentais, porque abrangem além dos objectos artísticos, ou conjuntos de grandes dimensões, pequenos e humildes utensílios, desde o pente e espelho a uma arca ou peça de vestuário, desde a escudela ao grão de trigo.

Estas fontes normalmente são seguras, por duas (2) razões:

- Em primeiro lugar, porque graças à matéria de que são feitas, conservam-se melhor e resistem à falsificação;
- Em segundo lugar, porque constituem documentos involuntários, isto é, regra geral não foram construídos para provar ou informar pelo que não deturpam a realidade que testemunham.

A documentação material é *objectiva*, interessa-se por todas as classes e grupos sociais, constitui uma fonte insubstituível e complementar das fontes escritas. Para a sua interpretação cuidada torna-se necessário o recurso a fontes escritas coetâneas (contemporâneas) e à pesquisa etnológica. É necessário proceder ao seu enquadramento no espaço e no tempo para se identificar o seu papel nas sociedades que as produziu.

A localização, a classificação e a produção dos sítios arqueológicos africanos se impõem como prioridade de grande urgência, antes que predadores ou profanos irresponsáveis e turistas sem objectivos científicos os pilhem e os desorganizem, despojando-os, dessa maneira, de qualquer valor histórico sério.

Em Moçambique já foram feitas escavações em algumas províncias e o primeiro museu arqueológico situa-se em Manyikeni, província de Inhambane.

### 1.2.3. A Técnica do Carbono 14 (C14).

A datação sob C14 é uma técnica científica que serve para datar as fontes materiais, isto é determinando o tempo e o material usado para o seu fabrico. A datação por Carbono 14 é uma maneira de determinar a idade de certos artefactos arqueológicos de origem biológica com até 50 mil anos.

### 1.2.4. As fontes Escritas

Quando não são raras, tais fontes encontram-se mal distribuídas no tempo e no espaço. Os séculos mais “obscuros” da história africana são juntamente aqueles que não se beneficiam do saber claro e preciso que emana os testemunhos escritos, por exemplo, os séculos imediatamente anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo (a África do Norte é uma excepção).

As fontes escritas situam-se entre as fontes arqueológicas e as fontes orais. O seu suporte material, duro como a pedra, macio como o papiro (planta ciperácea que, depois de certa preparação, era utilizada pelos Egípcios na escrita), pergaminho (documento escrito em pele de carneiro, cabra, etc.) e papel, sensível como as bandas magnéticas, exige o recurso a técnicas específicas.

Para o estudo da História de Moçambique, o Arquivo Histórico de Moçambique está em condições de disponibilizar documentos originais para os séculos XVIII, XIX e XX.

As fontes escritas subdividem-se em:

- a) **Epigráficas** – inscrições gravadas em materiais duros como a pedra, o bronze, ou a cerâmica. Geralmente são textos curtos, com fins comemorativos, funerários, etc.
- b) **Arquivísticas ou Diplomáticas:** documentos de carácter oficial (diplomas, tratados, etc); ou de carácter jurídico (escrituras notariais, actas de assembleias, inventários, sentenças, registos paroquiais, Legislação geral ou especial, documentação geral, etc).
- c) **Literários ou Narrativas:** Livros, oratória, anais e crónicas, hagiografias, narrativas diversas.

### 1.2.5. Fontes Oraís

Paralelamente às duas primeiras fontes da história africana (documentos escritos e arqueológicos), a tradição oral aparece como repositório e vector do capital de criação sócio-culturais acumulada pelos povos ditos sem escrita: um verdadeiro museu vivo. Os seus guardiões são os velhos de cabelos brancos, voz cansada e memória um pouco obscura, rotulados às vezes de teimosos e meticulosos. Cada vez que um deles desaparece, é uma página da história que se perde.

A tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela ceiva da autenticidade. “*A boca do velho cheira mal*” – diz o provérbio africano – “*mas ela profere coisas boas e salutareis*”.

Fontes Oraís são informações transmitidas de geração a geração, estas fontes normalmente são menos seguras, uma vez que a ausência de suporte material as expõe, mais que às outras, à deturpações, razão porque hoje em dia, se procuram fixá-las. As tradições orais, entrevistas depoimentos, inquéritos, etc. são hoje passados a escrito ou registados em gravações.

As apartações deste tipo de fontes permanecem muito importantes, particularmente no que diz respeito às sociedades rurais, herdeiras de uma longa e lenta história. O inquérito etnológico torna possível e mais segura a análise minuciosa e comparativa - simultaneamente, tipológica, espacial e histórica dos utensílios. O mesmo se pode dizer quanto aos costumes, ritos sociais, ideologia e mitologias que fazem parte da nossa vida quotidiana.

Por outro lado, o testemunho oral constitui, não raras vezes o único meio de escrever a *história imediata* - que diz respeito a períodos muito recentes servindo-se, primordialmente, de inquéritos e entrevistas - e clandestina de certas categorias ou grupos sociais.

De um modo geral, pode-se falar da *multiplicidade, heterogeneidade e complementaridade* das fontes históricas. As fontes, muitas vezes, até à segunda metade do século XIX, são descontínuas, apresentam lacunas que impedem ou dificultam a constituição de séries e revelam-se de qualidade medíocre.

A tradição oral não é apenas uma fonte que se aceita por falta de outra melhor, e à qual nos resignamos por desespero de causa. É uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida e que confere à história do continente africano uma notável originalidade.

**Documentos gravados ou audiovisuais** - Transmitido por sons ou imagens (fita magnética, disco, cilindro, desenho, pintura, mapa fotografia, filme, microfilme, etc).

Para o estudo de alguns períodos da história de Moçambique colonial e da luta de libertação nacional a tradição oral merece uma posição bastante privilegiada.

As fontes orais são muito susceptíveis a deturpações por isso é importante acautelar essas situações. Para isso é preciso comparar as informações de diferentes fontes, inquirir várias vezes a mesma fonte, entre outras medidas.

#### 1.2.5.1. A Importância da Tradição Oral

- É um estudo dos grupos que são excluídos na documentação mantida nos arquivos;
- Permite articular as experiências daqueles que, a partir de uma perspectiva histórica, estão desarticulados, isto é, por experiência vivida por pessoas e povos;
- Democratização da própria história e a vitalidade e uma história que desenvolve às pessoas seu próprio passado com suas próprias palavras;
- Permite uma relação de incorporar indivíduos em sua individualidade ou colectividade, mas também permite o estudo de actos e situações que racionaliza um momento histórico concreto;
- Permite um fundamento na história de grupos sociais que, por razões diversas, estiveram marginalizados ou quase ausente das fontes documentais escritas;
- Nos permite penetrar no processo histórico feito por indivíduos ou grupos concretos;

As fontes orais muitas vezes as únicas fontes disponíveis para se escrever a História de Moçambique. A tradição oral é de extrema riqueza para o auxílio e efectiva construção historiográfica de Moçambique. Nas sociedades africanas a memória oral é muito forte, muito rica e veiculada de geração em geração.

Segundo Ki-Zerbo (1982:29), “*indubitavelmente, a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade*”.

Em grande parte do continente africano, neste caso concreto Moçambique, a transmissão oral dos legados culturais é muito importante. Num continente onde a população é maioritariamente analfabeta, a tradição oral tem um papel importante. Para legarem conhecimentos às próximas gerações (literárias, musicais, coreográficos, técnicos, etc.), o povo africano desenvolveu uma grande capacidade de memorização.

*“A tradição oral é como uma autobiografia das sociedades sem escrita alfabética, é constituída pelos mitos, contos, sistemas de crenças, histórias e outros relatos. É, portanto, o registo da memória e o instrumento de transmissão da cultura e de história das sociedades sem escrita”.*

Franz Boas (adaptado)

Na actualidade, têm-se realizado várias pesquisas, através de trabalho de campo, cujo objectivo é

recolher elementos das tradições orais pertencentes aos povos que resistiram ao processo de colonização. Também têm surgido os **centros de documentação oral** criados em muitos países, cujo objectivo é conservar e desenvolver acervos visuais, sonoros e de documentos de povos indígenas africanos.

O esforço de conservar, registar e desenvolver a história oral acontece porque ela apresenta-se para a História de África como uma fonte integral. Para além disso, já tem uma metodologia bem estabelecida. Nesse âmbito, devem-se destacar, entre outros, os trabalhos sobre África realizados por **Jan Vansina e Ki-Zerbo**.

Neste processo de recolha e registo da tradição oral, é necessário um certo grau de segurança na reconstrução da memória dessas sociedades. Portanto, o uso das informações escritas pelos cronistas requer um tratamento apropriado. O tratamento passa por submeter as fontes à crítica interna e externa e daí avaliar o grau de interferência dos cronistas na transmissão do relato indígena.

No processo da recolha da informação em que muitas vezes é feita de uma língua para outra, a maior dificuldade é transferir a tradição oral de uma língua para outra ou de um registo para outro de forma integral sem correr o risco de cair nas omissões ou deturpações.

Se o estudo da História de Moçambique tem na fonte oral um dos principais suportes, uma outra questão surge: Em que medida podemos confiar nas fontes orais? Não incorremos no risco de considerar algumas deturpações dos factos, já que as testemunhas, por um lado, podem esquecer-se de alguns factos e, por outro, simplesmente, podem, por conveniência, falsear alguma informação?

É claro que o risco aqui referido, ele sempre existiu e existirá sempre. Pois, a história toma sempre a linha da classe dominante. Isto é, é esta classe que define o ângulo pelo qual os factos devem ser narrados.

**NB:** *As fontes Históricas, sejam elas escritas, orais ou de outro tipo qualquer, mostram-nos apenas uma parte da realidade. No entanto, as fontes orais permitem-nos muitas vezes colocar novas perguntas à própria História, pela boca do protagonista e reproblematicá-la. Para apreender o passado em toda a sua riqueza e complexidade, o historiador tem de se servir do máximo número de fontes, combinando, sempre que possível, as fontes materiais, escritas e orais. Uma fonte ou só um tipo de fonte não basta para se fazer História.*

### **1.2.6. As suas Limitações**

*“Mas no seio desta problematização, não podemos esquecer, no entanto, que, em qualquer época ou período histórico, a classe que está no poder determina um certo tipo de produção histórica, manipulação para a qual os investigadores sociais devem estar sempre atentos” – Teresa Cruz e Silva e Alexandre José.*

Há várias limitações na reconstrução da História de Moçambique que se referem sobretudo à **disponibilidade, credibilidade, acesso, e distribuição das fontes**. Neste sentido, torna-se muito importante que os cidadãos moçambicanos tenham o cuidado e a preocupação de preservar as fontes que existem. É só com o conhecimento das fontes que se consegue reconstruir a História de uma sociedade.

#### **1.2.6.1. Disponibilidade das Fontes**

As fontes históricas não existem segundo a vontade do historiador. É necessário saber que elas às vezes são escassas para determinados períodos e assuntos que são trazidos para o estudo, muitas vezes abundantes para outros e há casos em que elas não existem para a construção de muitos aspectos da vida do passado que o historiador procura conhecer.

Todas as fontes têm as suas limitações. Através delas só é possível obter uma parte da realidade. no historiador tem, por isso, de desenvolver um novo trabalho de pesquisar com vista à busca de

novas revelações no longo caminho da procura da verdade histórica.

### **1.2.6.2. Credibilidade das Fontes**

Qualquer investigação da História do nosso país tem de passar por um trabalho de análise rigorosa das fontes, pois a maior parte delas levanta sérios problemas de credibilidade. Os criadores das fontes podem manipular a historiografia da época. As fontes escritas, como as leis e outros documentos semelhantes, são produzidas por quem está no poder naquele momento. Assim, os historiadores têm de estar atentos a esse condicionalismo e analisar com forte espírito crítico aqueles documentos.

As fontes materiais, como monumentais, por exemplo, também são construídas de acordo com o regime em vigor. As fontes orais também podem vincular no seu discurso de geração em geração falsidades ou adulterações históricas.

Na análise de todo tipo de fontes, o historiador tem de ser crítico e analítico.

### **1.2.6.3. Acesso às Fontes**

Para o estudo das fontes é necessário saber onde encontrá-las. Para o estudo das fontes escritas, podem pesquisar-se arquivos históricos públicos, bibliotecas públicas e, também, arquivos pessoais e familiares.

Nos últimos tempos, têm sido desenvolvidos esforços para tornar públicas algumas coleções de documentos e livros, através de *sites*.

Para o estudo das fontes materiais devem-se visitar campos de arqueologia, museus, monumentos, etc. Para o estudo das fontes orais devem-se consultar os relatos escritos existentes, mas, sobretudo, deve-se interrogar os próprios moçambicanos sobre os temas do passado.

### **1.2.6.4. Distribuição**

- Para se escrever a História de Moçambique temos uma igual distribuição das fontes?
- Há semelhante número de fontes quer para o Sul quer para o Centro e Nortes de Moçambique?
- Temos fontes para todos os períodos da História de Moçambique?
- E sobre as temáticas?
- Há fontes para todas as temáticas da História do nosso país?

Não há respostas satisfatórias para estas questões. No entanto, é certo que para a História de Moçambique há o predomínio dos relatos de etnografia e da Natureza.

As limitações das fontes de História de Moçambique que se apontaram tornam a tarefa do historiador demasiado difícil. Assim, é sempre importante:

- Preservar os vestígios que existem;
- Recolher ao máximo todos os vestígios sobre a temática em causa;
- Seleccionar de forma criteriosa os vestígios quando estes são numerosos;
- Levantar hipóteses que permitam questionar os “silêncios” das fontes.

## **Exercícios**

1. Refira-te à natureza das fontes da História de Moçambique.
2. Explique resumidamente a importância da fonte oral para a construção da História de Moçambique.
3. Mencione e justifique as principais fontes usadas para a História de Moçambique.
4. Refira-te da disponibilidade, credibilidade, acesso e distribuição das fontes da História de Moçambique.
5. Faça corresponder as colunas A e B, de modo a obter a definição correcta de cada tipo de fonte histórica.

<b>Tipo de Fonte</b>	<b>Conceito</b>
1. Epigráficas	<b>A.</b> Vestígios materiais do homem (fósseis, restos de utensílios, monumentos, objectos de arte, etc.).
2. Documentos gravados ou audiovisuais	<b>B.</b> informações transmitidas de geração em geração sob a forma de conto, lenda e outras formas.
3. Literários ou Narrativas	<b>C.</b> documentos de carácter oficial (diplomas, tratados, etc); ou de carácter jurídico (escrituras notariais, sentenças, Legislação geral, etc).
4. Arquivísticas ou Diplomáticas	<b>D.</b> inscrições gravadas em materiais duros como a pedra, o bronze, ou a cerâmica.
5. Fontes Arqueológicas	<b>E.</b> Livros, oratória, anais e crónicas, hagiografias, narrativas diversas
6. Fontes Orais	<b>F.</b> Transmitido por sons ou imagens (fita magnética, disco, desenho, pintura, filme, etc).

## **UNIDADE 2: MOÇAMBIQUE - DA COMUNIDADE PRIMITIVA AO SURGIMENTO DAS SOCIEDADES DE EXPLORAÇÃO**

### **Objectivos Específicos:**

- Caracterizar a vida das comunidades de caçadores e recolectores;
- Explicar o significado das pinturas de arte rupestre;
- Relacionar a expansão Bantu com a difusão da tecnologia de ferro;
- Analisar as diversas teorias sobre a expansão Bantu;
- Diferenciar as sociedades primitivas das sedentárias;
- Explicar a importância da tecnologia de ferro para as sociedades moçambicanas;
- Elaborar mapas sobre a expansão Bantu, difusão da tecnologia de ferro e dos grupos etnolinguísticos de Moçambique;
- Explicar a importância da ideologia nas sociedades moçambicanas;

- Diferenciar a linhagem matrilinear da patrilinear;
- Localizar no mapa os grupos etnolinguísticos de Moçambique;
- Explicar a razão da diversidade linguística e cultural em Moçambique.

## 2.1. As Comunidades de Caçadores e Recolectores: os Khoisan

Antes do povoamento Bantu em Moçambique, extensas áreas do nosso território eram ocupadas por comunidades de caçadores e recolectores, os Khoisan ou seja comunidade de Bosquimanos e Hotentotes. Na África Austral, os povos com estas características foram os Khoi-Khoi e Sans ou Khoisan ou comunidade de Bosquimanos e Hotentotes. Os primeiros eram de estatura média e robustos, caçadores e os segundos eram altos e esguios reconhecidamente recolectores. O grupo remanescente desta comunidade ainda hoje vive no inóspero deserto de Kalahari. Foram estes povos que estavam em interacção ou foram dominados pelos povos de origem Bantu.

As comunidades de caçadores e recolectores remontam há cerca de 1200 anos antes da nossa era na África Austral e subsistiram, em Moçambique, até finais do primeiro milénio d. C. Ocupavam as savanas dos rios Zambeze e Limpopo chegando até ao Índico a leste do rio Zambeze. Seus vestígios foram encontrados em diversas estações arqueológicas, das quais se destaca a de Massingir por apresentar uma sequência de diversos estágios líticos.

### 2.1.1. Características das Comunidades de Caçadores e Recolectores/Comunidade Primitiva Primeiro Período da História de Moçambique

- Economia recolectora (recollecção e caça) – A colecta era actividade praticada pelas mulheres, onde apanhavam bagos, ervas, resina, raízes bulbosas, caules subterrâneos, mel, insectos, térmitas, gafanhotos, moluscos de água doce, pássaros marinhos, foca e peixe. Os homens (adultos e jovens) dedicavam-se à caça, pois exigia força, conhecimento técnico e magia;
- Eram comunidades nómadas;
- Fraca relação de parentesco;
- Divisão natural de trabalho – (mulheres na recollecção, homens na caça, e, crianças e velhos realizavam tarefas mais leves);
- Uso de instrumentos rudimentares (ossos, pedra, paus, fibra e marfim);
- Imediatismo na produção-consumo;
- Organização social baseada em bandos;
- Divisão do produto final por igual – não existia classes sociais;
- Estavam organizados em famílias alargadas dirigidas por anciãos (eram os mais respeitados devido à sua experiência; dirigiam a caça; a divisão dos produtos e orientavam as cerimónias religiosas);
- Prática de arte de pintura rupestre.



**Fig. 2:** Pinturas Rupestre – Monte Chinhamaper, Província de Manica



**Fig. 3:** Pinturas Rupestre – Serra Namelepia

Em Moçambique a arte rupestre está representada em regiões planífcas do interior, tais como: Chinhamapere (Manica), Zianes Chicolane (Tete), Chifumbaze (Tete), Campito (Niassa),

Malembeve (Niassa), entre outros lugares.

### 2.1.2. Significado da Arte Rupestre

Os homens do Paleolítico deixaram-nos pinturas extraordinárias nas paredes de muitas cavernas que habitavam. Essas pinturas chama-se *rupestres* por terem sido feitas sobre rochas. Representam, em geral, caçadas, combates entre tribos rivais; mamutes, bisontes, cavalos, renas e mesmo homens.

A arte rupestre tinha um significado **mágico religioso**, em que desenhavam o que gostariam de obter numa caça feliz, como gado gordo ou bonita rapariga. O homem primitivo pensava que, pelo facto de “matar” um animal em desenho, o matava na realidade. Tinha também um significado **mágico ritualista**, pois para além de divulgar as qualidades artísticas servia também como instrumento para qual os feiticeiros lançavam as suas bruxarias.

Em Moçambique a arte rupestre classifica-se em pinturas e gravuras.

As mudanças climáticas e o aumento da população levaram as comunidades de economia ceginética a uma miscigenação e adaptação de tecnologias mais avançadas com as populações de origem bantu da Idade de Ferro Inferior, povos provenientes da orla noroeste da grande floresta equatorial, por volta dos séc. II a III.

## 2.2. Povos de Origem Bantu

### 2.2.1. Expansão e Fixação Bantu

Já na Idade de Ferro, vários povos com uma língua comum, o Bantu, emigraram para Moçambique, de forma paulatina e seguidas de um processo de ocupação. A fixação destes povos fez nascer as primeiras sociedades moçambicanas com tendências para a criação de riquezas e centralização do poder.

Substituindo a “comunidade primitiva” e o predomínio da caça e recollecção, vários grupos populacionais foram chegando a Moçambique desde há cerca de 1700 anos, povoando gradualmente as bacias fluviais costeiras e, quase ao mesmo tempo as encostas e os planaltos do interior. Esse processo de expansão ficou conhecido por **Expansão Bantu**.

A palavra bantu tem uma conotação exclusivamente linguística e surgiu dos estudos entre 1851 e 1869 do linguista alemão Wilhelm Bleek, para assinalar o grande parentesco de cerca de 300 línguas as quais utilizavam esse vocábulo para designar “*os homens*” (*singular muntu*) – Não existe, pois, uma “raça bantu.” (SERRA, 2000, 11). Para Pierre Alexandre, “*a palavra bantu resulta de uma fonologia povo, homem, pessoa ou gente*”

### 2.2.2. Causas da Expansão Bantu

- Alargamento do deserto de Saara;
- Aumento populacional na orla noroeste da floresta equatorial;
- A falta de terras cultiváveis;
- A difusão da tecnologia de ferro;
- A prática da actividade agro-pecuária.

O que se pode ter como certo, é que a expansão demográfica bantu em Moçambique ocorreu como consequência do conhecimento da agricultura e do processo do fabrico de ferro.

### 2.2.3. Características da Comunidade de Agricultores e Pastores

- Introdução e desenvolvimento das actividades agrícolas, pecuária, metalurgia, artesanato e pesca;
- Desenvolvimento das comunidades sedentárias semi-permanentes;
- Organização das comunidades em linhagens onde o poder dos chefes era de ordem moral e não político;
- Surgimento das primeiras comunidades sedentárias;
- Aparecimento do excedente de produção;
- Assiste-se uma transição da economia recolectora para uma economia produtiva o que permitiu o crescimento da população;
- Estes homens viviam em aldeias perto dos cursos das águas.

A base da sua economia era a agricultura. Essa actividade incompatibiliza-se com o nomadismo. Exigia uma longa permanência num determinado espaço (sedentarismo) para a prestação dos cuidados que os campos e as culturas reclamam durante o ciclo agrícola (lavoura, sementeiras, sacha, colheita, armazenamento, selecção de sementes, etc.).

### 2.2.4. Teorias de Expansão Bantu – Localização do Núcleo Bantu

De entre vários autores consagrados, destaque particular para o trabalho realizado por **Martin Hall**, que resumiu em três aspectos fundamentais as grandes discussões de linguistas, arqueológicos e historiadores têm realizado sobre a expansão bantu:

#### 1º Aspecto – Teoria Rácica

Os povos bantu eram uma nova raça que teria imigrado para o sul, substituindo ou absorvendo as comunidades primitivas que habitavam a África Austral – é a concepção rácica da expansão, prontamente criticada e abandonada;

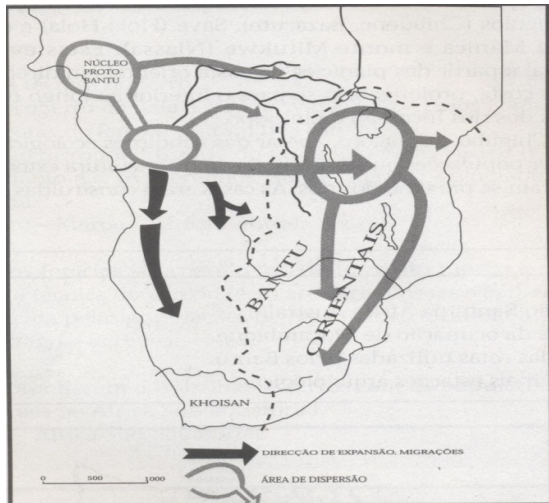
#### 2º Aspecto – Teoria Linguística

Os povos bantu não eram uma nova raça, mas sim povos falantes de línguas aparentadas entre si – o bantu - É a chamada teoria linguística. O termo bantu passou a ser utilizado a partir de 1862, graças ao trabalho do linguista alemão Wilhelm Bleek, que descobriu um grande parentesco em cerca de 300 línguas faladas na região Austral.

Esta teoria tem várias vertentes para explicar a expansão bantu, a saber:

- i. Para GREENBERG, Joseph, *“a migração bantu deu-se em direcção ao sul a partir da zona da fronteira entre os Camarões e a Nigéria.”*
- ii. Segundo GUTHRIE, Malcom, *“o centro da expansão teria sido a região de Luba, na província de Shoba no Zaire.”*
- iii. OLIVER, Roland, concorda com ambos, defendendo que *“suas teorias se complementam e acrescenta um novo dado – a expansão obedeceu quatro fases distintas”*.
- iiii. PHILLPSON, David, defende que *“a origem da expansão encontra-se na floresta dos Camarões, com dois movimentos distintos: um que contornou a grande floresta para a região dos Grandes Lagos (oriente) e o outro que o seguiu, atravessando a floresta em direcção ao Zaire e Angola.”* O segundo movimento defendido por Phillipson, teria sido aquele que refere o grupo que, contornadas as grandes florestas equatoriais para oriente, penetrou no Quênia, Tanzânia e atravessou o rio Rovuma e outro entrou de Zâmbia depois o norte de Tete, chegando ocupando todo território moçambicano.
- v. EHRET, Christopher, acredita que *“as línguas bantu espalharam-se através da zona tropical, com um período de diferenciação local na região da floresta de Savana, antes da sua expansão final para oriente e região sul oriental”*

Em suma, podemos concluir que os que defendem a teoria linguística concordam que o centro da expansão bantu, o núcleo proto-bantu, estaria na **orla noroeste da floresta equatorial** e que em vagas sucessivas teriam chegado à África Austral.



**Fig. 4:** Expansão Bantu (segundo Guthrie, Greenberg, Heine, etc)

### 3º Aspecto – Teoria da Domesticação dos Animais e Flora e o Uso da Tecnologia de Ferro

A expansão bantu estaria ligada à domesticação dos animais e plantas, à cerâmica e ao trabalho de ferro. O desenvolvimento desta economia mista (agricultura, pastorícia e metalurgia), permitiu a sedentarização das populações, especialização no trabalho e o surgimento da desigualdade social. Os Bantu já dominavam a técnica da metalurgia de ferro. Com a utilização de instrumentos feitos de ferro, a vida das populações na África Austral melhorou consideravelmente.

#### 2.2.5. A Expansão da Técnica do Ferro

No que se refere a nova tecnologia de ferro, teve sua importância na migração Bantu, uma vez que a descoberta deste metal permitiu a esta população o fabrico de instrumentos mais cortantes, resistentes e eficazes, contribuindo desta maneira no aumento da produção e da produtividade o que criou condições para o surgimento do excedente. Dentre os vários cereais cultivados pelo povo Bantu pode-se destacar a Mapira e a Mexoeira.

O ferro foi descoberto na Ásia a.n.e., provavelmente pelos Hititas. Em África as rotas de ferro seguiram três caminhos:

1. Em 1700 a.C. o ferro foi introduzido no Egito pelos Hicsos (vindos da Ásia). No primeiro milénio a.C. os meroenos (sul do Egito) divulgaram a técnica para a África Central.

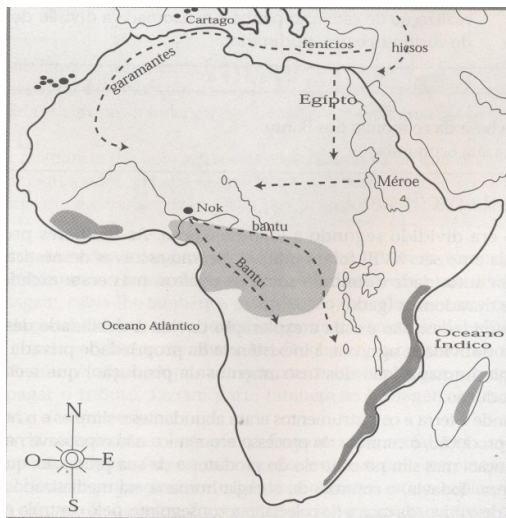
**Nota: Hicsos – Egito – Méroe – África Central.**

2. Séc. IX a.C., os fenícios já faziam o uso de ferro. Ao fundar a cidade de Cartago, divulgaram a técnica do uso de ferro aos cartagineses e berberes e no séc. V a.C., era já conhecida pelas populações de Nok (África Ocidental).

**Nota: Fenícios – Cartago – Berberes – Nok.**

3. Os Bantu aprenderam a trabalhar o ferro com as populações de Nok e divulgaram a técnica na África Sub-Equatorial.

**Nota: Nok – Bantu – África Sub-Equatorial.**



**Fig.5:** – A difusão do ferro em África

### 2.2.6. O Povoamento Bantu em Moçambique

O povoamento de Moçambique resultou de maior sedentarização da expansão demográfica de povos Bantu e do processo de fabrico de ferro. O estudo arqueológico sobre o povoamento da região é limitado. No entanto, algumas hipóteses têm sido avançadas, em particular a existência de duas rotas de penetração e de povoamento:

1. As populações Bantu teriam atravessado o Rovuma em direcção ao sul, ocupando progressivamente as terras do interior até ao rio Zambeze.
2. A segunda via situava-se nos planaltos do interior africano, tendo um grupo de populações contornado o lago Niassa, pelo sul e povoando as terras para o norte, primeiro os planaltos e depois as planícies costeiras dos vales do rio Lúrio e do Lugenda.

O estudo da Idade de Ferro em Moçambique, ao longo dos vários anos, foi sempre realizado com múltiplas interpretações através das poucas informações disponíveis e onde a **arqueologia** é, na essência, tida como a única fonte.

Em Moçambique, evidências da expansão bantu, teriam sido gradualmente reveladas em diversas estações arqueológicas, na Matola, em Xai-xai, Vilanculos (Chibuene, Bazaruto), Marrape, Holahola (Save), Mavita (Manica), Chongoene, Bilene, Zitundo, Serra Maúa, Monte Mtukwe (Niassa), entre outros locais. A maior parte destas estações arqueológicas, são testemunhos de um conjunto populacional que escolheu as planícies costeiras para sua gradual progressão, em relação ao sul atingindo a Baía do Maputo e Mpumalanga na R.S.A por volta dos anos 200 n.e.

Estas evidências provam a migração populacional a partir das planícies da costa oriental em direcção ao sul cerca do ano 200. Ocuparam a costa, prolongando-se para o interior ao longo de uma estreita faixa de terra nas margens do rio Incomati e Limpopo.



unidades de produção constituíam-se em torno de um grupo de parentes consanguíneos definidos por via paterna a sul de Zambeze e por via materna a norte.

Designa-se por **linhagem** um grupo de parentes que descendem de um antepassado comum através de uma filiação materna ou de uma filiação paterna.

Entre os Macuas, esse grupo de parentes era designado pelo termo **Nlocko**, entre os Ajaua por **Liwela**, entre os Cheua por **Pfuko**, entre os Tsonga por **Ndangu** e entre os Chona por **Bvumbo**.

A pesca e a caça não configuravam nas relações de produção tão duráveis como na agricultura. No fim de cada caçada ou de cada campanha de pesca, os grupos desfaziam-se e o produto era dividido pelos participantes, segundo regras consuetudinárias bem definidas. A divisão técnica e social de trabalho fazia-se na base de sexo e idade.

Como produtoras, as mulheres detinham uma certa autoridade e controlo sobre os celeiros, mas estavam geralmente excluídas da posse de bens mais valiosos e duradouros, como o gado.

#### • Organização Social e Política

A relação de produção baseada na estrutura de linhagens condicionou a criação de uma estrutura política, onde à frente de cada linhagem ou da família alargada estava um chefe (**Mwene, Humu, Asyene Mbumba, etc.**) com poderes políticos, jurídicos e religiosos e um conselho de anciãos. As funções políticas eram exercidas pelos homens, onde em algumas regiões, no sul do Zambeze, o poder passava do irmão mais velho para o irmão a seguir na idade, noutras regiões do pai para o filho e, noutras ainda, a norte do Zambeze, do tio materno para o sobrinho.

O solo era património das linhagens, cabendo ao chefe a função de assegurar periodicamente a distribuição das machambas pelos membros das diversas células produtivas de base, componentes da linhagem, a manutenção das relações entre os membros da linhagem, resolução de litígios, o controlo de impostos, o controlo das alianças matrimoniais (por exemplo o **lobolo** no sul de Moçambique). A terra podia ser usada, mas não alienada.

Em consequência de conquistas militares, a linhagem vencedora passava a exercer uma supremacia política sobre todas as outras, as quais por intermédio dos respectivos guardiães, principiava a pagar um tributo ao chefe da linhagem vencedora, chamado **Mpewe, Mwene Alupale, Mwini Dziko, Fumu, Mambu, etc.**

O conjunto de chefes e anciãos constituía a classe dominante da sociedade. Surge, então, uma nova divisão social de trabalho, onde os produtores tinham de produzir cada vez mais um sob-produto para pagar o imposto. A classe dominante dos chefes e dos anciãos alargava-se rapidamente aos membros da linhagem do chefe do território, passando a constituir a aristocracia da sociedade.

Abaixo da aristocracia estava a camada dos homens livres, também com as suas linhagens. As linhagens estrangeiras e recém chegadas pagavam um tributo bastante pesado e a sua condição era inferior à dos outros homens livres, e por fim encontravam-se os escravos domésticos.

No norte de Moçambique, as linhagens estavam agrupadas em clãs (**Nihimo, Lokolo, Mutupo, etc**), cujo número era estável nas diferentes sociedades matrilineares.

Chefe da Linhagem
-------------------

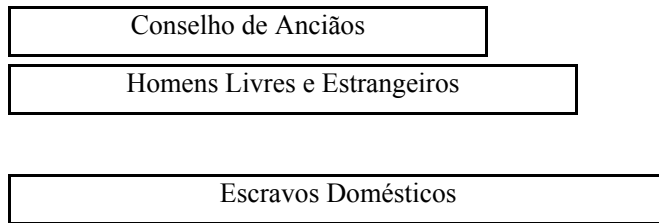


Fig. 7: Esquema da organização sociopolítica nas sociedades Bantu

### • A Ideologia

As crenças mágico-religiosas e outros aspectos ideológicos, desempenharam nessas sociedades, um papel muito importante, constituindo uma arma fundamental do poder, coesão social e da aparente imobilidade.

Os chefes das linhagens e os chefes territoriais imploravam aos antepassados, para si e para o seu povo, a chuva, a saúde, a protecção para a caça e para as viagens, etc. Como elo de ligação entre os anciãos mortos e vivos, o chefe sacerdote detinha uma função que era a base do poder. Em Tete, Manica e Sofala, nas formações dos Estados centralizados, desenvolveram cultos territoriais como **Mpondoro** (entre os Chonas) e o **Mwari, Nkwaya e Mbengulu** (com os Tsongas) que eram assistidos por especialistas.

Porém, eram as crenças na feitiçaria, a acção dos curandeiros contra-feiticeiros, que exprimiam os conflitos sociais, as coerções mortais e políticas e as dependências familiares.

### Alguns Conceitos Importantes

**Família alargada** – Vários elementos com ligações de parentesco, entre ascendentes e descendentes.

**Clã** – Várias famílias alargadas.

**Tribo** – Conjunto de clãs.

**Linhagem** – Série de geração de uma família. um grupo de parentes que descendem de um antepassado comum através de uma filiação materna ou de uma filiação paterna.

### 2.3.2. O Início da Diferenciação Etnolinguística em Moçambique:

#### - As linhagens Matrilinear e Patrilinear

Em Moçambique existem dois tipos de linhagens ou sistemas:

- A norte do rio Zambeze, predomina a linhagem Matrilinear;
- E ao sul do mesmo rio, predomina a linhagem Patrilinear.

### 2.3.3. Características gerais da linhagem matrilinear

Como resultado da influência nesta região, assiste-se as diferenças entre a região norte e sul do Zambeze. A norte do Zambeze devido ao impacto da mosca Tsé-Tsé, impediu numa primeira fase a prática da pecuária, sobretudo o gado bovino e privilegiando a prática da agricultura, actividades que maioritariamente eram praticadas pelas mulheres, o que teria originado comunidades matrilineares. Estas sociedades desenvolveram-se no norte do Zambeze. Devido a prática da agricultura, conferiu a mulher poderes sobre o homem. As suas características podem ser:

- O filho nascido de um casamento pertence à família da mãe;
- Pratica-se a **uxorilocalidade**, isto é, com o casamento o homem transfere-se da sua povoação para a da mulher;
- Nestas sociedades, se no casal a mulher morre, o homem era obrigado a casar-se com a irmã da sua defunta mulher. A esta prática chama-se **Surrurato**;
- O dote de maior significado é entregue pelo homem à mulher (mahari, em Makua);
- A educação dos filhos é assegurada pelo tio materno e não pelo pai;
- A transmissão do poder obedece mais ou menos a mesma regra: com a morte de um chefe o poder passa para o sobrinho, filho da irmã mais velha e não para o filho mais velho;
- A caça, pesca e a construção de casas eram as únicas actividades masculinas relevantes;

- As mulheres praticavam a agricultura na qual asseguram o sustento das comunidades;
- Praticavam cultos como Makewana, Mbona, etc., todos ligados a terra...

#### 2.3.4. Características Gerais da Linhagem Patrilinear

Estas sociedades desenvolveram-se no sul do Zambeze. Devido a prática da pastorícia, actividade praticada pelo homem, conferiu ao homem poderes sobre a mulher. Destacam-se, dentre outras, as seguintes características:

- O filho nascido de um casamento pertence à família do pai;
- Pratica-se a **virolocalidade**, isto é, por ocasião do casamento, a mulher transfere-se da sua povoação para a do marido, o que significa um indicador do papel preponderante que os homens desempenham na vida económica e social;
- Se no casal o homem morre, a mulher tem a obrigação de casar-se com o irmão do seu defunto marido. A esta prática chama-se **liverato**;
- O dote (lobolo) pago pelo noivo aos sogros aparece como mecanismo de estabilidade dos casamentos e de subordinação da mulher em relação ao homem;
- A transmissão do poder e da herança é do pai para o filho mais velho e não do tio materno para sobrinho como ao norte do rio Zambeze;
- A prática da pastorícia, actividade masculina por excelência, conferia aos homens o acesso a um bem duradouro, principalmente expresso em gado bovino. O gado era o meio principal de pagamento do lobolo e simbolizava o poder económico, ou melhor, representava a capacidade de adquirir esposa.

#### 2.4. Localização dos Grupos Etnolinguísticos em Moçambique

Com o impacto mercantil Árabe-Suahili, com o desenvolvimento das trocas comerciais, com as migrações e as guerras, começam a surgir diferenciações regionais, a nível cultural, linguístico, a nível dos costumes, etc., bem como a nível político com o aparecimento de reinos ou de chefaturas.

Os grupos etnolinguísticos que conhecemos hoje são resultado de um longo processo de transformações e assimilações, não apenas de diferenciações entre os primeiros bantu imigrados entre 200 e 300, como também de diferenciação entre povos de filiação matrilinear e patrilinear. Assim, os nomes das unidades etnolinguísticas surgiram em períodos diferentes:

- Os nomes **Makua, Lolo** ou **Lómuè** (Bororo) já existiam nos finais do século XVI;
- Com o desaparecimento dos Estados Marave afirmam-se nomes etnolinguísticos como **Nianja** (Niassa), gente do lago, e **Yao**, gente à volta da montanha Yao;
- **Mwani**, gente da costa de Cabo Delgado;
- **Chopi** e **Ndau** surgem por volta de 1830, durante o Mfecane;
- Os Tsonga como designação geral para **Ronga, Changana** e **Tsua**.

Em suma, podemos ter como principais grupos etnolinguísticos de Moçambique os seguintes:

a) **Cheua**: grupo que se localiza Norte do rio Zambeze: Macua e Lómuè em Nampula, Sul de Cabo Delgado, Norte de Zambézia e Sudeste de Niassa; Yau no Niassa; Chuabo na Zambézia.

b) **Chona**: grupo que se localiza a sul do rio Zambeze até rio Save: Nianja em Tete; Sena e Ndau em Sofala e Tete.

c) **Tsonga**: grupo que se localiza a sul de Save até todo sul de Moçambique: Changana em Gaza e Maputo; Ronga em Maputo; Guitonga, Chopi e Tsua em Inhambane.

#### Unidades Etnolinguísticas em Moçambique

Séculos	Línguas
Séc. II ao séc. XVI	Bantu
Séc. XVI	Nianja, Yao, Mwani, Maconde, Macua, Lómué
Séc. XVII	Sena
Séc. XVIII	Ronga

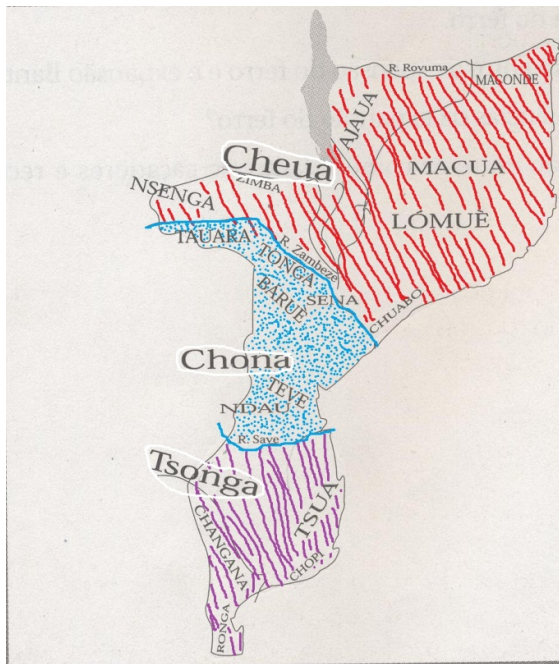


Fig. 9 - Unidades etno-linguísticas

### Exercícios

1. O que entende por linhagem?
2. Diferencie a linhagem patrilinear da matrilinear em quatro aspectos.
3. Dê o conceito de bando, família largada, clã, tribo, sociedade de exploração, diversidade cultural.
4. Como é esse grupo de pessoas é designado entre os Macua, os Ajaua, os Cheua, os Tsonga e os Shona?

## UNIDADE III: OS ESTADOS MOÇAMBICANOS E A PENETRAÇÃO MERCANTIL ESTRANGEIRA:

### Objectivos Específicos:

- Explicar o processo de surgimento do Estado;
- Descrever algumas teorias sobre a origem do Estado;
- Explicar o processo de formação dos Estados Moçambicanos;
- Explicar o papel da ideologia nos Estados Moçambicanos;
- Caracterizar a forma de actuação do capital mercantil em Moçambique;
- Explicar as marcas da presença árabe-persa em Moçambique;
- Relacionar o processo de desenvolvimento dos Estados moçambicanos com a actuação do capital mercantil;
- Explicar a importância do capital mercantil para o reforço da classe dominante;
- Caracterizar as diversas etapas da penetração mercantil em Moçambique;
- Diferenciar a actuação do capital mercantil árabe-persa da europeia;
- Explicar o surgimento das novas unidades políticas em Moçambique;
- Considerar a escravatura como um crime contra a Humanidade;
- Analisar o impacto da penetração mercantil europeia (portuguesa) para os Estados moçambicanos;
- Explicar a importância do capital mercantil para o reforço da classe dominante;
- Elaborar tabelas, mapas, resumos e fichas de trabalho sobre a penetração mercantil estrangeira.

### 3.1. A Penetração Mercantil Estrangeira

Penetração Mercantil estrangeira é o período em que as relações entre as comunidades Moçambicanas e outros povos se traduziram a trocas comerciais a partir das quais se verificou uma penetração estrangeira gradual em todas as esferas da vida daquelas, no período que se estendeu desde os anos 800 até 1886 ou seja, entre os séculos IX à XIX. Relações deste tipo em Moçambique conheceram duas etapas fundamentais:

- Penetração mercantil Afro-asiática e
- Penetração mercantil Europeia ou indiana.

#### Características da Fase da Penetração mercantil Afro-asiática

- Fixação Árabe Persa na região Austral (costa oriental Moçambicana);
- Intercâmbio comercial entre mercadores Asiáticos e comunidades Moçambicanas;
- Edificação das primeiras sociedades de classes e dos primeiros estados (ex: o Estado de Manyikene, Mwenemutapa e Marave);
- Surgimento dos Reinos AfroIslâmicos da costa: Sultanatos e Xeicados.
- O produto mais comercializado nesta fase era o ouro;
- Surgimento de núcleos linguísticos na costa norte de Moçambique;
- Estabelecimento dos primeiros núcleos islamizados na costa nortenha de Moçambique;

- Predomínio da cultura swahili no norte de Moçambique.

### **Características da Fase da Penetração Mercantil Europeia**

- A chegada e a penetração mercantil europeia – portuguesa;
- Desenvolvimento do comércio de ouro, marfim e escravo;
- A fixação portuguesa e a fundação da feitoria de Sofala em 1505;
- Conflitos entre Árabes e Portugueses;
- Em 1507 os Portugueses fundam a feitoria na Ilha de Moçambique;
- Em 1522 os Portugueses fundam a feitoria na Ilha da Quirrímbas (Cabo Delgado);
- Em 1530 os Portugueses fundam a feitoria de Sena;
- Em 1544 os Portugueses fundam a feitoria em Quelimane e descobrem a baía de Lagoa (Maputo);
- Fase do ciclo de ouro (séc.IX/XIV-XVII);
- Fase do ciclo do marfim (XVII-XIX);
- Fase do ciclo dos escravos (metade do séc.XVIII até a primeira metade do séc.XIX);
- Emergência dos Estados Militares do vale de Zambeze, Prazos da Coroa e o Estado de Gaza, Ajaua e Afro Islâmicos da Costa;
- Desagregação de vários Estados moçambicanos.

Se tivermos em conta aos produtos maioritariamente traficados nestas trocas é possível destacar três ciclos ou fases de penetração sendo os seguintes:

- Ciclo de Ouro (1505-1693);
- Ciclo de Marfim (1693-1762);
- Ciclo de Escravos (1762-1836), em termos do tráfico legal.

É importante salientar aqui que estas fases se sucederam, sem no entanto significar que o começo duma etapa fosse a extinção completa da fase subsequente ou anterior.

Fora destes três ciclos de penetração (Ouro, Marfim e Escravos), também foram comercializados os seguintes produtos: pele de animais, carapaças de tartaruga, cerra de abelha, etc.

Estas três fases ou ciclos de penetração, são historicamente determinados pelo forte impacto que a procura de cada uma destas mercadorias teve sobre as comunidades locais.

É também importante referir que a penetração mercantil estrangeira corresponde a primeira grande etapa da integração da costa oriental africana no comércio internacional.

Foi no contexto da penetração mercantil estrangeira que se fortificaram e desapareceram os grandes Estados e Impérios, formaram-se grandes e pequenos Estados Militares do Vale do Zambeze, Reinos Afro-Islâmicos da costa (Sultanatos e Xeicados), os Prazos de Coroa e que algumas estruturas de parentesco foram abaladas.

#### **3.1.1. A Penetração Mercantil Árabe-Persa (Século IX-XVI)**

#### **3.1.2. Contexto Geral da Penetração Mercantil Árabe-Persa em África**

A necessidade de expandir a religião Islâmica, a desertificação da parte da Arábia, a procura de mercados seguros, dadas suas tradições comerciais, foi entre outras razões que levaram a que grupos Árabes, deixassem a sua terra natal – região do Golfo Pérsico e se fixassem na costa oriental africana a partir do século VII, tendo se sustentado que a primeira fixação em Moçambique tenha ocorrido nos anos 800 (século IX). A partir do século VII, verifica-se a fixação na costa oriental africana do povo proveniente do Golfo Pérsico, da Península Arábica, da Pérsia, da Índia e da China.

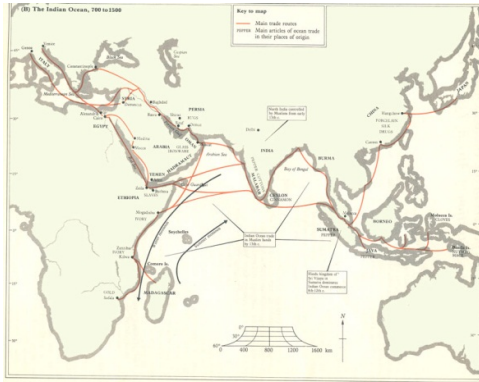


Fig.11 Mapa da Expansão Árabe-Persa em África



Fig.12 Mapa da Expansão Árabe-Persa em África – O Golfo Pérsico

### Factores da Penetração Mercantil Árabe-Persa

De forma sucinta, os factores da penetração mercantil Árabe-Persa foram quatro, a saber: geográficos, técnicos, económicos e ideológicos.

#### • Factores Geográficos ou Naturais

A península Arábica apresenta-se como um território maioritariamente **árido e infértil**. A maior parte da paisagem da Península Arábica é **desértica**, o que levou os seus habitantes a procurarem novos territórios, não só habitáveis como, fundamentalmente, propícios para a prática de actividades económicas. A **proximidade geográfica** de África e, em particular Moçambique também pode ser considerada um factor da expansão Árabe-Persa. África, ou Moçambique apresentou-se como uma boa resposta para o povo persa porque era relativamente perto e alcançável por mar e por terra.

#### • Factores Técnicos

A expansão islâmica foi possível também porque os Árabes tinham um grande **conhecimento da arte de navegação**. Para além da arte de bem navegar, os islâmicos eram **excelentes cartógrafos** e consequentemente conheciam bem a costa leste dos continente Africano.

Para realizarem uma boa navegação, os Árabes tinham conhecimento consolidados em **astronomia**.

#### • Factores Económicos

Os Árabes, tanto em outros tempos como na actualidade, foram e são **bons comerciantes**. África do século VIII, apresentou-se como um bom mercado tanto para a venda de produtos árabes como para a compra de produtos africanos.

#### • Factores Ideológicos

Um dos pressupostos de algumas religiões consiste na sua expansão a fim de cativar e converter os fiéis. O Islão também teve uma fase de forte expansão inicial, logo depois da ascensão de Mahomé. Neste caso, os Árabes expandiram-se para África e, no caso concreto, Moçambique com a motivação de **difundirem o Islão**.

### Os Contactos ao Longo da Costa e Suas Repercussões

Esta penetração fez-se sentir quase em toda costa oriental africana, desde Mogadíscio na Somália até Sofala em Moçambique.

Foram estes povos que entraram em contacto comercial com os povos africanos, formando-se intermediários no comércio entre África oriental e Ásia. Esta actividade levou a criação de entrepostos comerciais ao longo da costa oriental, dando origem a grandes cidades como **Mogadíscio, Melinde, Mombaça, Kilwa, Zanzibar** e mais tarde a sul da costa de Moçambique **Angoche** e **Sofala**. Entre os séculos IX e XIII encontramos evidências de uma progressiva e lenta fixação de povos provenientes principalmente do Golfo Pérsico, com objectivos meramente comerciais.

*“Entre os séculos IX e XIII encontramos evidências de uma progressiva e lenta fixação de populações provenientes principalmente do Golfo Pérsico, a qual era um dos principais centros de comércio no Índico no século X. Essas populações estabeleceram-se em toda a costa oriental e, particularmente, nas Ilhas de Zanzibar e de Pemba. Aparentemente foi no século XIII que o maior número de emigrantes se fixou em entrepostos comerciais ao longo da costa oriental africana. Muitos geógrafos daquele tempo referem a existência de um activo comércio com as “terras de Sofala”. Foi talvez durante o século XII que Mogadixo surgiu como centro de absorção do comércio de ouro feito por Sofala, tendo, porém, sido rapidamente substituído pela mais proeminente das cidades do Índico: Quíloa, a sul da costa tanzaniana.”*

Antes do século XVI, o comércio no Oceano Índico era controlado pelos muçulmanos, os Árabes Swahili. No sub-contidente asiático as suas actividades eram dominantes ao longo da costa de Malabar até baixo Calcut. A indicação mais antiga a cerca de Sofala encontra-se em Al-Masud, viajante árabe do século X que refere, que *“os marinheiros de Oman, da tribo de Alazd, viajavam nos mares de Zanga até Kambala e Sufalh”*. A principal mercadoria era o ouro e o marfim. No século X (ano de 930), instalaram-se na costa africana, refugiados árabes criando as cidades mercantis de Bravo e Mogadixo.

Em meados do século XII, comerciantes da indonésia juntara-se aos árabes comerciando com os povos do litoral trocando seus produtos orientais por ouro, marfim, pele do leopardo, carapaça de tartaruga, âmbar cinzento, chifres de rinoceronte e mais tarde por escravos. Segundo Al-Idris (viajante árabe), *indianos e chineses também frequentaram a costa oriental africana comerciando com as Ilhas Comores (...)*.

**Não era, contudo, o domínio territorial que pretendiam, mas o desenvolvimento do comércio.** Tornou-se, por isso, importante para eles, o controlo dos pontos das costas mais ricas ou que seriam para o escoamento dos produtos do interior. O tráfico intensifica-se no século XIII, altura em que comerciantes de Guzurate, Coromondel, Malabar e Bengala, passaram a dominar grande parte das rotas comerciais do Oceano Índico que atingiu o seu apogeu no século XV, nas vésperas da chegada dos Portugueses. (...). Pode-se pois dizer-se que, a costa oriental de África, era visitada (pelo menos desde os primeiros séculos da nossa era) por navegadores indonésios, que mantinham já no primeiro milénio relações regulares com a Arábia do Sul, Pérsia, Índia e Malaca, contactos estes favorecidos pelo regime das monções do Oceano Índico (SOUTO, 1996:111-112).

Portanto, a actividade mercantil asiática na costa norte de Moçambique teve início por volta do século IX. Relatos de viajantes e comerciantes árabes apontam Sofala como tendo sido o limite extremo ao sul, visitado por mercadores proveniente do Golfo Pérsico e da Península Arábica, muito antes da chegada dos portugueses nos finais do século XV. Na opinião de Al-Masudi, Sofala não definia qualquer estabelecimento particular, mas significava **“baixo”** ou terras baixas.

O ouro produzido no interior e o marfim, inicialmente fornecido pelos caçadores macuas da costa de Nampula, foram os primeiros produtos asiáticos em Moçambique.

Tecidos de seda, louça de vidro e de porcelana, artigos que as populações africanas ainda não produziam apareceram nas formações sociais moçambicanas como resultado directos dos contactos comerciais com os mercadores asiáticos.

### **Quem São os Persas?**

São os descendentes de tribos que ocupam uma região na Ásia Central há cerca de 3 mil anos. Em sua maior expansão, o território persa estendeu-se por uma área hoje ocupada por nações como **Usbequistão, Turcomenistão, Afeganistão, Turquia, Paquistão, Iraque e Irão**. Os iranianos, aliás, são descendentes directos dos persas. Tanto que o país se chamou Pérsia até o século passado - o nome Irão, que na língua persa significa "terra dos arianos" (uma referência à etnia de seus ancestrais), só foi adoptado oficialmente em 1935.

### **3.1.3. Consequências da Presença Árabe-Persa em Moçambique**

Os contactos com carácter permanente entre as populações moçambicanas na costa norte e os mercadores asiáticos contribuíram para o desenvolvimento de transformações socio-políticas, económicas, religiosas e culturais.

#### a) A Nível Político

- Emergiram e desenvolveram-se unidades políticas nas costas de Cabo Delgado e de Nampula com predominância de características marcadamente não africanas;
- Aprofundamento das desigualdades sociais;
- Os Reinos Afro-islâmicos, tais como o Sultanato de Angoche e os Xeicados de Sangage, Quitangonha e Sancul tiveram a sua origem na actividade mercantil e foram estruturados exactamente para dar maior dinâmica a essa actividade;

Introdução de artigos que, pela sua raridade, ascendiam, nas formações africanas, à categorias de bens de prestígio contribuiu para a elevação do padrão de consumo das camadas privilegiadas e estimulou de certa forma a luta pelo poder. Pode-se sustentar que a presença de mercadores asiáticos contribuiu directamente para um factor externo que catalisou o processo de formação dos primeiros Estados centralizados em Moçambique.

#### b) A Nível Cultural

No plano cultural, os casamentos, os contactos comerciais e o surgimento de novos hábitos e línguas resultantes da fusão de hábitos e línguas africanas e árabes, por exemplo, foram responsáveis pela origem e desenvolvimento da cultura **Swahili** na Tanzânia e no Quénia. Em Moçambique a longa coexistência estimulou o aparecimento de novos núcleos linguísticos nas costas de Cabo Delgado e Nampula: os **Mwani** na costa de Cabo Delgado; os **Naharra** na costa de Nampula e Ilha de Moçambique; os **Koti** em Angoxe, etc. Outras línguas como o **Sena e Ndau** em Sofala e **Guitonga** de Inhambane preservam empréstimos de Swahili;

A maneira de vestir, uso de brincos no nariz, nas construções, nos casamentos, no enterramento dos mortos, na língua...

As religiões na costa norte da Moçambique converteram-se ao islamismo;

#### c) A nível económico

Acumulação por parte dos aristocratas de bens de prestígio. Acumulação primitiva do capital por parte dos comerciantes. Introdução de algumas culturas como banana, Coko, Laranja, Limão, Cana-de-açúcar e arroz.

1. Muito antes da chegada dos portugueses ao território que hoje é Moçambique já aqui comerciavam asiáticos muito em particular os árabo-persas e Swahili.
  - a) Identifique os vestígios resultantes da influência destes mercadores da Ásia.
2. Desde quando Sofala é referida nos relatos árabes?
3. Elabora um gráfico de tempo sobre a actividade comercial no indico. Coloca nele o período do surgimento, apogeu e decadência do comércio na costa oriental.
4. A primeira fase da penetração mercantil (que antecedeu a chegada dos europeus à Moçambique), correspondeu à primeira etapa da integração da costa oriental africana no comércio internacional.
  - a) Indica os principais intervenientes nesta fase.
  - b) Há quem diga que *"o comércio teria criado condições para o início da exploração dos Estados Moçambicanos"*. Concorda com esta afirmação? Justifica a tua resposta.

#### Exercícios:

### 3.2. Abordagem Teórica Sobre a Origem do Estado

Sabe-se, que o Estado não existe desde a eternidade. Na comunidade primitiva, por exemplo, onde o trabalho era dividido por sexo e idade, se praticava a caça e a recollecção, se utilizava instrumentos de trabalho rudimentares, onde a principal forma de organização social era os bandos e mais tarde famílias alargadas e clãs, onde todos trabalhavam e o produto final era distribuído de forma igual para todos os membros da comunidade, não se pode falar da existência do Estado, pois não existia a diferenciação social.

### 2.5.1. Significado de Estado

A palavra Estado, grafada com inicial maiúscula, é uma forma organizacional cujo significado é de natureza política. É uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. As funções tradicionais do Estado englobam três domínios: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Numa nação, o Estado desempenha funções políticas, sociais e económicas.

Também são designadas por Estado, cada uma das divisões político-geográficas de uma república federativa. Estas divisões são autónomas e possuem um governo próprio regido por uma estrutura administrativa local. O Brasil é dividido em 26 Estados e um Distrito Federal.

Grafada com inicial minúscula, a palavra estado significa a situação presente em que se encontra alguma entidade. Exemplos: estado de pobreza, estado do tempo, estado civil, estado anímico, estado físico, etc.

#### O que é Estado, País e Nação?

**Estado** - é uma comunidade organizada politicamente, ocupando um território definido, (normalmente sob Constituição) e dirigida por um governo, também possuindo soberania reconhecida internamente e por outros países.

**País** - Um país é um território social, política, cultural e geograficamente delimitado.

**Nação** - Conjunto dos indivíduos, geralmente da mesma raça, que habitam o mesmo território, falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e obedecem à mesma lei.

**De forma simplificada, o Estado é uma criação humana destinada a manter a coexistência pacífica dos indivíduos, a ordem social, de forma que os seres humanos consigam se desenvolver, e proporcionar o bem-estar a toda sociedade.**

É o Estado o responsável por dar força de imposição ao Direito, pois é ele que detém o papel exclusivo de aplicar as penalidades previstas pela Ordem Jurídica.

**Assim o Estado pode ser definido como o exercício de um poder político, administrativo e jurídico, exercido dentro de um determinado território, e imposto para aqueles indivíduos que ali habitam.**

### 2.5.2. Os Elementos que Caracterizam o Estado são:

Independentemente destas ou de outras teorias, os elementos constituintes de um Estado são:

- **População** - entende-se pela reunião de indivíduos num determinado local, submetidos a um poder central. O Estado vai controlar essas pessoas, visando, através do Direito, o bem comum. A população pode ser classificada como nação, quando os indivíduos que habitam o mesmo território possuem como elementos comuns a cultura, língua, a religião e sentem que há, entre eles, uma identidade; ou como povo, quando há reunião de indivíduos num território e que apesar de se submeterem ao poder de um Estado, possuem nacionalidades, cultura, etnias e religiões diferentes.
- **Território** - espaço geográfico onde reside determinada população. É limite de actuação dos poderes do Estado. Vale dizer que não poderá haver dois Estados exercendo seu poder num único território, e os indivíduos que se encontram num determinado território estão obrigados a se submeterem.
- **Soberania/Aparelho de Poder** - é o exercício do poder do Estado, interna e externamente. O

Estado, dessa forma, deverá ter ampla liberdade para controlar seus recursos, decidir os rumos políticos, económicos e sociais internamente e não depender de nenhum outro Estado ou órgão internacional. A essa autodeterminação do Estado dá-se o nome de soberania.

### 2.5.3. Qual é a Diferença Entre Império, Reino e Principado?

Historicamente, chamaram-se Impérios a grupos de Estados ou reinos subordinados a um chefe ou governo que se formaram, quer pela sua livre associação, geralmente com objectivo de defesa mútua, quer pela dominação de vários Estados por um Estado dominante. Foi desta forma que se formaram os grandes Impérios coloniais. O Império também é uma forma de governo monárquico, cujo chefe é um imperador. Em sentido restrito, designa a própria autoridade ou poder de um soberano, imperador ou imperatriz. O chefe supremo de um império é geralmente chamado imperador.

**Reino** - país, estado governado por um rei; monarquia, domínio, lugar ou campo em que alguém ou alguma coisa exerce poder absoluto

**Principado** - é um território governado por um príncipe. É distinto de um reino, normalmente porque tem um tamanho modesto, outras vezes porque não tem soberania total.

### 2.5.4. Qual a Diferença Entre Império e Reino?

Da forma como são usadas hoje, as duas palavras costumam ser empregadas no sentido de Estado. *"Os impérios são grandes, enquanto os reinos geralmente estiveram associados à ideia de dimensões territoriais menores. A figura de imperador se reveste de maior importância que a de rei"*, afirma o historiador Newton Barbosa de Castro, da Universidade Federal de Juiz de Fora. A questão da extensão territorial é relevante, mas talvez a diferença mais importante entre os dois conceitos seja outra: o rei governa seu próprio povo, enquanto o imperador é soberano de outros povos, conquistados não só pela força, mas também pelo poder económico ou pela eficiência diplomática. Dentro de um império, podem coexistir várias etnias diferentes, unificadas por uma única administração e submetidas a uma mesma autoridade. Por isso, normalmente um reino é uma entidade político-administrativa mais estável, enquanto o império se caracteriza por uma constante tentativa de expansão. Um bom exemplo para diferenciar os dois conceitos é o do reino inglês. Com a conquista de territórios fora da Grã-Bretanha a partir do século XVI, ele passaria a ser chamado de Império Britânico. Isso até perder quase todas as suas últimas colónias no século XX e voltar a ser apenas um reino.

### 2.5.5. O Surgimento da Diferenciação Social

A partir do momento em que o homem descobre a agricultura e a pastorícia, se torna sedentário, introduz novos instrumentos de trabalho, provocando o aumento da produção (e da população), surgindo o excedente, começaram a surgir os primeiros sinais de diferenciação social, quando os chefes se apropriavam dos excedentes da população.

Assim, para defender os seus interesses, os chefes criaram uma equipe de pessoas capazes de administrar e organizar a sociedade em seu próprio benefício – **É o ESTADO.**

Na sua obra a origem da família, da propriedade e do estado, Engels mostra como o Estado se relaciona intimamente com a propriedade. Nesta obra, o autor demonstra que o surgimento do Estado liga-se intimamente ao processo e desenvolvimento das forças produtivas, pois é a partir do determinado estágio e desenvolvimento das forças produtivas que surge um grupo especializado em função da direcção e controlo da produção, sem fazer parte directa deste processo.

A análise do Estado, como um instrumento de coação, surge no modo de produção escravagista da luta entre os senhores e os escravos. Para os proprietários dos escravos surge como consequência necessária para defender a sua posição privilegiada, o seu poder político, a sua ordem de exploração, para exercerem sobre os escravos, a pressão que precisavam de exercer e para aquisição de mais escravos era importante a criação de um instrumento de coação e do poder a que genericamente se designa por Estado.

A história mostra que o Estado, aparelho de coacção distinto, só surgiu onde e no momento em que aparece a divisão da sociedade em grupos de homens, onde uns podem apropriar-se constantemente do trabalho do outrem, onde uns exploram os outros. A essência mais íntima, é que o Estado é um instrumento da aplicação directa da violência. Na verdade, foi o excedente que fez surgir em toda a parte do globo uma classe de ociosos que sem trabalhar se encarregam pela função técnico-administrativa controlando o trabalho dos outros, a qual progressivamente é absolvida pela dominação política.

A partir do momento em que aumenta a divisão do trabalho social aumenta, igualmente a necessidade de dispor de uma equipe de pessoas capazes de administrar a sociedade.

O Estado foi sempre um aparelho separado da sociedade e composto por um grupo de pessoas a ocuparem-se exclusivamente da tarefa de governar.

Os Homens dividem-se em governados e especialistas na arte de governar, os quais estão acima da sociedade e se chamam governantes, representantes do Estado. Este grupo de pessoas que governa os outros, serve-se sempre de instrumentos ideológicos coercivos: **polícia, exército, tribunais, cadeias, religião, imprensa, educação, etc.**

Da antiguidade até aos nossos dias podemos distinguir os seguintes tipos de Estados:

1. Esclavagista, onde o escravo não tem qualquer direito, não é considerado um ser humano;
2. Feudal, onde o camponês está preso à terra;
3. Burguês/Capitalista;
4. Socialista;
5. Democrático.

O Estado é um órgão especial que surge em certo momento da evolução da história da humanidade. Nasceu da divisão da sociedade em classes e desaparecerá no momento em que desaparecer esta divisão. Nasceu como instrumento nas mãos da classe dominante, com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade, e desaparecerá quando o domínio desta classe desaparecer.

### 2.5.6. Algumas Teorias Sobre a Origem do Estado

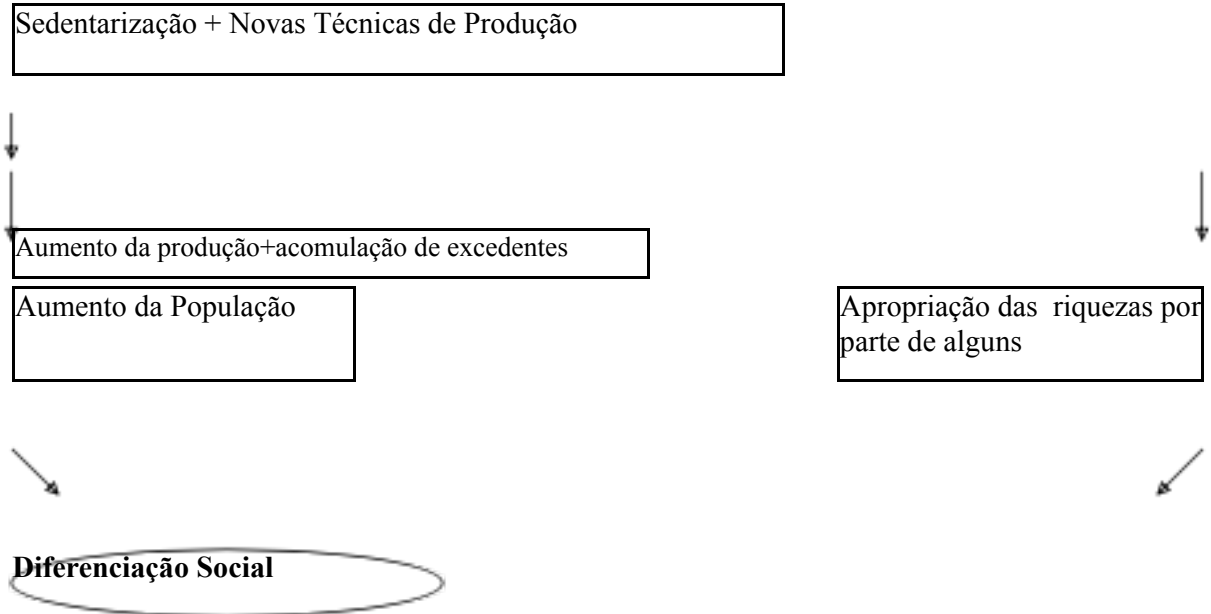
Existem várias teorias sobre a origem do Estado:

- **Teoria Marxista** – O Estado é uma organização do poder político numa sociedade de classes, uma máquina destinada a manter o domínio de uma classe sobre a outra. Como dizia Lenine, *“o Estado é o produto e a manifestação do carácter irreconciliável das contradições de classes. O Estado surge onde, quando e no grau em que as contradições de classes não podem, objectivamente, conciliar-se. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classes são irreconciliáveis.*

Para os Marxistas, o Estado tem funções de tipo técnico - administrativo e de dominação política.

- **Teoria Liberal** – a missão do Estado consiste em eliminar todos os obstáculos que se opõem a uma vida agradável, isto é, a função do Estado reduz-se a assegurar a manutenção da ordem estabelecida, em que os interesses individuais e o jogo livre dos mesmos constituem o interesse geral.
- **Teoria Totalitária** – o Estado substitui-se ao corpo político e identifica-se à comunidade nacional. Pretende-se o único meio de canalização e de expressão da vida cívica.
- Para os autores **democráticos**, o Estado é uma instituição organizada política, social e juridicamente, ocupando um território definido, onde a lei máxima é uma constituição escrita, e é dirigido por um governo que possui soberania reconhecida interna e externamente.
- **Teoria da Força** - Também chamada “da origem violenta do Estado”, afirma que a organização política resultou do poder de dominação dos mais fortes sobre os mais fracos. Dizia Bodin que *“o que dá origem ao Estado é a violência dos mais fortes”*.

Segundo Jacques Maritain, “O Estado é apenas a parte do corpo político cuja função especial consiste em manter a lei, governar nos limites da constituição, promover a prosperidade comum e a ordem pública e administrar os negócios públicos. O Estado é uma parte especializada nos interesses de todos. Não é um homem nem um grupo de homens: é um conjunto de instituições que se constituem afim de formar uma máquina reguladora, ocupando o todo da sociedade.”



**Fig. 10:** Diferenciação social.

Em Moçambique a existência do Estado no período pré-imperialista não foi um fenómeno generalizado.

O processo de surgimento e as funções do Estado em Moçambique no período pré-colonial, são diferentes da realidade greco-romana tomadas como exemplos clássicos do surgimento do Estado.

Em Moçambique, a fonte do Estado foi o desenvolvimento das forças produtivas intimamente ligada ao desenvolvimento de uma economia mais complexa, dependente da agricultura, utilizando a tecnologia de ferro e integrando as anteriores formas de subsistência: recolção, pesca e caça. Nessa economia, nota-se a sedentarização e a ocupação bem como a defesa de terras favoráveis.

Para agricultura, eram cada vez mais importantes e avançavam paralelamente com o desenvolvimento de especialização (a mineração e o fabrico de ferro e do cobre e o surgimento do comércio regional), favoreceram trocas entre zonas geográficas complementares.

A evolução de uma organização social mais estratificada e mais complexa, como resultado da competição para recursos de invasão e sobreposição de linhagens, da acumulação de bens e da necessidade de protecção.

A crescente inclusão da pastorícia do gado bovino sobretudo e o surgimento do comércio oceânico de marfim e do ouro acelera esse processo intensificando não só as possibilidades de enriquecimento e acumulação, como também a necessidade sistemática de tributação interna por exemplo: para organizar a mineração e controlar a canalização do minério e a defesa externa, incluindo a protecção das rotas do comércio.

## 3.2.O Estado do Zimbabwe

### 3.2.1.Origem

Cerca do ano 1000 da n.e. as populações de língua Shona estabeleceram-se na região do planalto do Zimbabwe, possivelmente vindos da região do Natal (África do Sul), dominando as populações que aí viviam. O Grande Zimbabwe é um complexo de amuralhados de pedra situado na região leste do Zimbabwe, perto da fronteira com Moçambique. Este complexo é considerado um monumento nacional, que deu o nome ao país onde actualmente se situa. O "Monumento Nacional do Grande Zimbabwe" foi inscrito pela UNESCO como Património Mundial em 1986.

Segundo Fagan, “o Estado de Zimbabwe nasceu muito antes da tradição oral que lhe sobreviveu; tudo o que dele sabemos deve-se à investigação arqueológica ou a uma informação linguística bastante genética. Os arqueólogos estabeleceram que os povos de língua shona podem ter sido os responsáveis pelas tradições da Idade de Ferro recente surgidas entre o rio Zambeze e Limpopo.”

O Estado de Zimbabwe existiu, aproximadamente, entre 1250 e 1450, onde a classe dominante fez rodear as suas habitações de amuralhados de pedra conhecidos por **Madzimbabwe** (singular **Zimbabwe**), cuja capital era o **Grande Zimbabwe**, onde concentrou-se grande parte do poder político e económico. Nos primeiros séculos da nossa era, o planalto de Zimbabwe era habitado pelos *Karanga*, grupo bantu que falava Shona. Foram estas populações Karanga que fundaram o Estado de Zimbabwe, entre os rios Zambeze e Limpopo.

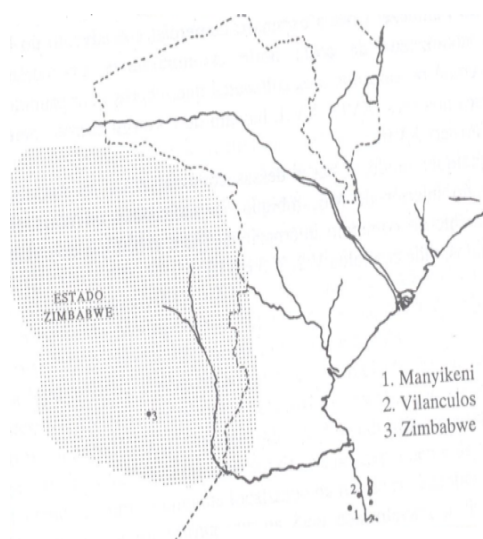


Fig.13 Mapa do Estado de Zimbabwe

### 3.2.2. Significado do Amuralhado

- Traduziam uma ostensiva demonstração do poder;
- Como instrumento físico do domínio de uma classe, desempenhavam a função de protegê-la militarmente.

Isto é, os madzimbabwe para além de garantirem a defesa, simbolizavam o poder político e económico das classes dirigentes.

Os colonialistas ingleses encontraram nesta região muralhas de pedra, e como eram racistas, afirmaram que tinham sido construídas por outros povos, já que os povos de raça negra, que eles consideravam inferiores, não poderiam ter feito construções tão grandiosas. Só depois de alguns estudos os historiadores provaram que as muralhas tinham sido construídas pelos povos que aí viveram, os povos de língua shona, derrotando assim ideias racistas.

Achados dentro e fora desses recintos mostram claramente a grande diferenciação social entre a classe dominante e a dominada. Deste modo, a classe dominante habitava em certas palhotas que pertenciam ao clã **Rozwi ou Torwa**.

Fora dos madzimbabwe foram encontrados instrumentos de trabalho e vestígios de objectos que mostram um padrão de consumo muito baixo, enquanto que dentro dos amuralhados os

arqueólogos descobriram quantidades apreciáveis de pedaços e até mesmo objectos que localmente não eram fabricados.

Além do Grande Zimbabwe são conhecidos vários centros regionais, igualmente circundados por muros de pedra, como **Manyikeni**, que se situa a 50 quilómetros da Baía de Vilanculos e a 450 do Grande Zimbabwe, insere-se pela sua arquitectura, materiais arqueológicos e datações absolutas, no período aqui considerado.

Manyikeni, tendo sido escavado durante cinco campanhas, entre 1975 e 1980, constitui hoje o primeiro Museu Arqueológico de Moçambique. Importa realçar que entre os séculos XVI e XVII, Manyikeni fazia parte do território de **Sedanda**, o qual, segundo a tradição oral, fora uma parte do Estado dos Muenemutapas. Constituía, provavelmente, a sede de uma dinastia e um entreposto comercial, podendo controlar a Baía de Vilanculos e assegurar um rápido escoamento de mercadorias. Entre os produtos importados por Manyikeni contavam-se missangas de vidro colorido, porcelanas, louça vidrada e finas garrafas de vidro. De possível manufactura local foram enxadas, pregos, machados, um elegante gongo, contrapesos de roca feitos de barro para fiação do algodão e consideráveis quantidades de olaria. Todos esses produtos assemelhavam-se aos dos centros regionais e aos do próprio grande Zimbabwe.

### 3.2.3. Manyikeni: Um Museu ao Ar Livre

A UNESCO considera a utilidade da preservação do património cultural juntamente com o seu meio natural e ainda o valor espiritual, ou seja o intangível que muitos monumentos encerram. Existem em Moçambique seis bens classificados pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade, sob proposta da sociedade civil e do Governo de Moçambique: **a Ilha de Moçambique**, declarada em Dezembro de 1991, **a Chilembene, Matchedje, Nwadjahane, Timbila e o Nyau**, declarados em 2005. Estes últimos dois bens mereceram esta distinção como obras-primas do Património Oral e Intangível da Humanidade.

As **estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene** e os conjuntos das **pinturas rupestres nas províncias de Manica e Nampula** foram inscritas na lista indicativa como eventuais candidatos de serem classificados como Património da Humanidade. A possível elevação da estação arqueológica Manyikeni a esse estatuto significará o reconhecimento do seu legado histórico, arquitectónico, natural e ambiental. Ao Governo de Moçambique cabe a missão de conservação, preservação, restauro e divulgação deste complexo histórico, nos planos nacional e internacional.

Manyikeni localiza-se no centro da província de Inhambane, 450 quilómetros a sudoeste do Grande Zimbabwe, a oeste de Vilankulo e a 50 quilómetros da costa do Oceano Índico. A estação é um centro regional da tradição Zimbabwe do segundo milénio. O conjunto arqueológico é constituído por uma muralha e povoamento circunvizinhos.

O primeiro museu ao ar livre em Manyikeni foi fundado em 1979. Os seus propósitos educacionais já estavam patentes durante as pesquisas e actividade científicas. Mais de 450 pessoas residentes das zonas abrangidas pelas pesquisas participaram voluntariamente apoiando nas escavações e tomarem parte nas palestras e visitas à estação. Foram inauguradas sete placas informativas sobre a história da estação e uma exposição da autoria do jovem pintor J. Libombo que ilustra achados arqueológicos e a vida dos seus habitantes. Assim, o primeiro objectivo da exposição e do museu arqueológico ao ar livre foi divulgar a história pré-colonial de Moçambique.

As escavações arqueológicas em Manyikeni forneceram importantes informações acerca da história e do papel desta estação no desenvolvimento do comércio à longa distância na África Austral entre os séculos XIII e XVII. Manyikeni estava também ligada, cultural e economicamente, aos povoamentos costeiros em Moçambique, como Chibuene, fundado ainda no primeiro milénio, e ao Grande Zimbabwe no interior do continente.

A grande quantidade de material proveniente das escavações confirma uma longa ocupação. A população viveu em Manyikeni antes da construção do amuralhado (cerca do ano 1200) e durante a sua construção (até ao ano 1450).

O abandono ou marginalização de Manyikeni, nos séculos XVI-XVII está relacionado com a implantação da autoridade político-militar portuguesa em Sofala (1505) e na Ilha de Moçambique (1507), bem como com a fragmentação do Zimbabwe nos Estados Bútua e Muenemutapa a partir do século XV.

#### 3.2.4. Actividades Económicas

O povo vivia em aldeias e as suas principais actividades económicas **eram agricultura, pastorícia, metalurgia de ferro, comércio e a mineração**. Antes da chegada dos mercadores estrangeiro a mineração, praticada em períodos que não comprometiam a agricultura, tinha como objectivo principal a aquisição da matéria-prima necessária para os artesãos fabricarem instrumentos de trabalho e objectos de adorno. Com a metalurgia, também faziam enxadas e pontas de setas.

O comércio era uma das actividades do Estado do Zimbabwe e estava muito bem organizado, onde estabelecia relações comerciais com os chineses, indianos e árabes. O comércio era controlado pela classe dominante que vendia aos árabes **ouro, cobre, ferro, marfim** e recebia em troca bens de prestígio, como **tecidos, missangas, porcelanas, louça de vidros**, etc.

**O comércio a longa distancia**, alimentado essencialmente de ouro, introduziu bens que nas formações africanas perdiam o seu valor de troca, passando a circular como bens de prestígio, só acessíveis às classes privilegiadas. Este comércio (sobretudo de ouro), com mercadores estrangeiros, fez de **Manyikeni um entreposto comercial de grande importância**. O comércio não criou o Estado de Zimbabwe, mas desempenhou um papel preponderante ao criar condições para o alargamento do padrão de consumo e incentivar as ambições territoriais dos chefes.

Sustentamos que o Estado de Zimbabwe, não é produto da actividade mercantil, porque as formações sociais pré-mercantis, do peso considerável dos laços de parentesco, funcionavam com estruturas bem hierarquizadas e com uma complexidade que já apontava para formas de organização características de um Estado ainda numa fase embrionária.

#### 3.2.5. Organização Político-Social

A sociedade shona encontrava-se organizada da seguinte forma: no topo estava o **rei**, que vivia no Grande Zimbabwe, auxiliado por um **Conselho de Anciãos**, na base da pirâmide estava a **comunidade aldeã**, que vivia fora dos Madzimbabwes.

As classes dominantes deviam ter um número aproximado dos mil. A demais população Zimbabweana era composta pelos composeses e exploradores mineiros, constituindo o povo e viviam fora das muralhas.

#### 3.2.6. Fontes Económicas do Poder dos Chefes

As populações do Estado de Zimbabwe entregavam como tributo produtos como **mapira, bois, cabras, ouro e marfim** e tinham que dar ao chefe todos os meses alguns dias de trabalho para a construção de muralhas.

#### 3.2.7. O Aparato Ideológico

As crenças mágico-religiosas e outras práticas ideológicas, desempenharam, nestas sociedades um papel muito importante. As crenças mágico-religiosas constituíam uma arma fundamental do poder, da coesão social e de aparente imobilidade. O rei e os chefes das linhagens imploravam aos antepassados, para si e para o seu povo, a chuva, saúde, protecção para a caça e para as viagens. O rei era o elo de ligação entre os vivos e os mortos, possuindo, assim, uma função que era uma base

do poder.

### 3.2.8. Decadência

A decadência do Estado de Zimbabwe pode estar relacionada com os seguintes factores:

- O abandono pela maior parte dos seus habitantes;
- Conflitos frequentes entre os chefes dos clãs Rozwi e Torwa devido ao controlo do comércio na costa;
- A procura de terras férteis para a agricultura;
- Aumento da população numa região pouco fértil;
- A necessidade de troca comercial com os Árabes no Vale do Zambeze;
- A seca do rio Save, que dificultava a comunicação com a costa.

Porém, não são claras as razões do abandono. Aponta-se ainda a invasão do planalto zimbabweano pelos exércitos de Mutota.

**NB:** É importante referir que, o Grande Zimbabwe não constitui nenhum Estado moçambicano. Contudo, o estudo do mesmo é muito relevante como forma de entender melhor Manyikení (que constituía um entreposto comercial de Zimbabwe) e também, para compreender melhor a origem do Estado dos Mwenemutapas, que é consequência directa do declínio do Grande Zimbabwe.



Fig. 14 - Torres do Grande Zimbabwe

### 3.3. O Estado dos Mwenemutapa

#### 3.3.1. Origem

O Império de Mutapa floresceu entre os séculos XV e XVII na região a sul do [Zambeze](#) extendendo-se provavelmente até ao [rio Limpopo](#). Os seus limites compreendiam ainda os planaltos de Zimbábwe e o [Oceano Índico](#). Foi um dos mais importantes e poderosos impérios que ocupou as terras moçambicanas antes da [penetração colonial neste país](#).

Documentos orais indicam que entre 1440 e 1450, [Nyantsimba Mutota](#), um homem que vivia no [Grande Zimbábwe](#), saiu da sua terra e fixou-se em [Dande](#), no vale do [rio Zambeze](#), levando consigo seus guerreiros e familiares. Entre as razões que o levaram a migração estão a procura de terras férteis, as lutas entre famílias ou clãs pelo controlo do comércio com o exterior, etc. A região do vale do Zambeze permitia o acesso ao mar, o que facilitava em grande parte o comércio com os árabes que vinham até a costa moçambicana.

Alguns autores como D. P. Abraham, refere que o Estado dos Mwenemutapas foi fundado por um membro dissidente da dinastia do Grande Zimbabwe, chamado Mutota. Outros ainda, como Pacheco (1883:206), referem que a sua origem foi o resultado de um processo de infiltração de invasores caçadores de elefantes que vinham do sul, das regiões de Shangwe-Dande-Chidima durante um período prolongado de seca, do qual Mutota era chefe. Outros ainda referem que é provável que a fixação dos Swahili em Angoche, Ilha de Moçambique e Quelimane, antes da chegada dos portugueses, esteja relacionado com o surgimento deste império. Newitt (1982:358), afirma que esta última posição é defendida porque a fixação Swahili na segunda metade do século XV, coincide com o período da emergência do Monomotapa.

O Estado dos Muenemutapas nasceu do deslocamento da parte da população do Grande Zimbabwe para o vale de Zambeze, sob a direcção do clã **Rozwi**. Da desintegração do Zimbabwe nasceram dois Estados:

- A população que ficou na região do Grande Zimbabwe, do Estado Zimbabwe, sob direcção do clã **Torwa**, formou o Estado de Torwa, com a capital em *Khami*;
- A população que se deslocou para a região do vale do Zambeze, sob direcção do clã **Rozwi**, chefiado por *Nhantsimba Mutota*, formou o Estado Muenemutapa, por volta de 1450, com capital em *Dande*, ou *Zuangombe*, localizada entre os rios Mazoe e Luia.

Foram várias as razões que levaram Nhantsimba Mutota a transferir o seu Estado de Zimbabwe para o vale de Zambeze, tais como:

- Conflitos frequentes entre os chefes dos clãs Rozwi e Torwa devido ao controlo do comércio na costa;
- A procura de terras férteis para a agricultura;
- Aumento da população numa região pouco fértil;
- A necessidade de troca comercial com os Árabes no Vale do Zambeze.

O Estado dos Muenemutapas nasceu da desintegração do Estado Zimbabwe, por volta de 1450.

Para Souto (1996:40), citando Mudenge, afirma que, após a morte de Mutota, sucedeu-lhe seu filho Matope, que foi, provavelmente, o maior conquistador e governante de todos os mutapas, conquistando diversos territórios e desenvolvendo políticas de alianças. Foi entre 1450 a 1500 que iniciou o período de ascendência política do Monomotapa a norte do actual Zimbabwe e sul da província de Tete. A questão de sucessão, foi sempre um dos grandes problemas dos Estados em África, na medida em que ela era um teste crucial à estabilidade do Estado, tendo conduzido muitas vezes a lutas sangrentas e à sua fragmentação. O Estado do Monomotapa não ficou isento deste problema, sendo uma das maiores fraquezas do seu sistema estatal, na medida em que, o

sistema de sucessão colateral produzia mais do que um pretendente ao trono. Mudenge refere, por exemplo que das 28 sucessões que tiveram lugar no Estado dos Monomotapas entre 1692 e 1902, a força militar foi usada em 16 delas.

### 3.3.2. Formação

O processo de formação do Estado Muenemutapa foi através de violentas campanhas militares, tendo conquistado e submetido maior parte das populações dos pequenos reinos, tornando-se o chefe dos Muenemutapas. O grosso dos efectivos do grupo invasor deu origem no vale de Zambeze a uma etnia denominada pelos povos locais por *Macorecore*.

O Império Mwenemutapa era uma aliança das tribos Shona, que se agruparam à volta de Mutapa, o chefe do clã Rozwi. O núcleo dirigente do grupo invasor que deu origem a essa dinastia constituiu-se desde o início em aristocracia dominante, dominando as populações preexistentes no local.

### 3.3.3. Limites do Estado

Os Muenemutapas organizaram um imenso território cujos limites se estendiam do rio Zambeze ao Limpopo e do Oceano Índico ao deserto de Kalaari, isto é:

- A Sul, pelo rio Limpopo;
- A Norte, pelo vale do Zambeze;
- A Este, pelo Oceano Índico; e
- A Oeste, pelo deserto de Kalaari.

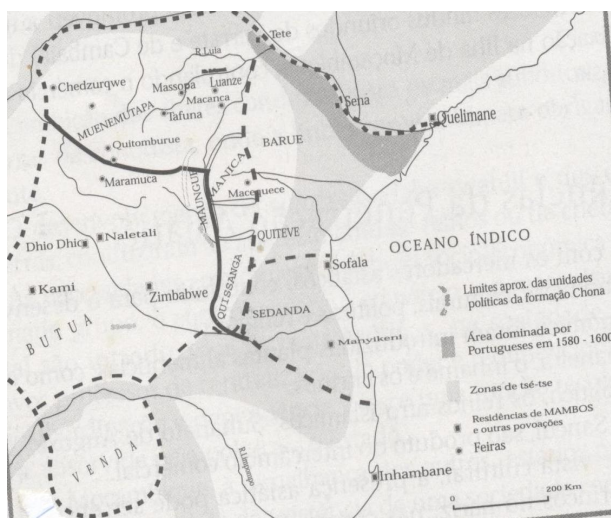


Fig. 15. O Estado dos Muenemutapa

### 3.3.4. Organização Social, Política e Administrativa do Estado

O poder central localizava-se entre-os-rios Luia e Mazoe e era circundado por uma cintura de Estados vassallos ou satélites, entre os quais encontram-se: **Sedanda, Quiteve, Quissanga, Manica, Bárue, Maungwe, etc.** As classes dominantes desses Estados, constituídas por parentes dos Muenemutapas e por estes nomeados, tinham tendências a rebelar-se quando o poder central enfraquecia.

A sociedade Chona estava dividida em dois níveis socio-económicos distintos:

- A comunidade aldeã (a **Musha** ou o **Incube**), relativamente autárquica e estruturada pelas relações de parentesco, e a
- Aristocracia dominante, que controlava o comércio a longa distancia e a vida das comunidades.

### 3.3.5. Estrutura Político-administrativa

1. **Mambo** – que devia desligar-se da sua origem terrena para conferir à realeza um carácter sagrado; tornava-se o representante supremo de todas as comunidades; o símbolo de uma unidade de interesses dessas comunidades;
2. **Mazarira, Inhahanda e Nhambuiza** – as três principais esposas do soberano com funções importantes na administração;
3. **Mutumbe** (mensageiros, que tinha a missão de estabelecer a ligação entre a casa real e os chefes territoriais, levando informações para junto do soberano e vice-versa) e os **Infices** (guardas pessoais do soberano), eram funcionários subalternos;
4. **Nove Altos Funcionários** – responsáveis pela defesa, comércio, cerimónias mágico-religiosas, relações exteriores, festas, etc;
5. **Fumo** ou **Incosse** – Chefes provinciais; Há que notar aqui que elegia-se Fumo a quem tivesse maior riqueza material. Depois que ficara pobre, a comunidade destituía-o através de uma cerimónia pela qual lhe eram atribuídos certos símbolos de prestígio (um bordão e um chapéu de palha). O fumo deposto passava a pertencer ao grupo dos “grandes” por mérito.
6. **Mukuru** ou **Muenemusha** – Chefe dos Mushas (o ancião mais idoso);
7. **Linhagem** – unidade produtiva base, ou por outra, sociedade produtora constituída por grupo de pessoas que descendem do mesmo antepassado comum.

Os *Swikiros* contavam a história do Império e memorizavam os acontecimentos relativos a história familiar dos chefes e suas sucessões. Estes apoiavam-se ao poder do Muenemutapa através da superstição, pois a população acreditava que eles eram capazes de falar com os espíritos dos antepassados e eram responsáveis dos cultos. Os Swikiros deviam conhecer profundamente a história genealógica e parece que eram usualmente “estrangeiro” para assegurar a imparcialidade em casos de arbitragem nos conflitos sucessórios.

Quando morria o Muenemutapa e até à eleição do novo Mambo, o poder era exercido por um personagem que usava o nome de **Nevinga** sem ser portador de qualquer atributo régio, era morto logo após a eleição do mambo de direito. À morte do soberano de Quiteve (por exemplo), nem sempre escolhiam para rei “*o príncipe mais velho, nem mais chegado, senão o mais prudente e esforçado*”, como escreveu o Frei João dos Santos (op. Cit., p. 54), o que demonstrava claramente a importância atribuída ao cumprimento de funções técnico administrativas pelos dirigentes. Concorria no mesmo sentido a prática de os soberanos se suicidarem quando atingidos por alguma enfermidade contagiosa ou por defeito físico, considerados sinais de incapacidade governativa, afirma o mesmo autor (op. Cit., p. 61).

A articulação entre a aristocracia dominante e as comunidades aldeãs encerrava as relações de exploração do homem pelo homem materializadas pelas obrigações e direitos que cada uma das partes tinha para com a outra. As comunidades aldeãs (mushas), sob a direcção dos muenemushas, garantiam com o seu trabalho a manutenção e a reprodução da aristocracia, e esta concorria para o equilíbrio e reprodução social de toda a sociedade shona com o desenvolvimento de inúmeras actividades não directamente produtivas.

Todas as relações entre os membros da sociedade Shona, ao nível das Mushas, eram fundadas no parentesco. Não era como indivíduo que se tinha acesso à terra, mas como parente e membro da masha.

### 3.3.6. Fontes Económicas do poder dos Chefes

#### 3.3.6.1. Obrigações dos Mushas

##### 1. Imposto em trabalho:

- Mineração do ouro, para alimentar o comércio a longa distancia que garantia a importação de produtos que na sociedade shona ascendia à categoria de bens de prestígio (tecidos, missangas, louça de porcelana e de vidro, etc.);
- Prestação de sete dias de trabalho nas propriedades dos chefes mensalmente;
- Construção de casas para os membros da classe dominante;
- Transporte de mercadorias de e para os estabelecimentos comerciais árabes e

portugueses;

## 2. Impostos em género

- Primícias das colheitas (tributo simbólico) e uma parte da produção agrícola (regular);
- Marfim, peles e penas de alguns animais e aves, respectivamente;
- Materiais para a construção de residências da classe dominante: pedras, estacas, palha, etc;

*«Ninguém fala com el-rei ou com (...) sua mulher; sem lhe levar alguma coisa (...) quando são tão pobres e não têm que lhe dar; lhe levam um saco de pedra, em reconhecimento de vassalagem, ou um feixe de palha para cobrir suas casas.»*

Com a penetração portuguesa nos Mwenemutapas, estes eram obrigados a pagar regularmente um tributo em tecido à classe dominante Shona conhecido por **Curva** - foi um imposto introduzido no Império dos Mwenemutapa com objectivo de disciplinar o comércio com os portugueses pago em tecido ao Mwenemutapa.

### 3.3.6.2. Obrigações da Classe Dominante

- Orientação das cerimónias de invocação da chuva;
- Pedir aos muzimos reais (espíritos dos antepassados reais) a fertilidade do solo, o sucesso das colheitas, etc.;
- Garantir a segurança das pessoas e dos seus bens;
- Manutenção da paz interna, defesa do território dos ataques externos e a organização de obras de beneficência.
- Assegurar a estabilidade política e militar no território;
- Servir de intermédio fiel entre os vivos e os mortos;
- Orientar as cerimónias mágico-religiosas contra as cheias, epidemias e outras calamidades, etc;

*«Duas propriedades tem o Monomotata (...) a segunda é ter muita caridade com os cegos e aleijados, por que a estes chamam pobres d'el Rei, e tem terra e renda de que comem.»*

### 3.3.7. Economia do Estado Muenemutapa

A agricultura e a criação de gado eram as actividades mais dominantes do império. Fora destas, praticava-se em menor escala a pesca, artesanato, mineração e a caça. Porém, a base do seu comércio era o ouro, razão pela qual estuda-se primeiro o Estado Muenemutapa antes do Estado Marave apesar de ter sido este o primeiro a se formar. Trata-se de uma questão de ordem dos ciclos de comércio em Moçambique.

Os principais cereais cultivados eram a **Mapira**, a **mexoeira**, o **naxemim** e o **milho**. Ao longo dos rios e sobretudo na zona costeira e solos aluvionares, cultivava-se o **arroz**, usualmente para venda. O nível das forças produtivas ainda era baixo. Nos trabalhos agrícolas utilizavam a enxada de cabo curto e a agricultura praticava-se sobre queimadas. A pecuária, a pesca, a caça, bem como o artesanato surgiram como apêndices complementares da agricultura, submetendo-se aos imperativos do ciclo agrícola.

O trabalho nas minas aparecia como imposição do exterior (da aristocracia dominante ou de comerciantes estrangeiros), não fazendo parte integrante da actividade produtiva normal.

Com o decorrer do tempo, a penetração árabe-persa e portuguesa trouxe novas necessidades (bens de prestígio), as quais voluntária ou coercivamente levavam a população das comunidades a praticar a mineração do ouro em escala considerável. O ouro localizava-se nas regiões como: **Chidima, Dande, Butua e Manica**.

Para Mudenge, situado por Souto (1996:40), a actividade económica dominante ao longo de toda a

sua história foi a agricultura e a pastorícia. Eram as principais fontes de riqueza antes de 1800. Ele rebate a posição de alguns estudiosos modernos que defendem que o comércio, principalmente em ouro e marfim, forneceram a riqueza que permitiu aos Mutapas dominar o seu Estado e que foi isto que levou a monopolizar o comércio. Mudenge acredita que o papel do comércio foi importante no reforço, e talvez mesmo, na modificação do Estado, mas nunca foi determinante no sistema político.

### 3.3.8. Aparato ideológico do Estado

A religião foi um facto integrador fundamental do sistema político Shona, proprietários do “saber”, garantes da fecundidade da terra e depositários da ordem do mundo, os Muenemutapas constituíam os antídotos mais eficazes contra o caos.

Um culto forte entre os Shonas, era dedicado aos espíritos dos antepassados, os **Muzimu**, que comportaria não apenas os antepassados de cada um, mas igualmente os de cada linhagem. Entre os Muzimu, os mais representados e temidos eram os reis.

Era prática regular as classes dirigentes do Estado de Mutapa e dos Estados Satélites contactarem os seus Muzimu, através de especialistas Mediúnicas designados por **Swikiros**.

Havia dois termos para designar Deus: **Mulungu** utilizado nas terras marítimas, ao longo do vale do Zambeze e a Nordeste do planalto Zimbabweano; e **Muari** usado a Sul do Planalto.

Há, contudo, muitas controvérsias sobre o verdadeiro significado das entidades sobrenaturais que esses dois termos conotariam. Alguns autores sustentam que Mulungu e Muari designavam um Deus supremo, idêntico ao do Cristianismo e ao do Judaísmo. Mas outros autores defendem a ideia de que a entidade visada era o antepassado, deixando implícito que os povos de língua Chona não tinham atingido a fase de acreditarem (e de precisarem) de uma entidade suprema acima do nível médio dos antepassados. Há, até, aqueles que argumentam haver, no caso de Muari, uma influência religiosa cristã ao nível de Maria.

*«Quando padecem algumas necessidades ou esterilidades, ao rei se socorrem, cuidando firmemente que ele é poderoso para lhe dar todas as coisas que desejarem, e houver mister, e que tudo pode alcançar dos defuntos seus antepassados, com os quais lhes parece que fala. Pela qual razão, ao rei pedem chuva, quando lhe falta, e todas a bonanças de tempos para as suas novidades, e quando lhe vão pedir qualquer coisa d'estas levam-lhe grande presente (...).» - Frei João dos Santos, op. Cit., Vol. II, p. 223 – In História de Moçambique, Vol. I, p. 70.*

### 3.3.9. A Penetração Mercantil Europeia/Portuguesa

#### 3.3.9.1. A Fase do Ouro/O Ciclo do Ouro – Séc. IX/XVI-XVII

#### 3.3.9.2. Características da Fase da Penetração Mercantil Europeia/Portuguesa – Séc. XVI-XIX

- A chegada e a penetração mercantil europeia – portuguesa;
- Desenvolvimento do comércio de ouro, marfim e escravo;
- Conflitos entre Árabes e Portugueses;
- A fixação portuguesa e a fundação da feitoria de Sofala em 1505;
- Em 1507 os Portugueses fundam a feitoria na Ilha de Moçambique;
- Em 1522 os Portugueses fundam a feitoria na Ilha da Quirrímbas (Cabo Delgado);
- Em 1530 os Portugueses fundam a feitoria de Sena;
- Em 1544 os Portugueses fundam a feitoria em Quelimane e descobrem a baía de Lagoa (Maputo);
- Fase do ciclo de ouro (séc. IX/XIV-XVII);
- Fase do ciclo do marfim (XVII-XIX);
- Fase do ciclo dos escravos (metade do séc. XVIII até a primeira metade do séc. XIX);
- Emergência e desenvolvimento dos Estados Mwenemutapa, Marave, Prazos da Coroa Estados Militares do vale de Zambeze, Ajaua e Afro Islâmicos da Costa Ajaua, Afro-

- islâmicos da Costa e o Estado de Gaza;
- Desagregação de vários Estados moçambicanos.

A penetração mercantil europeia em Moçambique foi levada a cabo essencialmente por portugueses. Os Portugueses, movidos por interesses económicos, sociais e religiosos, ocuparam e colonizaram Moçambique. Numa primeira fase, ocuparam posições costeiras, junto de pontos de comércio, porém, mais tarde, foram para o interior, junto dos pontos de extracção do ouro.

Enquanto que a penetração árabe só ambicionava comercializar com os nativos, a penetração portuguesa foi mais devastadora. Para além do desenvolvimento comercial, os portugueses pretendiam também dominar e controlar tanto o comércio como a produção aurífera.

O objectivo dos Portugueses era de controlar o acesso às zonas produtoras do ouro, pois só assim poderiam acabar com a escassez de metais preciosos em Portugal e comprar as especiarias e produtos asiáticos muito apreciados na época. Quando os portugueses chegaram à Moçambique, já os Árabes-Swahili estavam estabelecidos, controlando o ouro que vinha do Império do Mwenemutapa.

### 3.3.9.3. Factores da Penetração Mercantil Europeia/Portuguesa

A penetração mercantil europeia, sobretudo portuguesa, foi movida por factores de diferentes ordens. Em Primeiro lugar, os portugueses tinham motivos económicos, depois seguiram-se os sociais e finalmente os religiosos.

#### • Factores Económicos

Moçambique era um bom local para **escoar produtos vindos de Portugal** e, era um **excelente mercado com raras e dispendiosas e apetecíveis matérias-primas, como o ouro, marfim** assim como um **lugar propício ao tráfico de escravos**. Os portugueses foram provavelmente os primeiros europeus a fixarem-se na costa litoral de Moçambique porque precisavam de ouro.

Quando Vasco da Gama, na viagem de procura do caminho marítimo para a Índia, passou por Moçambique, ouviu falar de um reino no interior muito rico em ouro. Era o Império dos Mwenemutapas. Com o ouro, os portugueses, especialmente a burguesia comercial, podiam pagar as especiarias orientais e os produtos exóticos do mercado europeu. Assim, **Moçambique transformou-se para os portugueses, numa reserva de meios de pagamento das especiarias**.

Durante vários séculos, o ouro foi produto mais importante no comércio com os portugueses, mas quando começou a rarear ou quando não havia em determinada região, os portugueses voltara-se para o marfim. O marfim era um produto exótico e caro que os portugueses levavam para a Europa a fim de comerciar, que servia para a produção de diversos artigos de ornamentação e de bolas de bilhar. Depois dos ciclos de ouro e de marfim, os portugueses começaram a comercializar escravos e, mais tarde, as oleaginosas (este último produto sem grande impacto em comparação com os três primeiros).

#### • Factores Sociais

Para a aristocracia dos Mutapas, o importante era o desenvolvimento do comércio com os mercadores estrangeiros, pois com estes tinham a garantia para a obtenção de bens de prestígio como tecidos. Por isso, a primeira comunidade portuguesa permanente nas proximidades da capital dos Mwenemutapas surgiu logo em 1541.

Numa primeira fase, tanto a penetração como a convivência eram pacíficas. Este cenário mudou com a morte do padre jesuíta Gonçalo da Silveira em 1561, altura em que começou o envio de expedições militares para impor à força a presença portuguesa na região. O grande objectivo dos portugueses na região era económico.

#### • Factores Religiosos

Do ponto de vista religioso, os Portugueses pretendiam: Em primeiro lugar, **espalhar a fé cristã** e, em segundo plano, pretendiam **enfraquecer o Islão**. A vontade de **evangelizar os africanos** foi um dos motivos da expansão marítima. O clero, ordem social composta por sacerdotes e outros clérigos, era um dos grandes conselheiros da Coroa portuguesa. Jogando com a sua influência e posição privilegiada, o clero conseguiu convencer os portugueses que a expansão traria muitos convertidos a religião católica. Essa vontade de evangelizar era evidente na pressão que os Portugueses fizeram para que se baptizassem os monarcas dos primeiros Estados moçambicanos.

#### **3.3.9.4. A Penetração Portuguesa e o Estado dos Mwenemutapas – 1505-1693**

Quando os Portugueses chegaram a Moçambique, 1498, ficaram desde logo fascinados pela riqueza em ouro de um reino que existia no interior – o Império dos Mwenemutapas. A presença dos portugueses no Estado dos Mwenemutapas foi marcada por lutas constantes com os Árabes que já cá estavam instalados e, por períodos de acordos e desacordos com os monarcas Mwenemutapas.

A entrada dos Portugueses no Índico foi desastrosa para os Árabes, que já eram os principais intermediários comerciais. Quando os Portugueses chegaram não só passaram a servir de intermediários comerciais, como também ocuparam e dominaram alguns pontos de produção de ouro. No princípio os portugueses pareciam só querer comprar o ouro e marfim, mas depois percebeu-se que a sua vontade era alcançar as minas de ouro e dominar o território.

#### **3.3.9.5. A Luta Entre Portugueses e Árabes e o Domínio das Rotas Comerciais**

As lutas entre os portugueses e Árabes, em território moçambicano, eram de teor económico, religioso e político. Os portugueses chegaram a Moçambique com o intuito de dominar os povos, suas produções bem como a sua religião.

A presença portuguesa data de 1498, quando Vasco da Gama chegou a Inhambane e mais tarde à Ilha de Moçambique. Porém, a fixação de mercadores portugueses na costa moçambicana verificou-se a partir de **1505**, com a ocupação de **Sofala** que passou a ser a primeira feitoria portuguesa fundada por Pêro de Nhaia, e na **Ilha de Moçambique em 1507**, introduzindo, portanto, profundas transformações na estrutura socio-política e económica da sociedade Shona. Sofala era na altura o ponto de convergência das rotas de ouro produzido no interior.

Com o estabelecimento da feitoria de Sofala, os portugueses esperavam todas as vias de escoamento de ouro que vinha do interior à costa e, em menor escala, de marfim, onde Sofala era o seu local final. A impossibilidade de os portugueses poderem concorrer com os mercadores asiáticos conduziu-lhes para a procura de soluções extra-económicas.

Com a ameaça portuguesa no comércio, os Árabes transformaram Angoche no centro de escoamento de ouro, uma estratégia para fugir a presença dos portugueses na rota de ouro que ia dar a Sofala.

Em 1511, tentando aniquilar a actividade mercantil árabe que tinha como base o Sultanato de Angoche, os Portugueses atacaram este reino Afro-islâmico, mas não conseguiram pôr termo a superioridade dos mercadores asiáticos. Foi exactamente com o objectivo de monopolizar a via fluvial do rio Zambeze, utilizada pelos Árabes, e fugir ao bloqueio movido pelos soberanos de Quiteve e Sedanda que fundaram os **entrepósitos comercial de Tete e Sena** por volta de 1530.

Eram também objectivos dos portugueses a ocupação de posições próximas das fontes de ouro e da classe dominante do império para gradual e facilmente se envolverem na esfera política ideológica da sociedade shona. Desta forma, a partir de 1541, surge a primeira comunidade portuguesa

permanente nas proximidades da capital do Monomotapa, onde a coexistência era pacífica. Para reforçar este sistema e captar mais comércio de marfim estabeleceram o **entrepósito comercial de Quelimane em 1544**, começou a utilizar o porto de Inhambane e enviaram Lourenço Marques para fazer a proposta da Baía de Maputo no mesmo ano.

A preferência que os africanos tinham em relação ao comércio com os mercadores asiáticos, apesar da proximidade geográfica com os Portugueses, justifica as tentativas portuguesas de envolvimento na esfera ideológica do império, encetada na segunda metade do século XVI. Em **1561**, por exemplo, foi organizada e enviada uma expedição missionária à corte do imperador chefiada por **Padre Gonçalo da Silveira com o objectivo de converter a classe dominante à religião católica**, onde o **Mwenemutapa reinante foi baptizado com o nome de Sebastião**. Para os portugueses, ter o imperador e a sua família baptizados, serviria de trampolim para a concretização dos seus planos:

- Marginalizar os mercadores asiáticos;
- Influenciar as decisões políticas do imperador em seu benefício;
- Promover manobras no sentido de se alargar o período que os camponeses dedicavam à produção de valores de troca (ouro) em detrimento da produção de valores de uso (agricultura), etc.

A expedição missionária não conseguiu atingir os objectivos perspectivados. O Padre Gonçalo da Silveira foi morto acusado de feitiçaria. A partir de 1569, Portugal prepara a resposta a este assassinato, planificando uma intervenção militar.

Em **1571**, e em retaliação aos acontecimentos de 1561, os portugueses enviaram a primeira expedição militar chefiada por Francisco Barreto, Vasco Fernando Homem e Lourenço Carvalho, **com objectivo de: Conquistar as zonas produtivas de ouro; Punir e submeter o imperador**, era o plano traçado. Mas a grande coesão no seio da classe dominante, a combatividade valentia dos guerreiros e as doenças tropicais explica em grande medida a derrota que os portugueses sofreram.

A segunda expedição militar portuguesa (**1574-1575**) tentou atingir a região através de Sofala, Manica e Teve, mas também esta fracassou.

Entretanto, a partir de meados do século XVI, o comércio português para o interior do Monomotapa aumentou, começando-se, a partir de aproximadamente **1580**, a estabelecer as **primeiras feiras comerciais portuguesas no planalto: Masapa, Bukutu, Ruhanje, Manzove, Dombarare, Chipiriviri. Masapa foi a feira mais importante** encontrando-se nela o Capitão das Portas, que era o principal intermediário nas relações entre os portugueses e o Monomotapa.

#### **3.3.9.6. O Tratado de 1607 e as Suas Repercussões**

No período de **1590**, o contexto político começou a ser alterado com a morte do **Mutapa Negomo e com a sucessão de Gatsi-Lucere**, que só devido à aliança com os portugueses conseguiu manter a sua posição. Desta forma, pode-se dizer que a primeira década do século XVII marcou o início de uma nova era no Estado dos Muenemutapas. A classe dominante encontrava-se envolvida em profundas contradições. **Gatsi-Lucere**, o imperador, sentindo-se militarmente impotente para debelar a revolta comandada por **Mthuzianye**, viu-se obrigado a solicitar apoio militar português. Mas devido a este apoio Gatsi-Lucere teve que fazer algumas concessões, aumentando a sua dependência dos portugueses a partir de 1601.

Em **1607**, com ajuda dos portugueses, a rebelião foi vencida e o imperador prometeu aos portugueses todas as terras férteis e ricas em ouro, cobre, de ferro, de chumbo e do estanho como recompensa.

Entre **1607 e 1627** a presença portuguesa no império foi se consolidando, principalmente com o estabelecimento de prazeiros e missionários. Em **1624 Gatsi-Lucere morreu**, dando origem a uma nova guerra civil no interior do Estado entre os seus filhos: **Capranzine** abalou temporariamente a estabilidade e os privilégios dos portugueses, entre 1624 a 1629; E Mavura que aliou-se aos portugueses contra o seu irmão. Capranzine ficou o novo Mwenemutapa, que não defendia a

política iniciada por Gatsi-Lucere em relação aos portugueses.

### **3.3.9.7. O Tratado de 1629 e as Suas Repercussões**

A inquietação dos portugueses foi ultrapassada em **1629**. **Mavura**, tio de Capranzine e aliado dos Portugueses, organizou com apoio do exército português um golpe que derrubou o sobrinho em Maio de 1629. Em 1631, Capranzine monta uma rebelião contra Mavura, mas é derrotado devido à aliança deste último com os portugueses.

**Mavura** deixou-se baptizar e passou a usar o nome cristão de **D. Filipe II**.

O processo de comprometimento do novo imperador culminou com a assinatura, no mesmo ano (1629), do tratado que transformou o império num Estado Vassalo de Portugal.

Pelo tratado, a aristocracia do Muenemutapa ficou obrigada a:

- Não exigir aos funcionários e mercadores portugueses a observação das regras protocolares quando recebidos por autoridades e altos dignitários da corte (descalçar, tirar o chapéu, bater palmas, ajoelhar-se, etc.);
- Não obrigar os mercadores portugueses a pagarem impostos inerentes à sua actividade;
- Aceitar uma força constituída por 50 soldados portugueses na corte;
- Consultar o capitão português de Massapa antes de tomar qualquer decisão importante;
- Expulsar os mercadores asiáticos do império;
- Facilitar o estabelecimento de igrejas no território;
- Emitir a instalação de pequenas unidades políticas dirigidas por brancos no império (prazos).

Este conjunto de concessões, segundo o direito consuetudinário Shona, foi possível com a transgressão dos princípios mais elementares e o desrespeito absoluto dos antepassados. A terra, as minas, os rios, as árvores, os animais que foram sendo oferecidos aos portugueses não eram propriedade particular do imperador nem da classe dominante; eram património da comunidade e dos Muzimo (espíritos dos antepassados). O imperador, com o trabalho de vassalagem deixou de representar e executar a vontade dos antepassados para agir como um simples intermediário entre os interesses do capital mercantil português e as comunidades aldeãs. De 1629 a 1693 os portugueses dominaram praticamente as esferas socio-política e económica do Estado dos Muenemutapa: os mercadores, prazeiros, missionários e soldados portugueses tinham um campo de acção quase ilimitado.

Os camponeses das mushas eram obrigados a trabalhar mais tempo na mineração em prejuízo da agricultura. A fome, as epidemias, a morte de mulheres e crianças nas minas passaram a caracterizar a sociedade Shona sob a dominação indirecta e em alguns casos directa dos portugueses.

### **3.3.9.8. O Levante de Changamire Dombo - 1693**

Na década de 1670 surge um período de estruturação do Estado do Monomotapa, conhecido como o período Mukombwe, cujo longo reinado durou até cerca de 1692. Foi característica do seu reinado acabar com a dependência do seu Reino em relação à Portugal. Devido à instabilidade que se gerou, muitos portugueses retiraram-se do planalto. Na década de 1690 novo surto de guerras civis dá origem ao surgimento do poder dos Changamira Rozvi cuja base principal situava-se a sudeste do Estado do Monomotapa (Butua-Torwe).

Em **1693**, o Muenemutapa reinante, Afonso Nhasunimbite, insatisfeito com o procedimento dos portugueses, convidou os chefes do Butua, Changamire Dombo, para dirigir um levante armado contra a presença portuguesa. Changamire era Afonso pelo seu ódio aos portugueses. Souto refere que, Entre 1702 a 1704 foi Changamire que reforçou o poder do Mutapa reinante. Afirma ainda que em 1704 deu-se início a mais uma série de guerras civis para o controlo do Estado.

Ao encabeçar a resistência contra os mercadores portugueses, a dinastia Changamire impôs o seu poder, alargado territorialmente, substituindo a velha dinastia do Mwenemutapa em grande parte do planalto de Zimbabwe.

### 3.3.9.2. Consequências do levante de Changamire Dombo

As consequências imediatas do levante compreenderam a destruição das possessões portuguesas tais como prazos, igrejas e estabelecimentos portugueses localizados ao Sul do rio Zambeze. A revolta significou igualmente o início do desmembramento e declínio do império, porque as regiões que não eram directamente controladas pelo imperador aproveitaram o clima de instabilidade para contestar a sua autonomia. A dinastia dos Changamire ganhou grande importância e poder depois desta revolta, aumentando o seu território bem como viu a sua riqueza a crescer pelo número de minas que doravante possuía.

O ano de 1693, entra na periodização da História de Moçambique como marco que assinala o fim do ciclo do ouro e o início do ciclo do marfim porque na margem esquerda do rio Zambeze, onde os portugueses foram procurar refúgio, não abundava o ouro mas sim o elefante. O Estado dos Mwenemutapas terminou no início do século XX, em 1917, numa batalha contra Portugal, onde morreu o último mambo, Chioko. Foi o fim da longa decadência que já se sentia desde 1498.

### 3.3.9.3. Decadência do Império de Muenemutapa

Os Mwenemutapas dominaram a sul do rio Zambeze até finais do século XVII, perdendo depois a sua posição em favor da dinastia dos Changamires, cujo papel no levante armado contra a penetração mercantil portuguesa foi de grande importância. A decadência do Estado de Muenemutapa iniciou por volta de 1480, após a morte de **Matope** devido a vários factores dos quais se destacam:

- A luta pelo controle do comércio;
- A fixação de mercadores portugueses na costa moçambicana a partir de 1505, com a ocupação de Sofala, introduzindo profundas transformações na estrutura socio-política e económica da sociedade Shona, contribuindo para a decadência do Estado Muenemutapa;
- As lutas pela independência dos Mambos sobre influência dos árabes favoráveis a tais independências uma vez que eles obteriam vantagens no comércio do ouro com o território do império;
- Traições de certos Muenemutapas, especificamente o acordo de Mavura com os Portugueses;
- A invasão dos povos Nguni provenientes da Zululândia, liderados por Zuangendaba e Mzilikazi;
- Intervenção dos Portugueses nos assuntos internos do Estado e a intensa cristianização prosseguida pelos missionários;
- Desenvolvimento dos Prazos do Vale do Zambeze.

### O Papel da Capital Mercantil nos Mwenemutapas

O capital mercantil nos Mwenemutapas teve um impacto negativo para a comunidade shona, afectando a economia natural, essencialmente entre os séculos XVI-XVIII. **A maioria dos camponeses passou a dedicar menos tempo às actividades agrícolas e mais tempo à mineração** em benefício dos mercadores portugueses e da aristocracia dominante.

Com a intensificação da mineração em larga escala nas zonas de exploração mineira, os camponeses foram obrigados a trabalhar mais tempo na extracção de ouro. Mesmo os tributos que os camponeses eram obrigados a pagar em género, com o aumento da mineração passaram a ser obrigados a pagá-los em trabalho mineiro. O trabalho forçado nas minas veio a alterar as relações de produção e de exploração

O comércio mercantil não originou a exploração nestas comunidades, mas fez nascer novas formas de exploração. Antes, as comunidades eram obrigadas a produzir os valores de uso, mas com o capital mercantil o que predominou foi a produção de valores de troca.

A penetração mercantil fez-se acompanhar do influxo de tecidos adquiridos na Índia e de missangas compradas na Veneza, destinados ao estrato dominante do Mwenemutapa. Esses tecidos e essas missangas perdiam a sua qualidade de mercadorias ao entrarem no Estado e transformavam-se em bens de prestígio, suportes de lealdade política e de submissão. Por outras palavras, os canais por que passavam a circular não eram mais os mercantis, mas os de poder e de

parentesco.

Esta situação modificou totalmente a vida das comunidades mushas, originando graves contradições entre a classe dominante, representada pelo Mutapa os dominados, os camponeses. Por um lado, a aristocracia dominante lutava pelo poder e acesso a bens de prestígio e, por outro lado, os camponeses ficavam cada vez mais empobrecidos e famintos devido ao impacto negativo da acção do capital mercantil. Eram frequentes as revoltas populares contra o Mutapa, bem como as de alguns Estados satélites que eram contrários à presença portuguesa nas terras do Império.

### **3.3.9.3. Consequências do Ciclo do Ouro**

A presença estrangeira em Moçambique, e particularmente a portuguesa, trouxe graves consequências para as populações moçambicanas, a saber:

- Contribuiu para a erosão da economia natural das mushas – milhares de camponeses passaram a dedicar mais tempo à mineração do ouro, abandonando as principais actividades produtivas;
- Contribuiu para a existência de lutas clânicas e interdinásticas pelo controlo do comércio com os portugueses, e daí o desmembramento dos Mwenemutapas;
- Contribuiu para o surgimento de novas unidades políticas, onde a classes dominantes era formada por mercadores portugueses e indianos estabelecidos como proprietários de terras que haviam sido doadas, compradas ou, em muitos casos, conquistadas – os Prazos.
- Fuga das comunidades nas áreas onde a actividade mineira era muito intensa;
- Morte de crianças e mulheres nas escuras galerias à procura do ouro;
- Introdução de uma renda em prospecção mineira (ouro);
- Aumento do poder de compra de alimentos e produtos artesanais;
  
- Integração da costa oriental africana no comércio internacional.
- Formação de comunidades afro-portuguesas que criaram unidades específicas denominadas por prazos onde a classe dominante era portuguesa.

### **Pequena cronologia**

- 1415 – Conquista da Ceuta (um importante mercado no norte de África);
- 1488 – Passagem pelo Cabo de boa esperança (Bartolomeu Dias);
- 1497 – Vasco da Gama parte rumo à Índia;
- 1498 – Vasco da Gama chega a Índia tendo aportado antes em Moçambique;
- 1505 – Fundação da Feitoria de Sofala;
- 1507 – Fundação da Feitoria da ilha de Moçambique;
- 1522 – Conquista da Ilha das Quirimbas;
- 1530 – Fundação da Feitoria de Sena e Tete;
- 1544 – Fundação da Feitoria de Quelimane, chegada a Baía de Maputo;
- 1561 – Padre Gonçalo da Silveira chega ao império de Mutapa.

### Exercícios

1. No século XVII, surgem conflitos inter-dinásticos na sociedade shona.
  - a) Dá alguns exemplos desses conflitos.
  - b) Explica pelo menos um.
2. Em 1629, Mavura, Mwenemutapa reinante, fez amplas concessões militares, políticas e económicas aos portugueses.
  - a) À luz do direito consuetudinário shona que significado teve este acordo de 1629?
  - b) Qual foi a solução encontrada pelos shonas?
3. Que objectivos perseguia Portugal ao penetrar na esfera ideológica dos Mwenemutapas?
4. A fixação de mercadores Portugueses na costa moçambicana a partir de 1505, com a ocupação de Sofala, introduziu profundas transformações na estrutura sócio-política e económica dos shonas.  
- Com exemplos concretos, justifica a afirmação.
5. Em 1571 e em retaliação aos acontecimentos de 1561, os portugueses enviaram uma expedição militar. Em tua opinião, qual foi o verdadeiro objectivo desta expedição?

### 3.4. Os Estados Marave: 1200-1400

#### 3.4.1. Origem/Formação

O termo Marave, designa uma formação etno-linguística e histórica e sabe-se muito pouco sobre a sua origem. As Maraves eram um conjunto de pequenos reinos que existiram no norte do Zambeze, zona de Tete, desde o século XVI até ao século XIX.

Segundo Rita-Ferreira (1958:61-67), *“os invasores Marave pertencem, nitidamente, a uma vaga de imigrantes surgidas por volta de 1500 e partida directamente dessa região ao norte de Catanga que se aponta como núcleo de formação e de erradicação da cultura e das línguas. Os invasores, no seu impulso inicial, desceram até ao vale de Zambeze, retrocedendo ulteriormente para norte, e, após perderem o seu carácter nómada, preferiram maciços montanhosos para local de estabelecimento dos seus “imperadores” e “reis”.*

Os proto-marave eram oriundos do país de Luba. Deixaram a região de Luba, Congo, comandados pelo chefe **Chinkole** da linhagem **Karonga**, clã **Phiri**. A linhagem dominante dos Phiri era a dos Karonga. A arqueologia moderna sugere que a chegada destes migrantes se teria verificado entre **1200 e 1400** ao território situado entre o rio Chire e Luangua, na província de Tete, expandindo-se depois ao longo do rio Zambeze até à costa. Certamente já havia uma população local que foi incorporada, mas as tradições não as mencionam explicitamente.

Rita Ferreira refere que a designação Marave compreende três subgrupos principais: **Nyanja, Chewa e Nsenga**.

Julga-se que os Caronga encontraram na região, entre outros, membros do clã Banda que conseguiram integrar na sua organização social e religiosa quer fazendo alianças matrimoniais, quer reservando-lhe os rituais típicos dos donos da terra: fertilidade do solo e invocação da chuva.

Assim, podemos concluir que enquanto a sul do Zambeze a ocupação territorial de Nhatsimba Mutota foi essencialmente de natureza militar, a norte do Zambeze a ocupação territorial dos Marave se fez pela conquista da esfera ideológica expressa nos santuários e nos rituais.

As tradições não se referem a uma conquista violenta. Segundo ela, os recém chagados adoptaram como estratégia de dominação o controlo sobre a esfera ideológica. Promovendo casamentos entre os chefes phiri e as mulheres mediúnicas locais, foram capazes de controlar gradualmente os santuários e os meios de produção local, a terra. O Undi casava com mulheres do clã Banda e os filhos dos matrimónios eram designados como chefes. Os dados que existem sobre a expansão Marave entre cerca de 1580 e 1650 indicam a probabilidade de terem sido utilizados meios violentos.

Conflitos e contradições interdinásticos no seio da linhagem dominante culminaram com a divisão do clã original e novas linhagens se estabeleceram a oeste, sul e sudeste do território ocupado pelos Karonga, dando origem consequentemente, à formação de quatro Estados Satélites: **Undi, Biwi, Lundu e Kapwiti**. Todos esses Estados, onde o aparelho do Estado se confundia com a família reinante, eram governados por membros oriundos do clã original Phiri,

**Undi**, irmão do Caronga, moveu-se para oeste e estabeleceu a hegemonia da sua linhagem sobre os povos de língua Chewa, abrangendo o norte da província de Tete e Nsenga, entre-os-rios Luia e Kapoche. **Kapwiti e Lundu**, lograram dominar as populações do vale de Chire na zona de Murumbala e Milange e **Caronga** dominaram a parte actual da província de Niassa.

Os Carongas casavam-se obrigatoriamente com uma mulher do clã Banda a quem era atribuído o título de *Mwali*. Deste modo, aos Phiri, estava-lhes reservada direcção política e militar e aos Banda, funções rituais relacionadas com a terra, a fertilidade do solo e a invocação da chuva.

### 3.4.2. Limites do Estado

- Norte: Malawi
- Sul: rio Zambeze
- Oeste: Rio Luangua
- Este: Rio Chire

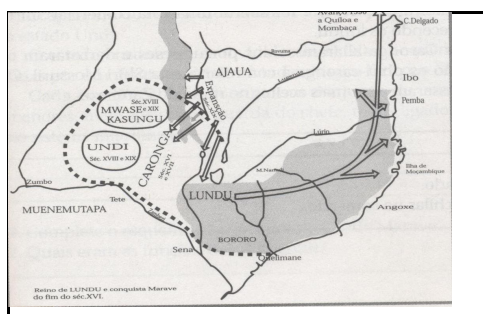


Fig. 16: Império Marave – Expansão Nyanja ou Zimba. Fonte: INDE, op. Cit., pag. 26.

### 3.4.3. Actividade Económicas e as Fontes de Rendimento

Na produção, os Marave dedicavam-se principalmente à **agricultura**, e era dela que tiravam a maior parte dos seus bens de subsistência. Entre os produtos cultivados encontravam-se a mapira, o milho, a mexoeira, o algodão (produção de algodão que se chamava “*Machiras*” nas regiões de Luanga e Rovuma), amendoim e as leguminosas. Verosimelmente o algodão foi introduzido no Chire pelos Swahilis-Árabes em data que não pode precisar. Eram tão elevadas a qualidade e quantidade de machiras que estas puderam resistir à competição dos tecidos de origem indiana e provocaram com frequência, pânico na Coroa portuguesa, que auferia muitos lucros dos direitos aduaneiros cobrados pela entrada dos tecidos da Índia.

Os tecelões, os celeiros e os ferreiros, e os que praticavam outros ofícios não dispensavam a agricultura.

A produção agrícola estava reservada às mulheres, embora houvesse alguma participação masculina nas quais usavam para além do fogo, a enxada de cabo curto, pois não conheciam o arado e a rega. Na metalurgia, a enxada de cabo curto era o único instrumento usado no trabalho dos campos, de acordo com as escavações arqueológicas realizadas. As enxadas produzidas eram comercializadas em regiões como actuais províncias de Nampula, Sofala, Inhambane e outros postos da costa oriental do Índico. Nos séculos XVIII e XIX, as enxadas da metalurgia Marave constituíam um dos artigos mais exportados pelo porto de Quelimane.

Na produção agrícola existia uma forma de cooperação entre os camponeses. Todo aquele que se encontrava numa situação de aflição, convidava os seus vizinhos para o ajudarem – “*dima*” – durante um ou mais dias na sua machamba. Em compensação, que no fundo, não servia para pagar o trabalho realizado, fazia-se uma bebida chamada “*mowa*” para beberem no fim, como simples estimulante. Segundo eles, o trabalho só era pago com trabalho, em regime de inteira reciprocidade.

A caça ao elefante, a mineração do ouro e o artesanato eram actividades que jogavam um papel muito importante, como actividades complementares da agricultura. Com o marfim, por exemplo, para além de fabricarem os objectos de adorno, participavam no comércio a longa distancia que garantia o acesso aos bens importados: tecidos de seda, loiça de vidro e de porcelana, missangas de vidro, etc. Os produtos europeus e asiáticos circulavam pelos canais do poder político, ascendendo

à categoria de bens de prestígio. O comércio de marfim foi bastante desenvolvido e lucrou com esta ligação a um porto do mar, como Quelimane.

Havia ainda a extração de metais, sobretudo do ouro, que mais tarde eram exportados através do porto de Quelimane.

Apesar de se desconhecer a altura em que começaram a fabricar, é certo que os Marave produziam e comercializavam enxadas de ferro em grande escala. Por outro lado, havia uma produção considerável de tecidos de algodão para troca, a que se chamava “*machira*”. Verosimilmente o algodão foi introduzido no chire pelos Swahili-Árabes em data que não se pode precisar.

Outro produto saído do território Marave era o sal e há evidências de que ele era adquirido por mercadores Ajaua e Bisa.

A criação de gado bovino caprino e ovino e a caça ao elefante eram outras componentes na vida económica dos Maraves, actividades praticadas essencialmente por homens.

Com a entrada dos portugueses no norte de Moçambique, intensifica-se o comércio de marfim, tornando-se assim a base do comércio do Estado e automaticamente a principal fonte de rendimento.

Para Newitt, (1997), “*o comércio de marfim não foi o aspecto central na história dos Marave, não foi o seu elemento desestabilizador, nem a forma dominante de actividade económica e, por isso, não foi importante para a riqueza e poder dos chefes. Defende que o impacto do comércio não foi tão grande porque aconteceu à margem dos interesses dos chefes e dos povos*”.

#### **3.4.4. Organização Político-Administrativa**

Para o estudo da organização política e administrativa dos Estados Marave, tomemos como exemplo o Estado de Undi por considerarmos que contem todos os elementos encontrados noutros, para além de que possui melhores dados.

O poder era hereditário e a sucessão ao trono era por via matrilinear, isto é, passava do tio para o sobrinho, filho da irmã e nunca do irmão. No entanto, as guerras de sucessão eram mais significativas do que a própria tradição, na medida em que, por muitas vezes, eram elas que confirmavam o novo chefe.

O chefe tinha como título o nome do fundador da dinastia ou ramo que dominava. A tradição, ignorando que onde há homens há contradições e conflitos de interesses, informa que as suas ordens, depois de ouvir um conselho de anciãos, ou daqueles aquém a sua confiança tinha posto a par deles, eram executados sem réplica nem reflexão alguma em todos os domínios, onde de facto era obedecido.

No caso do Undi, ele como chefe da nação, era dono do solo, subsolo, fauna, rios e de tudo quanto lá existisse. Era ele o guia e responsável pelo destino do seu povo.

A divisão administrativa da nação obedecia a seguinte estrutura: o chefe da aldeia era conhecido por **Fumo** ou **Mwini Mudzi**; acima dele estava o chefe territorial, o **Mwini Dziko**; existia, assiguir, o chefe provincial, que tinha a seu cargo uma série de territórios, e era conhecido por **Mambo**; finalmente no topo estava o **Undi**. Cada chefe era servido por um conjunto de conselheiros, os **Mbil** (singular **Ambili**). Havia ainda um corpo de funcionários menores, como **mensageiros**, a **guarda do chefe**, etc.

#### **Estutura Político-Administrativa**



Todos esses chefes estavam ligados por laços de parentesco. Porém, os chefes de aldeia, os Mwini Mudzi, eram geralmente os membros seniores das matrilineagens locais (o núcleo matrilinear básico chamava-se **bele**, formado pela mulher, por suas irmãs casadas e ou solteiras, filhos não casados, filhos das irmãs e, por incorporação, pelo marido da mulher e pelos maridos das filhas da mulher).

No entanto, entre estes escalões, em casos de guerra, entre si, instâncias imediatamente superiores não interferiam para por fim aos conflitos, até às últimas consequências que, muitas vezes iam até à usurpação do poder. O usurpador, neste caso, tinha que pagar um imposto aos seus superiores para ser reconhecido e o problema ficava resolvido.

A primeira mulher do Undi vivia fora de casa do marido, em zonas distante onde era ela quem dominava em todas as esferas político administrativas da região, no entanto, como esposa e subordinada política do marido.

### 3.4.5. Fontes Económicas do Poder dos Chefes.

Os benefícios da classe dominante provinham essencialmente dos diversos tributos que recebia e do controlo que exercia sobre o comércio a longa distância. Entre os tributos que o Undi recebia, destacam-se estas quatro categorias:

- **Regulares:** marfim, tabaco, esteiras, panos, cestos, esteiras, géneros alimentares, parte de animais caçados pelos súbditos, utensílios de ferro, etc.;
- **Rituais:** primícia das colheitas e as taxas devidas ao facto de o chefe orientar as cerimónias rituais;
- **Taxas pela resolução de disputas**, que não eram mais do que tributos que os vencedores eram obrigados a pagar para serem reconhecidos;
- **Taxas de trânsito** pelo território cobradas aos mercadores - “*Chupeta ou mororo*”.

O comércio a longa distância era uma fonte de riqueza dos Mambos e Fumos, pois para o comerciante transitar pelos seus domínios tinha que pagar um tributo chamado “*mororo*”, que variava de acordo com o nível destes chefes.

O Undi era considerado o guardião dos produtos da parcela ou das parcelas que os seus súbditos eram obrigados a cultivar no “interesse geral” (**munda ya chiweta**). Com o produto do sobretrabalho dos súbditos, o Undi sustentava visitantes e litigantes, entretinha jogos e danças e, tal como os Mwenemutapas, socorria os necessitados.

### 3.4.6. Ideologia do Estado

Quando os Phiri chegaram à região compreendida entre o rio Chire e Luangua, as populações que ali viviam sob a liderança de vários clãs, como o **Banda**, praticavam em santuários alguns cultos ligados à fertilidade das terras, à evocação da chuva, ao controlo das cheias, etc. Esses cultos eram dedicados ora a “entidades supremas”, como o culto de **Muári** (ou **Muáli**) ou o culto Chewa de **Chisumpi**, ora à veneração de espíritos naturais. Entre os Marave eram fundamentalmente importantes os cultos dedicados às entidades supremas. Os mais importantes desses cultos possuíam oficiantes, geralmente mulheres: por exemplo, o caso da mulher espírita do culto de **Muáli** ou a do culto de **Makewana** (este integrado no Estado dos Undi). Estes cultos obedeciam

dois níveis que eram: os **nacionais** e os **regionais**. Os nacionais eram os dos espíritos dos antepassados do Undi, e os regionais eram os que aí vivessem.

No caso do Estado Caronga, a mulher espírita do culto de Muáli foi tornada mulher perpétua dos Caronga, enquanto as celebrantes do culto eram substituídas por médiuns masculinos. Por outro lado, o clã local Banda foi mantido e o Caronga devia obrigatoriamente casar-se com a Muáli, saída do clã Banda.

No que diz respeito ao Estado dos Lundu, o culto de **M'bona** sofreu o mesmo tipo de transformação, passando a estar mais associado ao culto dos antepassados Phiri Lundu.

Os marave julgavam receber dos seus *muzimo* todo o bem ou todo o mal, segundo as obras que praticavam, e que atribuíam a sua gratidão e vingança.

#### **3.4.7. O Papel do Capital Mercantil**

A actuação do capital mercantil nos Estados Marave desempenhou um papel que concorreu, numa primeira fase, para o reforço do poder económico dos chefes e, numa segunda fase foi parcialmente responsável pela instabilidade político-militar e económica. São exemplos dos conflitos que se registaram entre o Caronga e Lundu durante o terceiro quartel do século XVI.

O Lundu, ocupando uma posição entre o Caronga e a costa, promoveu acções visando o bloqueio dos contactos comerciais entre o Caronga e os Portugueses. As contradições entre os dois Estados atingiram níveis que impuseram uma solução militar. Sob a pressão militar do Caronga, o Lundu viu-se obrigado a encetar um processo de expansão e conquista que culminou com o controlo temporário das principais rotas de marfim na costa norte de Moçambique. Essa expansão entrou na história com a designação de Expansão Nianja.

#### **3.4.8. Declínio do Estado Marave**

Para o declínio e a desagregação dos Estados Marave contribuíram vários factores, sendo de destacar os seguintes:

- A influência crescente dos Ajaua no comércio de marfim. O marfim era para os Marave a principal mercadoria com a qual participavam no comércio a longa distância;
- Conflitos no seio das classes dominantes Marave que aceleraram a desintegração das linhagens dirigentes;
- A penetração do capital mercantil na esfera política dos Estados Marave, como o caso do Gonçalo Caetano Pereira, fundador do Estado Macanga. Caetano Pereira, prospector do ouro e mercador, depois de se casar com uma filha Undi, recebeu do sogro terras que serviram de base para a promoção de acções de conquista, em detrimento Estado Undi, que culminaram com a estruturação do Estado Militar de Macanga;
- A penetração mercantil portuguesa no vale do Zambeze a partir de 1530 e o consequente bloqueio à actividade Árabe-Swahili;
- As invasões nguni na primeira metade do século XIX.

### Exercícios

1. “ *A conquista Marave não foi violenta*”. Justifica.
2. Qual era a importância de marfim para os Estados Marave?
3. Para a manutenção e reprodução do poder económico e político das aristocracias marave os camponeses, mercadores e outros súbditos eram obrigados a pagar tributos. Identifique-os.
4. Como é que se fazia o tratamento do poder (sucessão) nos Estados Marave?
5. Qual era o papel da primeira mulher Undi?
6. Quais eram as fontes de rendimento do Estado Undi?
7. Qual era a base económica do Estado marave?
8. Qual era a importância do marfim para para o Estado Marave?
9. Qual foi a causa do conflito militar entre os Estados Caronga e Lundu registado no terceiro quartel do século XVI?
10. Quais as causas da desagregação dos Estados Marave?

### 3.4.9. O Ciclo do marfim – 1693 – 1750

A revolta de 1693 marcou o declínio do comércio de ouro e deu lugar ao comércio de marfim. Pode afirmar-se que o “período áureo” do ouro se estendeu desde o século XIV até fins do século XVII. Esta actividade localiza-se ao norte do Zambeze, entre os rios Luanga e Quelimane, território ocupado pelos phiri caronga e lundi. À semelhança do comércio de ouro no muenemutapa, o comércio de marfim constituía a fonte do poder político, por isso, eram frequentes lutas inter-dinásticas para a obtenção de bens de prestígio (tecidos e missangas), garante da lealdade política.

Quando os Portugueses se fixaram em Moçambique nos princípios de século XVI, possuíam duas fontes de rendimento: os direitos aduaneiros cobrados na Ilha de Moçambique e Quelimane e o comércio. A coroa portuguesa não conseguiu lucrar com os prazos, e o pouco lucro que conseguia ia para Goa, onde se encontrava o vice-rei português. Era através de Goa que a coroa portuguesa administrava Moçambique. No século XVII a Índia tornou-se quase virtualmente a verdadeira “metrópole” mercantil de Moçambique, no que diz respeito à acumulação de capital, quando os primeiros mercadores indianos começaram a chegar na Ilha de Moçambique.

Em 1686 foi formada em Diu, pelo vice-rei português, uma companhia chamada Companhia dos Mazanes, composta por ricos armadores e mercadores indianos, a qual obteve o monopólio do comércio entre Diu e Moçambique. Esta Companhia possuía vários privilégios:

- Monopólio de artigos de exportação como marfim, âmbar e carcaça de tartaruga;
- Privilégios comerciais em termos de fretes e apoio logístico;
- A protecção dos jesuítas e do vice-rei português na Índia.

A formação desta companhia reflectia as contradições existentes entre o rei em Portugal e o vice-rei, na Índia, aonde iam parar todas as riquezas provenientes de Moçambique.

Em 1687, chegaram os primeiros sete baneanes à Ilha de Moçambique. A partir de então, de ano em ano, começaram a chegar mais e mais baneanes, fixando-se primeiro no *interland* de Moçambique, depois, pouco a pouco, no Vale de Zambeze e Inhambane e, finalmente, em Lourenço Marques, controlando todo comércio a grosso e a retalho. Na realidade, o seu capital e ligações com o mercado indiano, a sua capacidade de negócio, o seu comportamento e os seus privilégios recebidos fizeram com que a Companhia dos Baneanes controlasse todo comércio a grosso e a retalho entre Diu, Damão, Goa e a Ilha de Moçambique.

Em meados do século XVIII, o comércio yao de marfim para Moçambique encontrava-se no seu apogeu, constituindo o fulcro da economia na Ilha de Moçambique e dos povoamentos na terra firme dela dependentes. Segundo Alpers (1975:104), situado por Souto (1996:121), “*em meados do século XVIII, o comércio de marfim levado a cabo pelo Yao representava cerca de 65-70% de todo o comércio incluindo o que vinha dos Rios Sena, Sofala e Inhambane.*”

### 3.4.9.1. Os Baneanes no Controlo da Actividade Comercial

Existiam duas modalidades de comércio:

- Uma delas consistia em traficar regularmente com Macuas de reinos vizinhos e sazonalmente, com mercadores Ajaua, que vindos do Lago Niassa, traziam essencialmente marfim, e em menor escala, tabaco, azagaias, etc. Este comércio era feito pelos portugueses, que recebia a crédito a mercadoria fornecida pelos comerciantes baneanes;
- A segunda modalidade de comércio consistia em enviar para interior mercadores africanos, os chamados **Patamares**, que funcionavam como intermediários no comércio entre a costa e o interior. Estes comerciavam com os chefes os tecidos e missangas em troca de marfim.

Como os baneanes entregavam as suas mercadorias a crédito, cobrando juros de dez por cento, quem não conseguisse saldar as suas dívidas perdia tudo a favor dos baneanes. Por isso, muitos portugueses endividados acabaram por entregar todos os seus pertences aos baneanes, que, progressivamente, acabaram por monopolizar toda a actividade comercial. Como consequência, os baneanes apropriaram-se gradualmente de “quase todas as casa, trastes, palmares e escravaturas e mais bens destes mercadores”.

### 3.4.9.2. As Principais Zonas do Comércio de Marfim

Durante o século XVII, o marfim era a mercadoria mais procurada no mundo europeu e asiático, pois era utilizado para a confecção de bolas de bilhares, bijutarias e artigos necessários para as cerimónias nupciais hindus. As principais zonas de comércio de marfim em Moçambique foram:

- Ilha de Moçambique;
- Mossoril;
- Chire;
- Cabeceiras: Grande e Pequena;
- Macuana, constituída por três territórios, Uticulo, Cambira e Uocela, com limites pouco precisos;
- O Lago Niassa;
- Delagoa Bay (Baía de Maputo).

*«No sul de Moçambique, a Baía de Lourenço Marque só entrou no giro comercial em 1544, passando a ser visitada, irregularmente, no século XVI e XVII, por um navio português da Ilha de Moçambique, na mira do resgate (comércio) do marfim e âmbar. Inhambane começou a ter um comércio regular nos meados do século XVI, onde também era visitado por um navio anualmente»*  
- In Souto, 1996:122.

### 3.4.9.2. Os Principais Intervenientes no Comércio de Marfim

Os principais intervenientes no comércio de marfim foram os comerciantes baneanes, comerciantes e governadores portugueses, chefes yao, chefes phiri-lundu, chefes macuas e chefes nhaca.

Durante grande parte do século XVIII a prosperidade de Moçambique foi construída sob o comércio de marfim, mas a partir os finais deste século a riqueza viria a ser construída, de forma progressiva, sob o comércio de escravos. O comércio de marfim e de escravos coexistiram durante um certo período de tempo (entre [1760/70-1785](#)) com os Macua e yao a participarem nele, embora de formas e em graus diferentes. A partir de 1785 o comércio de marfim começou a diminuir ou a ser provavelmente desviado para Kilwa e Zanzibar.

### 3.4.9.3. A Separação de Moçambique de Goa – Sua Importância

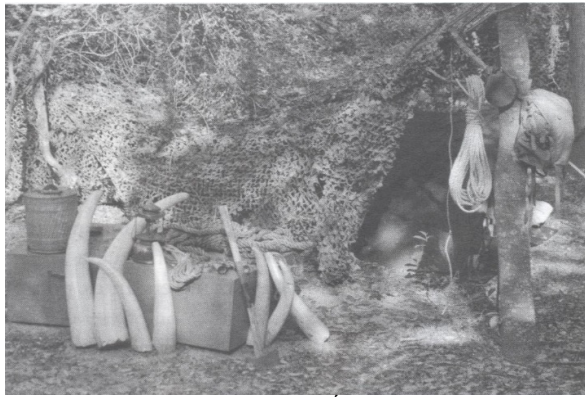
Em 19 de Abril de 1752, por decreto régio do rei D. José I, Goa separa-se de Moçambique, sendo

nomeado governador e Capitão Geral de Moçambique, Rios de Sena e Sofala, D. Francisco de Melo e Castro. Com esta separação, a Coroa portuguesa pretendia que Moçambique se subordinasse directamente a Lisboa e não a Goa, como era antes, pois pretendia obter o controlo da actividade comercial em Moçambique.

Sobre a separação, um documento assinado pelo monarca português D. José I e datado de 19 de Abril de 1752, dizia:

*“Por me ser presente a decadência do Governo de Moçambique, e que será mais conveniente separá-lo de Goa para o seu restabelecimento (...)”*

Porém, apesar desta separação, o intercâmbio entre Moçambique e Índia manteve-se. Prova disso é a influência que os Baneanes continuaram a exercer ao longo do tempo na actividade mercantil. Assim, em 1753, o Governador-Geral foi procurar acabar com a ingerência de Goa na administração financeira e comercial de Moçambique e, em 1758, os baneanes são proibidos de possuir qualquer propriedade na Ilha de Moçambique.



**Fig.17:** O Comércio de marfim em África.

### **Exercícios**

1. Em 1686, foi formada em Dili a Companhia dos Moçambicos.

1. Em 1680, foi formada em Dui a Companhia dos Mazanes.
- 1.1. Mencione os privilégios desta Companhia.
- 1.2. Explica o rápido sucesso desta Companhia.
2. Comenta a frase: “A formação da Companhia dos Mazanes reflectia as contradições dentro da classe dirigente portuguesa.”
3. Em 1752, Moçambique separa-se de Goa e alcança autonomia administrativa.
- 3.1. Quem foi nomeado Governador e Capitão Geral de Moçambique, Rios de Sena e Sofala?
4. Além dos maraves, quem estava interessado no comércio de marfim?
5. Quem eram os mussambazes? E os Patamares?
6. Quando é que o comércio do marfim atinge o seu apogeu?

### 3.5. Os Prazos da Coroa

#### 3.5.1. Origem/formação

A penetração político militar e económica dos portugueses no Estado dos Mwenemutapas deu origem a uma nova instituição: **Os Prazos**.

Foi na segunda metade do século XVI que os portugueses estabeleceram no Vale do Zambeze uma nova instituição – os prazos. Prazos, eram unidades políticas onde a classe dominante era formada por mercadores portugueses estabelecidos como proprietários de Terras.

Com a expressão “Prazos da Coroa” designa-se um dado instituto jurídico que, nascido a região do Zambeze, no princípio do século XVII, sobreviveu com diversas vicissitudes até às primeiras décadas no nosso século.

A palavra *prazo*, do latim *Placitum*, com o significado de *acordo* ou *contrato* foi usada na língua portuguesa a partir do século XIV como sinónimo de enfiteuse. O termo *Prazo da Coroa* indicaria, portanto, a concessão de um direito real, a enfiteuse, por um certo tempo, em territórios da coroa portuguesa.

Em meados do século XVI, os portugueses estavam solidamente estabelecidos nos portos da África Oriental, desapossando por toda a parte os árabes e os Negros islamizados. O movimento dominante que impeliu os novos conquistadores foi o ouro de Manica e de outras dependências do famoso império do Monomotapa, até aos confins de Butua.

Para Pélissier (1994:80), “o sistema de prazos foi posto em prática no início do século XVII, numa tentativa de a coroa portuguesa ocupar efectivamente os seus territórios coloniais e em troca de uma renda (ferro), as terras e os habitantes que nela viviam eram, em geral, entregues durante três vidas contra a obrigação de guarnecer o prazo de homens armados, incumbidos de defender a colónia e de manter as fortalezas da Administração. Tinham ainda de manter os caminhos abertos e de cobrar o imposto. (...). A sucessão efectivava-se pelas pessoas do sexo feminino, descendentes de portugueses da Europa com obrigação de casarem com portugueses de igual origem, e na sucessão das vidas a fêmea excluía o varão”.

Os Prazos eram pequenas unidades políticas estruturadas dentro do Império dos Mwenemutapa por mercadores de origem portuguesa e indiana. As terras onde foram erguidas essas pequenas unidades tiveram essencialmente três origens:

- Terras doadas pelos chefes africanos ao governo português;
- Terras conquistadas aos chefes por exército de mercadores ricos;
- Terras compradas aos chefes africanos por mercadores.

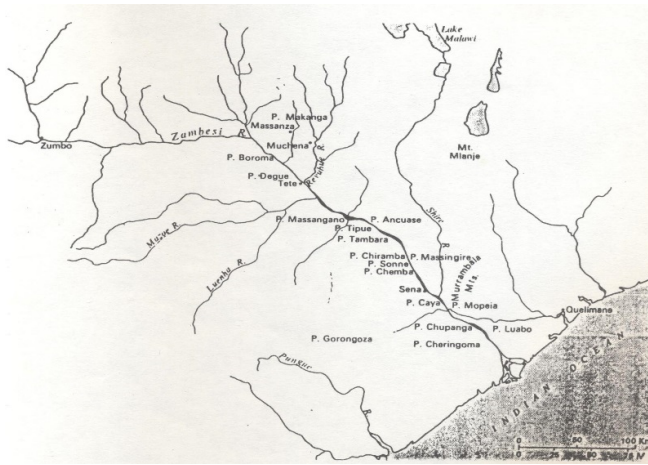


Fig. 18: Os Prazos da Coroa

### 3.5.2. Organização Social

Os Prazos mais não foram que a síntese do cruzamento de dois sistemas sociais de produção: um pré existente na sociedade shona com dois níveis, o dos **camponeses** das mushas, vivendo um regime de relativa autarcia, e a da **aristocracia dominante**, formada pelos mambos e fumos. O outro que se sobrepõe ao primeiro, que era formado pelos **prazeiros**, elite dominante e por exércitos de cativos guerreiros – os **A-Chicundas**. Por outras palavras, os prazeiros mantiveram o sistema social anterior, mas determinaram-no com dois níveis estranhos à sociedade original.

Segundo Papagno (1972:24-25), *“surpreendente foi a rapidez com que demonstraram adaptar-se ao novo ambiente, qualidade que lhes permitiu manter sob controlo territórios quase completamente isolados dos portos da costa e habitados por populações frequentemente bastante belicosas. Os colonos, inicialmente pouco numerosos, eram pequenos régulos brancos e cafrealizados, absolutamente integrados no ambiente social onde substituíam geralmente os chefes indígenas em todos os seus direitos e obrigações.”*

Papagno acrescenta o aspecto referente à absoluta falta de mulheres brancas facilitava em grande parte a miscigenação racial. Os cruzamentos eram, portanto, inevitáveis, mas esse facto acabaria por absorver gradualmente os primeiros brancos. Os seus descendentes regressaram à barbárie e viriam a desaparecer entre a população indígena.

Com efeito, a Coroa dispõe que “os senhores da terra têm sobre o seu território aquele mesmo poder e jurisdição que tinham os Fumos Cafres, porque desta forma se transmitem os decretos de enfiteuse (...), podem emitir sentenças em todas as causas, fazer execuções, fazer guerras, impor tributos (...)

O governo de Lisboa, ao instituir o sistema de prazos pretendia acelerar a colonização de Moçambique com o incremento do povoamento branco.

A obrigatoriedade da renovação das concessões de três em três gerações e da transferência da propriedade por via feminina em caso de morte dos titulares, enquadra-se na perspectiva de atrair para Moçambique mulheres portuguesas para não se pôr em causa a continuidade da raça branca, com os inevitáveis casamentos de homens brancos com mulheres negras.

Os herdeiros eram obrigados a casar com portugueses brancos ou seus descendentes. Ao fim da terceira geração, os terrenos voltavam à posse completa da Coroa, que podia renovar a concessão à mesma família ou conferi-la a outrem. Pela sua parte, o concessionário era obrigado a residir no prazo, a pagar um foro e a fornecer tropas às autoridades portuguesas em caso de necessidade. A característica mais importante desta enfiteuse especial era, no entanto, constituída pela autoridade reconhecida ao enfiteuta sobre a população do seu prazo.

A progressiva africanização dos conquistadores e dos seus descendentes bem cedo começou a criar divergências e dificuldades nas relações com as autoridades portuguesas.

A instituição prazeira enfrentou desde o início uma série de dificuldades, principalmente pelas seguintes razões:

- A maioria dos prazeiros era criminosa, opositores políticos do regime e desertores do exército que cumpriam penas de degredo em Moçambique. Eram indivíduos que não se identificavam com os interesses da coroa e por isso extremamente limitados para agirem como agentes executores da vontade do governo de Lisboa;
- A inferioridade numérica e o isolamento a que os prazeiros estavam votados não permitiam a promoção de acções que pudessem influenciar culturalmente os africanos. O que aconteceu com frequência foi a africanização dos ditos agentes da civilização europeia e da fé cristã;
- A autoridade portuguesa estabelecida principalmente na costa era manifestamente impotente para exigir aos prazeiros a observância das leis ditadas por Lisboa;
- A maioria das terras dos prazos havia sido obtida sem a concorrência do governo português;
- O poder militar crescente dos prazos reduzia a capacidade de pressão do governo sobre eles;
- A autonomia dos prazeiros em relação à autoridade portuguesa era em muitos casos quase absolutos.

O resultado prático da instituição prazeira foi parcialmente alcançado, mas há medida que os tempos iam passando, o sistema veio a desenvolver-se como uma instituição totalmente diferente da que estava prevista, isto é, em vez de funcionar em função dos interesses da monarquia portuguesa, os interesses dos prazeiros passaram a ser predominantemente geocêntricos. Aumentar mais e mais os seus bens individuais, o poder político e militar nas terras que iam usurpando, estabelecendo o mais possível de modo a poder continuar a garantir a sua sobrevivência, não só em casos de ataques provenientes dos chefes locais, mas mesmo ainda do exército português, constituíam as preocupações principais.

### **3.5.3. Organização Político - Administrativa**

Do ponto de vista da organização administrativa os prazeiros gozavam de uma independência quase total, ora vejamos:

- Os prazeiros fixavam impostos a serem pagos pela população africana residente dentro dos prazos e seus arredores;
- Eram frequentes os casos de condenação à morte por enforcamento, chicotada, palmatória ou outras torturas a todos que se negassem a aceitar as leis impostas nas suas terras;
- Tinham os seus exércitos formados de escravos e, mais tarde, de mercenários portugueses e de outras nacionalidades, ou então, de prazeiros que tinham abandonado os seus prazos para oferecer os seus serviços a um prazo maior e mais potente, por causa da reconquista das suas ditas terras pelos africanos.

A estrutura política e administrativa dos prazos obedecia a seguinte hierarquia: **Senhor Prazeiro, Mambos, Fumos e A-chicundas.**

Na realidade, figura do Fumo não era então muito clara e foi submetida a duas interpretações diversas. Por um lado, o Fumo era considerado como um vassalo de tipo europeu, com amplas prerrogativas de soberania. Outros, pelo contrário, consideravam-no como se fosse um governador local com simples funções administrativas, como recolher os impostos e servir de intermediário entre a população local e o soberano. (...). O Fumo era na realidade, um simples “administrador directo”.

Isto é o que resulta do facto de ser mantido nas suas funções pelos prazeiros, cónscios de que a sua remoção lhes teria criado numerosas dificuldades perante a população indígena. Todavia, o Fumo era claramente nomeado pelo proprietário do prazo, que podia destituí-lo ou substituí-lo a seu gosto e quando quisesse – a sua função principal consistia na recolha de impostos.

Refere Papagno que na interpretação dada no fim do século passado (séc. XIX), os indígenas foram considerados como outros tantos escravos, completamente submetidos à vontade dos seus régulos.

### 3.5.4. Organização Económica

Na esfera económica a vida do prazeiro era baseada em pilhagem feita durante incursões aos territórios administrados por soberanos africanos. O comércio de escravos era igualmente importante para a manutenção e reprodução das aristocracias prazeiras. A venda de peles e de marfim, obtida pela caça dizimadora, cobria uma parte considerável nas necessidades em produtos importados.

O ouro e do marfim configurou a base da economia dos Prazos até finais do século XVIII e dos escravos mais tarde. Os camponeses das Mushas tinham a seu cargo a produção material de subsistências canalizadas parcialmente para a aristocracia prazeira através da relação de produção expressa no mussoco, uma renda em géneros. Porém, milhares de cativos alimentados pelos camponeses garantiam a segurança militar dos Prazos e o livre escoamento dos produtos excedentários dos camponeses. A esses cativos eram conhecidos por **A-chicundas**. Os A-chicundas garantiam a defesa dos Prazos, organizavam as operações de caça aos escravos nos territórios vizinhos e cobravam impostos e estavam divididos em regimentos chamados **Butacas**, (herança). Havia dentro dos Prazos um grupo de mercadores negros especializados designados **Mussambazes**. Havia ainda uma espécie de inspectores que residiam junto dos Mambos e Fumos que davam informação regular aos prazeiros, conhecidos por **Chuangas**. Há que referir a um grupo de cativas organizadas em colectivos de trabalho designados por **Ensacas**, cujas chefes destas ensacas conhecidas por **Niacodas**.

Dentro dos prazos, os escravos encontravam-se divididos em dois grandes grupos, com funções distintas:

1. Exército (A-Chicunda): garantiam a defesa do prazo, a organização de operações de caça de escravos nas formações vizinhas, cobrança de imposto, etc.;
2. Domésticos: produção de alimentos, mineração do ouro e a prática de uma indústria ligeira (barqueiros, pescadores, carpinteiros, forjadores, ourives, etc.).

Nos Rios, todavia, é muito claro que os escravos não eram empregados na produção de bens em sentido convencional, nem eram adquiridos com esse objectivo. Existia, deste modo, uma subdivisão das tarefas. A agricultura que satisfazia as necessidades locais, era praticada apenas por colonos livres, enquanto os escravos se encontravam quase exclusivamente ao serviço dos senhores.

No sistema dos prazos da Zambézia, assente principalmente na conquista violenta, a posse de um vasto número de escravos armados constituía o aspecto mais evidente do poder e da força de intimidação do prazeiro. Significava um forte exército, uma administração do território eficiente e uma corte mais rica. Uma vez que o poder dos enfiteuses se apoiavam geralmente numa organização militar, era bastante natural que os escravos, que formavam o respectivo aparelho, gozassem de uma posição privilegiada em relação aos colonos que representavam simplesmente o conjunto dos produtores de alimentos no sector agrícola, já que a caça era em geral confiada também aos escravos.

A origem dos escravos era de natureza diversificada:

- Podia representar a homenagem de um régulo indígena ou de um outro prazeiro;
- a presa humana de uma guerra;
- de uma razia;
- ou o resultado de um acto de aquisição.

A condição de escravo podia ser finalmente o resultado de uma sentença ou um acto voluntário pelo qual o indígena, frequentemente mordido pela fome, se punha espontaneamente ao serviço de um senhor.

O governo português na tentativa de disciplinar e exercer um certo controlo sobre a actividade dos prazeiros, fez publicar leis que visavam a introdução de reformas no sistema. Em 1667 foi

publicada a primeira reforma, mas os seus resultados foram praticamente nulos. Os prazeiros continuaram a negar-se a pagar o tributo à Coroa portuguesa e continuaram também a administrar os prazos a seu bel-prazer e, em muitos casos, levantando barreiras à presença das autoridades administrativas portuguesas.

Em 1760 foi publicada a segunda reforma que, entre vários aspectos, especificava o seguinte:

- Que os prazos não deviam ter mais de três ou quatro léguas quadradas. A sua superfície não devia exercer uma légua quadrada, no caso de ser atravessado por um rio ou possuir um terreno mineiro;
- Que os prazos a partir de então só deviam ser autorizados pelo governo de Lisboa depois de um período experimental de quatro anos;
- Que os prazeiros deviam permitir a fixação de outros europeus dentro dos seus terrenos, o que tinham negado até então.
- Que os prazeiros deviam contribuir na manutenção dos fortes, na construção de estradas e travessias de pontes em tempos de seca e contribuir também em homens e armamento para as expedições militares.

Apesar da publicação de uma legislação bastante exigente, os prazeiros rejeitaram as reivindicações portuguesas quanto às suas terras e não se preocupavam em obter aforamentos. Caracterizando a instabilidade reinante, um cronista contemporâneo escreveu que *“num grupo de vinte prazeiros cada um tem dezanove inimigos, no entanto, todos são inimigos do governador”*. Segundo A. Isaacman, *“ao longo dos séculos dezassete e dezoito, o sistema dos prazos representou teoricamente a principal presença colonial de Lisboa no Vale do Zambeze. Cerca de 1750 havia mais de uma centena de possessões da Coroa entre a foz do Zambeze e Tete”*

### **3.5.5. Aparato Ideológico**

A nível ideológico, os prazeiros aproveitaram quase integralmente o aparato ideológico nativo. A utilização do *muávi*, o culto aos espíritos, a invocação de chuva, etc., era mecanismos que garantiam a reprodução das relações de produção então existentes.

Tanto mais que os prazeiros mostraram quase imediatamente saber adaptar-se bastante facilmente à nova posição de substitutos dos régulos anteriores, adoptando os seus usos, costumes e modos de exercício do poder. Como afirma Newitt, *“em trezentos anos a sociedade do Zambeze desenvolveu-se e mudou em muitos aspectos, mas alguns destes permaneceram constantes em medida considerável...O mais importante deste foi a composição a composição racial da população. O número de pessoas de origem europeia ou asiática foi sempre pequeno, o número de mestiços um pouco mais extenso, mas a grande maioria era africana. Número de mestiços não sofreu aumento significativo durante estes anos. Filhos de mães africanas e casando com mulheres africanas, houve uma tendência constante para serem reabsorvidos pela maioria africana.*

A cerimónia de instalação do novo enfiteuta no respectivo prazo declarava fielmente as cerimónias indígenas de homenagem na instalação de um novo chefe. Os indígenas chamaram a estes enfiteutas, racialmente e culturalmente mistos, *muzungos*. No século XVIII, o termo era a designação africana do homem branco.

Como senhor de um prazo, e ao mesmo tempo como oficial da reserva, tinha a plena condição jurídica de um europeu. Fazia do seu nome português um tesouro, bem como o seu catolicismo nominal e dos luxos europeus que podia permitir-se. Frequentemente, era eleito para tomar conta nos conselhos das cidades do Zambeze. Tinha reputação e influência sobre as autoridades.

Mas ao mesmo tempo, a sua vida no Prazo estava cada vez mais impregnada de elementos africanos dificilmente conciliáveis com o estatuto de europeu e de católico. Dia após dia, a mãe e as amas africanas tendiam a afastar cada vez mais o jovem *muzungo* das suas origens portuguesas. Curiosamente, mas a coisa é perfeitamente explicável, os negros deram ao termo *muzungo* uma

conotação económico-social, ampliando o seu campo de designação a todos os que podiam viver sem trabalhar, deixando de lado o aspecto puramente racial. “*É interessante*”, observa Newitt, “*descobrir que os africanos do Zambeze consideravam o facto (o não ter de trabalhar) como a principal qualidade necessária para ser portugueses*”.

### **O Insucesso Português no Projecto da Instalação do Sistema de Prazos**

**NB:** A razão principal do insucesso encontra-se sobretudo no excessivo do poder adquirido pelos senhores dos prazos e na notável e endémica fraqueza da autoridade do Estado em todo Moçambique, devido em boa parte ao pouco interesse que a região suscitava após o falhar da descoberta de metais preciosos na primeira metade do século XVI. Posteriormente, a presença portuguesa limitou-se a alguns portos ao longo da costa, e à feira de Tete no Zambeze. O comércio de escravos, praticado em Moçambique a partir de 1640, quando Angola, principal mercado de abastecimento, é parcialmente ocupada pelos Holandeses, volta a dar uma certa importância à colónia. Contudo, o interior continua sempre a ser dominado pelos prazeiros.

#### **3.5.6. Declínio do Sistema de Prazos**

O declínio do sistema dos prazos, na primeira metade do século XIX, foi fundamentalmente consequência dos seguintes factores:

- O desenvolvimento do tráfico de escravos que chegou a obrigar alguns prazeiros a sacrificar os camponeses residentes nos seus domínios e os A-Chicunda, seu braço armado;
- As invasões Nguni que começaram em 1832 e duraram mais de vinte anos. Por volta de 1840, Soshangana tinha ocupado vinte e oito dos quarenta e seis prazos ainda existentes, que foram incorporados no grande Império de Gaza;
- A competição entre os prazeiros e os povos vizinhos;
- A ausência de uma força militar e administrativa portuguesa eficiente;
- As secas e a fome.

Neste contexto, insegurança das populações aumentou e ao mesmo tempo o carácter guerreiro dos prazos. A geografia política sofreu transformações, os prazos de pequenas dimensões vão desaparecer, enquanto outros, mais fortes, se engrandecem em medida considerável. A isto acrescem algumas migrações populacionais que contribuirão para mudar o rosto do Vale de Zambeze.

#### **Exercícios**

**3.5.  
Os**

1. Indica três modalidades de aquisição de terras que deram origem ao sistema de prazos.
2. Como é que surgiram os prazos da Coroa?
3. O sistema de prazos não conseguiu realizar os objectivos políticos e ideológicos da Coroa portuguesa. Justifique.
4. Quais eram os objectivos da coroa portuguesa ao instituir a transferência da propriedade por via feminina?
5. Qual era a base económica dos Prazos?
6. Qual era a função dos A-Chicundas?
7. O que é um prazeiro?
8. Indique o grupo de escravos existentes nos prazos e suas funções.
9. Quando é que o sistema de prazos começou a declinar?
10. Como é que o tráfico de escravos concorreu para o declínio dos prazos?

#### **Estados Militares do Vale do Zambeze (Sec. XVIII – XIX) – [1750/1760-1836](#)/Séc. XX**

Os Estados Militares do Vale do Zambeze têm a sua origem com a decadência do sistema de Prazos, na primeira metade do século XIX que teve como factores:

- Entre 1820 e 1835, o exército do decadente Estado dos Mwenemutapa lançou vários ataques aos prazos da margem esquerda do Zambeze, provocando o abandono da maioria desses prazos quer por parte dos prazeiros, quer por parte dos A-Chicunda e das populações em geral;
- Entre 1830 e 1844, dois grupos nguni, os de Zwangendaba e o de Nguana Maseko, atacando as populações, raptando homens e mulheres e cobrando tributos. O primeiro atravessou o Zambeze em 1835 perto da Cachomba (Província de Tete) e o segundo fez a travessia em

1839 por Tambara. A sua presença contribuiu para o abandono das feiras do Zumbo e de Manica, que tinham sido reabertas após a investida do Changamire Dombo em 1693. Cerca de 1840, os Nguni tinham ocupado 28 dos 46 prazos que ainda existiam, bem como algumas chefaturas independentes;

- O tráfico de escravos no vale do Zambeze, o qual dependia do mercado brasileiro. Milhares de camponeses foram exportados e os prazeiros principiaram também a exportar o próprio sustentáculo dos prazos: A-Chicunda. Estes fugiram para reinos e Estados vizinhos.

Estes três factores contribuíram para a eclosão das dinastias dos senhores de escravos. Áreas dos antigos prazos foram ocupadas e milhares de A-Chicunda foram reagrupados a troco de tecidos, de bebidas e de armas de fogo. Enquanto isso, o Governo português, temeroso da presença Nguni no vale do Zambeze, resolveu conceder patentes administrativos e militares a alguns dos novos reis, fazendo-os defender o vale do Zambeze contra os Nguni, o que eles fizeram com as patentes de capitão mor ou de sargento mor.

### 3.5.1. Origem/Formação

A deterioração do sistema político dominante no vale de Zambeze, durante a primeira metade do século XIX, segundo o Historiador Allan Isaacman, *“criou um vácuo de poder que foi preenchido por um certo número de novos Estados de conquista. Estes estados, localizados entre o Oceano Índico e Zumbo, eram maiores em tamanho e estavam melhor armados do que as chefaturas e prazos zambezianos que tinham incorporado.”*

São chamados de **Estados Militares, Estados Esclavagistas, Estados de Conquista ou “Estados Muzungos.”**

Os Estados Militares foram fundados por comerciantes de marfim e escravos, conhecidos por Muzungos (brancos): europeus, goeses e seus descendentes de casamento com os africanos, excepto o Estado Makololo fundado em de 1858 por carregadores trazidos por Livingstone em 1856.

Segundo Newitt, os Estados Militares desenvolveram-se de diferentes maneiras:

*“Alguns eram pequenas áreas ocupadas ou dominados por bandos de soldados A-chicunda; outros, dependiam da personalidade de um homem e ruíram com a sua morte (por ex. o Estado Militar de Gorongosa, de Manuel António de Sousa Gouveia); outros como Massingir e Maganja da Costa desenvolveram-se em algo parecido com Repúblicas militares governadas por capitães A-chicunda; finalmente a Macanga e os domínios de Joaquim da Cruz Nhaude à volta de Massangano, onde ambos estabeleceram uma linha de sucessão da família governante.”*

Dada a extensão da área sob o seu domínio, estes oito novos Estados: **Massangano, Kanyemba, Carizamimba, Makololo, Massingire, Macanga, Gorongosa e Matekenya** tinham capacidade militar para limitar a penetração do Estado Português. Controlavam em conjunto a maioria da área

do vale do Zambeze, dominavam os cursos de água estratégicos e rodeavam todas as bases militares e administrativas portuguesas situadas no interior.

- **Macanga** foi fundado por Gonçalo Caetano Pereira, (Conhecido por Dombo-Dombo, o terror), em 1840 com Pedro Caetano Pereira (Choutama), entra em conflito com os portugueses. Foi o primeiro Estado a surgir a norte de Tete.
- **Massingir**, fundado por Paulo Mariamo Vaz dos Anjos e Fernando Vaz dos Anjos;
- **Massangano**, fundado por Joaquim da Cruz (Nhaude) em 1849. Portugal faz várias tentativas para o conquistar, sobretudo no tempo de António Vicente de Cruz (Bonga). Situado a sul da confluência dos rios Luenha e Zambeze, incluía também o vale do rio Muira a sudoeste de Tambara
- **Gorongosa**, fundado por Manuel António de Sousa”Gouveia”. Foi o mais fiel aliado dos Portugueses;
- **Maganja da Costa**, fundado por João Bonifácio Alves da Silva, “o M’passo”, entre 1862-1898

- **Os Estados Zumbo:** Matakenha e de Kanyemba, Makololo, fundados em 1858;

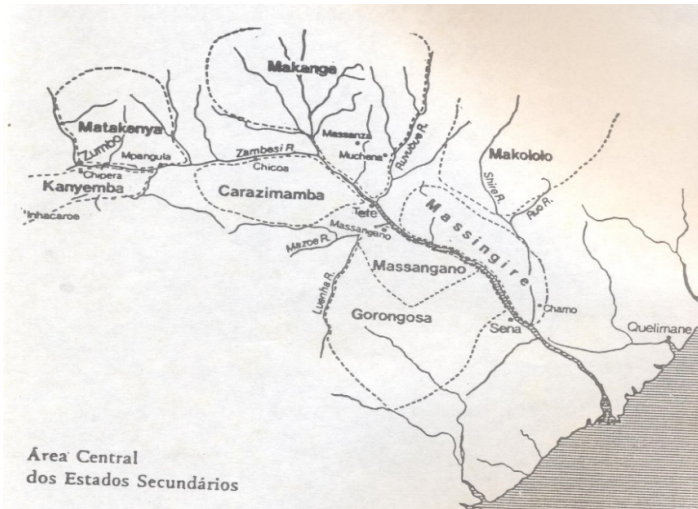


Fig. 19: Os Estados Militares do Vale de Zambeze

### 3.5.1. Actividades Económicas/Fontes Económicas do Poder dos Chefes

Os Estados Militares viviam essencialmente do comércio de escravos e, em menor escala, do comércio de marfim. A cobrança de imposto (mussoco), que podia ser em trabalho, em género e, mais tarde, em dinheiro, foi uma importante fonte económica do poder dos chefes dos Estados Militares. A pilhagem e a incursão aos Estados vizinhos também constituíam uma importante fonte de capitação de riqueza.

### 3.5.2. Estrutura Político-Administrativa

Chefe Máximo
--------------

A-Chicundas
-------------

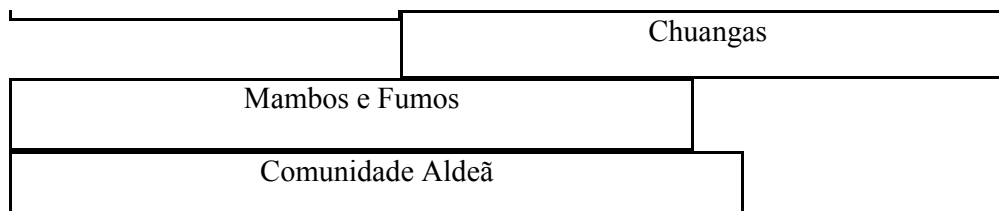


Fig. 4: Estrutura Político-Administrativa dos Estados Militares do Vale de Zambeze.

Para garantir a sua manutenção e desenvolvimento, todos os Estados combinavam o uso de armas de fogo europeias e um tipo de fortificações defensivas chamadas **Aringas**. As armas eram adquiridas em troca de escravos. Era assim que conseguiam proteger as suas fronteiras e consolidar o seu poder. Para Isacman, “*o poder real destes Estados encontrava-se no exército de A-chicundas, porque eram neles que se baseava a ordem militar, sendo também os maiores produtores de riquezas.*”

O centro do poder político e económico dos Estados Militares era a grande aringa, que podia ter uma milha de circunferência e podia conter palhotas de centenas de chefes seguidores.

A guarnição das aringas era constituída pela classe especializada de soldados conhecidos pelo nome de **A-Chicunda**. Historicamente tinham servido como escravos guerreiros nos Prazos de Zambeze, onde tinham adquirido reputação de combatentes experimentados. O declínio do sistema dos prazos durante a primeira metade do século XIX, e os esforços de alguns colonos para exportarem A-chicundas com destino ao comércio transoceânico levou grande número destes guerreiros a rebelarem-se ou a fugirem para o interior.

### 3.5.3. Formas de Recrutamento dos A-Chicundas

Os Estados militares emergentes acabaram por absorver a maioria dos A-chicundas. Alguns receberam como presente armas modernas, roupas e missangas, enquanto outros adquiriam esposas, terras e a promessa de que poderiam conservar parte da riqueza conseguida através da caça e dos *raids* de captura de escravos e saque. Os seus chefes, ou Mukazambo, conseguiram ainda representação nos mais importantes conselhos do governo. Com o decorrer do tempo, a sua condição de escravos caducou e adquiriram uma nova posição de mercenários ou de aristocracia nos novos Estados.

Os chefes dos Estados Militares, não só se apoiaram dos antigos escravos guerreiros como recrutavam também activamente novos nas formações políticas vizinhas. Apesar das diferenças de tamanho e de origem étnica, a organização e responsabilidade dos A-Chicunda eram similares as que tinham no sistema dos prazos. Em cada Estado encontravam-se divididos em regimentos, conhecidos pelo nome de **Butaka**, que formavam as unidades militares, residenciais e sociais básicas. Cada uma delas era governada por um Mukazambo ou Cazembe, seleccionado com base na sua capacidade de manter o respeito e a obediência dos seus subordinados e da sua bravura em combate. A Butaka estava subdividida num certo número de pelotões, ou **ensaka**, comandados pelos lugares tenentes do Mukazambo. O Mukazambo e os seus principais subordinados, resolviam todos os litígios entre os seus seguidores, puniam membros dos regimentos que violassem as leis do estado e tinham assento no conselho real.

As principais funções dos A-Chicunda eram proteger as fronteiras contra ameaças externas e sufocar revoltas internas. Estavam aquartelados em locais estratégicos, basicamente ao longo das fronteiras, onde podiam também desencadear operações de captura de escravos e ataques contra Estados vizinhos.

A classe dominante, para legitimar o seu poder, recorria à adopção de culturas locais (hábitos), por exemplo, a prática de cerimónias mágico religiosas. Realização de casamentos com as filhas dos chefes locais o que lhes permitia laços de parentesco de carácter biológico.

### 3.5.4. Diferenças Entre os Estados Militares do Vale do Zambeze

Com a excepção de alguns Estados, como é o caso de Makololo, os governantes dos Estados Militares eram de descendência afro-goesa. Os fundadores do Estado Makololo, foram

carregadores Sotho que receberam armas do fogo do explorador Livingstone, com as quais combateram o tráfico de escravos praticado pelos Ajaua (yao) e comerciantes árabes e se impuseram como defensores e novos senhores da sociedade Maganja. Dos oito Estados militares, o Makololo é que não praticava o comércio de escravos.

### 3.5.5. Aparato Ideológico e Cultural

Na esfera ideológica e cultural, a adoção pelos governantes, das instituições e valores culturais africanos (rituais, símbolos de realeza indígenas, etc) facilitou a sua adaptação a um ambiente novo e difícil. Este padrão de aculturação apagou as distinções entre governantes estrangeiros e os seus súbditos locais, e em certos casos contribuiu para aumentar a legitimidade da elite governante. As alianças matrimoniais com os membros da família real africana constitui uma outra tentativa dos chefes militares para alterar o seu estatuto de estrangeiro e legitimar a sua posição de elite. Essa prática não só forneceu aos estrangeiros uma nova e prestigiosa rede de parentesco, como lhes criou também elos permanentes de ligação de natureza biológica, simbolizados no nascimento da sua descendência.

As relações entre Portugal e os Estados Militares, até finais da década 80, foram caracterizadas pela manifesta incapacidade do primeiro para se impor na região como potência colonizadora perante as constantes ameaças expansionistas britânicas, as invasões Nguni, tráfico de escravos e resistência das formações políticas africanas. Para as autoridades de Lisboa, os estados militares foram encarados, em determinadas fases, como instrumentos que podiam ser utilizados para assegurar a defesa e expansão territorial dos domínios portugueses no interior.

Dada a circunstância de os interesses e as ambições das aristocracias dos Estados Militares, só muito raramente coincidiram com os desejos de Lisboa, podemos situar em 4 níveis as relações entre Portugal e os Estados Militares.

- **Aliança de convivência:** para pagamento do grande fornecimento de armas de fogo, os chefes dos Estados Militares concordavam em reconhecer a soberania abstracta de Portugal desde que os funcionários coloniais não fizessem qualquer esforço para violar a sua autonomia;
- **Dividir para reinar:** Lisboa podia estar simultaneamente a oferecer armas a um Estado, a prosseguir uma política de dividir para conquistar, a tentar cooptar chefes militares a envolver-se em confrontações em larga escala. A relativa importância de Portugal ditava este procedimento tão eclético;
- **Amigáveis:** Lisboa concordou em garantir-lhes títulos legais de posse para as terras que conquistassem, isenção da maioria dos impostos e obrigações que os outros proprietários tinham que satisfazer e pagamentos em dinheiro. Receberam igualmente títulos prestigiosos que os colocavam acima da maioria dos funcionários coloniais com quem tinham de lidar;
- **Campanhas militares da ocupação:** durante 16 anos, com início em 1886, (Massangano) Portugal atacou e conquistou 1 Estado Militar de cada vez. Começou por Massangano porque controlava o acesso a Tete e tinha infringido pesadas derrotas aos portugueses.

### 3.5.6. Decadência dos Estados Militares do Vale de Zambeze

Os conflitos que se desenvolveram entre os próprios Estados e entre estes e os portugueses, no século XIX, são conhecidos pelas **guerras da Zambézia:**

- A 1ª fase de guerras situa-se entre 1840 e 1862. Durante este período do Caetano Pereira, de Macanga contestaram, primeiro com as autoridades de Tete, o controlo das terras a norte da Zambézia e depois, com os Cruz, pelo controlo do próprio rio.
- A 2ª fase de guerras foi de 1880 a 1892 e foi mais complexa porque a Zambézia se encontrava sobre fortes pressões, não só internacionais de poderes europeus, como também, de reformadores coloniais europeus. Ao mesmo tempo, Estados africanos independentes, como Gaza, Bárue e chefaturas shona, Macua e Ngunis, também se encontravam ameaçados. Os muzungos encontravam-se perante a escolha entre colaborar ou resistir aos portugueses;
- A 3ª fase iniciou-se com Manuel António de Sousa a ocupar Bárue em 1880 e quebrando o levantamento de Massingir.

Em suma, a decadência esteve ligada à competição entre os prazeiros e entre estes e os povos vizinhos; ausência de uma força militar e administrativa portuguesa eficiente; as secas e fome; o desenvolvimento do tráfico de escravos; as invasões Ngunis.

Entre 1892-1902, processa-se a destruição desses Estados. A intensificação da competição entre os poderes imperialistas europeus durante o período da “Luta por África” pôs em movimento um conflito inevitável com os Estados Militares. Não desejando renunciar à sua soberania política, tornaram-se um objectivo das actividades expansionistas portuguesas e britânicas. A recusa dos senhores da guerra de abdicarem do seu poder, justificou as acções que sobre eles foram lançadas (SOUTO, 1996: 93-94)

1. Quando e onde surgiram os Estados Militares?
2. Quais são os grandes Estados Militares do Vale do Zambeze?
3. O que são Aringas?
4. Quem eram os fundadores dos Estados Militares?
5. Qual era a base económica dos Estados Militares?
6. Qual era a diferença entre o Estado Makololo e os restantes Estados?
7. Como é que os fundadores dos Estados Militares recrutavam os A-Chicundas que haviam abandonado os Praços da Coroa?
8. Que mecanismos a classe dominante recorria para legitimar o seu poder?
9. Que factores punham em causa a presença dos portugueses no Vale do Zambeze.

### Exercícios

#### 3.5.7. O Ciclo dos Escravos – [1750/1760-1836/séc. XX](#)

A escravatura, enquanto instituição económica e social, existe desde os tempos mais antigos. O facto de ter existido até aos tempos modernos demonstra a capacidade de adaptação do sistema aos diferentes contextos históricos ao longo dos tempos.

O tráfico negreiro no Atlântico e no Índico, entendido como o primeiro sistema de globalização da História, e a escravidão nascida deste comércio constituem uma substância invisível nas relações entre a Europa, África, América e Índias Ocidentais.

Ao contrário do que acontecera na costa ocidental de África, onde o tráfico negreiro foi muito intenso entre o século XVI e o fim do século XVIII, na costa oriental, e em particular e Moçambique, este comércio desumano ganhou importância a partir das duas últimas décadas do século XVIII.

*“Na segunda metade do século XVIII, a procura de escravos ultrapassou a procura do ouro e do marfim. Agora, não se tratava tanto de adquirir uma matéria-prima de origem mineral (ouro) ou animal (marfim) quanto de comprar ou capturar aquele que tirava o ouro à terra e a presa ao elefante: o homem, o próprio produtor, a matéria-prima humana”.*

Podemos afirmar que as duas principais áreas de caça ao homem eram o vale de Zambeze e faixa litoral do rio Ligonha à Baía de Mombaça, e, em menor escala, o sul de Moçambique: Inhambane e Delagoa Bay (Baía de Lourenço Marques).

##### 3.5.7.1. Principais Locais de Captura, Escoamento e Destino dos Escravos

Os principais portos de escoamento dos escravos, a partir do século XVIII, passaram a ser Quelimane e Ibo. E os principais locais de recrutamento de escravos foram: Quelimane, Sena, Sofala, Angoche, Ilha de Moçambique, Ilhas Quirimbas, Ibo, Inhambane, Lourenço Marques.

Estes escravos tinham como destinos: as Ilhas francesas do Oceano Índico – Ilhas Mascarenhas, Madagáscar e Reunião, o Golfo Pérsico, Goa, Índia, América – Brasil e Cuba.

Numa primeira fase (cerca de 1740), destacaram-se neste comércio os Franceses, que precisavam de mão-de-obra para as suas plantações de açúcar e de café nas Ilhas Mascarenhas. Procurando

fugir ao controlo dos portugueses e às taxas aduaneiras por estes cobrados nos seus portos, os franceses comerciaram os escravos directamente com os Reinos Afro-Islâmicos. Como era lucrativo, não tardou que comerciantes portugueses também entrassem no negócio.

Numa segunda fase, o destino dos escravos passou a ser o continente americano, pois as minas de ouro, prata e diamantes, bem como as plantações de café, açúcar, cacau e algodão, precisavam também de mão-de-obra barata. Destacaram-se comerciantes brasileiros e norte americanos.

Numa terceira fase, sobretudo depois das medidas abolicionistas de 1836 e 1842, o tráfico continuou, mas de uma forma clandestina, destacando neste comércio os Afro-swahilis. Na altura, eram muito difícil para Portugal aplicar as leis em Moçambique, pois a sua fraca presença tornava as leis simbólicas.

Numa quarta fase, sobretudo entre 1854 e 1902, ocorreu o tráfico dos trabalhadores “livres” em condições não muito diferentes das dos escravos para as ilhas francesas do Índico e África do Sul.

A actividade mercantil dos traficantes dos escravos não era alheia ao desenvolvimento industrial europeu. Através do trabalho escravo, as indústrias europeias recebiam produtos como o café, o cacau, o açúcar, etc.

Quando se entra no período dos escravos na História do nosso país, a Ilha de Moçambique perde a sua hegemonia mercantil (que ganhara a Sofala a partir de 1507): Quelimane e Ibo, os “portos dos escravos”, são promovidos a partir da segunda metade do século XVIII.

Segundo Souto (1996:136), *“a importância do comércio de escravos ganhou grande amplitude no início do século XIX quando compradores brasileiros, cubanos e americanos se juntaram aos franceses por volta de 1830. Além destes, os “mujojos”, os árabes de Zanzibar, Kilwa e Mombaça começaram a infestar as costas de Moçambique com os seus pangaios, onde desenvolveram um tráfico intenso de escravos. No último quartel do século XIX o tráfico de escravos pelos mujojos generalizou-se na costa de Moçambique, ao norte de Quelimane – Cabo Delegado, Moçambique e Angoche”*.

Para Liesegang (1986:461), desde cerca de 1760 até 1860 o comércio de escravos em Moçambique constituiu a base económica de uma burguesia local (...). Refere ainda que no século XVIII, o ponto mais alto do comércio de escravos foi atingido em 1788, quando 11. 000 escravos foram exportados. De 1790 a 1794 as importações francesas para as Mascarenhas estavam no seu auge atingindo cerca de 4.500 a 5.000 escravos por ano.

Se no fim do século XVIII saíam de Moçambique de quatro a cinco mil escravos por ano, entre 1815 e 1820 calcula-se que saíam anualmente com destino a Brasil cerca de dez mil e, com destino às ilhas francesas do Índico (Bourbon e Reunion), cerca de sete mil. Entre 1815 e 1820, só no vale do Zambeze e da área dos Prazos eram escoados cerca de 2500 escravos por ano e, por volta de 1820, atingia-se aos quatro mil.

Entre 1819, a situação de compra e do embarque de escravos no porto da Ilha de Moçambique foi a seguinte:

<b>Escravos</b>	<b>Nº de Escravos</b>	<b>Obs.</b>
Escravos mortos antes da compra	1200	
Comprados	9242	
Mortos em terra após a compra	1804	
Embarcados	7920	

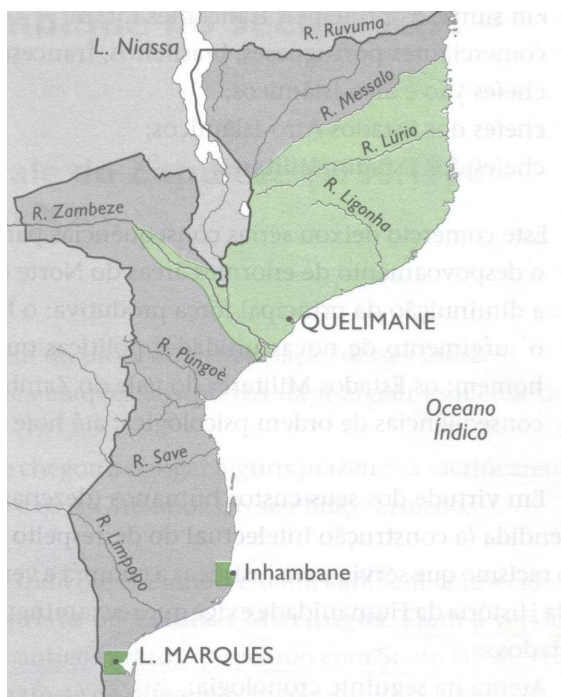
Adoecidos em viagem	258	
Mortos em viagem	2196	
Chegados no Brasil	5234	

**Tabela 2:** A situação de compra e do embarque de escravos no porto da Ilha de Moçambique.

Entre 1784 e 1795, os maiores fornecedores de escravos nos súbditos portugueses da Ilha de Moçambique seriam os chefes Macua do Uticulo, de Cambira e de Matibane. Dezenas de milhares de Macua foram exportadas para as Ilhas Mascarenhas, Madagáscar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba.

O comércio de escravos ao sul de do Zambeze nunca assumiu a importância e as proporções que teve no norte, apesar de alguns escravos terem sido exportados por Sofala e Inhambane. Porém, na Baía do Maputo e em Inhambane, sobretudo a partir de 1810/20, o tráfico de escravos assumiu proporções nunca antes atingidas nessas áreas. Em Inhambane os colonos portugueses promoviam frequentes guerras para captura de escravos, que eram enviados para o Brasil. Na Baía da Lagoa, o comércio de escravos começou aparentemente a tomar amplitude a partir de 1810. A erupção dos Nguni a área contribuiu para a caça ao escravo se tivesse tornado uma regra.

As diversas tentativas de abolição do comércio encontraram sempre forte resistência porque este se encontrava tão enraizado em Moçambique, que todas as medidas que se tomavam não tinham qualquer implementação, nem aplicação, dando apenas origem ao crescimento do tráfico clandestino.



**Fig. 20:** Principais locais de recrutamento de escravos.

### 3.5.7.2. Principais Traficantes dos Escravos

Os principais traficantes dos escravos em Moçambique foram:

- Comerciantes portugueses, brasileiros, franceses e asiáticos;
- Chefes yao e Afro-Islâmicos;
- Chefes dos Estados Militares do Vale de Zambeze.



Fig. 21: Locais de destino dos escravos moçambicanos.

### 3.5.7.3. Abolição do Tráfico de Escravos

No alvorecer do século XIX a África, sangrada de todos os lados, desde há quatro séculos, pelo tráfico negreiro, atrai cada vez mais a atenção do mundo. Porquê? Em primeiro lugar, por causa do movimento contra a escravatura. Lembremos que a Grã-Bretanha, depois de suprimir a escravatura no seu imenso império, em 1830, monta a guarda em três mares em volta de África. Em Dezembro de 1836, Sá da Bandeira, promulga a abolição do tráfico dos escravos nos domínios portugueses (mas não proíbia a escravatura).

Em 1848, a França faz o mesmo. Embora o Brasil tenha esperado até 1898 para seguir a corrente, desde meados do século XIX que o tráfico de escravos já não está em moda e será cada vez mais banido. O movimento missionário, resultante em parte desta nova atitude europeia, vai contribuir também para a fortificar. Invertendo totalmente a posição do século XV, as igrejas, sobretudo os protestantes ingleses, vão levar à África um capital prodigioso de proselitismo, de dedicação, de generosidade, mas também, por vezes, de ingenuidade e de compromissos. No século XV era de bom-tom arrancar os Negros da África para lhes salvar a alma. No século XIX, observando na própria África o espantoso atoleiro humano, numerosos missionários clamaram que se estava a praticar o genocídio e encorajaram o controlo, até a conquista de África, pela Europa para pôr termo ao massacre.

### 3.5.7.3. Consequências do Tráfico dos Escravos para Moçambique

A caça ao escravo teve importantes repercussões no nosso país. A mais importante constituiu, naturalmente, no facto de se retirar às sociedades a sua mais importante força energética. Em sociedades onde o nível das forças produtivas é baixo, a escravatura trouxe consequências por vezes irreparáveis as quais não podem ser comparáveis com as consequências da caça ao elefante ou da produção de ouro. Este comércio deixou uma série de consequências para Moçambique, a destacar:

- Despovoamento de enormes áreas do norte de Moçambique;
- A diminuição da principal força produtiva: o Homem, o que resultou na estagnação das sociedades moçambicanas;

- O surgimento de novas unidades políticas que se reestruturaram para se dedicar à caça ao homem: os Estados Militares do Vale de Zambeze, os yao e os Reinos Afro-Islâmicos da Costa;
- Consequências de ordem psicológica: até os Macuas andam com uma faca no bolso.
- A paralisação do desenvolvimento da população moçambicana, com o abandono das terras de cultivo;
- A insegurança permanente por parte da população;
- Destituições humanas e de bens, semeando-se assim fome e miséria;
- Decréscimo demográfico;
- Abriu caminho para uma gradual subordinação da mulher (onde, por exemplo, a residência matrilocal foi substituída pela patrilocal);
- Apesar do prestígio e poder que este tráfico deu aos chefes africanos, o seu carácter predatório contribuiu a longo prazo para o enfraquecimento da estrutura económica, social e política dos Macua;

Nas discussões em relação ao impacto do comércio de escravos, um problema que se coloca não é só em relação aos seus quantitativos, número que foi embarcado, quantos chegaram ao seu destino. Mas, aspectos como a mortalidade no mar durante a viagem, mortalidade durante os ataques para a sua captura, mortalidade durante a sua marcha para a costa, mortalidade durante o período que aguardavam para o embarque em barracões, são outros aspectos importantes que ainda têm lacunas no seu estudo e apresentam grandes dificuldades de quantificação.

### 3.6. Os Estados Ajaua (Yao)

Segundo Ferreira (1982:89), *este grupo étnico e linguístico tem sido designado pelos termos mais díspares: Mujau, Mujano, Hiao, Mudsau, Mujoa, Wahuao, Ayaw, etc. Com o decorrer do tempo foi-se popularizando o nome Ajaua, embora a palavra correcta seja Iao.*

O nome *Yao*, segundo a tradição local, provém de uma montanha atapetada com capim mas desprovida de árvores, que se situava entre Mwembe e o rio Lucheringo. A palavra *Yao* significa um monte sem árvores e sem qualquer tipo de vegetação.

Os habitantes indígenas da região que atravessaram na metade sul do Lago Malawi eram povos do grupo Marave/Chewa/Nyanja.

#### 3.6.1. Localização Espaço Temporal

O centro do país *Yao* encontra-se a noroeste de Moçambique, limitado a ocidente pelo rio Lucheringo, a sul pelo Luambala, a oriente pelo rio Lugenda e a norte pelo rio Rovuma. Encontra-se concretamente localizado na actual província do Niassa, entre os séculos XVIII-

#### 3.6.2. Organização Política e Social

Até provavelmente meados do século XVIII, altura em que o comércio de marfim começou a ganhar um peso considerável na economia, os Ajaua viviam em pequenas comunidades matrilineares conhecidas por **Mbumba**, dirigidas por um irmão mais velho designadas por **Asyene Mbumba**, que podemos traduzir por “guardião da linhagem”.

Tratando-se de sociedades matrilineares, as mbumbas agrupavam irmãs casadas e os seus maridos, irmãs solteiras, homens solteiros e crianças. Isto acontecia porque com o casamento o homem era obrigado a transferir-se para a povoação da esposa.

As relações de produção e políticas que se estabeleciam entre os membros da mbumba baseavam-se no parentesco. Era como parente que o indivíduo tinha acesso à terra, meio de produção principal.

O desenvolvimento do comércio de marfim no século XVIII e, sobretudo de escravos no século XIX, o exercício e controlo exclusivo de tarefas técnico-administrativas e mágico religiosas por um grupo bastante reduzido de indivíduos tiveram um papel muito importante no processo de concentração do poder político e a consequente formação de Estados centralizado. São exemplos desses Estados o **Mataca, Makanjila, Mtalica, Jalasi, Mponda, Macemba, Kawinga, etc.**

O estatuto dos chefes definia-se pelo número dos seus seguidores. A acumulação de riquezas (através do comércio), não tornava um chefe poderoso porque apenas a riqueza não lhe dava esse poder mas sim o número de seguidores que podia ter.

A formação do Estado centralizado aumentou o poder dos chefes. Deixaram de ser apenas guardiões de unidades familiares, para controlar também os aliados, clientes e escravos, com o apoio de juizes, ministros do comércio e de um comandante para a aquisição de escravos. A estrutura política centrava-se na capital – **Mwembe**. Não existiam chefes subordinados e nenhum tributo era cobrado dentro do Estado. Fora do raio do poder central as comunidades gozavam de uma autonomia económica e familiar.

### **3.6.3. O Surgimento dos Estados Centralizados**

A necessidade de exercer melhor controlo sobre as rotas e a actividade comercial contribuiu para a emergência de Estados centralizados. Ao invés da predominância das acções militares de conquista e submissão, os chefes ajaua adoptaram a prática da poligamia como meio para garantir a coesão e a estabilidade dentro das formações políticas. O grande chefe Mataca, por exemplo, chegou a contrair matrimónio com 600 mulheres espalhadas por oito povoações do seu Estado. Com esta estratégia, é inimaginável a percentagem da população sob o seu domínio que se sentia ligada por laços de parentesco com o chefe o chefe do Estado.

O tráfico de escravos, para além de ter garantido a continuidade do acesso aos produtos importados, introduziu muitos elementos novos no sistema de organização política e social. Os escravos capturados eram distribuídos por três categorias:

- Escravos domésticos;
- Escravas esposas; e
- Escravos para venda.

Das três categorias de cativos, a primeira (escravos domésticos), libertou parcialmente as mulheres livres ajaua da agricultura e de algumas actividades económicas. Ela explica em grande medida o facto de a manutenção das classes dominantes não ter sido garantido pela cobrança de tributos, pois, os escravos domésticos produziam o suficiente para dispensar os ajaua livres da prestação de tributos, e também a política de casamentos (poligamia) seguida pelos chefes transformava grande parte da população livre da aristocracia dominante.

A segunda categoria introduziu no sistema de parentesco elementos característicos das sociedades patrilineares: se nas sociedades matrilineares o filho pertence à família da mãe e a sua educação é assegurada pelo tio materno, no caso presente o filho nascido do casamento de um ajaua livre com uma cativa não podia pertencer à família da mãe, nem ser educado pelo irmão mais velho da mãe.

### **3.6.4. Actividades Económicas**

Até meados do século XVIII, altura em que o comércio de marfim começou a ganhar um peso considerável na economia, os Ajaua praticavam a agricultura (praticada essencialmente pelas mulheres), a pesca e a caça (actividades masculinas por excelência). Para além destas actividades, existem indícios que situam os Ajaua como tendo sido grandes ferreiros (metalurgia do ferro), principalmente o grupo *a-chisi*. Com o ferro, abundante na região, os *achisi* fabricavam objectos de adorno, instrumentos de trabalho, utensílios de uso doméstico, armas, etc.

A partir do século XIX, a base da economia ajaua passa a ser o comércio de escravos. O tráfico de escravos para além de ter garantido a continuidade do acesso aos produtos importados introduziu muitos elementos novos no sistema da organização política e social.

Entre os séculos XVI a XIX, os Ajaua estabeleceram contactos comerciais com Quíloa e com Zanzibar, com Ibo e com Ilha de Moçambique, e, para o interior, com a margem ocidental do Lago Niassa, com Zumbo e com Cazembe da Zâmbia.

Nas viagens à costa do Índico, os Ajaua trocavam tabaco, artefactos de ferro, peles e marfim por sal, tecido e missangas. Uma parte destas mercadorias era utilizada para adquirir gado nas terras a sul do Lago Niassa. Mas, essencialmente, as mercadorias serviam para consolidar o poder dos chefes caravaneiros dentro das respectivas linhagens.

O desenvolvimento do comércio de marfim no século XVIII e de escravos no século XIX contribuiu bastante para a formação dos Estados Ajaua. Como consequência dos factores de formação dos Estados Ajaua, observa-se que, na transição do comércio de marfim para o tráfico de escravos verifica-se a formação e dominação de linhagens fortes sobre as mais fracas, bem como, a necessidade de caça ao homem leva à formação de aparelhos militares apetrechados que também visavam a defesa dos Estados.

### **3.6.5. Influência da Penetração do Capital Mercantil Estrangeira**

A penetração do capital mercantil, principalmente ligado ao comércio do marfim no século XVIII, e mais tarde ao de escravos, no século XIX, influenciou profundamente as formações sociais Ajaua. Enquanto o passado a caça visava a obtenção de proteínas de origem animal, com o comércio do marfim esta actividade passou a constituir um elemento fundamental no processo de consolidação do poder político e económico dos chefes, tal como o ouro para as aristocracias do império shona.

Os Ajaua se converteram em importantes fornecedores de marfim aos estabelecimentos comerciais portugueses da costa, tendo chegado a monopolizar parcialmente esta actividade: 70% do marfim adquirido pelos portugueses era trazido pelos Ajaua. Dessa actividade tinham acesso aos bens importados tais como missangas, tecidos de seda, etc. que na sociedade Ajaua ascendiam à categoria de bens de prestígio.

### **3.6.6. Aparato Ideológico**

No plano ideológico, a realização de cerimónias mágico-religiosas e a distribuição de amuletos, por ocasião da realização de actividades consideradas perigosas, eram mecanismos que produziam atitudes e comportamentos favoráveis à manutenção e reprodução das classes dominantes. Para as operações de caça ao elefante e para os *raids* e captura de escravos nas formações políticas vizinhas e mesmo distantes, estas cerimónias eram consideradas imprescindíveis para a obtenção de bons resultados. Nas viagens de condução dos escravos para a costa, onde se encontravam estabelecidos os compradores, aconteciam situações cuja explicação só é concebível se se tomar em consideração o medo que causava a violência das prescrições dos oficiantes dos cultos: em caso de ataque durante a viagem para a costa, os cativos, conduzidos por um grupo reduzido de ajauas livres, defendiam-se e nunca tentavam tirar vantagens dessas situações.

Para além das cerimónias mágico-religiosas locais, a crescente islamização das classes dominantes ajaua, por exemplo do Mataka e Mticala, reforçou e consolidou o poder teocrático dos chefes. Para evidenciar o grau considerável de islamização das classes aristocráticas torna-se importante referir que os chefes dos dois Estados atrás mencionados eram designados por *Xeique*, posição elevada na hierarquia religiosa islâmica.

Na sua condição de “dono do território”, o soberano exercia poderes rituais relativos ao culto dos antepassados e às práticas mágicas. Antes das caravanas partirem, todos os homens devia confessar pública e livremente os crimes cometidos sob pena de graves consequências para o desfecho da

expedição.

### 3.6.7. Decadência

Para a decadência dos Estados Ajaua, contribuíram, entre outros, os seguintes factores:

- As lutas pelo controlo das rotas dos escravos entre os Macuas e os Ajaua;
- As invasões Nguni;
- As campanhas de pacificação levadas a cabo por portugueses (destacando o papel exercido pela Companhia do Niassa), Britânicos e Alemães.

#### Exercícios

1. Localize no tempo e no espaço a formação destas unidades políticas dispersas.
2. Quais são os Estados que constituem os Estados Ajaua?
3. Como é que viviam os Ajaua antes da penetração mercantil?
4. Quais eram as suas actividades económicas?
5. O poder económico das classes dominantes dos Estados Ajaua não assentava na cobrança de tributos. Justifica.
6. Quais são os factores de formação dos Estados Ajaua?
7. Quais as consequências dos factores de formação dos Estados Ajaua?
8. Que formas de conquista e submissão territorial foram adoptadas pelos Ajaua?
9. Como caracteriza o aparato ideológico dos Ajaua?
10. Refere-se ao papel da religião nos Estados Ajaua.
11. Quais foram as causas do declínio dos Estados Ajaua?

### 3.7. Os Reinos Afro-Islâmicos

Um dos resultados dos contactos entre mercadores árabes e populações moçambicanas foi a islamização progressiva destas comunidades principalmente no litoral onde surgiram como consequência núcleos linguísticos como os *Mwani*, *Naharra e Koti* e a adopção por estas de modelos de organização social e política arabizados. Em resultado disso estruturaram-se comunidades políticas moçambicanas como os Xeicados e Sultanatos.

Os Reinos Afro-Islâmicos são resultado da chegada dos Árabes a Moçambique no século IX, provenientes do Golfo Pérsico e instalando-se progressivamente na costa moçambicana, concretamente na Ilha de Moçambique e em Quelimane, numa primeira fase, e mais tarde, no Vale de Zambeze e no Planalto do Zimbabwe, no século XIII.

Numa primeira fase os Reinos Afro-Islâmicos dedicavam-se ao comércio do ouro, marfim e peles de leopardo. A partir do século XVIII, quando a procura dos escravos ultrapassou o comércio do marfim, os Reinos Afro-Islâmicos especializaram-se neste comércio. No século XIX, quando medidas abolicionistas foram decretadas por Portugal, em 1836 e em 1842, estes reinos continuaram a praticar a escravatura, assegurando o comércio clandestino de escravos para Zanzibar, Ilhas Francesas do Oceano Índico e Golfo Pérsico.

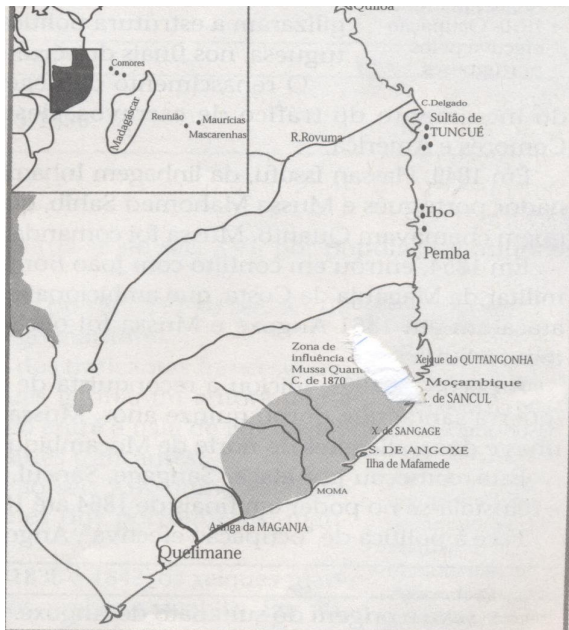


Fig. 22: Os Reinos Afro-Islâmicos da Costa.

### 3.7.1. Relações Entre os Reinos Afro-Islâmicos e Portugal

Analisando a relação destes com os Portugueses, repete-se o que se passava com os Estados Militares: Portugal procurou aliciar os sultões e xeiques, dando-lhes cargos administrativo-militares como os de Capitão-mor. Agindo assim, garantia, pelo menos teoricamente, que os sultanatos e Xeicados se subordinassem à administração portuguesa. Na prática, esta subordinação era feitiça, pois existia enquanto os Portugueses não interferissem contra os seus interesses.

Os Reinos Afro-Islâmicos continuaram autónomos porque os Portugueses não possuíam recursos humanos, financeiros e militares para os conseguir dominar, embora quisessem convencer o mundo de que efectivamente ocupavam Moçambique.

### 3.7.2. Aspectos Comuns dos Reinos Afro-Islâmicos

Os Reinos Afro-Islâmicos da Costa tinham muitos aspectos em comum, a saber:

- Praticavam o comércio de escravos;
- Tornaram-se muito importantes na região da Makuana;
- Praticavam a religião islâmica;
- Teoricamente encontravam-se subordinados aos Portugueses, mas, na prática, eram autónomos.

Entre eles destacam-se:

- O sultanato de Angoche;
- O Xeicado de Sancul;
- O Xeicado de Quitangonha;
- O Xeicado de Sangage e
- Xeicado de Tungue.

### 3.7.3. O Sultanato de Angoche

#### 3.7.3.1. Origem

Segundo Mello Machado, citado por Souto (1996:99), a História de Angoche pode dividir-se em

três períodos:

1. Período do domínio nativo, anterior à chegada dos muçulmanos;
2. Período do domínio muçulmano que começa com a chegada dos árabes à conta de Moçambique e se estende até à conquista de Angoche, em 1861, por João Bonifácio, Chefe do Estado militar de Maganja da Costa;
3. Período do domínio Português, que começa com as campanhas de pacificação e se estendem até à derrota final de Angoche, no início do século XX.

Segundo a tradição xiraz, a origem deste sultanato está ligada à fixação em Angoche de refugiados de Quíloa já estabelecidos em Quelimane e na Ilha de Moçambique, antes da chegada dos Portugueses.

O primeiro sultão de Angoche teria sido **Xosa**, filho de um tal **Hassani** que vivera em Quilimane por se ter constatado que Angoche reunia melhores condições para o comércio.

#### 3.7.4. Base Económica

A principal actividade económica era o comércio de escravos, praticando-se em menor escala o comércio de marfim e do ouro. Angoche transformou-se num importante comercial quando a capita dos Estados dos Mwenemutapa mudou para próximo do rio Zambeze e a abertura de rotas comerciais seguindo os rios Mazoe e Luenha. Mantinha relações comerciais com **Melinde**, **Mombaça**, **Quíloa** e outras regiões. Atingiu a sua maior prosperidade entre os séculos XVIII e XIX, quando se transformou num importante centro do comércio de escravos.

Durante longos anos havia sido Sofala o entreposto que controlava todo o comércio com o interior. Porém, com a fixação portuguesa neste ponto em 1505, esta perdeu a sua importância. Os Árabes-Swahilli, em defesa do monopólio comercial de há anos, desviaram a rota do ouro com termos em Angoche donde continuaram a comerciar. Isto significa que Angoche adquiriu o lugar de entreposto comercial do ouro proveniente do Mwenemutapa.

No século XIX, com o comércio de escravos o sultanato de Angoche recupera a sua importância transformando-se num grande centro exportador de escravos para Zanzibar, Comores e Ilha de Moçambique fugindo mesmo ao patrulhamento naval luso-britânico.

#### 3.7.5. Organização Política e Social

A sociedade de Angoche era fundamentalmente patrilinear. Os filhos de Xosa e sua esposa macua Mwana Moapeta deram origem a quatro linhagens angocheanas: **Inhanandare**, **Inhamilala**, **Mbilinzi** e **Inhaitide**.

A linhagem dominante era inicialmente, a do Inhanandare. Durante três gerações a sucessão do sultanato seguiu o modelo patrilinear. A situação mudou quando o quarto sultão morreu sem deixar filhos varões. Sucedeu-lhe a sua irmã Milidi de linhagem Inhamilala o que por morte da sultana sem filhos levou ao que esta linhagem (Inhamilala) tomasse o poder expulsando toda a linhagem Inhanandare de Angoche. E as restantes linhagens patrilineares partilharam entre si os cargos.

#### 3.7.6. Aparato Ideológico

A religião dominante era o Islão, que os angocheanos souberam utilizar para manter unida e coesa a sociedade de Angoche.

#### 3.7.7. Decadência

São várias as causas que, associadas, explicam a decadência deste Sultanato:

- Enfraquecimento político ocasionado pela morte do sultão, que não deixou um sucessor

masculino;

- As rivalidades internas e as lutas entre linhagens;
- O declínio d comércio de escravos;
- As campanhas de ocupação e de conquista levadas a cabo pelos portugueses a partir de 1885. Nestas campanhas, destacaram-se os sultões **Ibrahim, Farelay e Mussa Quanto**, que ofereceram uma tenaz resistência à presença portuguesa. Só em 1910 é que Angoche foi dominada.

### **3.7. 8. Xeicado de Sancul**

#### **3.7.8.1. Origem**

Foi formado no século XVI por imigrantes da Ilha de Moçambique. A sua localização goza de uma favorável posição geográfica, entre Lumbo e o Mogical, com números braços de mar de fácil acesso, permitindo-lhe grande intercâmbio comercial com o exterior.

#### **3.7.8.2. Base Económica**

A principal actividade económica era o comércio de escravos.

#### **3.7.8.3. Organização Política e Social**

No Xeicado de Sancul, a sucessão do poder fazia-se por alternância de linhagens, para evitar conflitos entre estas. Tal situação trouxe uma certa estabilidade ao Xeicado, pelo menos até ao século XIX.

#### **3.7.8.4. Aparato Ideológico**

A religião dominante era o Islamismo.

#### **3.7.8.5. Decadência**

O Xeicado de Sancul manteve uma certa lealdade à coroa portuguesa, pelo menos até 1753, altura em que o Xeique de Sancul é assassinado por um comandante português. A partir de então as relações tornaram-se azedas, o que terá contribuído para a decadência do Xeicado no fim do século XIX e no princípio do século XX. A partir de 1885, Portugal levou a cabo campanhas de conquista e ocupação, em cumprimento das decisões da Conferência de Berlim, encontrando uma forte resistência dirigida por **Suali Bin Ibrahim**, também chamado **Marave**.

### **3.7.9. Xeicado de Quitangonha**

#### **3.7.9.1. Origem**

Tal como Sancul, este Xeicado foi formado no século XVI por imigrantes da Ilha de Moçambique.

#### **3.9.2. Base Económica**

A principal actividade económica era o comércio de escravos. A aristocracia de Quitangonha monopolizava toda actividade escravagista na zona compreendida entre a Baía de Nacala e a de Condúcia, estendendo-se até ao interior macua. Mantinha relações comerciais com Comores, Zanzibar e Madagáscar.

#### **3.7.9.3. Organização Política e Social**

A sociedade de Quitangonha era essencialmente patrilinear e a sucessão era hereditária.

#### **3.7.9.4. Aparato Ideológico**

A religião dominante era o Islamismo, que garantia a unidade e a coesão desta sociedade.

### **3.7.9.5. Decadência**

Tal como os restantes reinos atrás referidos, Quitangonha mantinha relações amistosas com autoridades portuguesas, desde que estas não interferissem na sua estrutura económica, política e ideológica. Quando foram impostos na região os decretos anti-esclavagistas de 1836 e 1842, os portugueses passaram a ser hostilizados pelas aristocracias de Quitangonha.

Quitangonha manteve a sua autonomia e resistiu à dominação portuguesa até ao século XX. Nesta resistência destacou-se **Muhamud Amade**, que se opôs à penetração portuguesa.

### **3.7.10. Xeicado de Sangage**

#### **3.7.10.1. Origem**

Nominalmente dependente do Sultanato de Angoche, estabeleceu a sua autonomia no primeiro quartel do século XIX na base de aliança com a administração portuguesa, com os dirigentes de Sancul e com comerciantes baneanes da Ilha de Moçambique

#### **3.7.10.2. Base Económica**

A principal actividade económica era o comércio de escravos.

#### **3.7.10.3. Organização Política e Social**

A sucessão dos Xeiques de Sangage era definida por via matrilinear, o que garantiu o estabelecimento de fortes laços económicos e de parentesco entre um número reduzido de famílias do Xeicado. Graças ao apoio português contra os seus vizinhos de Sancul e Angoche, Sangage possuía uma certa independência e prosperidade no comércio de escravos.

#### **3.7.10.4. Aparato Ideológico**

A religião dominante era o Islamismo, que garantia a unidade e a coesão desta sociedade.

#### **3.7.10.5. Decadência**

No prosseguimento da sua campanha de conquista e ocupação, na primeira década do século XX, as terras do Xeicado foram ocupadas por portugueses e transformadas num regulado. Nesta campanha, encontraram uma forte resistência dirigida por Mussa-Phiri, derrotado em 1912.

### **3.7.11. O Xeicado de Tungue**

Surgiu nos meados d século XVIII. No início do século XIX, os xeiques mandaram construir um pequeno palácio no qual ainda hoje sobrevivem ruínas importantes na Península de Cabo Delgado, e mais, sobrevivem restos de cerâmica importada da França por volta de 1850 a 1855, devido ao tráfico de escravos com este país.

Conheceu o seu declínio pouco depois quando o sultão de Zanzibar conseguiu impor o seu domínio.

### Exercícios

1. Os Reinos Afro-Islâmicos são um dos resultados da influência árabe em Moçambique.  
- Comenta a afirmação.
2. Indique a importância de Angoche na luta pelo controlo do comércio do ouro entre árabes-swahili e portugueses desde 1905.
3. Analise como o tráfico de escravos foi um dos suportes maiores do poder dos Afro-Islâmicos.
4. Explica as causas da decadência dos Reinos Afro-Islâmicos

## Estado de Gaza

### 3.8.1. O Mfecane e o Estado de Gaza

### 3.8.2. A Centralização Política na Zululândia

Antes do século XIX no sul de Moçambique, mais precisamente nos vales de Incomati e Limpopo, nunca existiram grandes reinos. Existiram, porém, chefaturas e pequenos reinos com 30 a 20 mil habitantes – situação que se altera desde 1821 com a formação do Estado de Gaza.

A formação deste Estado está ligada ao fenómeno de lutas e de transformações políticas ocorridas na Zululândia (em território da actual África do Sul) desde a segunda metade do século XVIII a princípios do século XIX conhecidas por “**Mfecane**” que levava à centralização política nesta região seguidas por grandes migrações de populações Nguni para o Norte.

### 3.8.3. Razões do Mfecane

- Luta pelo controlo das rotas comerciais com a baía de Lourenço Marque. Era a partir deste ponto que os Nguni estabeleciam os contactos com o mundo exterior, exportando marfim e importando missangas, tecidos, lingotes de latão e armas;
- A crise ecológica ocorrida na região nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, da qual deriva a disputa pelas melhores terras e pastagens;

### Consequências do Mfecane

As consequências do Mfecane foram vastas, conduzindo à alterações demográficas e sociais:

- Levou a que determinadas zonas ficassem quase desérticas (no Natal por exemplo) e que outras ficassem densamente povoadas;
- Conduziu a que diversos fragmentos étnicos ficassem juntos numa mesma nação (nação Basuto) e que o padrão da distribuição da população na África do Sul mudasse radicalmente;
- Deu origem ao surgimento de grandes Estados rigidamente organizados em linhas militares com uma grande concentração do poder nas mãos do rei a um grau nunca antes conhecido pelos sistemas políticos tradicionais;
- A destruição de unidades políticas pequenas;
- Introdução de novas tácticas de guerra (regimentos de idade – *amabuto/mabutho*);
- Introdução de novo serviço militar prolongado, novas armas (principalmente a seta cabo curto);
- Surgem novos métodos de integração de membros de diferentes tribos numa única comunidade política;
- Contribuiu também para o declínio de Alguns Estados como Marave, Yao...

Por volta de 1770, existiam na Zululândia 20 reinos que disputavam entre si o controlo das rotas comerciais com a Baía de Lourenço Marques, bem como o domínio de terras férteis e pastagens. Entre 1810 a 1821, estes reinos ficaram reduzidos a dois: o de **Nduandue** (chefiado por **Zuide**) e o de **Mtetua** (chefiado por **Dinguisuaio**). Conflitos entre estes dois reinos culminaram com a captura e morte de Dinguisuaio pelas forças leais de Zuide e sai vitorioso. Mas o reino sob chefia de **Tchaka**, o zulo, decide vingar a morte do seu pai adoptivo (Dinguisuaio), perseguindo Zuide e

seus amigos até às últimas consequências. Uma parte dos Nduandue derrotados submetete-se a Tchaka e outra, foge. Entre os que fugiram contam-se:

- **Zuangedaba, Nqaba Msane e Nguana Maseke**, que por algum tempo se fixaram no território de Moçambique. É assim que por volta de 1890, Estados dominados por descendentes de Maseko e Zuangedaba incluíam territórios moçambicanos do Niassa e Tete;
- **Mzilikaze I**, que se fixou no território do actual Zimbabwe;
- **Sobhuza**, fixado na Suazilândia;
- **Sochangana (Manicusse)**, que se fixou no sul de Moçambique, onde formou o Estado de Gaza.

### 3.8.4. O Estado de Gaza

O Estado de Gaza, com a capital em Chaimite, resultou da conquista no sul de Moçambique por exércitos Nguni, chefiados por Sochangana, o *Manicusse* entre 1821-1858.

Gaza era primeiramente o mais importante Estado com que os Portugueses depararam em Moçambique e, até, na África Negra do século XIX. Calcula-se que, no seu apogeu, tenha podido conter de 800 000 a 1 000 000 de habitantes, repartindo-se por etnias Chona, Tsonga, Chopes, os seus diversos subgrupos e o núcleo angune (estes que não foram além de alguns milhares – 5% do total da população do império)

Para Pélissier (1994:188), o Estado de Gaza situava-se “*das margens do baixo Zambeze até ao rio Incomati que se podia considerar como suas fronteiras fluviais, contavam-se no máximo, 900 km, e cerca de 400 km entre o Oceano e sua fronteira ocidental no actual Zimbabwe.*”



Fig.23: O Estado de Gaza.

Combinando a estratégia da guerra de conquista com a política de assimilação das populações autóctones, como afirma Pélissier (1994:194), Gaza, com toda a sua profundidade e com todo o seu dispositivo belicoso, e apesar da arrogância e da astúcia dos seus monarcas, era um colosso com pés de barro em comparação com pequenas entidades como os macro-prazos dos senhores zambezianos nos quais também povos vencidos eram dominados por minorias. Mas aí essas minorias tinham adoptado um processo inverso do que os Angunes seguiam. Na Zambézia, era a

classe dirigente, mestiçada, e minoritária, que se assimilava aos africanos, ao passo que, no sul, os Angunes se tinham dedicado a uma tarefa provavelmente impossível: assimilar mais de 99% dos seus súbditos à sua língua, à sua cultura e ao seu modo de existência.

Gaza era um Estado secundário que tinha de enfrentar um problema que nenhuma colonização europeia, por muito sábia que fosse, poderia resolver facilmente. (...). Reconheçamos que Gaza, se bem que empírico e brutal, saiu-se bastante bem no jogo “imperial” e que talvez tivesse podido considerar-se, como a Etiópia de Menelik, se o enfrentamento com a Europa lhe tivesse deixado tempo para tal e se tivesse na chefia um elemento dominador mais numerosos que os tão irrisórios 5‰.

Esquematizando os trabalhos dos especialistas, podemos dizer que Gaza se manteve melhor ou pior, durante três quartos de século graças:

- Ao centralismo do Estado e ao reforço do poder local;
- À mobilização regular dos súbditos num exército permanente;
- À assimilação cultural e linguística de parte dos vencidos, em especial dos filhos dos régulos conservados como reféns e dos cativos do sexo masculino adoptados (PÉLISSIER 1994:189).

As debilidades do sistema eram, porém, produzidas como secreção da sua organização rudimentar, como a ausência de aparelho administrativo e, principalmente, de intendência, que permitiriam alimentar o braço forte do Estado, - o exército - e por isso a necessidade de sucessivas operações de devastação (PÉLISSIER 1994:189).

A questão decisiva era: **Como é que uma minoria Angune dominava com tão pouca gente populações que logo de início a não estimava?**

No vértice do edifício estava o rei, o *Inkosi*, era ele a origem da Nação, o rei divino, o rei feiticeiro, o rei juiz, o rei guerreiro, mas nem com isso era um monarca absoluto. Em Gaza o *Inkosi* delegava parte da autoridade política e militar os tios, nos irmãos e até nos filhos, que governavam cada uma província com a sua povoação-capital, geralmente não fortificada. Para alimentar essas fortes concentrações de elementos improdutivo, a capital real do Estado e as capitais das províncias mudavam com frequência (de quatro em quatro ou de seis em seis anos). (...). Gungunhana chegaria a ter entre 200 e 300 mulheres que estavam dispersas pelas capitais provinciais com os filhos e um governador (*Hossana*) (PÉLISSIER 1994:190).

### 3.8.5. O Pode Militar de Gaza

A organização militar dos Angunes era, evidentemente herdada da que fora elaborada por Tchaka. Baseava-se no regimento. Vinte e cinco a trinta regimentos teriam sido criados por Sochangana/Manicusse, Muzila e Gungunhana. Os regimentos dividiam-se em batalhões (*Tongas*) da mesma idade, sendo o recrutamento aparentemente regional. Os efectivos máximos de um regimento deviam ser de 1300 a 1600 homens. É duvidoso que fossem atingidos com frequência. Os mais idosos viviam com as suas famílias em povoações, em redor das capitais do rei e das províncias. Os governadores, isto é, os membros do clã real, eram em princípio, mas não de modo exclusivo, chefes (*Indunas*) dos regimentos

O último general de Gungunhana seria um não Angune. Politicamente o papel deste exército consistia em:

- Conquistar os vizinhos (em particular os regulados do sul, Tsongas e, principalmente, Chopes, que eram o “inimigo hereditário” mas também um osso duro de roer);
- Alimentar o Estado, o monarca e os Angunes por meio de devastações, captura de escravos e cobrança do tributo no interior do império

O exército Angune era inadequado: o ataque em massa através de uma muralha de escudos de couro, lanças e azagaias, realizava maravilhas em campo raso e perante um adversário do mesmo nível técnico, mas era inoperante contra metralhadoras e fortificações engenhosas. A preparação mágica era, evidentemente, capital: os amuletos, as poções imunizantes, as formidáveis saudações e cantos de guerra (bavete) e os bailes terrificantes, tão apreciados pelos autores portugueses ulteriores, eram úteis para garantir uma exaltada coesão dessas tropas. A introdução das armas de fogo foi lenta e superficial. Parece ter-se efectuado contra vontade: *“desprezavam as armas de fogo porque acharem cobardia matar de longe e sem lutar”*. Em Gaza, os estrategos tinham um atraso de duas guerras e, quando finalmente compreenderam a utilidade das espingardas, as fontes de abastecimento tinham já sido parcialmente estancadas pelos portugueses.

Outra grave debilidade: *a angunização dos regimentos era um facto, mas continuava a ser insuficiente para fazer esquecer que carne para canhão não se batia para defender as suas povoações mas sim os privilegiados dos seus próprios vencedores e, designadamente da classe real. A degenerescência pelo álcool, pelas drogas, pelo excesso de sexo e pela sub-alimentação.*

### 3.8.6. A Sucessão do Manicusse

Quando Sochangana/Manicusse morreu, a 11 de Outubro de 1858, incidiu-se uma crise no Estado de Gaza. Atendendo que Manicusse deixara uns vinte filhos de mães pertencentes a etnias diferentes, era preciso saber qual o direito consuetudinário que devia ser aplicado para a designação do seu sucessor. Muzila era filho da primeira esposa, uma Tsonga cujo dote (*lobolo*) fora pago pelo próprio Manicusse, enquanto que Mawewe, muito mais jovem que ele, era filho de uma esposa que pertencia à dinastia dos Dlamini (Angunis da Suazilândia) e cujo dote fora pago com as contribuições do povo – e que, por este facto, ficara a ser “esposa do pai”.

No direito consuetudinário Tsonga, Muzila era o herdeiro natural; no direito consuetudinário Angune, o herdeiro era Mawewe.

Muzila, homem com experiência, governava para seu pai o Norte de Save. Mestiço de um angune e de uma Tsonga, parecia mais próximo da maioria submetida que Mawewe, educado na arrogância e na pureza racial, que fora preservado na Suazilândia. **Deste modo, foi Mawewe escolhido pelo clã em 1858.** Mawewe hostilizou e perseguiu naturalmente Muzila e seus partidários, reinos vizinhos e comerciantes que estavam interessados no comércio do marfim. Muzila refugiou-se com numeroso Tsongas, junto de João Albasini, já então cônsul de Portugal no Transvaal.

Os reinos vizinhos e comerciantes, por sua vez, dirigidos por Muzila e contanto com alguns membros da aristocracia Nguni, de comerciantes de Lourenço Marques e do Governo de Lourenço Marques, organizam uma coligação que venceu Mawewe entre **1861-1864**.

Muzila, empossado como novo Inkosi, procura novos aliados, estabelecendo relações com o Natal e a Grã-Bretanha. Em **1862**, a capital do Estado de Gaza é transferida no decurso destes conflitos para Mussorize (Manica). De **1864-1884**, Muzila, chefe do Estado de Gaza, durante o seu governo importantes transformações económicas ocorreram: Os elefantes começaram a rarear, a principal força de trabalho começa a procurar emprego na África do sul e o Estado de Gaza integra-se na economia monetária.

Muzila morre em **1884** onde o seu filho Mundungawe, que adopta o nome de Gungunhana o “invecível”, herda o trono do pai, tornando-se no último chefe do Estado de Gaza.

Em **1889**, a capital do Estado de Gaza é novamente transferida para Mandlacaze, isto porque:

- O vale do Limpopo e as zonas vizinhas possuíam todos os recursos que começavam a escassear em Mussorize;
- Evitar pressões de Manica onde britânicos e portugueses desejavam começar com a mineração do ouro.

### 3.8.7. Organização Político-Administrativa

A conquista e a administração de um território tão vasto como este foram possibilitadas por uma política de assimilação praticada pelos Nguni através da qual alguns elementos das populações conquistadas eram integradas em regimentos Nguni e mais tarde serviam como funcionários no exército e na administração territorial.

O processo de assimilação aos Angunes por meio da incorporação de certos guerreiros locais nos regimentos e no serviço do Estado era seguido de modo desigual. Acabou, tal como em outros Estados saídos da expansão *zulo* (Mfecane), por constituir angunizados, que foram conhecidos em Gaza pelo nome de **Shangane (ou Changane)**. O processo de angunização parcial estava mais avançado a sul de Save (nos Tsongas) que a norte (nos Chonas) (PÉLISSIER 1994:191).

### 3.8.8. Funcionamento do Estado

A capital onde residia o monarca “*Inkosi*”, acumulava funções políticas, militares, judiciais, económicas e religiosas. Além da capital suprema onde vivia o Inkosi, tinham também importância administrativa e sobretudo ritual, as capitais sagradas onde viviam as rainhas viúvas ligadas ao culto nacional dos falecidos monarcas.

O império subdividia-se em reinos, á frente dos quais estava o **Hossana**, responsável pela cobrança de tributos, distribuição de terras, resolução de litígios, mobilização de regimentos, etc.; os reinos subdividiavam-se em províncias, dirigidas por **Induna**, as províncias por seu turno, subdividiavam-se em povoações, dirigidas por **Mununusana**.

A administração territorial do Estado de Gaza fazia-se através dos “sistema de casa” como eram chamadas as áreas tributárias em que foi dividido o Estado.

### 3.8.9. Organização Sócio-Económica

Várias camadas são identificáveis neste Estado: no topo da hierarquia social, estava a **Alta Aristocracia** (rei e seus familiares); logo a seguir a **Média Aristocracia** (outros Nguni que não fossem da linhagem real) – Estes constituem a classe dominante, aliada aos assimilados (elementos da população dominada já integrados na estrutura social Nguni); Por baixo, estavam as populações dominadas que, independentemente do seu grupo etnolinguístico eram designadas por **Tonga**. Existiam também **cativos** que trabalhavam nas comunidades domésticas nguni. Mulheres cativas podiam ser tomadas por esposas de homens nguni sem necessidade de lobolo. Em todos os casos, estes cativos gradualmente eram emancipados. Mas, como existiam guerras constantes, sempre existiam cativos.

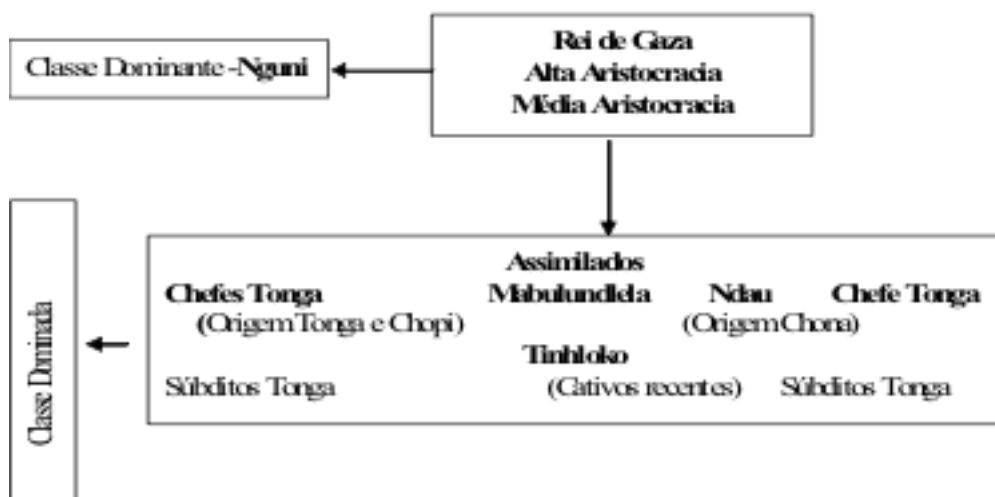


Fig.6: Organização sócio-económica do Estado de Gaza

### 3.8.10. Actividades Económicas

As principais actividades produtivas do Estado de Gaza eram a agricultura (cultivo de mapira,

mexoeira, naxemim, milho grosso), caça e pesca que eram realizadas pelas classes dominadas tanto para o seu sustento como para pagamento de tributo à classe dominante, bem como praticavam a criação do gado bovino (actividades internas) e o comércio (exportando marfim e escravos, importando tecidos, artigos de ferro e cobre – actividades externas)

### 3.8.11. Fontes Económicas do Poder dos Chefes

Para além do pagamento de tributos em género agrícolas, as populações dominadas entregavam aos Nguni outros produtos em marfim e em dinheiro (Libras ganhas na África do Sul com o início do trabalho migratório para aquela região). Os cativos constituíam outras fontes de riqueza para os Nguni: trabalhavam nas unidades domésticas destes. Soldados e mensageiros Nguni eram alimentados pelas populações.

### 3.8.12. Ideologia

Os cultos e outros rituais eram oficiados pelo rei, pois entre os Nguni o exercício do poder real não estava dissociado do exercício das cerimónias mágico-religiosas. Existiam cultos agrários (**Nkwaya**); os destinados a dar força aos homens que partiam para a guerra (**Mbengululu**), os de evocação de chuva, entre outros. O **Nkwaya** funcionava como uma válvula de escape das tensões sociais e era o garante da unidade e da prosperidade do Estado de Gaza.

### 3.8.13. Decadência

A necessidade de “ocupação efectiva no território”, determinada pela Conferência de Berlim, como o único facto que, a partir daí, legitimaria a posse de territórios em África, levou Portugal a iniciar com “campanhas de pacificação” no sul de Moçambique a partir de 1895, tendo como alvo principal o Estado de Gaza.

O texto que se segue é bastante elucidativo:

*António Enes (Comissário Régio de Moçambique), insatisfeito com a autoridade de Gaza, apesar dos tratados de vassalagem assinados por Muzila e Ngungunhane, e sobretudo pelas relações que este último desenvolveu com a British South Africa Company, traçou um plano para a conquista de Gaza – In ASSIS, Abel e outros Da Aurora do Capitalismo às Vésperas da Primeira Guerra Mundial – 9 Classe. Portugal, Asa, p. 190, 1990.*

A superioridade bélica dos portugueses e a falta de unidade entre os chefes do sul de Moçambique, contribuíram para a decadência do Estado de Gaza.

Mouzinho de Albuquerque, governador do distrito militar de Gaza foi o responsável pela prisão de Ngungunhane, que morreu exilado em Açores em 1906.



Fig. 24: Exército de Gaza.



### Exercícios

1. Explica o que foi o Mfecane.
2. Explica como o processo de Mfecane resultou na formação de grandes reinos no sul de África.
3. Explica como se formou o Estado de Gaza.
4. Explica as razões da mudança da capital do Estado de Gaza em 1889 de Mussorize para Mandlakaze.
5. Indique as classes sociais existentes neste Estado e as suas relações.
6. Como se caracteriza a organização política e estratificação social do Estado de Gaza?
7. Descreve a economia interna e externa do Estado de Gaza.

Fig.25: Gungunhane e as suas sete mulheres.

### 3.9. Considerações Gerais Sobre os Três Ciclos: Ouro, Marfim e Escravos

As três fases que acabamos de estudar, as que correspondem historicamente aos diferentes objectivos do capital mercantil, podem, grosso modo, periodizar-se da seguinte forma:

1. **A fase do ouro** estendeu-se desde, provavelmente, o século **IX**, se não antes (tendo sido encetado com o tráfico Arabe- swahili), até século **XVII (1693)**, data que assinala a primeira grande fase da resistência em Moçambique e que foi, como vimos, encabeçado pelo Changamira Dombo;
2. **A fase do marfim** estendeu-se desde fins do século **XVII** até cerca de **1750-1760** (séc. **XVIII**), altura em que principiou o tráfico de escravos de forma maciça;
3. **A fase dos escravos** principiou em **1750-1760** e terminou oficialmente, em **1836** (séc. **XIX**) e, na prática apenas nos princípios deste século.

Não devemos encarar a história das três fases rígida, primeiro porque a inauguração de uma nova fase não suprimiu a matéria-prima anteriormente procurada pelos mercadores e, segundo, porque em algumas zonas, nomeadamente no sul, o comércio de marfim parece ter sido sempre mais importante do que o comércio de escravos, se bem que a exportação de marfim tenha aparentemente, declinado a partir de 1790. As três fases materializam, apenas, as principais linhas de força do impacto do capital mercantil. Não excluíram, portanto, evoluções específicas.

É possível considerar uma quarta fase, **o período das oleaginosas**, que principiou cerca de **1860**. A partir daí os mercadores indianos passaram a comprar gergelim e amendoim para firmas ou companhias com feitorias em Quelimane, em Sena, etc. Porém este período insere-se, ao que pensamos numa nova fase da História do nosso país, a qual deve ser tratada no fascículo seguinte, pese o facto de, cronologicamente, estar dentro do período considerado nesta unidade.

Por outro lado, importa notar que, a partir de 1840, uma ficção legal foi criada para torpedear a abolição oficial do tráfico: os escravos eram embarcados nos navios com destino as Ilhas Francesas do Índico sob o rótulo falso de emigrados ou contratados. Desconhecemos, porém, a amplitude desse camuflado.

# UNIDADE IV: PERÍODO DA DOMINAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE E O MOVIMENTO DE LIBERTÇÃO NACIONAL

## Objectivos Específicos:

- 

### 4.1. Colonização e as Teorias de Resistência

#### 4.1.2. O Colonialismo

No tempo dos romanos, a colónia era uma exploração agrícola, uma propriedade rural. A palavra designou em seguida um estabelecimento agrícola ou comercial instalada num país estrangeiro.

Em vez de instalação de um grupo humano num novo território, a palavra significa hoje a ocupação de um território estrangeiro por um poder político-militar. O país conquistador chama-se metrópole e o país conquistado torna-se uma colónia.

Se houve sempre colonização, estabelecimento de colonos em países estrangeiros para permitir o comércio, o facto colonial é um fenómeno moderno de iniciativa essencialmente europeia que se desenvolveu do século XV até cerca de meados do século XX.

Os sucessos de antiga e moderna colonização devem-se em primeiro lugar a um progresso das técnicas de navegação (venezianos, feitorias da Ásia), em seguida às novas técnicas de ataque e defesa. Desde o começo da época industrial, simultaneamente para se procurar matérias-primas indispensáveis à indústria e para escoar os produtos manufacturados num mercado alargado.

Contudo, o fenómeno da colonização moderna, sobretudo a colonização de África e em especial a de Moçambique, está longe de ter sido pacífico, profícuo e consentido. Muitas vezes a colonização foi feita à força, sem efeitos positivos e contra vontade dos autóctones.

Distinguem-se diversos tipos de colonização:

1. **Colonização de povoamento** – refere-se à colonização de ocupação de novos territórios, perseguindo ou exterminando os indígenas. Por falta de habitantes ou por seu número ser reduzido, as potências colonizadoras se viram obrigadas a povoarem o novo território por seus próprios habitantes, isto é, gente vinda da metrópole. Esta pratica foi usada pelos ingleses ao colonizarem a Austrália e Nova Zelândia, e pelos espanhóis ao colonizarem a

América Latina, etc.

2. **Colonização de Exploração** – um pequeno número de colonos sobrepõe-se aos autóctones para a exploração das riquezas do seu país. Constitui a maioria das colónias conhecidas, são marcadas pelo facto de existir nos seus territórios um número razoável de habitantes, que são usados como mão-de-obra para a exploração colonial. São exemplos destas colónias a Rodésia do Sul e do Norte, Moçambique, Angola, entre outras.
3. **Colonização Mista ou Colonização dos Protectorados** – o colonato europeu explora directamente as riquezas, ao mesmo tempo que certos colonos enquadram os indígenas. São territórios marcados pela administração indirecta, onde a autoridade colonial é mantida de forma intacta, sem haver qualquer interferência da metrópole. Os regimes tradicionais, geralmente monarquias, continuam a exercer a sua actividade controladora, mas são agora protegidos pelas suas metrópoles e os chefes tradicionais são tidos como súbditos das coroas metropolitanas. São exemplo, a Suazilândia, o Malawi e o Lesoto na nossa região.

#### 4.1.3. Impacto do Colonialismo em África

Sobre a colonização ou colonialismo em África existem varias interpretações, interessando para este estudo, duas:

- 1) Para alguns africanos como L.H. Gann, Peter Duignam, Margery Parham, a sua influência foi benéfica e, na pior das hipóteses, não prejudicial para África;
- 2) Para os especialistas africanos, negros e marxistas, e, sobretudo, os teóricos do desenvolvimento e subdesenvolvimento, o efeito positivo do colonialismo foi praticamente nulo.

Na realidade, o impacto do colonialismo tanto é positivo como negativo. O que é preciso salientar é que a maior parte dos efeitos positivos, não é de origem intencional. Trata-se de consequências acidentais ou de medidas destinadas a defender os interesses dos colonizadores, ou resultantes de mudanças inerentes ao sistema colonial em si, ou ainda segundo Ali Mazrui, os efeitos positivos do colonialismo são “*efeitos por erro, pela lei de ferro das consequências indesejadas*”.

Do lado negativo, há ainda que assinalar ter havido razões, boas, más ou indiferentes, pelas quais certas coisas não se realizaram.

Portanto, se bem que o colonialismo tenha sido um simples capítulo de uma longa história, um episódio ou interlúdios múltiplas e diversas experiências dos povos de África, que em parte alguma do continente durou mais de 80 anos, representou no entanto, uma fase de extrema importância do ponto de vista político, económico e mesmo social. Assinala uma nítida ruptura na história do continente: o desenvolvimento posterior deste e, portanto, de sua história foi e continuará a ser muito influenciado pelo impacto do colonialismo. Hoje, a melhor maneira de agir, para os dirigentes africanos, não consiste em apagar o colonialismo, mas sim em conhecer perfeitamente o seu impacto, a fim de tentar corrigir-lhe os defeitos e insucessos.

#### 4.1.4. Teorias de Resistência Segundo Terence O. Ranger

Na sua esmagadora maioria, autoridades e dirigentes africanos foram profundamente hostis a essa mudança e declararam-se decididos a manterem o seu *status quo* e, sobretudo, a sua soberania e independência, pelas quais nenhum deles estava disposto a transigir. Manifestaram a sua determinação e opor-se aos europeus e em defenderem a sua soberania, a sua religião e o seu modo de vida tradicional.

Sobre as resistências africanas, segundo Terence O. Ranger, existem três postulados que urge analisar:

- 1) *Em primeiro lugar, afirmou-se que a resistência africana era importante, já que provava que os africanos nunca se haviam resignado à pacificação europeia;*

Na realidade, todos os tipos de sociedade africana resistiram e a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia.

- 2) *Em segundo lugar, sugeriu-se que longe de ser desesperada ou ilógica, essa resistência era muitas vezes movida por ideologias racionais e inovadoras;*

As resistências africanas eram movidas por ideologias inovadoras:

- a) *Principio de soberania*

Segundo Ajayi, “*o aspecto mais importante do impacto europeu foi a alienação da Soberania. Quando um povo perde a sua soberania, ficando submetido a outra cultura, perde pelo menos a sua autoconfiança e dignidade; perde o direito de se auto-governar, a liberdade de escolher o que*

*mudar em sua própria cultura ou o que adoptar ou rejeitar da sua cultura.”*

A ideia de soberania proporcionou evidentemente a base da ideologia da resistência, com as devidas correções.

b) *A religião*

As doutrinas e símbolos religiosos, regra geral, apoiavam-se nas questões da soberania e da legitimidade. A legitimidade dos dirigentes era consagrada por uma investidura ritual e, quando um dirigente e seu povo decidiam defender a sua soberania, apoiavam-se naturalmente nos símbolos e conceitos religiosos.

- 3) *Em terceiro lugar, argumentou-se que os movimentos de resistência não eram insignificantes, pelo contrário, tiveram consequências importantes, em seu tempo, e têm ainda hoje, notável ressonância.*

#### **4.1.5. Importância e as Consequências das Resistências**

Segundo Ranger (1991:80),

*“há mais de vinte anos, os movimentos de resistência eram tido simplesmente como impasses que a nada levaram. Na última década, porém, tem-se vigorosamente defendido que, por todos os ângulos, esses movimentos voltavam para o futuro. Do ponto de vista da soberania, pode-se afirmar que elas anteciparam a sua reconquista e o triunfo do nacionalismo africano. Na medida em que são depositários de ideologias proféticas, pode-se considerar que tenham contribuído para novos agrupamentos em torno de ideias. Alguns trouxeram consigo a melhoria da situação de povos revoltados. Outros instituíram lideranças alternativas às oficialmente reconhecidas.”*

Ranger (1991: 69-86), conclui afirmando que, *“o estudo dos movimentos de resistência não é uma exaltação fútil das glórias do passado, mas algo que pode contribuir para a elaboração de uma teoria da opressão e da libertação.”*

#### **Resposta do chefe Yao Matchemba ao comandante alemão Herman Von Wissmam em 1880.**

*“Prestei atenção à vossa mensagem sem encontrar razões para vos obedecer. Preferia morrer. Não caio a vossos pés pois sois uma criatura de Deus como eu (...).*

*Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na vossa. No entanto, não vos digo que me deveis, pois sei que sois um homem livre. Quanto a mim, não irei à vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me procurar.”*

*Chefe Yao Matchemba, 1880, in Godfrey N. Uzoigwe, Partilha europeia e conquista de África, p. 72.*

#### **Resposta do Makombe Hanga, chefe dos Bárue, a um visitante branco ao seu território.**

*“Estou vendo como os brancos penetram cada vez mais na África; em todas as partes do meu país, as companhias estão em acção (...).*

*É preciso que o meu país também adopte reformas, e estou plenamente disposto a propiciá-las (...). Também gostaria de ver boas estradas e boas linhas férreas (...). Mas meus antepassados eram makombe e makombe quero continuar a ser.”*

### **Colonialismo Português em Moçambique de 1890 a 1930**

No século XIX, a Europa conhece um novo movimento colonizador. Após uma fase de certo declínio, em resultado da independência das colónias da América, desenvolveu-se uma nova vaga de colonização. De início, orienta-se para o Norte de África, depois estendeu-se para África Negra e para Ásia.

*“Afirmo que esta política colonial assenta em três ordens de ideias: económicas, humanitárias e patrióticas.*

*Do ponto de vista económico, porquê colónias? A primeira forma foi a que ofereceu um abrigo e uma fonte de trabalho para os excedentes da população. Mas há outra forma de colonização: é a que se adapta aos povos que têm excesso de capitais e excedentes de produtos. Essa é a forma moderna, actual, a mais profunda (...). As colónias são para os países ricos, um lugar vantajoso para o investimento de capitais (...). Nesta época, em que as indústrias europeias estão em crise, a fundação de uma colónia significa a criação de um mercado (...). Senhores, um outro tipo de ideias é o lado humanitário e colonizador da questão colonial. É preciso dizer abertamente que as raças superiores têm direitos para com as raças inferiores porque têm o dever de as civilizar (...). Senhores, uma marinha como a nossa, não pode existir em sólidos abrigos, defesas e centros de abastecimento” – Jules Ferry, “Discours”-1885.*

A evolução capitalista, através da revolução Industrial na Europa, iniciada pela Inglaterra, tornou inevitável a divisão do continente africano entre as grandes potências europeias. A própria lógica do desenvolvimento capitalista continha essa necessidade de expansão e anexação de outros territórios, sobretudo dos territórios onde a exploração capitalista não tinha ainda assentado arraiais. Tal desenvolvimento levou ao aumento das necessidades para fazer face a revolução industrial e aos produtos nela fabricados.

Porém, quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais encarniçada se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colónias.

No entanto, essas necessidades antes eram satisfeitas dentro da Europa pela anexação de certas zonas ricas entre as potências, como ocorreu entre a França e a Prússia, quando a Alemanha anexou as províncias de Alsácia e Lorena. Devido ao nacionalismo europeu que decorreu no século XIX e acompanhado pelo agravamento das rivalidades entre as grandes potências, fez com que se recorre a África.

A expansão e anexação foram, regra geral, precedida por “viagens de reconhecimento” levadas a cabo por missionários, aventureiros, etc, com frequências patrocinadas por organizações científicas ou filantrópicas, financiadas por associações e organizações científicas e filantrópicas.

Com o desenvolvimento da actividade comercial e das rotas terrestres e marítimas de transporte a Europa sentiu necessidade de encontrar novos horizontes, sendo realizadas as primeiras viagens levadas a cabo por: Vasco da Gama, Marcopolo, Ferrão de Magalhães, Cristóvão Colombo entre outros.

Como se pode observar, a nova vaga de colonização explica-se por vários motivos:

#### **a) Económicos**

A Europa a partir de 1873, atravessa uma fase de dificuldades económicas. Os países industrializados em plena segunda Revolução Industrial, têm necessidades de novos territórios que lhes fornecem matérias-primas e absorvam a produção (mercados). Têm necessidades de mão-de-obra barata. A população em crescimento, precisa de encontrar novas formas de receitas.

No final do século XIX e começo do século XX, a economia mundial viveu grandes mudanças. A teoria da Revolução Industrial aumentou ainda mais a produção, o que gerou grandes necessidades de mercado consumidor para esses produtos pela saturação dos mercados europeus devido a concorrência no mercado e uma nova corrida por matérias-primas como o Ferro, Carvão, Alumínio e Petróleo.

Assim, no final do século XIX e o começo do século XX, os países imperialistas se lançaram numa

louca corrida pela conquista global o que desencadeou rivalidades entre os mesmos e concretizou o principal motivo da Primeira Guerra Mundial, dando princípio à “nova era imperialista” onde os EUA se tornaram o país cardeal.

#### **b) Políticos**

Os Estados europeus, em luta pela supremacia, preocupam-se em ocupar posições estratégicas, por outro lado, os governos procuram afirmar o prestígio e poder nacional e satisfazer a opinião pública.

O nacionalismo europeu do século XIX fez crescer as rivalidades entre as nações da Europa. Com fronteiras bem definidas, territórios unificados, política centralizada e com governos fortemente estabilizados, a busca de prestígio só seria possível fora das fronteiras europeias e assim a primeira cobiça foi a África e Ásia.

#### **c) Ideológicos**

Entre as causas desta expansão destaca-se a necessidade de expandir a fé cristã e salvar as almas dos infiéis (africanos) e contrapor a expansão do islamismo na Ásia. Havia entre outras ideias a consideração de que os europeus eram mais civilizados em relação aos outros povos do mundo. Assim, era necessário civilizar os africanos. Havia uma grande necessidade de querer entrar o avanço do islamismo que era uma religião cujos objectivos eram semelhantes com os do cristianismo que consistiam em expandir a adoração de um só deus. No entanto, era lógico que estes rivais caminhassem em direcção à região de expansão e civilização.

A ideia de missão civilizadora, de evangelização, de glória do passado, orienta certos países. Daí certos desejos como os do Magrebe (territórios do Norte de África, que actualmente abrangem Marrocos, a Argélia e a Tunísia) francês, da ligação de Cabo a Cairo (Inglaterra), da ocupação da costa à contra-costa (Portugal).

#### **Sociais**

Procurava-se espaços em África para acomodar a população desempregada europeia a fim de se evitar tensões sociais causadas pela explosão demográfica.

#### **Culturais**

Os europeus por se considerarem mais civilizados vinham com a intenção de civilizar os africanos considerados povos não civilizados.

### **Da Economia do Tráfico do Imperialismo**

Entre o século IX e XIX mercadores asiáticos, portugueses, franceses, etc. traziam para Moçambique tecidos, missangas, loiça de vidro e de porcelana e armas de fogo para trocarem por ouro, marfim, escravos e oleaginosas. Nessas operações os mercadores jogavam simplesmente o papel de intermediários entre os produtores e consumidores africanos, asiáticos e europeus.

A participação do capital mercantil em investimentos produtivos era principalmente nula. A acção dos mercadores circunscrevia-se ao nível da circulação das mercadorias. É por esta razão que o capital mercantil é classificado como tendo sido parasitário. Esta avaliação não ignora que o capital mercantil corre riscos financeiros, resultantes do investimento que é necessário fazer para o transporte de mercadorias em segurança para os mercados consumidores.

O sucesso e a produção do capital mercantil eram assegurados pela exploração da ignorância dos produtores directos em relação aos mercados consumidores. **Os mercadores, como intermediários entre produtores e consumidores distantes uns dos outros, prosperavam comprando barato e vendendo caro.**

Para os mercadores os produtos que compravam não tinham para eles valor de uso (consumo),

eram meios de obtenção de mais dinheiro. O ouro e a missanga só tinham para o mercador valor de troca (mercadorias).

Durante o período da actuação do capital mercantil em Moçambique o ouro, marfim e os escravos eram drenados essencialmente para os seguintes destinos:

- **Portugal:** o ouro era utilizado para a compra de terras que permitiam às classes mercantis a aquisição de títulos feudais (nobreza), construção de palácios, realização de festas, etc. Uma parte importante dos rendimentos da coroa era gasto com a importação de cereis que escasseavam em Portugal. O marfim servia para a produção de diversos artigos de ornamentação e de bolas de bilhar. Como a participação de mercadores portugueses no comércio era garantida pela importação de missangas de Veneza e tecidos da Índia, grande parte de ouro adquirido em Moçambique era encaminhado para esses países.

A burguesia mercantil portuguesa não investia os seus rendimentos no sector produtivo, era uma classe gastadora e interessada em perpetuar o modo de produção feudal.

- **Índia:** o marfim e o ouro serviam para o fabrico de jóias. O marfim era igualmente utilizado para a confecção de artigos necessários para as cerimónias nupciais hindus.

A Burguesia e a administração portuguesas instaladas em Goa, empregavam improdutivamente os rendimentos do comércio com festas, construção de palácios e igrejas. A Índia foi, até cerca de 1752, a verdadeira metrópole mercantil de Moçambique. Até àquela data, cabia ao vice-rei de Goa velar por todos os negócios e administração de Moçambique.

A nomeação de Dom Francisco de Melo e Castro para o cargo de Governador e Capitão General de Moçambique, em 1752, contribuiu para uma relativa independência em relação ao vice-rei e reforço da posição de Lisboa em Moçambique.

- **América:** os escravos capturados em Moçambique eram vendidos nas Américas onde trabalhavam nas plantações e nas minas. O seu trabalho era fundamental para o abastecimento regular e ininterrupto de matérias-primas à indústria europeia. A escravatura dos séculos XVIII e XIX tinha como função principal impulsionar o desenvolvimento do modo de produção capitalista europeu. Neste período o capital ainda não era suficientemente forte para garantir a produção de matérias-primas com a exploração de mão-de-obra assalariada. Escravos de Moçambique eram igualmente exportados para trabalho nas plantações das ilhas Francesas do Indico, onde produziam café e açúcar.

O período mercantil foi importante no processo de estabelecimento do modo de produção capitalista. Os mercadores que puderam acumular muita riqueza em dinheiro e que procederam a investimentos no sector produtivo, contribuíram decisivamente para a emergência e consolidação do capitalismo.

Os mercadores portugueses não foram capazes de integrar a fase mercantil no processo de acumulação primitiva de capital. A actividade mercantil portuguesa, não foi aproveitada para a transição para o capitalismo. Mercadores doutras nacionalidades, como franceses e ingleses, investiram os seus rendimentos na indústria e noutros sectores em moldes capitalistas.

Ao período mercantil, seguiu em Moçambique o período imperialista. Durante esta fase os estrangeiros já não se interessavam apenas em comprar para revenderem caro, mas pela ocupação político militar e administrativa do território e exploração directa dos recursos humanos e materiais de Moçambique.

#### 4.2. A Segunda Corrida a África (Revisão)

A segunda metade do século XIX marcou uma nova etapa no desenvolvimento do sistema capitalista europeu. Países como a França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica enfrentaram uma crise aguda resultante de um conjunto de factores económicos que bloqueavam o desenvolvimento do capitalismo.

Esses factores podem ser situados em quatro níveis:

1. **Capitais:** a saturação da Europa já não permite o investimento de novos capitais. A

Inglaterra, por exemplo, não conseguia exportar os seus capitais para países como a França e Alemanha porque estes tinham desenvolvido as suas próprias indústrias com capitais domésticos. Tornava-se necessário para a Inglaterra uma solução fora da Europa.

2. **Mão-de-obra:** a organização da classe operária europeia em sindicatos, que exigiam o melhoramento das condições de trabalho e a elevação dos salários provocava uma queda tendencial da taxa de lucro. A redução constante da taxa de mais-valia, isto é, da diferença entre o valor que o operário produz e aquele que percebe como salário, e a impossibilidade de os capitalistas alongarem as jornadas de trabalho aparecia como entraves ao desenvolvimento capitalista. A procura de fontes seguras de mão-de-obra abundante e barata fora do continente europeu tornou-se uma preocupação vital do capital.
3. **Matérias-primas:** a generalização da acumulação na Europa impedia que países europeus se tornassem fornecedores da matéria-prima aos seus vizinhos. As indústrias nacionais não dispensavam as suas matérias-primas. A procura de fontes seguras de matérias-primas fora do continente europeu apresentava-se como única alternativa para a solução do problema.
4. **Mercados:** o rápido desenvolvimento da produção industrial europeu provocou a saturação do mercado. A grande quantidade e variedade de produtos que a indústria se tornou capaz de disponibilizar ultrapassaram em pouco tempo a capacidade de consumo da população europeia. A conquista de mercados seguros para a colocação da produção excedentária colocou-se como uma necessidade indispensável para a expansão da produção capitalista.

Para a solução dos problemas atrás identificados o continente africano foi avaliado como reunindo as condições ideais. Mas antes de os europeus procederem à ocupação e a exploração dos tesouros humanos e naturais de África promoveram acções de investigação visando a recolha de informações seguras sobre as potencialidades do continente.

#### 4.2.1. As viagens de Exploração

A expansão e anexação foram, regra geral, precedidas por “viagens de reconhecimento” levadas a cabo por missionários, mercadores e os militares (os três M). Estes aventureiros com frequência eram patrocinados por organizações científicas e filantrópicas, organizadas com objectivo de promover a exploração e a “civilização africana”, surgidas com fins políticos e não surgiram desligas das rivalidades entre as potências europeias. Tomemos como exemplo as seguintes organizações:

- **Associação Africana**, que financiou a viagem de Mungo Park, mais tarde foi transformada em Sociedade Real de Geografia (Royal Geographical Society), e enviou Speke e Burton ao lago Tanganhica;
- **Associação para a Descoberta das Partes Interiores de África**, constituída por um pequeno grupo de ingleses ricos movidos por interesses científicos e humanitários;
- **Associação Internacional de Congo**, que foi criada pelo rei Belga Leopoldo II e enviou Henry M. Stanley para explorar a bacia de Congo;
- **Sociedade Missionária metodista de Londres**, que teve a missão de reconhecer o pacífico e a África Ocidental e do Sul, a qual enviou para reconhecer a região o missionário David Livingstone, entre outras.

Dentre os exploradores do interior do continente africano destacam-se:

- **David Livingstone**, missionário inglês, entre 1840/49 a 1873, em sucessivas viagens,

percorreu o curso do rio Zambeze, lago Niassa e a região de Tanganhica, atingindo as nascentes do rio Zaire;

- **Henry Morton Stanley**, explorador britânico a serviço da Bélgica, que em 1871 parte de Zanzibar em direcção ao lago Tanganhica à procura do Livingstone, atravessou a África Equatorial da Costa Oriental (Zanzibar) à Costa Ocidental (foz do rio Zaire), entre 1875-1877.
- **Savorgnan Brazza**, explorador a serviço da França, que em 1873 empreendeu o reconhecimento da região equatorial na Costa Ocidental africana, a norte do rio Zaire.
- **Carl Peters** (1856-1881) explorou a região dos grandes lagos.
- **Serpa Pinto**, que em 1877, atravessou o continente de “lés-a-lés” e Hermenegildo Capelo e Robert Ivens, atravessaram de Angola a Moçambique procurando relacionar as bacias de Zambeze e Zaire, entre outros.

As informações recolhidas pelos exploradores europeus aguçaram as ambições dos governos e aceleraram a procura de plataformas de ocupação que conduzissem a conflitos entre os concorrentes.

#### 4.2.3. A Conferência de Berlim

A disputa de Congo entre a Bélgica e a França conduziu à partilha de África. Com efeito, Leopoldo II da Bélgica, interessado em criar uma colónia em África, envia Stanley a explorar o curso superior de Congo (1874-1878). Ora, paralelamente, desenvolvia-se a empresa de Brazza nessa mesma região (1875-1878). Daí um conflito de interesses entre os dois países. Por outro lado, a Alemanha de Bismarck pretendia criar um império colonial. Para isso aproveitou a questão do Congo e promove uma Conferência Internacional em Berlim (1884-1885).

##### 4.2.3.1. Objectivos da Conferência

- a) Liberdade de comércio na bacia e na embocadura do Congo;
- b) Adaptação e aplicação dos rios Níger e Congo e dos princípios da Conferência de Viena, no respeitante a liberdade de navegação em vários rios intercontinentais;
- c) Estruturação de normas a serem observadas para que as ocupações nas costas de África fossem consideradas efectivas.

##### 4.2.3.2. Decisões Tomadas na Conferência

Acta geral redigida em Berlim em 26 de Fevereiro de 1885 entre a França, a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Itália, os Países Baixos, Portugal, a Rússia, a Suécia, a Noruega e a Turquia, para regulamentar a liberdade do comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África. (...) Unidos de plenos poderes, discutiram e adoptaram (...):

**Artigo 1.** — *O comércio de todas as nações gozará de completa liberdade:*

*1º Em todos os territórios que constituem a Bacia do Congo e de seus afluentes.(...);*

**Artigo 9.** *Em conformidade com os princípios dos direitos dos indivíduos tal como eles são reconhecidos pelas Potências signatárias, estando proibido o tráfico dos escravos, e devendo igualmente as operações que, por mar ou por terra, forneçam escravos para o tráfico ser consideradas como proibidas, as Potências que exercem ou que vierem a exercer direitos de soberania ou uma influência nos territórios que formam a bacia convencional do Congo, declaram que esses territórios não poderão servir nem de mercado nem de via de trânsito para o tráfico dos escravos de qualquer raça. Cada uma das Potências se compromete a empregar todos os meios disponíveis para pôr fim a esse comércio e para punir aqueles que dele se ocupam.*

**Artigo 13.** *A navegação do Congo, sem excepção de qualquer das ramificações saídas desse rio, é e permanecerá inteiramente livre para os navios comerciais, com carregamentos ou não, de todas as nações, tanto para o transporte das mercadorias como para o de passageiros. (...).*

**Artigo 34.** *A Potência que de agora em diante tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora de suas possessões actuais, ou que, não os tendo tido até então, vier a adquirir algum, e no mesmo caso a Potência que aí assumir um protectorado, fará acompanhar a Acta respectiva de uma notificação dirigida às outras Potências signatárias da*

*presente Ata, a fim de lhes dar os meios de fazer valer, se for oportuno, suas reclamações.*

**Artigo 35.** *As Potências signatárias da presente Ata reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios ocupados por elas, nas costas do Continente africano, a existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que for estipulada...*

**Em suma, pode-se dizer que:**

Na Conferência de Berlim, os direitos do povo africano e as suas reivindicações, as suas fronteiras, o seu governo, a sua cultura, a sua identidade foram totalmente ignorados.

A partilha de África pelos vários países europeus foi confirmada, tomando em consideração o respeito que deveria ser observado em relação às zonas de influência de cada potência. É exactamente isso que explica em grande medida o facto de Portugal ter conseguido, após a realização da conferência, a conservação para si dos territórios de Moçambique, Angola, etc.

Não é totalmente correcto afirmar que as fronteiras das colónias africanas foram decididas em Berlim; a sua delimitação começou muito antes e foi prosseguida depois através de acordos internacionais bilaterais ou multilaterais, e em alguns casos com recurso a métodos violentos. A partilha de África, aquela que passou a vigorar nos mapas, não se fez verdadeiramente em Berlim. Ela principiara já, e prosseguiu depois. O que se tentou fazer em Berlim, foi obter um acordo de princípios entre as diversas potências concorrentes.

A expansão para África foi assim, uma espécie de resultado “natural” da expansão industrial das grandes potências europeias. As colónias tornaram-se um complexo de acumulação de capital ou, melhor dito, um dos seus momentos fundamentais, em termos de matérias-primas, de novos mercados, de novos campos de investimento de capital e mão-de-obra barata, para minorar os custos de produção e fazer face às organizações da classe operária europeia que, nas suas lutas contra o capital, obtinha melhores níveis salariais e melhores condições de vida.

As grandes potências capitalistas não podiam contentar-se em dominar indirectamente o mundo por intermédio da superioridade sobre o mercado mundial, no quadro da livre concorrência. Portanto, a dominação política sobre os territórios ultramarinos tornou-se uma necessidade e um meio para a exploração económica.

Ao mesmo tempo que se verifica a partilha de África pelos países europeus, a Ásia é também alva da cobiça europeia. A abertura do Canal de Suez (1869), o interesse pela China e o desejo de proteger territórios já adquiridos (o caso da Índia, por exemplo) estimulam as intervenções: a Inglaterra opõe-se no oriente aos franceses, os países industrializados estabelecem entrepostos comerciais na China, e a Rússia expande-se para a Sibéria e para o Pacífico.

Assim, em finais do século XIX, numerosos territórios africanos e asiáticos encontraram-se sob o domínio político e económico da Europa. Sobretudo a Inglaterra e a França dispõem de vastos e ricos impérios coloniais.

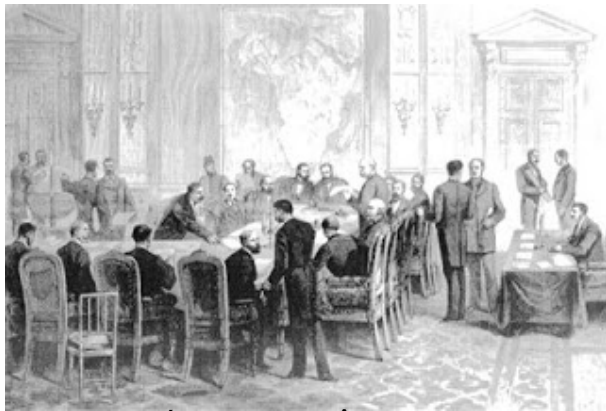


Fig. Partilha de África - CONFERÊNCIA DE BERLIM (1884-85)

Ocorre a partir de 1870, quando a Alemanha e a Itália entram em disputa com a Inglaterra e a França pela conquista de territórios que sirvam como fontes de abastecimento de matérias-primas industriais e agrícolas e mercados para seus produtos. Portugal e Espanha conseguem manter alguns dos seus antigos territórios coloniais. A Conferência de Berlim, em 1884 e 1885, oficializa e estabelece normas para a partilha. Qualquer posse territorial deve ser comunicada às potências signatárias e toda a potência estabelecida na costa tem direito ao interior do território, até defrontar com outra zona de influência ou outro Estado organizado - princípio da ocupação efectiva.

**França** – Conquista territórios no norte da África (Tunísia, Argélia, Marrocos e parte do Saara), na África ocidental (Senegal, Guiné, Costa do Marfim, Daomé – actual Benin –, Gabão e Congo – actual Zaire –, estes últimos denominados África Equatorial Francesa). Domina também territórios na África central (Níger, Chade e Sudão) e na África oriental (Madagascar, trocada com o Reino Unido por Zanzibar, actual Tanzânia), Obok, baía de Tadjurah, os sultanatos de Gobad e Ambado e os territórios dos Afars e Issas, actual Djibuti.

**Reino Unido** – Estabelece territórios coloniais na África ocidental (Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro, actual Gana, Nigéria e as ilhas de Santa Helena e Ascensão), na África oriental (Rodésia, actuais Rep. Dem. do Congo e Zimbábue, Quênia, Somália, ilha Maurício, Uganda e Zanzibar, actual Tanzânia, e Niassalândia, actual Malawi), e na África meridional (União Sul-Africana, incluindo a antiga Colónia do Cabo e as ex-repúblicas bôeres de Natal, Orange e Transvaal – África do Sul –, e os protectorados de Bechuanalândia, actual Botsuana, Basutolândia, actual Lesoto, e Suazilândia).

**Alemanha** – Conquista Togo e Camarões (África ocidental), Tanganica e Ruanda-Burundi (África oriental) e Namíbia (África do sudoeste).

**Portugal** – Mantém as colónias instaladas na África ocidental (Cabo Verde, São Tomé, Príncipe, Guiné-Bissau), África do sudoeste (Angola e Cabinda) e África oriental (Moçambique).

**Espanha** – Continua com suas posses coloniais na África do norte (parte do Marrocos, ilhas Canárias, Ceuta, território de Ifni e Saara Ocidental) e na África ocidental (Guiné Equatorial).

**Questionário:**

1. Mencione os objectivos da realização Conferencia de Berlim.
2. Refere o novo princípio de ocupação dos territórios africanos.
3. Explica o interesse dos países europeus pela partilha de África.
4. A Conferencia de Berlim não conseguiu minimizar as contradições entre as potências imperialistas. Comente a afirmação com exemplos concretos.

#### 4.3. O Papel Específico de Portugal na Penetração Imperialista em Moçambique

Como é que Portugal, não sendo uma potência imperialista, continuou a ser uma potência colonial? Como se explica o papel de Portugal na Conferência de Berlim?

Sem pretender dar uma resposta definitiva às questões, os factos dizem que em finais do século XIX, a economia portuguesa estava numa fase de transição de feudalismo para o capitalismo. A indústria, os transportes, o sistema bancário, etc., estavam numa fase embrionária e dependiam fortemente de países mais desenvolvidos como a Inglaterra, França e Alemanha.

Assim, a participação de Portugal na Conferência de Berlim só pode ser entendida se tomarmos em consideração que as potências verdadeiramente capitalistas (Inglaterra, França e Alemanha) esperavam explorar as suas colónias, conjuntamente com as portuguesas, como se aprovou mais tarde. Outra explicação possível é que Portugal, procurando tirar partido da sua condição de “potência menor”, num jogo de alianças tácticas e aproveitando, dos conflitos entre as grandes potências, a recusa destas em aceitar que qualquer delas obtivesse uma hegemonia territorial ou estratégica superior à das outras, **Portugal surgiu como intermediário da exploração capitalista fazendo lucrar, lucrando.** É exemplo disso a política de cedência de importantes áreas de Moçambique ao capital estrangeiro não português, sob a forma de companhias (a Companhia de Moçambique, que ocupou sozinha  $\frac{1}{4}$  de Moçambique, com direitos majestáticos. Em troca, Portugal recebeu 10% das acções emitidas e 7,5% dos lucros totais). Foi na condição de potência não imperialista e, por isso, não ameaçadora, que Portugal conseguiu obter de facto as suas colónias. Na realidade, foram três formas que, conjugadas, deram origem ao fenómeno da exploração imperialista em Moçambique:

- Estado colonial português;
- Capital internacional, expresso nas companhias;
- Capital mineiro sul-africano.

#### **4.4. A Corrida Imperialista e a Delimitação das Fronteiras de Moçambique**

A questão da delimitação de fronteiras tem como pano de fundo, a necessidade da “ocupação efectiva do território”, determinada na Conferência de Berlim, como único facto que, a partir daí, legitimaria a posse dos territórios em África. Daí a corrida para África, e, no que respeita à Moçambique, os conflitos entre Portugal e Grã-Bretanha. Foi entre conflitos, arbitrariedades e tratados que se definiu o traçado das actuais fronteiras de Moçambique.

##### **4.4.1. A Delimitação das Fronteiras Moçambicanas**

Já no século XVIII, Portugueses, Holandeses e Austríacos lutavam pela posse da Baía de Lourenço Marque (Delagoa Bay), que os Portugueses asseguravam terem descoberto em 1544. O problema agravou-se na década de 1820, quando o capitão inglês William F. Owen, ignorando os “direitos históricos” de Portugal, assinou vários tratados com os chefes do sul de Lourenço Marques, procurando diplomaticamente afastar a influência portuguesa e consolidar a britânica. Owen via na baía de Lourenço Marques:

- Uma excelente saída para os produtos provenientes da colónia inglesa do Cabo;
- Uma importante reserva de mão-de-obra barata para as plantações britânicas na África do Sul;
- Uma importante base estratégica para atacar as repúblicas bóeres;
- Bem como uma zona que impediria a continuada entrega de armas aos zulos.

Os portugueses não desanimaram e procuraram uma aliança com Tansvaal.

##### **4.4.2. A Fronteira Sul-Occidental**

Em 29 de Julho de 1869, é assinado um tratado entre Portugal e o Governo do Transvaal em que este reconhece os direitos de Portugal em toda a área em torno da baía de Lourenço Marques (também chamada Delagoa Bay ou Baía do Espírito Santo) até ao paralelo 26°30' Sul, estabelecendo os Montes Libombos como fronteira de Moçambique com a Swazilândia e com a parte oriental do Transvaal.

O reconhecimento desta fronteira apenas foi possível em 24 de Julho de 1875, com a intervenção do presidente da República Francesa, o marechal Mac-Mahon.

#### 4.4.3. A Fronteira Norte

Em Dezembro de 1886, Portugal e Alemanha assinam um tratado em que esta reconhece o rio Rovuma como sendo a fronteira norte de Moçambique e também o direito de Portugal exercer a sua influência nos territórios entre Angola e Moçambique. Portugal, em troca, faz algumas concessões no sul de Angola (actual Namíbia).

A definição desta fronteira deu origem, mais tarde, a conflitos militares entre Portugal e Alemanha. Esta, que tinha ocupado o Tanganhica (Tanzânia) e hasteado a sua bandeira em ambas as margens do Rovuma, penetrou em 1894 na margem sul, expulsando a reduzida guarnição portuguesa ali estacionada e substituindo por uma alemã. Apesar do protesto português, os Alemães alargaram a sua ocupação até Quionga, área que só voltaria a Portugal nos finais da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A Alemanha não pretendia apenas aumentar a superfície do Tanganhica à custa do norte Português, pretendia, na verdade, ocupar integralmente a colónia portuguesa.

#### 4.4.4. Fronteira Centro Ocidental

Em 1887, é apresentado oficialmente o Mapa Cor-de-Rosa que ligava Moçambique a Angola. Este mapa colidia com interesses britânicos, representados por Cecil Rhodes, que não só pretendiam a mesma região, como pretendiam unir o Cabo ao Cairo por uma linha-férrea.

Em 11 de Janeiro de 1890, o governo conservador britânico, representado por Lord Salisbury, dá um ultimato a Portugal para se afastar da região em disputa (Chire e Mashonalândia). Se isso não acontecesse, os britânicos cortariam as relações com Portugal e ocupariam a região pela força. Enquanto o governo português tentava, desesperadamente, obter apoio internacional no seu diferendo com a

Inglaterra, Cecil Rhodes ordenava que uma força da *British South Africa Company* avançasse em Macequece para a parte de Manica controlada pelos portugueses. Esta aprisionava Paiva de Andrade e faz construir o forte de Salisbury.

A 20 de Agosto de 1890 foi assinado um acordo. Nele as cedências portuguesas eram grandes, porque, além da delimitação das fronteiras, Portugal fazia concessões aos ingleses para a completa liberdade de comércio, livre navegação nos lagos, rios e portos, isenção de impostos alfandegários nas zonas de livre comércio, isenção de taxas de transito, etc. Era humilhação para Portugal!

Em 14 de Novembro de 1890 é assinado o *modus vivendi*. Em 11 de Junho de 1891 é, então, assinado um tratado de fronteiras entre a Inglaterra e Portugal, reconhecendo as actuais fronteiras de Moçambique com Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e o Natal.

1890	
11 de Janeiro	Ultimato Britânico a Portugal
20 de Agosto	Primeiro tratado de fronteiras Luso-Britânico sobre os limites e áreas de influência. Não é ratificado pelas cortes portuguesas.
14 de Novembro	Assinatura de um <i>modus vivevdi</i> entre Potugal e a Inglaterra, reconhecendo as actuais fronteiras, a vigorar até a assinatura de um novo acordo de fronteiras.
15 de Novembro	Prisão de Paiva de Andrade e Manuel de Sousa em Macequece.
19 de Novembro	Ocupação britânica de Manica.
1891	
11 de Junho	Tratado de fronteiras entre Portugal e Inglaterra.

Tabela 3: Observa a ordem cronológica dos acontecimentos

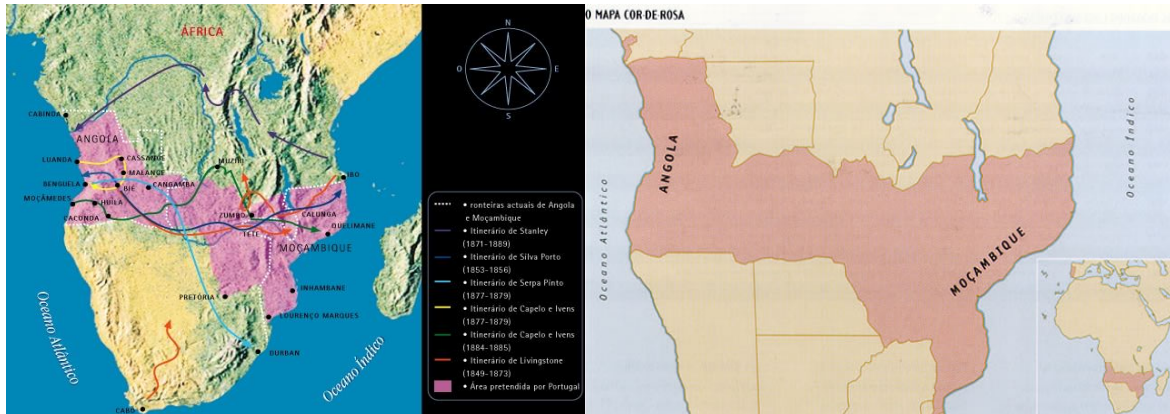


Fig.7 Projecto Mapa Cor-cor-Rosa

Independentemente do processo de demarcação de fronteiras, outras manobras, aparentemente visando a usurpação das colónias portuguesas, foram levadas a cabo pelas potências imperialistas. Por exemplo, em 1898, a Inglaterra negociou com Alemanha um acordo secreto visando a partilha das possessões coloniais portuguesas. Esse acordo constava do seguinte:

1. A Inglaterra, conhecedora das dificuldades financeiras de Portugal e das ambições territoriais da Alemanha, propôs ao último a promoção de pressões para obrigar Portugal a contrair um empréstimo. O empréstimo, que sabia muito bem que Portugal não seria capaz de reembolsar dentro do prazo estabelecido, serviria de trunfo para a confiscação e partilha das colónias portuguesas.
2. A Inglaterra, traíndo a Alemanha, deu a conhecer ao governo português o conteúdo do acordo secreto e reafirmou, através do Tratado de Windsor a sua total prontidão para o combate contra todos os inimigos presentes e futuros de Portugal. Portugal comprometeu-se a não conceder facilidades a nenhuma potência inimiga da Inglaterra.
3. A Alemanha, desconhecendo a traição britânica, tentou em vão pressionar Portugal para contrair um empréstimo. Em 1899, e um acto de intimidação, a Alemanha tentou invadir Portugal, mas foi surpreendida pela presença das tropas inglesas de apoio.
4. A intenção da Inglaterra, ao propor à Alemanha a partilha das colónias portuguesas, era para evitar a sua eventual participação, ao lado dos seus inimigos, nos conflitos que tinha com a França e os Bóeres do Transvaal, respectivamente pela posse do Sudão e Guerra Anglo-Bóer. E ao denunciar o acordo secreto aos portugueses, a Inglaterra pretendia assegurar-se que Portugal não concederia facilidades no Porto de Lourenço Marques aos Bóeres. Aos ingleses interessava dispor, sem a concorrência alemã, dos recursos humanos e naturais das possessões coloniais portuguesas.

**NB:** O traçado de fronteiras das colónias africanas foi fixado de forma arbitrária: umas foram estabelecidas ao longo dos rios, outras com bases na área dos lagos, etc. Assim, os governos colonialistas não respeitaram a localização dos grupos étnicos, reinos e Estados africanos existentes que ficaram separados e divididos por uma e outra potência colonial.

**Exercícios:**

Em 1887 foi apresentado em Portugal, um mapa da “África Meridional Portuguesa” que entrou para a História com o nome de “Mapa Cor-de-Rosa”.

- a) O que foi o “Mapa Cor-de-Rosa”?
- b) Em que contexto histórico surgiu?

a) 2. Depois de ter apoiado Portugal na defesa do seu “direito histórico” na Conferência de Berlim,

algumas potências envolveram-se depois numa tentativa de “ocupação global” das colónias portuguesas.

a) Explica a atitude dessas potências.

b) Enumere cinco exemplos que mostram como se processou a tentativa de “ocupação global” de Moçambique por parte das potências capitalista.

2. Enquadrado na “ocupação efectiva” de Moçambique, a 11 de Novembro de 1890, a Grã-Bretanha, por intermédio do conservador Lord Salisbury, enviou um ultimato à Portugal.

a) Em que acontecimento concreto da ocupação efectiva se enquadra este ultimato?

b) O que é que os ingleses queriam com este ultimato?

c) Como é que Portugal reagiu ao ultimato?

#### 4.5. As Campanhas Militares e a Ocupação de Moçambique

Claramente, o processo de partilha e ocupação efectiva do território africano pelas potências europeias decidido na conferência de Berlim, originaram resistências africanas que, segundo Adu Boahen ocorreram em três momentos distintos com características peculiares.

Moçambique, igualmente debateu-se com a penetração e ocupação estrangeira colonial portuguesa.

##### 4.5.1. Periodização da Resistência Africana segundo Adu Boahen

Período	Características
1ª (1880-1919) Resistência a Conquista e Ocupação Efectiva	Defesa de Soberania e Independência Africana; Confronto militar e alianças diplomáticas.
2ª (1919-1935) Resistência a Implantação do Sistema Colonial	Protestos e revoltas, surgimento do proto-nacionalismo; a não-cooperação.
3ª (1935-1960/70) Nacionalismo	Surgimento de movimentos nacionalistas com o objectivo de libertar os territórios do jugo colonial; uso de todas formas de resistência.

Fig. 4: Periodização da resistência africana segundo Adu Boahen.

##### 4.5.2. As Resistências no Norte, Centro e Sul de Moçambique

Após a conferência de Berlim, Portugal lançou-se no processo de destruição das unidades políticas moçambicanas, destacando-se dois momentos principais:

- A ocupação militar;
- A instalação dos aparelhos do Estado colonial.

Perante o cenário de ocupação que se vislumbrava no seu território, durante cerca de duas décadas (1886 – 1920), os moçambicanos resistiram para defender a sua soberania, independência e valores culturais. Neste processo os moçambicanos, utilizaram como formas de resistência as seguintes:

- O confronto militar directo;
- Alianças diplomáticas;

Para Botelho, citado por Souto (1996:249), o período da ocupação portuguesa pode dividir-se em três partes:

- As campanhas ocorridas entre o território de Lourenço Marques até ao rio Pungué - Sul, realizadas nos sertões de Lourenço Marques, Inhambane e Sofala;
- As campanhas no território do vale de Zambeze e zonas limítrofes - Centro;
- As campanhas ocorridas entre o vale do Zambeze e o rio Rovuma - Norte.

Principais Campanhas	
1858	Campanha contra Massingir
1867-1969	Campanha contra Massangano
1887	Conquista de Massangano
1887-1888	Campanha contra os Namarris

1895	Campanha contra Gaza
1896-1898	Campanha contra os Namarrais
1902	Campanha contra Báruè
1908-1912	Campanha contra os Estados Mataca
1913	Campanha contra os Macondes
1917	Campanha contra o Báruè
1920	Campanha contra os Macondes

**Tabela 5.** Cronologia das principais campanhas realizadas pelos portugueses contra os povos moçambicanos nos finais do século XIX e princípios do século XX.

#### 4.5.3. Resistência no Sul de Moçambique

As campanhas militares tiveram início no Sul de Moçambique em 1895.

É o império de Gaza que é definido como o primeiro alvo das campanhas militares de ocupação pois **a sua destruição constituiria para Portugal sua afirmação como potência colonizadora, bem como para o início das guerras de conquista no Centro e Norte do território.**

É assim que em Janeiro de 1895, António Enes, então comissário régio de Portugal, chega a Moçambique com um plano político militar que consistia em:

- Vencer as resistências no distrito de Lourenço Marques levadas a cabo por Chopes, Tembe e Maxaquene;
- Fazer alianças tácticas com alguns chefes locais, tais como Cuio, então Tio de Ngungunhane e Maguejane, antigo secretário de Muzila e avançar em força depois de ganhar a guerra para o Estado de Gaza, obstáculo mais difícil de transpor para os colonialistas.

#### 4.5.4. Situação Política da Região nos Finais do Século XIX

Nesta região os portugueses tiveram que enfrentar o império de Gaza. Este império debatia-se com problemas do seu exército que se traduzia pelo enfraquecimento devido ao recrutamento de indivíduos de origem Tsonga e Ndaus sem tempo suficiente para assimilar a cultura, disciplina e táctica militar que caracterizava o exército Nguni (tensões internas no seio da família Nguni).

Para além desta situação, assistia-se o isolamento do império de Gaza em que no norte do império encontrava-se a companhia de Moçambique, a Oeste a British South África Company que dominava o reino Debele, a Sudoeste estabelecimento de fronteira e para Este presença portuguesa em Lourenço Marques e Inhambane.

#### 4.5.5. Plano de Conquista do Estado de Gaza

Dada a relação diplomática que Ngungunhane desenvolvia com a British South African Company, apesar do seu tratado de vassalagem com Portugal, António Enes, então comissário Régio de Moçambique, traça um plano de conquista de Gaza que compreendia: **manobras diplomáticas junto a corte de Gaza, bem como uma intensa preparação militar.** Este processo incluiu igualmente o envio de vários emissários à corte de Gaza com objectivo de:

- Impedir que Ngungunhane ganhasse força no campo militar, convencendo-o de que não haveria ataques no seu território;
- Impedir que Ngungunhane se aliasse à Companhia de Moçambique, o que prejudicaria os interesses dos portugueses;
- Evitar o estabelecimento de negociações entre o império de Gaza com a BSAC.

Para dar início às campanhas militares contra Gaza, os Portugueses usaram como pretexto uma pequena agitação ocorrida nas terras da coroa de Anjoana (Marracuene) em torno de disputa de terras: os chefes Mahazule e Nuamantibjana, de Magaia e Zixaxa, respectivamente uniram-se contra as ameaças militares portuguesas que conduziram a **Batalha de Marracuene (02/02/1895)**. A superioridade bélica dos portugueses obrigou os dois chefes a procurarem refugio nas terras de Ngungunhane.

A recusa de Ngungunhane ao pedido dos portugueses em entregar os referidos chefes, justificou as

operações militares contra Gaza, desenvolvidas em três frentes:

1. 08 de Setembro de 1895 – Batalha de Magul, próximo da vila de Macia, na província de Gaza, entre as tropas portuguesa e as de Ngungunhane;
2. 8 de Outubro de 1895 – penetração dos portugueses pelo vale do Limpopo; anexação por estes de Xai-Xai e Bilene;
3. 07 de Novembro de 1895 – Batalha de Coolela, perto da Mandlakazi, entre a coluna do exército português e o exército de Gaza. Mandlakazi, a capital do Império de Gaza, foi depois incendiada.



**Fig.** A Resistência no Sul de Moçambique

Estes ataques desorganizaram o Império de Gaza, obrigando Ngungunhane a refugiar-se em Chaimite onde acabou preso a 28 de Dezembro de 1895 por Mouzinho de Albuquerque (nomeado governador do distrito de Gaza) e suas tropas, e deportado para Portugal junto com seu filho Godide, seu tio Nuamantibjane sendo as suas mulheres deportadas para São Tomé e Príncipe. Morreu exilado em Angra do Heroísmo, nos Açores, a 23 de Dezembro de 1906. Em 1985, 79 anos após a sua morte no exílio, os restos mortais de Ngungunhane retornaram a Moçambique, já independente.

Após o desaparecimento de Ngungunhane, a resistência continuou com Maguiguane Cossa, comandante de todo o exército do Império de Gaza desde 1894, que se fixou em Guijá e mobilizou as populações no sentido de não pagarem mais impostos e resistirem à penetração e ocupação portuguesa. Conseguiu eliminar o Posto de Palule, local onde se encontrava instalado o pessoal da administração colonial.

Derrotado em Macontene, entre Chibuto e Chaimite, Maguiguane retira-se em direcção ao Transvaal. Acabou por ser surpreendido por uma coluna portuguesa e procurou defender-se até ao último momento tendo morrido a 21 de Julho de 1897.



**Fig.** Gungunhane e as suas sete mulheres.

Outra figura destacável da resistência no Sul foi o rei Nguanaze, que em Fevereiro de 1896, na região de actual Maputo, que mantinha certa autonomia, Mouzinho de Albuquerque tenta o capturar, onde fugira para sul da Ponta de Ouro onde estabeleceu o seu reino.

## 4.6. Resistência no Centro de Moçambique

### 4.6.1. Antecedentes

Politicamente a vasta região que actualmente corresponde as províncias de Manica, Tete, Sofala e Zambézia, desde o início do século XIX, caracterizou-se por:

- Uma fragmentação por um lado, Estados Militares do Vale do Zambeze resultantes dos escombros dos prazos, nomeadamente Massangano, Gorongosa, Maganja da Costa, Canhamba, Zumbo, etc e por outro lado os Estados africanos mais ou menos independentes ou mesmo conquistados (Báruè, Manica, Mwenemutapa...)
- Prazos e feitorias-fortalezas (Quelimane, Sena, Tete);
- A presença de Ngunis, proveniente do M'fecane;



Fig. A Resistência no Centro de Moçambique

As formações políticas que caracterizavam a região haviam herdado as táticas de luta desde o período de caça e do tráfico de escravos e tiveram o acesso as armas de fogo exigindo Portugal a mobilizar grandes recursos de apoio externo. Dentre tantas formações político-militares da região a que mais problemas criou aos Portugueses e a Companhia de Moçambique foi o reino de Báruè. Báruè foi o produto da desagregação do Estado de Muenemutapa, que através do seu líder veio a fixar-se nessa região em 1890, proveniente da região de Mbite.

A grande fragmentação política desta região e o elevado grau de militarização das formações políticas foram produto directo do período da caça ao elefante e do tráfico de escravos.

A conquista militar desta região foi promovida conjuntamente pelo Estado colonial e pelas Companhias de Moçambique e de Zambézia.

Lembra-se, portanto, as campanhas levadas a cabo contra Massingir e Gorongosa em 1897, Maganja da Costa em 1898 e Macanga em 1902.

As formações políticas que mais problemas causaram aos portugueses foram Báruè e Maganja da Costa.

Em 1902 Báruè era um reino poderoso e de grande capacidade militar que tinha conseguido resistir as invasões Nguni e as constantes disputas dos Estados militares vizinhos, dado ao facto de ter adquirido por via comercial com os mercadores portugueses e indianos armamento suficiente para resistir, exigindo a Portugal uma grande mobilização de recursos e apoio externo.

Para Isaacman, (1979:116), “o exército de Báruè era constituído por uma força de 10 000 homens, incluindo várias unidades de elite, ou ensacas, e uma numerosa guarda nacional que era mobilizada em altura de crise.” Os Baruítas acreditavam que o espírito mediúncico de Kabudu Kagoro transformava as balas do invasor em água.

Assim, em 30 de Julho de 1902 as tropas portuguesas, compostas por três pelotões de soldados portugueses e africanos e por mil soldados de reserva, invadem Báruè.

Após uma prolongada resistência, as unidades de Bárue, comandadas por oficiais corajosos como Macombe, Hanga, Mafunda, Cambuema, Candendere, Inhangana-gana e Cavunda foram derrotados no mesmo ano(1902).

Paralelamente as acções militares, o jogo diplomático desempenhou um papel importante na derrota das resistências.

Apesar deste fracasso, a resistência prosseguiu em 1904, uma nova revolta estala contra a política do trabalho forçado e os abusos das forças coloniais, mas novamente fracassa.

Em 1917 o território da Companhia de Moçambique foi palco de uma grande revolta Bárue, pelas seguintes razões:

- O recrutamento de mancebos baruístas para o serviço militar;
- A violação de mulheres virgens;
- A opressão colonial;
- A construção da linha-férrea Beira-Macequece.

Utilizando o factor religioso (uma jovem de nome Mbuya que se autoproclamava possuidora dos espíritos divinos), os Baruístas, dirigidos por Nongwe-Nongwe promoveram a primeira aliança multiétnica anti-colonial, iniciada a 27 de Março de 1917 e terminando praticamente em 1918, embora existissem focos isolados de resistência até 1920.

A vitória portuguesa em Bárue deveu-se aos seguintes factores:

- Utilização de inovações tecnológicas no armamento;
- O recurso a recrutamento de tropas em Angola, Inhambane, Lourenço Marques e Norte de Moçambique; reforço de soldados Nguni; auxilio militar recebido da Rodésia e Niassalândia;
- Alguns erros tácticos e deserções que afectaram as tropas Bárue.
- A diplomacia portuguesa que se caracterizou por assinatura de acordos, como pior exemplo:
  - a) Acordo de 1889 assinado entre a companhia de Moçambique e o império de Gaza que culmina com a concessão de direitos mineiros e territoriais na zona de Manica à Companhia. Este facto obrigou a aristocracia Nguni a transferir a sua capital de Mossurize para Mandjakaze;
  - b) Acordo celebrado em 1893 entre Ngungunhane e a Companhia de Moçambique, no qual o rei de Gaza renunciava a parte dos impostos dos seus vassallos nos territórios a norte do rio Save e a favor da Companhia.

#### **4.7. A Resistência no Norte de Moçambique**

A região que hoje se chama Moçambique norte, era habitada a beira do litoral por comunidades Swahili ou Xicados e Sultanatos ou apenas Reinos Afro-Islâmicos e no interior habitavam maioritariamente Macuas, Ajauas e Macondes.

Estes grupos, embora diversificados ofereceram uma grande resistência à ocupação colonial portuguesa, cujas personalidades com valores históricos que mais se evidenciaram foram: Mussa Quanto, Farelay, Komala, Kuphula, Suali Bin Ali Ibrahim (Marave) e Molid-Volay.

##### **4.7.1. Antecedentes**

Nas vésperas da expansão imperialista, o Norte de Moçambique apresentava a seguinte situação política:

- De Moma a Memba os reinos afro-islâmicos da costa, aliados aos chefes macuas dos *Imbamelas*, *Marrovene* e *Mulai*, dominavam toda a região. Apoiados em sucessivas alianças e na religião, procuravam manter a todo o custo a sua autonomia. Possuíam uma tradição militar resultado do tráfico de escravos;
- No hinterland (interior), a Oeste da Ilha de Moçambique, era area de dominio da confederação das chefaturas macuas Namarrais;

- De Memba ao rio Messalo, ocupando todo o Vale do rio Lúrio, dominavam as poderosas chefaturas macuas dos *Chacas, Érati e Meto*;
- Nos planaltos interiores do Cabo Delgado, dominavam os Macondes, que souberam utilizar o meio ecológico como principal arma de combate;
- No Niassa, os Ajauas, os Nguni, os Nyanja, os Lómwes, entre outros faziam valer os seus direitos de soberania e independência;
- Prática clandestina da escravatura na região apesar da sua abolição;
- Os portugueses, em pequeno número, viviam instalados no Ibo, Mossuril, ilha de Moçambique e em Quelimane.

#### 4.7.2. Motivos da Resistência no Norte de Moçambique?

Os Estados Afro-Islâmicos e Chefes tradicionais das comunidades africanas constituíam bolsas de saídas de mercadoria bípede (escravos), isto é, essas comunidades viviam na base do comércio de escravo. Assim, a ocupação colonial nessas zonas significava absorver toda actividade comercial e acabar com o comércio ilegal. Por outro lado, essas formações políticas são bastante influenciadas pelo islão, elemento caracteristicamente cultural que vai criar coesão do povo da região para fazer face a dominação colonial.

#### 4.7.3. Resistência Norte – Nampula

Os portugueses, comandados por Mouzinho de Albuquerque fracassaram nas primeiras tentativas de 1896 e 1897 para dominar a Macuana devido a formação das confederações pelos chefes locais, adoptando assim estratégias comuns de dominação.

Os grandes Amwene Macua e os Xeiques, explorando a grande coesão social e ideológica que a linhagem dava as confederações guerreiras, mobilizaram uma guerra popular usando como estratégia de luta *o confronto, fazendo a guerrilha (wita) ou razia (otiman) e a diplomacia* em alguns casos.

Somente as crianças, mulheres, doentes e velhos decrépitos não iam aos campos de batalha. Destacaram-se os seguintes chefes de resistência na província de Nampula: Mucutu-Munu, Khomala, Kuphula, Molid Volay e Mussa Quanto, entre outros.

Em 1905 os portugueses esboçaram um novo plano de ocupação que consistia na penetração a partir da costa pelos vales dos rios Lúrio, Mecuburi, Monapo, Mongicual, Meluli e Ligonha.

Com apoio de alguns chefes tradicionais em conflito com alguns escravagistas da costa, tem lugar a ocupação de Nampula, da costa ao interior do norte para o sul. Destruindo as unidades políticas existentes, estabelecem a capitania-Mor de Nampula. A partir de 1907, montam a administração colonial.



Fig. A Resistência na Província de Nampula

#### 4.7.4. Resistência no Norte – Cabo Delgado e Niassa

A ocupação militar colonial dos territórios que constituem hoje as províncias de Cabo Delgado e do Niassa, efectivou-se em quatro fases distintas:

##### 1ª Fase

Os portugueses, passando da ilha do Ibo para o continente, tentam obter “tratados de vassalagem” dos chefes locais que permitissem reclamar, a nível da diplomacia internacional, a posse do Norte de Moçambique;

Em 1890, os portugueses fazem uma expedição pelo rio Lugenda, que é derrotada nas terras do chefe Mataca;

##### 2ª Fase

Os portugueses, em 1891, entregam os territórios de Cabo Delgado e do Niassa a Companhia do Niassa.

Apoiada por soldados portugueses e sipaios moçambicanos, a companhia tenta ocupar vastas regiões do interior. Nesse ano, é destruída a povoação do chefe Mataca e erguido um posto militar em Metarica.

Entre 1900 e 1902 são ocupados Mesumba e Metangula.

A resistência tenaz dos camponeses à ocupação e ao trabalho forçado acaba por expulsar representantes da Companhia de muitas regiões situadas entre o rio Lugenda e o Lago Niassa.

##### 3ª Fase

Em 1910, a Companhia consegue mais dinheiro, para as operações de conquista. O território do chefe Mataca é sistematicamente violado e as aldeias destruídas. É construído um posto militar em Oizulo e, em 1912 é tentada a ocupação total de Cabo Delgado e do Niassa.

##### 4ª Fase

Durante a I Guerra Mundial

Ó0Î % Å5→•Đu7ã,d”Lx/L·n3:,Šó·äœ±δ©ólŠùþþI»4UkdQ^4”Kyy6¾BüèÎ@Bky—fgISCE  
K°IO-áce¥5\$#~ † r:[±°JÄ, † A°¾L^TJ1.?œRnñCÆ~ø0â±w+¶Pr1-ÒÑÚ“fáO;8ò/□  
¿HİšfW:y<‘fÿ©&aÂâÛ’Ô=Pδ\$|t□ ¥i,,F=½XIçÜoÅ¾4:yÂ~óaÕ-Õr-óaÆ0,^pü ‡ i¼ýxáÑ/  
À%ê5μ š-ÛSE.³É^-šPC”%•□†-òç‘\eæ[0~ (İœi\*[†i,†^o  
^±NDë<”F-T“gbNúUÔxÔ2|,ê+G÷^accA[\_□ü\$¼(v½Đ@TP|ç|Í6( % ¼ü\*  
(n<;ÿ-Êfúc|0”~÷’\$ÎÂ~àú<”nÜëí]oâ@Óâ½Ñ¾4δ9†Î»AA~ Atenção à seguinte cronologia

Focos de Resistência nas Províncias de Cabo Delgado e Niassa	
1890	Expedição portuguesa contra Mataca. Derrota dos portugueses.
1891	Fundação da Companhia do Niassa. Nova expedição contra Mataca dirigida pela Companhia. Destruição dos Mataca.
1900-1902	Ocupação de Mesumba e Metangula.
1908-1912	Nova campanha contra os Mataca. Fim dos Mataca.
1913	Campanha contra os Maconde no planalto de Cabo Delgado.
1920	A Companhia do Niassa lança uma campanha militar contra os Macondes, último foco de resistência em Moçambique.

Tabela: 6. Cronologia dos acontecimentos em Cabo Delgado e Niassa.



**Fig.** A Resistência em Cabo Delgado e Niassa

Como se pode verificar, a resistência no Norte de Moçambique foi mais prolongada. As forças portuguesas, em combinação com as forças da Companhia do Niassa, não pouparam esforços para ocupar o Norte de Moçambique, encontrando aí uma tenaz resistência. Apesar da resistência à ocupação e conquista militar, estas fracassam por seguintes razões:

- Competição e conflitos de interesse entre os diferentes grupos moçambicanos;
- Conflitos internos;
- Superioridade militar dos portugueses;
- A capacidade dos portugueses em recrutar grande número de “colaboradores”.

#### **4.7.5. Resenha das Principais Figuras Destacadas nas Resistências em Moçambique**

- **Zona Sul:**Ngungunhana, Maguiguane, Mahazule, Nuamatibejane.
- **Zona Centro:**Macombe, Hanga, Macossa, Mbuya, Nongue-Nongue, Cadendere.
- **Zona Norte:**Farelay, Kuphula, Mussa Quanto, Molid-Volay, Bonifácio, Mataca.

#### **4.8. A Montagem do Estado Colonial.**

Após a conferência de Berlim, o governo Português tentou implantar em todo o país uma administração colonial em Moçambique. Contudo, a insuficiência de capitais dificultou o alcance desses objectivos, o que fez com que, a partir do decreto de 1890, parte do território moçambicano fosse entregue a companhias concessionárias. Contudo, a derrota das resistências no sul, centro e norte de Moçambique, inicia-se o processo da montagem do Estado Colonial, garante do bom funcionamento e da colonização efectiva de Moçambique e ao mesmo tempo foi institucionalizado o recenseamento e controlo da mão-de-obra, alienação do centro e norte de Moçambique ao capital estrangeiro não português expresso sob forma de companhias, enquanto o sul de Moçambique ficava reservado ao trabalho migratório.

As primeiras tentativas sistemáticas de estabelecimento da administração colonial em Moçambique foram levadas a cabo após a conferência de Berlim, compreendendo duas etapas:

- a) Campanhas militares de ocupação;
- b) Instalação dos aparelhos do Estado Colonial.

Nos lugares de rápido e fácil ocupação, como é o caso das províncias de Nampula e o Sul do país o governo colonial efectivou directamente a divisão do território em Circunscrições civis, mais tarde deram origem aos actuais distritos. Nestas divisões foram instalados os administradores e chefes de posto portugueses, bem como régulos africanos, escolhidos pelo regime colonial, em substituição dos antigos chefes.

À medida que ia pacificando Moçambique, o Estado colonial português foi montando o seu sistema de administração directa. A implantação do Estado Colonial em Moçambique, tinha como objectivo principal **o aproveitamento da força de trabalho africana de uma maneira mais**

**directa e permanente que no período anterior.** Esta mão-de-obra seria aplicada nas plantações obrigatórias (algodão, sisal). Pois, a política portuguesa reservava a colónia de Moçambique o papel de produtor de matérias-primas para a Metrópole. Com vista a se atingir esse objectivo, foram aprovados decretos, regulamentos e muitos outros documentos legais. Toda a legislação publicada entre o fim do século XIX e 1930 se destinou a amordaçar os moçambicanos no estreito e desumano perímetro da sua condição de “indígena” e de trabalhadores forçados.

Um dos exemplos concretos desse rol de regulamentações, foi o decreto de 1894, que visava substituir a pena de prisão pelo trabalho correcional de 15 dias a 1 ano para os indígenas. O trabalho correcional, sucessivamente reinstituído nos códigos de trabalho rural de 1899, 1911, 1914 e 1926, tornando-se uma punição específica dos indígenas.

Assim, a transformação de Moçambique numa colónia de produção de matéria-prima para a metrópole foi acompanhada de dois pressupostos mutuamente condicionados:

- As colónias deviam produzir matérias-primas e, por consequência, as mesmas deviam fornecer os produtores dessas matérias-primas.
- Os produtores dessas matérias-primas pertenciam a raças inferiores e, como membros de raças inferiores, deviam trabalhar para as raças superiores.

A partir de 1891, quando António Enes foi nomeado Comissário-régio de Moçambique, dá-se origem ao que certos historiadores chamam de Escola do António Enes ou, mais objectivamente Escola do Estado Colonial. Enes defendia a necessidade de mudanças no sistema de administração, insistindo para a descentralização administrativa na governação das colónias. Dizia ele: *“é em Moçambique que Moçambique deve ser governado”*.

Assim, em 1895, Enes criou a **Circunscrição Indígena** (implementada pela primeira vez em Lourenço Marques), nesta unidade administrativa, o colonizador substituiu o poder político dos chefes tradicionais. O colonizador exercia cumulativamente, as funções de administrador e juiz. Os indígenas eram divididos em **Circunscrições** e estas, por sua vez, em **Regedorias**. Para os colonos nasceram novas unidades administrativas: os **Conselhos** divididos em **Freguesias**.

Em 1907, durante o governo de Freire de Andrade foi publicada a **Reforma Administrativa de Moçambique**. Seu autor foi Aires de Ornelas, discípulo de Enes.

A reorganização de Moçambique consistiu no seguinte:

- A Província de Moçambique foi dividida em cinco distritos (Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique);
- Foi introduzido o sistema de administração das populações indígenas;
- Criou-se a Secretaria dos Negócios Indígenas (SNI), que passou a supervisionar o recrutamento de trabalhadores para as minas e para o uso interno.

Em 1910, corporizando esta ideia, surgiu em Lourenço Marques a Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração, que se especializou na inventariação, na catalogação e na distribuição da mão-de-obra para dentro e fora de Moçambique.

Foi também introduzida a carreira administrativa sistemática. Aos administradores, foram atribuídos amplos poderes para o governo das populações indígenas e passou a ser-lhes exigido o conhecimento dos “usos e costumes indígenas e a prática de serviços no interior”. Como gestor da força de trabalho e juiz do bom comportamento dessa força de trabalho, o administrador colonial tornou-se antropólogo de carreira, o pesquisador da organização social dos nativos. Pois, partia-se do pressuposto de que, quanto mais conhecida fosse a organização social, mais eficiente seria o controlo judiciário e, portanto, mais rigorosamente seriam processados os fornecimentos laborais.

A coordenação de todos esses momentos estava a cargo da **Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração** e cada administrador era um delegado – Curador – dessa organização.

Os postos administrativos eram unidades políticas de base assegurados pelos régulos. O régulo era

o elo de ligação entre as populações de base e as entidades portuguesas com as seguintes funções:

- Controlar o movimento do regulado;
- Cobrança de impostos (mussoco e palhota);
- Recenseamento da mão-de-obra;
- Proibir o fabrico de bebidas alcoólicas.

Em 1910, dá-se em Portugal a queda da Monarquia liberal e proclama-se a República. A nova Constituição de 1911, recomendou a descentralização das Províncias Ultramarinas e que leis especiais servissem o Estado de civilização de cada uma delas.

Pela Constituição Política de 1911, é criado em Lisboa o Ministério das Colónias. Foi abandonada a expressão “províncias ultramarinas” e em seu lugar passou a utilizar-se a expressão “Colónia de...”, isto para justificar o tratamento especial que devia ser dispensada às populações das colónias e devido a pressões internacionais. Foi igualmente considerada a autonomia financeira das colónias, embora se previsse uma rigorosa fiscalização por parte da metrópole; foram elaboradas Cartas Orgânicas (revogadas em 1918, restabelecidas em 1919, alteradas em 1920 e modificadas mais tarde) e, entre 1890 e 1926, foram aprovados cinco regulamentos laborais, anteriormente referenciados.

Para este período, o Estado Colonial não só legislou sobre a obrigação moral e legal dos nativos trabalharem, também organizou metodicamente os seus aparelhos repressivos: administração, exército, polícia, tribunais, prisões, etc. A função desses aparelhos era a de garantir, pela violência a disponibilidade da força de trabalho, disponibilidade que se conhecia pelos recenseamentos, pelos impostos, pelos índices demográficos, pelos cartões de trabalho, etc.

Podemos concluir que, entre 1886 e 1930, se resumiam em dois os objectivos fundamentais do Estado colonial: em primeiro lugar, **proceder a ocupação efectiva**, isto é, construir o colonizado; em segundo lugar, **servir o capital**, isto é, particularizar esse colonizado essencialmente como trabalhador rural forçado ou como migrante para as minas da África do Sul.

O Estado Colonial português em Moçambique foi montado para servir os diversos interesses do capital internacional. Toda a legislação publicada entre o fim do século XIX e 1930, destinava-se a manter e a reproduzir o modelo que tratava os Moçambicanos como indígenas e trabalhadores forçados. Por isso, podemos concluir que o Estado colonial usou mais os aparelhos repressivos e menos os aparelhos ideológicos.

#### **Exercícios:**

1.

#### 4.6.1. A Economia Colonial

##### 4.6.1.1. Características Gerais

Uma das características principais do colonialismo português é o seu carácter dependente, pois toda a actuação do Estado colonial estava subordinado ao capital estrangeiro não português. A economia moçambicana era essencialmente de serviços, uma reserva de força de trabalho e um campo aberto de investimento estrangeiro. Por isso não é de admirar que tenha cedido dois terços de Moçambique ao capital estrangeiro sob forma de companhias (o Centro e o Norte) e transformando o sul de Moçambique num reservatório de mão-de-obra para as minas e plantações sul-africanas. A província de Nampula, pelo facto de na altura albergar a capital de Moçambique, manteve-se nas mãos de Portugal tendo se especializado na economia de plantações.

Deste modo, através do Decreto de 30 Julho de 1890, o rei português declara que: “*o sistema de organização em grandes companhias é o único que presentemente pode ser aplicado com vantagens nos nossos domínios ultramarinos*”. Estas companhias eram de capitais estrangeiros não portugueses tais como **ingleses, franceses, alemães, suecos, etc.**

Assim, ofereceu-se encargos relativos á administração civil e judicial às seguintes companhias:

- **Companhias Majestáticas (Moçambique e Niassa)** - que são as grandes companhias que receberam permissão da sua Majestade, ou seja, eram autorizadas directamente pelo rei de Portugal a explorar as terras do seu domínio e a conceder terras a terceiros (pequenas companhias arrendatárias). Estas companhias detinham poder e autonomia absoluta sobre os territórios concedidos, com direitos soberanos: de administração, de lançar, colectar e cobrar impostos portuários, de propriedade, de serviços, de saúde, de palhota e de capitação, alfandegários, de ter um serviço postal, de alugar subconcessões, de construir infra-estruturas de transportes (caminhos-de-ferro), de passar licenças comerciais, de possuir forças militares e policiais, etc. Com todos estes poderes, estas tornaram-se verdadeiros Estados dentro do Estado.

A sua identidade principal girava à volta de um amplo controlo da população africana e da sua força de trabalho.

Para assegurar que os interesses de Portugal não fossem minados, foi elaborado um conjunto de medidas de controlo, como a colocação de comissários portugueses junto das administrações das companhias, a cobrança de determinadas percentagens em cada imposto cobrado, etc.

- **Companhias Arrendatárias dos Prazos (Zambézia, Borrór, Sociedade de Madal)**

Constituem um conjunto de empreendimentos económicos que arrendavam terras do Estado colonial português ou das companhias majestáticas. Ocupavam-se apenas da exploração económica reconhecendo a soberania territorial de Portugal. Dai que tais companhias não tinham os mesmos privilégios que as companhias majestáticas.

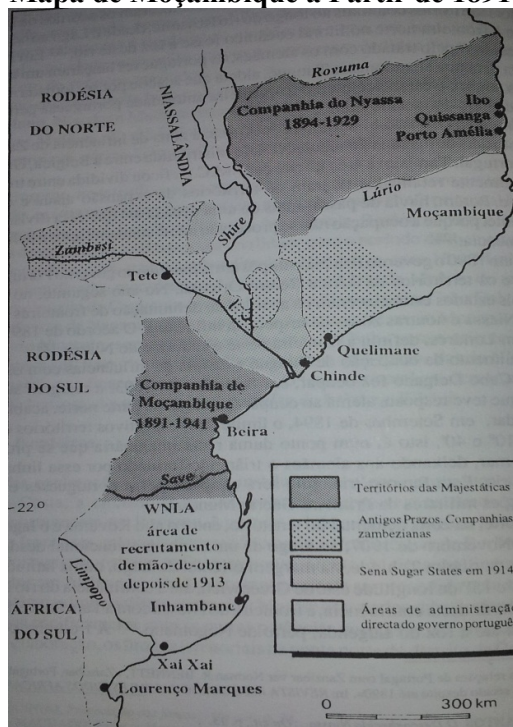
Muitos portugueses pensavam, na altura, que o sistema de companhias podia ser a solução ideal para o estabelecimento da ocupação efectiva e para impedir a expansão inglesa. No fundo, as razões objectivas que levaram à criação das Companhias foram:

- Atraso económico de Portugal, país essencialmente agrícola, com uma indústria de carácter officinal e dependência do estrangeiro;
- O facto de não serem necessárias matérias-primas por não haver indústrias que requeressem a sua transformação;

A instalação do sistema de companhias originou:

- A destruição da infra-estrutura económica africana;
- O investimento directo de capital estrangeiro multinacional;
- O surgimento de uma macro e microestrutura, típica de países colonizados.

## Mapa de Moçambique a Partir de 1891



Fonte: Malyn Newitt. *A History Of Mozambique*, London, Hunst&Company, 1995, p.366

### 4.6.2. O Norte e a Companhia do Niassa – 1891- 1929

Esta companhia obteve a sua carta em 21 de Setembro de 1891, por 25 anos (que mais tarde foram alargados para 35 anos). A Companhia não foi formada senão em Março de 1893 e apenas em Setembro de 1894 tomou posse formalmente dos territórios que compreendiam as actuais províncias de Niassa e Cabo Delgado e alguma ilhas que se situavam próximo da costa. Explorava cerca de 25% do território moçambicano (todo o extremo norte),compreendia a área entre os rios Rovuma (a norte) e Lúrio (a sul), Oceano Índico (a este) e a depressão do Niassa (a oeste), com uma superfície aproximada de 160 mil quilómetros quadrados.

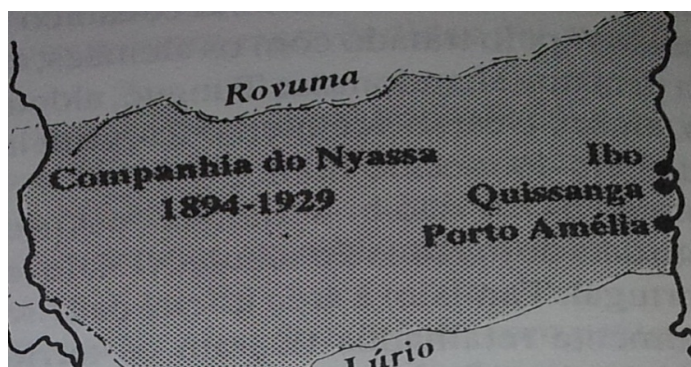


Fig. O Norte e a Companhia do Niassa – 1891- 1929

A Companhia devia pagar ao governo português 7,5% do lucro líquido total ou 10% quando o dividendo pago em acções subisse para 10% ou mais. A Companhia utilizou as seguintes formas de exploração económica:

- Cobrança do imposto de palhota;
- Exportação de mão-de-obra para África do Sul (até 1913), Zaire (actual República Democrática de Congo), Momoça e Baixa Zambézia;
- Utilização do trabalho forçado;
- Monopólio de taxas aduaneiras de importação e exportação do comércio de armas de fogo, do fabrico e da venda de bebidas alcoólicas, da exportação de esponjas, corais, pérolas e âmbar da costa e de ilhas situadas na sua área da sua jurisdição;

- Utilização de milhares de homens no transporte de mercadorias a longa distância.

Os principais produtos de exportação foram as oleaginosas (França e Holanda), a urzela, a cera, o pau-preto, a borracha e o café (Zanzibar), a goma copal, o arroz, a mexoeira, o gergelim, o feijão, a mandioca, etc., que exportava, em pequenas quantidades para outros territórios de Moçambique.

Segundo Serra (2000:246), “a actuação da Companhia do Niassa pode ser dividida em quatro períodos”:

#### • Primeiro Período (1891 – 1898)

##### **Características e Principais Acontecimentos**

Implantação político-administrativa da Companhia na faixa costeira de Cabo Delgado; Vagos projectos de desenvolvimento do Niassa (nome que designava na época as actuais províncias de Cabo Delgado e Niassa). A Companhia era considerada portuguesa, com sede em Lisboa, e a maioria dos elementos que constituíram os seus corpos administrativos, bem com o gerente e o seu representante em África seriam portugueses, embora pudesse ter delegações no estrangeiro quando o capital aí subscrito justificasse. A companhia podia usar um distintivo próprio, mas era obrigado a hastear a bandeira portuguesa na área da sua concessão. O governo português poderia guarnecer com forças militares os pontos de fronteira que entendesse. A direcção financeira da Companhia do Niassa passou de Lisboa para Londres. Na realidade, o objectivo principal era o desenvolvimento económico da região, mas a influência da Companhia não se estendeu a mais do que alguns pontos isolados da costa. Presença portuguesa apenas nalguns pontos da costa; O acontecimento mais importante foi a introdução do imposto de palhota em 1898.

#### • Segundo Período (1899-1913)

##### **Características e Principais Acontecimentos**

- A conquista da chamada “macuanalândia” e das terras do rio Messalo e Lúrio;
- Preparativos da conquista das chefaturas wayao e a ocupação do Niassa Ocidental;
- Abandono dos projectos de ocupação e desenvolvimento do território;
- 1905, início da exportação de mão-de-obra para a África do Sul;
- 1913, interrupção do trabalho migratório para a África do Sul.

Neste período a Companhia transformou-se numa força de conquista e ocupação. Em 1912, por exemplo, a Companhia atacou, em conjunto com as forças portuguesas, os territórios de Mataca. Ainda durante este período, vários acontecimentos e mudanças dos interesses capitalistas (entre 1897-1908, a Companhia foi administrada sucessivamente por três grupos financeiros: *Ibo Syndicate*, em 1897, *Ibo Investment Trust*, em 1899, e *Niassa Consolidated*, em 1908) levaram a que, por volta de 1909, a Companhia abandonasse o objectivo de desenvolvimento económico e passasse a ser, sobretudo, fornecedora de força de trabalho migrante, em particular para as minas de cobre do Catanga (actual Shabba, na República Democrática do Congo), para a construção do porto de Mombaça e para algumas Companhias da Baixa Zambézia (Companhia do Borrór).

#### • Terceiro Período (1914-1918)

##### **Características e Principais Acontecimentos**

- O mundo encontra-se mergulhado na I Guerra Mundial. Os territórios da Companhia foram invadidos pelas forças alemãs.
- Combates entre imperialistas Alemães, Portugueses e Ingleses, envolvendo as populações moçambicanas, caracterizam este período.
- A Companhia muda de mãos em 1913-1914, para um consórcio bancário alemão que obteve a maioria das acções da *Niassa Consolidated*. Porém, o governo britânico confiscou-as em 1917, vendendo-as posteriormente a um grupo inglês.

#### • Quarto Período (1919-1929)

##### **Características e Principais Acontecimentos**

- Após ter conseguido mais dinheiro, a Companhia organiza uma expedição contra os

Macondes, entre 1919-1920, último foco de resistência de Moçambique.

- Durante este período, a Companhia virou-se para o aumento do nível do imposto de palhota como forma de aumentar os seus rendimentos, expandindo e intensificando os abusos que sempre cometera. A crise financeira prosseguiu e novos acordos foram feitos com o governo português, passando a administração da Companhia para o Estado colonial português em 1929.

No entanto, a Companhia do Niassa não conseguiu rentabilizar o seu investimento e entrou em declínio, pelas seguintes razões:

- As suas terras eram menos promissoras do que as da Companhia de Moçambique;
- Não estava estreitamente posicionada;
- Não conseguiu atrair capitais;
- A resistência dos Yao e dos Macondes elevaram os custos da administração;
- A cobrança ou aumento de impostos conduziu ao despovoamento dos seus territórios.

#### **4.6.5. Os Prazos e a Companhia de Zambézia**

##### **4.6.5.1. A Acção de Estado Colonial e Transformação dos Prazos em Plantações**

O declínio dos prazos na segunda metade do século XVIII possibilitou, nos primórdios do século XIX, o aparecimento dos Estados cujas dinastias reinantes, profundamente envolvidas no comércio de escravos, questionaram a soberania portuguesa. Pressionado pelas grandes potências imperialistas, Portugal procedeu à “ocupação efectiva” da Zambézia e destruiu aqueles Estados, enquanto em 1890 fazia promulgar legislação que, repondo muitas das características dos antigos Prazos da Coroa, atraiu o capital internacional e fomentou o desenvolvimento do sistema de plantações destinadas às indústrias europeias.

Recenseamentos, trabalho forçado, baixos salários, exploração desenfreada dos recursos naturais, migrações, caracterizaram a penetração imperialista na Zambézia, entre 1890 e 1930.

Recorda que praticamente toda a margem direita do Zambeze, desde Tete até a foz do Oceano Índico se encontrava partilhada entre o Estado Massangano (da família Cruz) e o Estado de Gorongosa (de Manuel António de Sousa). Na margem direita do mesmo rio, os Estados da Macanga (da família de Caetano Pereira) e o Massingir (família Vaz dos Anjos), dominavam uma área que ia do rio Chire ao território Undi, em Tete. Na Maganja, dominava João Bonifácio da Silva (o “Mpasso”), grande mercador de escravos, cujas ambições expansionistas o levaram a entrar em guerra com Mussa Quanto de Angoche. Extintos pela primeira vez em 1832 por um decreto régio, a 22 de Dezembro de 1854, um outro decreto extinguiu pela segunda vez os Prazos da Coroa, mandando reverter para o Estado, as terras possuídas por três gerações.

Apesar de extintos na lei, os Prazos existiam de facto. Por isso, o governo colonial em Moçambique procurou reverter a situação a seu favor, reestruturando o velho esqueleto dos prazos, transformando-os em plantações. Assim, em 1888, o governo português nomeou uma comissão encarregada de estudar reformas a introduzir nos prazos. Um ano depois a comissão identificava três tipos de Prazos do Vale de Zambeze.

1. Os Prazos de fazenda industrial, que fabricavam tijolos e produziam bebidas alcoólicas;
2. Os Prazos fiscais que cobravam o mussoco;
3. Os Prazos Feudais.

Perante este quadro a comissão concluiu que Moçambique não reunia condições para ser uma colónia de povoamento ou colónia comercial, mas sim uma colónia de plantação. Assim, sugeriu que se mantivesse o sistema de prazos para se incrementar o sistema de plantações e que parte do mussoco fosse cobrado em trabalho.

Com base neste relatório, a 18 de Novembro de 1890, publica-se um decreto do futuro Comissário – régio de Moçambique, António Enes, onde, num dos artigos dizia: “*O arrendatário fica obrigado a cobrar dos colonos, em trabalho rural, pelo menos metade da capitação de 800 rés, pagando esse trabalho aos adultos na razão de 400 rés por semana e aos menores na de 200 rés.*”

Enes abria as portas da Zambézia ao capital internacional, através da modernização da velha renda em géneros que era o Mussoco.

#### 4.6.5.2. Surgimento da Companhia

Fundada em 1892, nascida da fusão da Sociedade dos Fundadores da Companhia Geral da Zambézia, criada em 1880, com a Central Africa and Zoutpamberg Exploration Company. A companhia não possuía direitos majestáticos, era arrendatária. A maior parte das acções foram compradas por sul-africanos, ingleses, alemães, franceses e pelos príncipes de Mónaco, encontrando-se as duas sedes principais em Lisboa e Paris.

Exercendo as suas actividades numa área de cerca de 110 000 Km<sup>2</sup>, ela cobria os terrenos agrícolas mais férteis de Moçambique. A Companhia ocupava os territórios que compreendiam a actual província de Tete, norte do rio Zambeze, Zambézia, excluindo o baixo Zambeze.

O decreto de 24 de Setembro de 1892, concedia à Companhia de Zambézia a administração por conta própria e pelo período de 10 anos os Prazos da Coroa situados a norte do rio Zambeze e a oeste dos rios Luenha e Mazoi.

O sistema de prazos legislado em 1890, deu à companhia extenso controlo sobre as forças de trabalho (os camponeses tinham que pagar metade do mussoco em trabalho rural e a outra em dinheiro) e os recursos naturais do seu território bem como o monopólio de mercado sobre a produção camponesa.

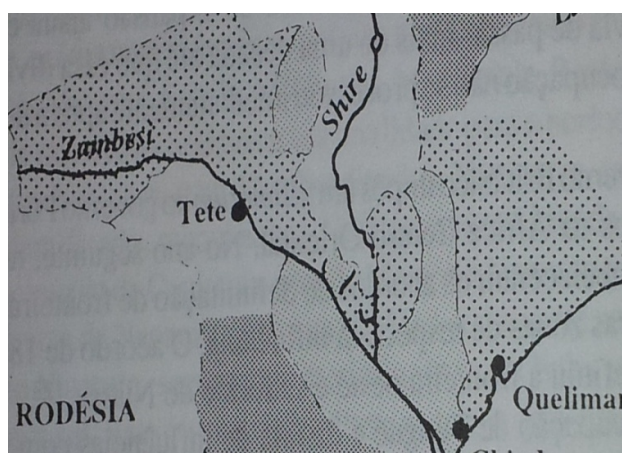


Fig. Os Prazos e a Companhia de Zambézia

#### 4.6.5.3. Formas de Exploração

A Companhia estava assente sob uma estrutura administrativa fragilizada pela guerra de resistência e de falta de capitais. Deste modo, era urgente a sua recuperação e rentabilização, com recurso às seguintes formas de exploração:

1. Exploração de mão-de-obra;
2. Uso do trabalho forçado;
3. Imposto de palhota e o mussoco;

#### 4.6.5.4. Mussoco

O mussoco foi um dos mecanismos de que o colonial-capitalismo se serviu para produzir periodicamente a mão-de-obra necessária. O mussoco não era um simples mecanismo fiscal imposto aos trabalhadores, que estes pudessem remir com o produto de venda de alguma mandioca, de coco ou de peixe. Era também obrigatoriedade de trabalho nas plantações (nas plantações os trabalhadores estavam organizados em grupos chamados **ensacas**, à testa das quais se encontrava um chefe, o **seunda**. A organização em ensacas tinha como objectivo minimizar o absentismo dos trabalhadores, era uma adaptação dos velhos métodos zambezianos dos senhores de guerras e de terras dos séculos passados, que agrupavam também em ensacas os seus batalhões de guerreiro, ao A-Chicunda)

#### **4.6.5.5. O Impacto do Mussoco e o Trabalho nas Plantações para à População Camponesa**

- 1) Emigração maciça de produtores para áreas de Companhias menos exigentes, para território sob controlo do Estado ou para o exterior;

As causas da emigração eram fundamentalmente as seguintes:

- Diferenças entre os montantes dos impostos cobrados em Moçambique e fora de Moçambique;
  - Serviços forçados após a liquidação do Mussoco;
  - Serviços gratuitos a prestarem ao Estado;
  - Vexames sofridos no recrutamento de voluntários.
- 2) Destruição de infra-estrutura africana local;
  - 3) Semi-proletarização do campesinato.

#### **4.6.5.6. Declínio da Companhia**

- 1) A exploração desenfreada pela companhia não permitiu o desenvolvimento da agricultura, o que conduziu a uma situação endémica;
- 2) A falta de recursos impediu a criação de uma administração eficaz, tendo influenciado negativamente a realização do capital e a sua rentabilização;
- 3) O comércio era do tipo tradicional, pouco se cobrava os impostos, o contrato com a WNLA era um fracasso.

Em 1924 a companhia foi extinta e o território passou para a administração directa do Estado colonial.

Outras companhias sem direitos majestáticos foram surgindo: Companhia de Boror (1898); Companhia de Açúcar de Moçambique (1890), que se transformou na Sena Suger Factory em 1910 e depois em Sena Suger States em 1920; Société du Madal (1904); Empresa Agrícola do Lugela (1906); a Companhia do Buzi, entre outras.

### **4.7. O Centro e a Companhia de Moçambique**

A ocupação de Manica e Sofala pela Companhia Majestática de Moçambique marca, na história da região, a transição do período mercantil para o período da dominação imperialista.

Esta transformação qualitativa foi possível através da intervenção directa do capital na esfera produtiva, engendrando na esfera das estruturas pré-capitalistas novas formas de produção determinadas pelas necessidades de acumulação capitalista à escala mundial.

A actuação do capital deixou de ser somente a circulação de mercadorias para se centrar, sobretudo, na produção de mercadorias, explorando, sob diversas formas, a força de trabalho da população local nas plantações, nas “farms”, na extracção mineira, dominando e controlando a produção camponesa.

#### **4.7.1. Origem da Companhia de Moçambique**

A Companhia de Moçambique teve como predecessoras a Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze (1878/79), a Companhia de Ophir (1884), e foi criada como companhia mineira em 1888 e foi reconstruída em 1891 como Companhia Majestática de administração e exploração, tendo sido instalada definitivamente nos territórios de Manica e Sofala, em Maio de 1892. A concessão foi-lhe dada por 50 anos pelo decreto de 17 de Maio de 1897 (termina em 1942). Uma figura chave para o desenvolvimento desta companhia foi a de Paiva de Andrade (1846-1928).



Fig. O Centro e a Companhia de Moçambique

Os direitos concedidos à Companhia de Moçambique incluíam:

- Monopólio do comércio;
- O exclusivo das concessões mineiras e de pesca ao longo da costa;
- O direito de colectar impostos e taxas;
- O direito de construir e explorar portos e vias de comunicação;
- O direito de conceder a terceiros dos encargos daí derivados;
- Privilégios bancários e postais (incluídos a emissão de moedas e selos);
- O direito de transferência de terras a pessoas individuais e colectivas.

Em contrapartida, o governo português reservava-se o direito de receber 10% dos dividendos distribuídos e 7,5% dos lucros líquidos totais bem como a garantia de recuperação do território pela administração portuguesa uma vez expirado o contrato. A Companhia obriga-se a manter-se portuguesa no estatuto e a instalar a sua sede em Lisboa.

O controlo do capital estrangeiro pela burguesia efectuava-se dos seguintes mecanismos:

- Imposição de um corpo administrativo de maioria portuguesa;
- Obrigatoriedade de ratificação, pelo Governo português, das leis e regulamentos a serem implementados no território.

A competição entre os capitais britânicos e franceses dava uma certa margem de manobra ao Governo português que, porém, precisava de aprovar todas as medidas favoráveis à Companhia de capitais no território.

A exploração económica levada a cabo pela Companhia de Moçambique nos territórios de Manica e Sofala, entre 1892 e 1942, assentou nos seguintes aspectos fundamentais:

1. Colecta de impostos: mussoco e imposto de palhota;
2. Desenvolvimento de actividades especulativas baseadas na apropriação privada da terra; concessão de terrenos para explorações agrícolas, mineiras, construções, etc. A política concessionária da Companhia de Moçambique, atraindo capitais e colonos para o território, criou condições para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista de plantações e “farms” coloniais, baseadas na exploração de força de trabalho barata. Com papel acessório, desenvolveram-se, também, pequenas indústrias satélites (açúcar, algodão, etc.)
3. Desenvolvimento de actividades especulativas baseadas na comercialização dos excedentes agrícolas de produção comercial camponesa e no trânsito de mercadorias de e para Rodésia.

#### 4.7.3. O Sistema Tributário (o Mussoco e o Imposto de Palhota)

A institucionalização do regime do imposto no território marcou o início de um processo de transformação da economia camponesa de subsistência para uma economia virada para o mercado. O regime de impostos obrigatórios foi um dos instrumentos fundamentais de compulsão do campesinato para o trabalho assalariado e foi uma das principais fontes directas de obtenção de receitas, por parte da Companhia.

O **Mussoco** não era uma instituição nova nas relações sociais a norte do rio Púngué. Os camponeses através do mussoco, renda em géneros, canalizavam parte dos seus excedentes agrícolas para a elite prazeira, sendo, muitas vezes, utilizados para alimentação dos A-chicundas. Cobrava-se também em produtos exóticos para a exportação (marfim, mel de abelhas, etc.).

Com a penetração crescente do capitalismo colonial, o mussoco passou a ser cobrado em trabalho e, depois, em dinheiro, o que exprime uma profunda mudança nas relações sociais de produção.

**O imposto de palhota** foi introduzido ao abrigo do decreto de 9 de Julho de 1892 e cobrado à luz do Regulamento do Imposto de Palhota de 30 de Julho de 1892 – *os proprietários de palhotas ou cubatas situadas no interior do território ficam obrigados ao pagamento do imposto anual de 900 rés por palhota ou cubata, utilizada como habitação.*

No início, este imposto podia ser cobrado em dinheiro ou em géneros. A partir de 1894, passou a ser cobrado obrigatoriamente em dinheiro. O não cumprimento desta obrigação era punido em trabalho forçado durante o número preciso de dias necessário para que se perfizesse o quantitativo do imposto acrescentado de 50%.

Como o salário era quase feitiço, esta medida tornou-se, num mecanismo de angariação de mão-de-obra gratuita.

**N.B:** Portanto, o mussoco e o imposto de palhota eram um mecanismo de dominação do capital sobre o trabalho.

O regime de Caderneta Individual Indígena então instalado e o aperfeiçoamento do recenseamento colonial, permitiu à Companhia um maior controlo sobre a população e conseqüentemente a obtenção de mais receitas resultante da cobrança de impostos.

#### 4.7.4. A Política Concessionária

A política concessionária desenvolvida pela Companhia de Moçambique baseava-se no direito de posse sobre a terra conferido por uma Carta Concessionaria. Para a Companhia, o arrendamento da terra às empresas subsidiárias ou aos colonos, constituía uma actividade especulativa bastante rentável.

Existiam diferentes tipos de concessões:

- Concessões para construção;
- Concessões agrícolas;
- Concessões mineiras;
- Concessões na infra-estrutura dos transportes.

#### 4.7.5. Concessões Mineiras

O arrendamento de terrenos para a exploração de pedras de materiais preciosos e de minas em geral concentrava-se na actual província de Manica – **O mito do ouro.**

Várias sociedades adquiriam *claims* (terrenos) em volta de Macequece, iniciando-se a prospecção e exploração mineira (ouro). Para melhor satisfazer as necessidades de mão-de-obra barata, vantagens e facilidades para as empresas mineiras, a Companhia de Moçambique instalou em Macequece uma delegação do Serviço dos Negócios Indígenas. O fundo do Crédito Mineiro proporcionava aos concessionários a assistência financeira necessário.

Mas, pouco desenvolvimento foi atingido na actividade mineira em Manica e muitos empreendedores caíram na bancarrota, por insuficiência de capitais. Como já havia acontecido na Rodésia em 1907, o mito de ouro de Manica rapidamente se desvaneceu.

#### **4.7.6. Concessões na Infra-Estrutura dos Transportes**

As concessões mais importantes foram feitas à The Beira Railway, sociedade formada com capitais britânicos (da British South Africa Company), que construiu o caminho-de-ferro Beira-Macequece, conforme o acordo de fronteiras de 11 de Julho de 1891. As obras de construção foram concluídas, desde Beira a Untáli, a 10 de Julho 1900.

Em 1925, um contrato celebrado entre a Companhia de Moçambique e The Porto of Beira Development Corporation culminou com a construção do Porto da Beira, concluído em 1929. Estes empreendimentos permitiram à Companhia:

- Beneficiar das receitas derivadas dos direitos alfandegários sobre a importação e exportação e o trânsito de mercadorias de e para Rodésia;
- Dinamizar o incremento da agricultura colonial e das minas em Manica, baixando consideravelmente os custos de transporte;
- Facilitar o escoamento dos excedentes da produção comercial camponesa.

Estas concessões permitiram também, a integração da economia da África Austral, através de uma estruturação directa às necessidades de acumulação de capital nas colónias vizinhas (Rodésia e África do Sul)

#### **4.7.7. Concessões Agrícolas**

Só a partir de 1895/96 é que apareceram algumas concessões de relativa importância. Entre as concessões mais importantes feitas nesses anos, contam-se:

- A concessão do Prazo Gorongoza à Companhia de Gorongoza, em 1895;
- O arrendamento do Prazo de Chupanga à Companhia do Luabo;
- Concessões de territórios em Marromeu, Buzi e Moribane respectivamente à Sociedade açucareira da África Oriental em 1900;
- Companhia Colonial de Buzi, em 1898;
- Companhia de Moribane e muitas outras.

A actividade produtiva agrícola, desenvolveu-se segundo os seguintes dois eixos principais:

- Economia de plantações com culturas viradas para o mercado externo, como a sacarina, o coqueiro, a borracha, o algodão e outras;
- “*farms*” com culturas de milho, fruticultura e horticultura.

##### **a) Economia de Plantações**

As plantações, monoculturas em grande escala, exigindo grandes quantidades de capitais que as farms, embora dependendo da mão-de-obra barata (trabalho forçado), foram desenvolvidas pela Companhia de Moçambique, por alguns subconcessionários (Companhia Colonial de Buzi, Companhia de Açúcar de Moçambique, The Sena Suger Factory, etc.) e por alguns colonos nas margens do Zambeze, do Buzi. Deste sector saía a partir dos anos 20 uma grande parte das exportações do território.

##### **b) Agricultura dos Colonos em Manica e Sofala**

A Carta Orgânica da Constituição da Companhia obrigava esta perante o Governo português, a instalar no seu território, nos primeiros cinco anos de actividade, mil famílias de colonos portugueses ou seus descendentes. Neste sentido, a Companhia deveria providenciar os seguintes adiantamentos aos colonos:

- Habitação;
- Terrenos de culturas;
- Alfiás agrícolas, fertilizantes e outros insumos.

Os primeiros anos foram desastrosos para os colonos. Mortes, desaparecimentos, fugas para os territórios vizinhos por motivo de insolvência, troca de agricultura pela actividade comercial foi o saldo das actividades dos colonos.

A causa do fracasso da colonização teria residido na falta de capital e de preparação técnica ou de experiência prática de agricultura, numa altura em que o conhecimento das condições agrícolas da região era diminuto. Tal situação, tornava-os dependentes do apoio da Companhia em tudo.

Mas a partir de 1910, com a subida do Governo do território do ex-chefe da circunscrição de Manica, João Pery de Lind, firme defensor dos interesses dos colonos, a Companhia começou a ganhar confiança na agricultura dos colonos pela importância que a sua produção poderia ter no abastecimento do mercado interno, sobretudo na comunidade colonial cada vez mais crescente numericamente. Assim, a Companhia intensificou a sua política de atracção de mais colonos oferecendo-lhes consideráveis vantagens:

- Crédito agrícola;
- Assistência técnica (aluguer de maquinas, fornecimento de fertilizantes, distribuição de sementes e sacos);
- Cedência de terras férteis;
- Facilidade na angariação de mão-de-obra barata;
- Facilidades de os colonos pagarem em longas prestações os preços das suas concessões.

As propriedades dos colonos concentravam-se ao longo da linha-férrea Beira-Macequece. O milho apresentava a cultura principal, destinando-se ao consumo interno e à exportação. Praticavam também a fruticultura e horticultura.

Entre 1910-1936, a história da agricultura dos colonos foi marcada por uma violenta luta entre classe dos agricultores colonos apoiada pela Companhia e o campesinato africano. O objectivo dos agricultores colonos era não só transformar o campesinato africano numa força de trabalho, mas sobretudo impedir a concorrência da agricultura comercial camponesa no mercado, que constituía uma série ameaça à sobrevivência da população colona, particularmente do milho.

#### **c) A Pequena Produção Familiar Camponesa nos Territórios de Manica e Sofala**

A agricultura familiar tinha uma importância relativamente pequena para o equilíbrio da balança comercial do território, pois, além do algodão, poucos eram os produtos dos camponeses utilizados para a exportação.

Os produtos que mais se destacavam na agricultura familiar eram para além do algodão, a borracha, o milho, o arroz, a mandioca, a mapira, a mexoeira, os feijões, as oleaginosas..., cujos excedentes eram comercializados para complementar a dieta alimentar dos trabalhadores do sector capitalista.

A cultura do algodão ocupava o primeiro lugar entre os produtos destinados à exportação. A Companhia distribuía gratuitamente as sementes, detinha o monopólio da comercialização, fixava os preços e garantia a supervisão geral. Sendo uma cultura quase inteiramente sob o controlo da Companhia, os camponeses tinham de vender o produto a preços fixados pela mesma, por vezes muito desvantajosos.

O milho representava na economia do território a cultura mais importante pelo seu papel na alimentação da população em geral e particularmente na alimentação dos trabalhadores. A mesma importância tinha a mandioca, dada a sua abundância e facilidade de produção.

Portanto, como produto para o mercado, o campesinato especializou-se na produção do algodão e na extracção da borracha, dois dos principais produtos de exportação. Além disso, o campesinato abastecia o mercado interno com produtos como o milho, a mandioca, e outros, destinados à alimentação dos trabalhadores das empresas e outros sectores.

### C) A Política Laboral

O campesinato colonial só se podia desenvolver através do domínio e exploração do trabalho assalariado nas plantações, nas *farms*, exportações mineiras e outros sectores da economia.

Contudo, os camponeses, possuindo meios de vida próprios não tinham no trabalho assalariado a sua fonte de sobrevivência. Para conduzir os camponeses com terras e outros meios a tornarem-se assalariados foi necessária desde logo uma violência extra-económica capaz de arrastar a força de trabalho do campesinato do território para o trabalho assalariado e também forçado.

O campesinato encontrava na produção doméstica uma fonte suficientemente remunerativa para as suas necessidades, manifestando-se pouco receptivo às solicitações do trabalho. Por isso, a Companhia de Moçambique teve que utilizar outros métodos para garantir o funcionamento de mão-de-obra a preços baixos para garantir o desenvolvimento da economia colonial.

A primeira medida tomada foi a **institucionalização do imposto em dinheiro**.

Para centralizar o recrutamento e a distribuição de mão-de-obra, contribuiu para a criação em 1895, da Inspeção Geral dos Negócios Indígenas, repartição central responsável pela direcção superior de todos os assuntos relativos às relações com a população africana, particularmente a cobrança de impostos, fornecimento de trabalhadores para os serviços da Companhia e de particulares, bem como a relação com os chefes tribais.

Em 1907, entrou em vigor a principal legislação de trabalho aprovado pelo Governo português para o território, nomeadamente: *o Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas no território da Companhia de Moçambique; o Regulamento para o Fornecimento de Indígenas a Particulares no Território de Manica e Sofala e o Regulamento para o Recrutamento de Indígenas de Manica e Sofala*.

Três aspectos essenciais ressaltam desses regulamentos:

#### 1. A Institucionalização do Trabalho Forçado

Impunha-se, pela lei, a obrigatoriedade de prestação de trabalho assalariado por todos os indivíduos em idade activa. Nos termos dessa lei, o camponês era colocado perante um dilema: ou vender coercivamente a sua força de trabalho ou dedicar-se à culturas viradas para a exportação, em ambos casos em detrimento da economia familiar de subsistência.

#### 2. Estabelecimento de um Sistema de Controlo Rigoroso da Força de Trabalho

A Companhia determinou que cada trabalhador devia ser portador de um certificado declarando o tempo de serviço prestado e as respectivas datas de início e do termo do contrato. Para complementar esta medida, em 1926/7, entra em vigor o regime de Caderneta de Identificação Indígena para os indivíduos do sexo masculino com idade aparente ou provada superior a 14 anos. Na referida Caderneta registava-se os contratos de trabalho cumpridos e a sua história criminal. Os chefes de circunscrições e os seus subordinados, régulos ou *inhacuacua*, chefes de povoação ou *fumos*, sipaios e outros auxiliares foram incumbidos de garantir o cumprimento rigoroso deste sistema.

#### 3. Interdição de Recrutamento para Serviços Fora do Território

A chamada emigração clandestina foi considerada crime. Um policiamento rigoroso devia impedir a fuga dos trabalhadores para fora do território, em particular para a Rodésia do Sul, Niassalândia, África do Sul ou outras partes da colónia.

Estas medidas não só permitiram à Companhia minimizar o problema da escassez da mão-de-obra, como possibilitou o pagamento de salários baixos, mesmo aos trabalhadores classificados como «voluntários».

### 4.7.8. Consequências das Medidas

- Fuga para os países vizinhos ou outras zonas da colónia;
- Adopção por parte dos camponeses de nomes falsos;
- Falta de mão-de-obra;
- A revolta Bárue de 1902 e 1917;
- Muitos desertavam os locais de trabalho negando as brutalidades e condição de trabalho forçado;

Face à crise, João Pery de Lind decidiu criar em 1911, a Repartição de Trabalho Indígena (RTI), com a função de centralizar a procura e a oferta de mão-de-obra. Persuadiu os fazendeiros a aceitarem trabalhadores provenientes dos distritos de Moçambique, Tete e Zambézia, além da mão-de-obra recrutada localmente. Mais tarde (1926/7) a angariação de trabalhadores para serviços particulares deixou de ser feita pelos funcionários da Companhia, para passar a ser feita pela Associação do Trabalho Indígena (ATI). Na mesma altura, a RTI foi substituída pela Direcção dos Negócios Indígenas (DNI) com funções similares. O recrutamento directo foi retomado em 1926/31, em consequência de crise de mão-de-obra provocada pela crise mundial.

#### d) O Sistema Monetário

A companhia gozava do direito de emissão de moeda. Uma das primeiras medidas tomadas face à situação financeira do território consistiu no afastamento das moedas que vinham circulando (rupia da Índia inglesa, peso Maria Teresa, pataca mexicana, *shillings* e moedas portuguesas de prata e cobre) e na adopção das moedas de prata e ouro portuguesas para os pagamentos, admitindo-se as de cobre como moedas subsidiárias.

Para a emissão das moedas fundou-se o Banco da Beira, que teve pouca duração, tendo sido substituído na sua função pelo Banco Nacional Ultramarino.

**Em suma:** Portugal esperava que com o desenvolvimento de companhias Majestáticas, houvesse um rápido desenvolvimento das regiões que seriam por elas administradas e que estas preservassem para Portugal os territórios que eram ambicionados por outras potências europeias. No entanto, em vez disso, as companhias facilitaram a intervenção externa em Moçambique e a desnacionalização dos territórios portugueses e que fracassaram em fornecer o capital necessário para o desenvolvimento económico do território. Assim, quando as companhias terminaram o seu governo em Moçambique, as áreas sob seu controle eram as economicamente mais atrasadas da colónia.

#### Exercícios:

1. Na Companhia da Zambézia, o mussoco foi um dos mecanismos de que o colonial-capitalismo se serviu para produzir periodicamente a mão-de-obra necessária.
  - a) Que foi o mussoco?
  - b) Explica o impacto do Mussoco nos territórios administrados pela Companhia da Zambézia.
2. Menciona as Companhias predecessoras da Companhia de Moçambique.
3. Como é que o governo português se beneficiava dos resultados da exploração económica de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique?
4. Menciona as três principais formas de exploração adoptadas pela Companhia de Moçambique.
5. Indique três vestígios da acção desta Companhia em Moçambique.
6. Explica porque é que a Companhia do Niassa não cumpriu os propósitos para que fora criada.
7. Menciona três principais formas de exploração da Companhia do Niassa.
8. Explica como Portugal manteve alguma presença oficial nos territórios ocupados pelas companhias.

#### 4.8. O sul e o Trabalho Migratório

O trabalho migratório é um processo histórico a longa data que não começa apenas com os acordos

entre os portugueses e o Estrado de Gaza, mas sim, bem antes de se começar a exploração imperial.

Em 1880 os estados do sul de Moçambique, eram politicamente independentes do colonialismo português dos quais se destacaram: Moamba a leste, Gaza a Norte, Maputo a Sul e Matola. Desses os mais dominantes eram:

- O Estado de Gaza, com a sua capital em Mossurize as actuais províncias de Gaza e Inhambane dominava;
- O Estado de Maputo a sul da baía de Lourenço Marques, dominava a zona entre os montes Libombos e a costa, incluindo algumas chefaturas de Tembe.

Antes da conquista colonial, estes Estados estavam ligados ao capital asiático e europeu através de pequenos estabelecimentos portugueses em Inhambane e Lourenço Marques e indianos situados na costa e no interior. Os contactos estabelecidos com os mercadores assentavam-se essencialmente nas seguintes actividades:

- Caça do elefante – com o marfim podiam participar no mercado internacional que assegurava o acesso aos bens que localmente ainda não eram produzidos como é o caso de enxadas de ferro, tecidos, missangas de vidro, armas de fogo, etc.
- Produção de oleaginosas, (amendoim, gergelim e milho) que ganhou uma importância quando o comércio de marfim começou a declinar na década de 1870, o que era antes adquirido pela troca de marfim passou a ser adquirido pela comercialização de oleaginosas.

Com o desenvolvimento das plantações de açúcar no Natal, com que as populações locais não dessem resposta à grande necessidade de mão-de-obra daí que, houve necessidade de procurá-la fora da África do Sul. Portanto, o sul de Moçambique era uma região próspera para o recrutamento de mão-de-obra, aliado a outros factores:

- A região sul de Moçambique tem um clima propenso à seca com solos pobres, daí que a emigração sempre foi solução para a sobrevivência;
- A ascensão do Estado de Gaza foi acompanhada por extorsões regulares e sistemáticas através da cobrança de impostos e pilhagem, o que fez com que as populações preferissem emigrar;
- Depois da morte de Sochangana em 1858, eclodiu uma guerra civil que obrigava as populações a emigrar à procura de protecção que acabavam trabalhando nas plantações.

A partir da segunda metade do século XIX, a economia do Sul de Moçambique começou a ser profundamente influenciada pela expansão da economia capitalista que se verificava nas colónias britânicas do Natal e da Cabo e nas Republicas Boers do Transvaal e Orange Free State (Estado Livre de Orange). A necessidade de fontes de mão-de-obra abundante e barata para as minas e plantações sul-africanas, combinada com as dificuldades económicas então experimentadas pelas principais formações políticas do Sul de Moçambique, concorreu para a transformação das actuais províncias de Maputo, Gaza e Inhambane em reserva de mão-de-obra.

A emigração de moçambicanos do Sul do rio Save para os territórios vizinhos, especialmente para os que hoje formam a Republica da África do Sul, teve início nos meados do século XIX, reflectindo imperativos económicos, políticos e sociais internos e a expansão do capital agrícola e mineiro sul-africano.

Assim as plantações de cana-de-açúcar do Natal em 1850 e a indústria mineira de diamantes de Kimberley em 1870 constituíram os principais pólos de atracção da força de trabalho moçambicana.

Em suma, os factores resumem-se em:

- A introdução da economia de plantações da cana sacarina no Natal, em 1850
- O avanço do capitalismo na África Austral na colónia Britânica do Natal;
- A abertura de minas de diamante em Kimberley em 1870;
- A exploração de minas de ouro em Lydenberg, em 1874 a leste do Transval;
- A abertura de novas minas de ouro nas áreas central e sul do Transval, em Witwatersrand;

- A construção de linhas férreas para servir estes centros em 1892;

Antes da imposição do domínio colonial português no Sul de Moçambique em 1897, a emigração já era uma prática corrente, particularmente estimulada por necessidades que na altura só o dinheiro podia satisfazer, e controlada pelas aristocracias locais. Desde então, a crescente monetarização da economia do Sul de Moçambique fez da emigração uma componente fundamental para a reprodução e equilíbrio material de grande parte das famílias camponesas e das classes dominantes. A título de exemplo, em 1879 havia cerca de 15 000 moçambicanos a trabalhar em diversos pontos da África do Sul e, em 1897, cerca de 60 000 estavam nas minas de ouro do Transvaal.

O início das campanhas militares de ocupação colonial no sul de Moçambique, em 1895, marcou uma nova etapa das relações entre Moçambique e os territórios da África do Sul (colónias britânicas e as repúblicas boers). As vitórias conseguidas pelos colonizadores portugueses nas batalhas de Marracuene, Magude, Coolela e Mandlakaze, ainda em 1895, concorreram decisivamente para a rápida montagem das primeiras estruturas político-administrativas coloniais. As autoridades coloniais portuguesas encetaram contactos com as autoridades do Transvaal visando o controlo e o proveito da emigração para os campos auríferos de witwatersrand, descobertas em 1886.

A partir de finais do século XIX, a mão-de-obra moçambicana e a sua exportação para os centros mais avçados de acumulação capitalista na África do Sul tornou-se uma das características mais importantes da história colonial do país, pois o Estado português ganhava divisas com este trabalho.

#### 4.8.1. Principais Acordos

A necessidade imperiosa de um instrumento legal com força suficiente e reconhecido pelos interessados, levou ao governo português a negociar com as autoridades da Pretória, nos seguintes termos:

1. **1867:** Os governos de Natal e de Portugal, estabeleceram um acordo que permitia a saída voluntária de trabalhadores migrantes moçambicanos para o Natal. Este acordo permitia os trabalhadores viajar a partir de Lourenço Marques, por mar. Este acordo foi alargado em 1875 no sentido de permitir aos moçambicanos a trabalharem na Província de Cabo;
2. **1897:** A fim de regularizar a emigração de mão-de-obra, os governos de Pretória e de Moçambique, assinaram neste ano o primeiro Regulamento para o Engajamento de Indígenas para RSA. Mouzinho de Albuquerque, pretendia regularizar a emigração e garantir a entrada de dinheiro, solucionar a questão do porto, caminhos-de-ferro e do comércio. Este estatuto estabelecia a pasta de Curador, cujo titular tinha como função **dirigir e controlar os “nativos” moçambicanos na África do Sul**. Neste mesmo ano foi criada a Witwatersrand Native Labour Association - WENELA
3. **1901:** O recrutamento de trabalhadores moçambicanos parou devido a guerra Anglo-Boer (1899-1902). Depois da guerra a indústria foi reestruturada e a necessidade de mão-de-obra continuou. Face a esta situação, esboçou-se um novo plano que condicionava a assinatura do acordo à garantia do uso de porto e caminhos-de-ferro para a circulação de mercadorias do Rand. O novo acordo foi chamado *Modus Vivendi* de 1901. Neste período, o contrato foi limitado em um ano. Foi também incluída uma cláusula que proibia à WENELA o estabelecimento de estações de recrutamento a norte do paralelo 22º como forma de salvaguardar os interesses do capital internacional a Norte do rio Save. No mesmo ano, a WENELA, através de acordos secretos com as autoridades portuguesas, obteve o monopólio de recrutamento no Sul de Moçambique.
4. **1909:** Nesta data foi assinada a primeira Convenção entre Moçambique e Transval que estabelecia:

- a) A manutenção de uma zona de competência de parte de Lourenço Marques em relação à área do Rand; a garantia de 50% do tráfego dessa área passar pelo porto de Lourenço Marques; o estabelecimento de uma comissão mista para a coordenação dos dois sistemas ferroviários e o sistema de tarifas ferroviárias;
- b) A formalização do acordo prévio que estabelecia o monopólio de recrutamento da WENELA; um sistema de pagamento deferido de salários; a possibilidade de o governo português poder cobrar os impostos nas minas; o direito a receber uma taxa por cada mineiro recrutado, a ser paga pelas minas; os contratos continuariam a ser por 12 meses, mas renováveis.

5. **A Convenção de 1928:** Este acordo, que devia vigorar durante dez anos incluía os seguintes pontos principais:

- a) Mantinha em vigor todos os acordos anteriores no que diz respeito ao porto de Lourenço Marques, nomeadamente o que estabelecia que 50% das importações por mar, dirigidas à “zona de competência” no Rand seriam feitas através de Lourenço Marques;
- b) O período de contrato era de 12 meses, extensíveis por mais 6 meses e era proibido voltar a empregar os trabalhadores antes destes terem passado pelo menos 6 meses em Moçambique, depois de cada contrato;
- c) Estabeleciam um sistema de pagamento deferido obrigatório, nos termos de que uma parte dos salários eram entregues à Curadoria e pago aos trabalhadores depois do seu regresso à Moçambique. Estes acordos foram revistos em 1934 e 1940.

**O Acordo de 1964:** estabelecia mecanismos mais específicos e mais rigorosos. O acordo estipulava que os trabalhadores só podiam ser empregados com o reconhecimento do Instituto do Trabalho, que tinha sido criado em 1961 para tratar, entre outros, dos assuntos relacionados com o recrutamento de trabalhadores. O período de contrato manteve-se em 12 meses extensíveis até ao máximo de 18 meses e em relação ao trabalho deferido estabelecia que depois de 6 meses, 60% dos salários referentes ao restante período depositado pelas minas (através da WENELA) num Banco designado por Moçambique, através do Instituto do Trabalho.

**Acordo de 1965:** A característica mais interessante deste acordo era autorizar o estabelecimento de outras empresas recrutadoras. Como consequência disto, viriam a constituir-se outras três agências de recrutamento: ATLAS, ALGOS e a CAMON, que iniciaram a sua actividade em 1967, recrutando trabalhadores para as minas não filiadas na Câmara das Minas e para agricultura da África do Sul.

#### 4.8.2. Impacto do Trabalho Migratório no Sul de Moçambique

- Monetização da economia do sul de Moçambique, com a introdução da libra esterlina;
- Aumento da rede comercial no sul de Moçambique;
- Diminuição da mão-de-obra das comunidades;
- Readaptação de certas instituições sociais (*lobolo*) em função do salário;
- A monetização da economia levou também à alteração do sistema de tributação;
- A emigração serviu de via de penetração da língua inglesa, vestuário e de outros elementos europeus;

#### 4.9. A Entrada do Sul de Save à Economia Mundial

A implantação das relações de produção capitalista no país determinou o surgimento de um sector de transportes – portos, caminhos-de-ferro e serviços – virado quase exclusivamente para servir os interesses do capitalismo internacional, em particular na África Austral. Estas vias de comunicação possibilitaram a entrada do Sul de Save à economia mundial, em particular, e de todo país, em geral, o que facilitou a entrada e saída de mercadorias de vários pontos de África e do mundo fora.

##### 4.9.1. As Vias de Comunicação (Caminhos-de-Ferro, Portos e Serviços)

Até 1930, Moçambique esteve submetido à exploração levada a cabo pelo capital estrangeiro não

português. O capitalismo implantou-se no país, concretamente através da penetração nos sectores da produção agrícola para exportação, da emigração da mão-de-obra e, ainda, no sector dos transportes, que passaram a desempenhar um papel preponderante na economia de Moçambique. Ao longo do período, foram construídos e apetrechados os principais portos e caminhos-de-ferro moçambicanos, que tiveram, a função quase exclusiva de servir o trânsito de mercadorias de e para as ricas regiões mineiras do Transval e das então colónias inglesas da Rodésia do Sul, Rodésia do Norte e do Niassalândia.

Para Newitt (1997:349):

*(...) a economia do Estado Colonial e as duas companhias avalizadas dependiam maioritariamente de dois factores: a tributação dos camponeses africanos e a utilização de mão-de-obra africana, e a criação de mão-de-obra e serviços para as colónias britânicas. (...) As despesas com as campanhas de pacificação eram justificadas como uma forma de investimento destinada a aumentar os rendimentos dos impostos e da mão-de-obra africanos e a construção de portos e caminhos-de-ferro como pré-requisito essencial à aquisição da moeda britânica através da criação de serviços. (...)*

#### **4.9.2. Principais Vias de Comunicação**

- Em 1887, iniciou-se a construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques, cuja ligação com o Transval se começou a utilizar em 1894, ao mesmo tempo que se procedia ao alargamento e aperfeiçoamento do porto de Lourenço Marques. A ideia da construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques-Tranavaal foi discutida pela primeira vez no Transvaal em 1870. Como o Transvaal pretendia libertar-se do domínio britânico, Lourenço Marques garantia-lhe a saída para o mar. Para Portugal, a ideia era importante, porque o caminho-de-ferro seria um corredor de acesso ao interior, principalmente para garantir o princípio de ocupação efectiva, num período em que a Inglaterra tentava o domínio de Lourenço Marques. O caminho-de-ferro era a chave do desenvolvimento do Sul de Moçambique, onde a sua presença era fraca. Em 1873, foi assinado o segundo Acordo de Paz, Amizade entre Portugal e o Transvaal e fez-se a negociação da construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques-Transvaal. Em 1882, ratificação do tratado de 1875 e novo acordo quanto à construção da linha-férrea entre Lourenço Marques e o Transvaal. Já em 1883, Portugal atribui a concessão da construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques-Transvaal ao americano Mac Murdo. Em 1887, foi o início da construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques-Transvaal. Em 1895, foi inaugurada oficialmente a linha-férrea Lourenço Marques-Transvaal. Finalmente, em 1897, publicação da Carta de Lei com as bases para da construção e exploração das obras do porto de Lourenço Marques;
- Outra importante linha de comunicação que cruzava Moçambique é o caminho-ferro que ligava a Beira à Rodésia do Sul, inaugurada em 1898;
- Em 1892, iniciam-se os trabalhos de construção da linha-férrea Beira-Macequece;
- Em 1897, entrou em funcionamento o caminho de ferro Beira- Umtali. Paralelamente, desenvolveu-se o porto da Beira, cuja utilização já se vinha a fazer desde 1892, ambos sob a administração da Companhia de Moçambique;
- O caminho-de-ferro Trans-Zambézia, que começou a funcionar em 1922 e estabeleceu a ligação entre o porto da Beira e a fronteira do Niassalândia.

#### **Vias de Comunicação de Menor Extensão**

- De 1900 a 1901, construção da Companhia de Caminho-de-ferro da Zambézia;
- Em 1905, início da construção da linha-férrea Lourenço Marques-Suazilândia;
- A construção do troço ferroviário Moamba-Xinavane, subsidiário do caminho-de-ferro e porto de Lourenço Marques, que entrou em funcionamento em Outubro de 1914. Permitiu o desenvolvimento das plantações de Açúcar de Xinavane, facilitou o

movimento dos trabalhadores migrantes e garantiu a circulação de pequenas quantidades de cereais produzidas pelos camponeses;

- Em 1908, foi construída uma linha-férrea a partir do porto de Inhambane, com ligação a Inharrime, com o objectivo de servir o desenvolvimento das plantações de açúcar de Mutamba;
- Em 1912, entrou em funcionamento o primeiro troço do caminho-de-ferro do Limpopo, a partir do pequeno porto fluvial do Xai-xai na província de Gaza, estabelecendo a ligação com Goba, perto da fronteira com a Suazilândia, com objectivo de fazer uma ligação com os ricos jazigos mineiros daquele território, principalmente de carvão e de ferro;
- Em 1922, entrou em funcionamento uma linha-férrea Trans-Zambézia que ligava o porto da Beira com a Niassalândia com extensão de 145 quilómetros, que tinha por fim transportar trabalhadores e géneros alimentares para as companhias estabelecidas na Baixa Zambézia. Inauguração do caminho-de-ferro entre Quelimane e Mocuba;
- Em 1924, foi aberta a linha do Norte, ligando o porto do Lumbo ao interior da actual província de Nampula;
- Ainda em 1924, foi aberta a linha-férrea Lourenço Marques-Marracuene, em via reduzida, para servir a região agrícola do vale de Incomati;
- Em 1928, foi a primeira viagem aérea Lisboa-Lourenço Marques;
- Já em 1929, foi a conclusão do Porto da Beira.

Embora Moçambique possuísse, em 1930, um total de cerca de dois mil quilómetros de vias-férreas, raras eram as que ligavam regiões diferentes do país, não existindo, mesmo, ligação alguma entre norte, o centro e o sul. Eram precários os meios e vias de comunicação rodoviários, com rede de estradas pouco transitáveis e com uma extensão de cerca de oito mil quilómetros desigualmente distribuídos.

As comunicações marítimas internas eram de uma reduzida navegação fluvial, praticamente no rio Zambeze. As comunicações marítimas com o exterior eram de certa importância especialmente com os portos de Lourenço Marques e da Beira. A rede de ligação telegráfica era escassa e pouco segura, com apenas dois *quillowatt* de potência.

A realização de todos os trabalhos de construção nos portos e caminhos-de-ferro e das estradas, foi possível com a utilização de grandes contingentes de mão-de-obra barata. O funcionamento dessa força de trabalho era garantido pelo Estado colonial português através de métodos diversos como as leis do trabalho obrigatório, o *chibalo*, o imposto de palhota e o *mussoco*, muitas vezes com auxílio dos chefes locais.

Em jeito de conclusão, Newitt (1997:352), afirma que (...) *até meados da década de 1920 (...) verificou-se um considerável investimento governamental e privado em infra-estruturas para os transportes, mas apesar de se ter desenvolvido uma rede ferroviária a sul do Limpopo, as restantes linhas férreas de Moçambique mantiveram-se completamente desgarradas umas das outras. Não ligaram nem a região nem, à excepção da linha Beira-Umtali, penetraram no interior. Ou serviram a zona interna mais imediata dos portos ou prestavam serviços à África britânica.*

## **4.10. A Política Social**

### **4.10.1. A Estrutura Social**

A colonização de Moçambique no período imperialista foi dinamizada pela burguesia europeia, nomeadamente, de Portugal, Inglaterra, França e outros países industrializados, que deve ser considerada, evidentemente, a classe dominante. O interesse ou motivação desta classe era uma exploração mais directa do que anteriormente, dos recursos moçambicanos. Foi o campesinato que forneceu a força de trabalho migratório e os produtos do novo processo de acumulação de capital nas plantações, transportes, minas e comércio rural. Esse mesmo campesinato continuou a alimentar a família do trabalhador e ele próprio após o regresso. Foi ainda o campesinato que forneceu através dos impostos, uma grande parte do rendimento do governo, e comprou grandes quantidades de produtos de indústrias portuguesas.

Podemos considerar a **burguesia, que vivia na Europa**, e o **campesinato moçambicano**, as principais camadas na nova estrutura social. A continuação da resistência activa contra a ocupação

colonial, as fugas maciças, e a resistência contra o trabalho forçado expressam, no seu conjunto, a continuação do conflito entre as duas camadas.



Fig8. A estrutura social de Moçambique durante o período colonial.

No entanto, na evolução da nova economia colonial, emergiram outras camadas secundárias, mas muito importantes na vida política e económica do país e nos conflitos que se desenvolveram nas cidades. Emergiu muito cedo, por exemplo, uma burguesia **comercial local**, baseada principalmente em Lourenço Marques, interessada no crescimento de importação e exportação de produtos de e para o campesinato e no trânsito de mercadorias de e para os países vizinhos. Os seus interesses estavam, portanto, bastante ligados aos da burguesia da Europa e na África do Sul.

Mais tarde, desenvolveu-se uma **burguesia agrícola local**, que integrava os colonos interessados na expulsão dos camponeses das melhores terras e a sua transformação em trabalhadores sazonais nas novas plantações e machambas. Os interesses deste grupo entravam em conflito com os da grande burguesia e do Estado colonial, especialmente no sul do país, onde a burguesia mineira inglesa insistia sempre em reservar a maior parte do trabalho africano para as minas sul-africanas.

Com o crescimento das cidades e a chegada de colonos à procura de trabalho, emergiram duas camadas sociais: uma de **trabalhadores permanentes, qualificados e semi-qualificados**, e outra de **pequena burguesia**. Devido ao privilégio constitucional e legal proporcionado aos brancos pelo regime colonial, essas camadas logo se dividiram em negros e mestiços, por um lado, e brancos por outro. Os brancos e os não brancos das duas camadas supracitadas estavam igualmente interessados na defesa dos seus lugares contra a ameaça do desemprego, em tempo de crise económica e, sempre que possível, no alargamento das suas regalias, em tempo de expansão. Porém, o referido privilégio constitucional assegurava que os benefícios recaíssem sempre para os brancos frequentemente em detrimento dos outros.

No fim do século XIX, os mais activos representantes do novo colonialismo português em Moçambique, como Caldas Xavier, António Enes e Mouzinho de Albuquerque, justificaram as mais duras formas de extracção do trabalho da população, dizendo que *o negro não era e não devia ser igual ao cidadão português*.

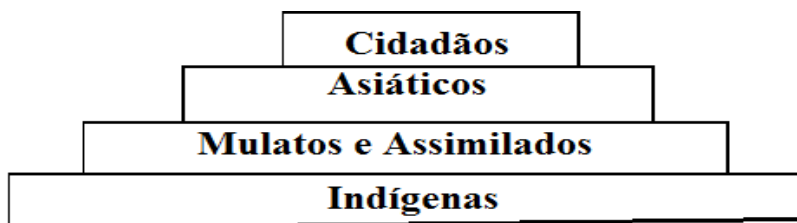


Fig 9. A estrutura social de Moçambique durante o período colonial.

#### 4.11. A Emergência do Proletariado Urbano

A análise da emergência do proletariado urbano moçambicano, passa necessariamente, pelo conhecimento rigoroso das condições em que se fez a penetração e a fixação do imperialismo, do grau de desenvolvimento das forças produtivas em Moçambique, da própria natureza do capitalismo português (capitalismo dependente) e a forma como este se inseriu no imperialismo.

Com a expansão imperialista dos países capitalistas foram criadas as condições de produção capitalista nos países sob dominação colonial.

Neste contexto, Moçambique foi colocado ao serviço das necessidades de acumulação do capital da burguesia dos centros imperialistas e da burguesia portuguesa.

O aspecto dominante foi a integração económica de Moçambique no complexo da África Austral, através da construção e desenvolvimento dos portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e Beira, surgiram, em consequência, os primeiros aglomerados urbanos em Moçambique, para os quais começaram a convergir obrigatoriamente e, por vezes mesmo voluntariamente, largas camadas de pessoas, que constituíram, os primeiros trabalhadores assalariados urbanos.

As obras de construção então iniciadas exigiam a utilização de grandes contingentes de mão-de-obra, recrutados em regime de trabalho obrigatório, particularmente na área situada a sul do rio Save. O trabalho migratório para os centros urbanos surgiu, portanto, paralelamente ao trabalho migratório para o exterior e para as plantações, embora em proporções muito reduzidas.

O crescimento urbano exigiu, por outro lado, mais trabalho assalariado para garantir a manutenção das diversas actividades surgidas e como resposta às exigências criada pela fixação dos primeiros grupos de colonos portugueses, tais como obras públicas, turismo, remoção de lixo, trabalho doméstico, etc., deu origem ao aparecimento de camadas semi-proletarizadas urbanas.

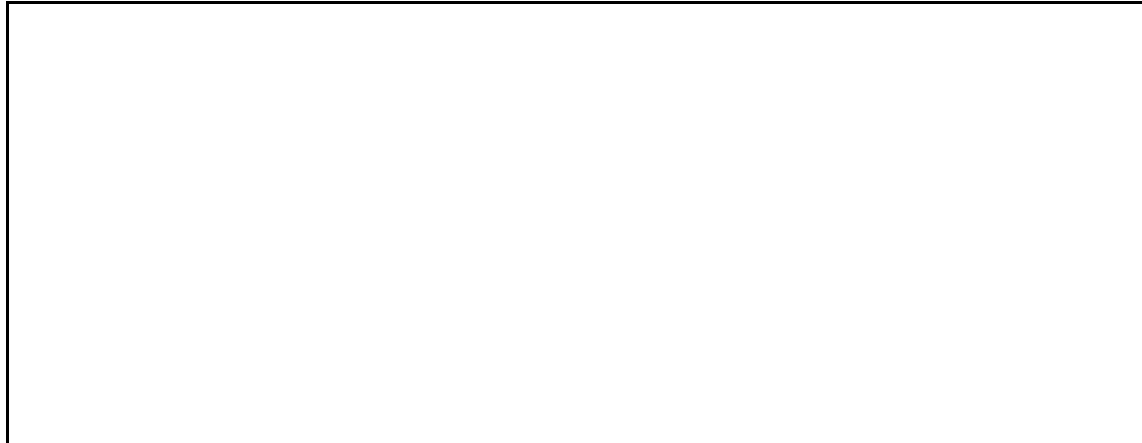
Foi, entretanto, no porto e nos caminhos-de-ferro da então cidade de Lourenço Marques, cuja população, em 1912, ultrapassava os 26 mil habitantes e, em 1928, era cerca de 37300 pessoas entre “Africanos e não-Africanos” (...), que se estabeleceram as secções numericamente mais importantes do embrionário proletariado urbano, sendo o porto o principal empregador dessa mão-de-obra.

Desenvolveu-se, assim, uma camada proletarizada urbana, com um nível de instabilidade bastante acentuado, tratando-se geralmente de trabalhadores não qualificados, em grande parte concentrados nos “*compounds*”, numa base étnica e regional, mas auferindo salários médios em geral superiores aos rendimentos no campo. De notar que mesmo o trabalhador “*chibalo*” do porto ganhava o dobro do salário do trabalhador “*chibalo*” da agricultura (...).

Parece, pois, pouco provável que este tipo de trabalhador fosse cada vez mais dependendo do seu salário para se manter a si bem como a sua família. Este proletariado em formação sofreu um processo de atracção em relação aos centros urbanos emergentes, na mira de conseguir melhores salários, de adquirir dinheiro para pagar imposto ou o *lobolo*, ou, mesmo, procurando voluntariamente novas profissões. Ainda numericamente reduzido (...), foi, no entanto, a partir da sua chegada e integração que começou a sofrer um processo de transformação, que passaria pela tomada de consciência da exploração e isolamento a que estava submetido.

Era, contudo um proletariado que tinha as suas particularidades e uma natureza específica (...). A qualquer trabalhador assalariado, factores diversos o impediam, regra geral, de cortar radicalmente os seus vínculos com a terra de origem, e, portanto, de atingirem um grau de proletarização completo, ao contrário do que aconteceu na Europa do século XIX, durante o processo de proletarização dos camponeses, quando o capitalismo industrial se introduziu na forma de produção pré-capitalista (...).

Foi, por isso, um processo de proletarização diferente do que aconteceu com a classe operária europeia, porque não se deu uma separação total do meio de produção principal – a terra.



#### **4.12. A Luta do Proletariado Urbano**

Durante este período foi bem manifesta a acção e vitalidade do proletariado urbano emergente, particularmente dos trabalhadores ferro-portuários de Lourenço Marques (estivadores, trabalhadores do cais e ferroviários), pelo número de greves e de acções de protesto que desenvolveram.

A partir de 1900, assistimos à consolidação do poder colonial português no Sul de Moçambique. E, também paralelamente se reforçam os laços económicos com a África do Sul, garantindo desse modo a continuidade do sistema recentemente estruturado de exploração da força de trabalho migrante.

Foi assim que o Estado colonial, em cooperação com as empresas capitalistas de navegação e expedição, nomeadamente a Delagoa Bay Development Corporation Ltd. (com sede em Londres), Lourenço Marques, Forwarding Lingham Timber e outras, consolidou progressivamente o seu poder no recrutamento, controlo e exploração da força de trabalho para o porto e caminho-de-ferro, com o apoio do poder militar policial e judicial, tentando por todas as formas frear a independência e organização dos trabalhadores.

O governo tentou sempre impedir o pagamento de salários elevados. De qualquer modo, o nível de salários no porto e caminho-de-ferro e na algumas das empresas privadas, foi sempre de atrair trabalhadores em número suficiente, tornando os empregos neste sector bastante competitivos em relação aos demais empregos na cidade.

Mas as injustiças salariais eram notórias, quer para os trabalhadores voluntários quer para os contratados o que levou os trabalhadores ferro-portuários a organizarem greves.

##### **4.12.1. Causas da Luta do Proletariado Urbano**

A questão salarial, o principal móbil do protesto dos trabalhadores, foi, por um lado, agudizado pela circulação em Moçambique de varias moedas e, em especial, pela presença e competição entre a libra inglesa e o escudo.

Entre 1917 e 1926 foram organizadas e levadas a cabo mais de uma dezena de greves e paralisações, em especial na cidade de Lourenço Marques. Destas greves destacaram-se a dos estivadores do porto de Lourenço Marques em 1919 e em 1925.

- A primeira, iniciou em 5 de Maio e tinha como reivindicação o aumento de 80 escudos para 100 escudos por dia.
- A Segunda, iniciou em 15 de Maio de 1925 e reivindicava-se a duplicação do salário que era de cerca de 7 escudos diários e alimentação

Em qualquer dos casos, as reivindicações formam apenas parcialmente atendidas: por um lado, saíram beneficiados os que mais eram bem pagos e os responsáveis a quem se atribuía a liderança; por outro, outros desapareceram ou foram presos e sentenciados a trabalhos forçados.

#### **4.13. A I Guerra Mundial e a Crise Económica e Social da Década 20 em Moçambique**

O envolvimento das grandes potências na 1ª Guerra Mundial forçou os pequenos Estados a tomar

uma posição face aos blocos em luta (Tríplice Entente – potências aliadas e Tríplice Aliança – potências centrais). Com efeito, a atitude de neutralidade podia ser mantida e poderia ser prejudicial aos seus interesses. Ora, Portugal encontrava-se nessa situação já que as suas colónias em África eram alvo das ambições de algumas potências europeias. A Alemanha, particularmente hostil ao regime político português – a República que tinha sido implantada em 1910, as suas colónias lusas. Portanto, Angola e Moçambique são alvos de ataques pelas tropas alemãs, em Agosto de 1914.

Em Maio de 1915, Portugal aliou-se à Grã-Bretanha, França, e Rússia na Grande Guerra contra a Alemanha. Portugal foi atribuído o papel fundamental de ajudar a Grã-Bretanha na defesa das colónias britânicas de África.

Estima-se, provisoriamente, em 100 mil o número de moçambicanos recrutados obrigatoriamente, não só no centro do país (Báruè), como também, e sobretudo, nas províncias do norte e em Inhambane. Estes recrutados destinavam-se a engrossar o exército português, que operava no norte de Moçambique contra as forças alemãs vindas do então Tanganhica. Como o exército português não tinha transporte motorizado, a vasta massa do contingente moçambicano servia para carregar material e munições.

Como resultado da I Guerra Mundial (1914-1918) verificou-se em Moçambique uma acentuada desvalorização do escudo em relação ao Libra inglesa. A grave situação económica criada pelo conflito fez-se sentir rapidamente em Moçambique através de uma crise monetária que redundou no aumento dos preços dos produtos da primeira necessidade. A crise pós guerra afectou todas as camadas, mais em especial as menos abastadas (o proletariado, o pequeno funcionário público e os empregados domésticos...).

A crise da década 20, em Moçambique afectou directamente o sector agrícola: Companhia de Borrer; Companhia de Madal, companhia de lugela, que reduziram significativamente as suas áreas de produção e muitos trabalhadores foram despedidos. Os produtos afectados pela crise foram: copra, sinzal, chá, açúcar, algodão, etc.

O sul de Moçambique, uma vez dependente em grande parte pela economia sul africana, ficou seriamente afectada, pois, muitos trabalhadores das minas da África do Sul foram despedidos o que contribuiu para a redução das divisas pagas pela África do Sul ao governo colonial português. Verificou-se ainda, no sul de Moçambique a diminuição do tráfego nos portos de Lourenço Marques e de outras partes do país, uma vez que a produção na África de Sul também diminuiu. Para além destes sectores, a crise afectou o proletariado emergente, fazendo deprender greves e agitações em muitos centros empregadores do trabalhador assalariado.

#### **Em suma, os efeitos da Grande Guerra em Moçambique foram:**

- Crise monetária;
- Aumento dos preços da primeira necessidade;
- Especulação desenfreada;
- Queda dos salários reais dos trabalhadores urbanos e rurais;
- Aumento do mussoco e do imposto em palhota, que, em algumas áreas, passou a ser exigido em libras, tanto ao trabalhador migrante como aos outros trabalhadores locais;
- Agravamento das condições de vida do proletariado, do pequeno funcionário público e dos empregados domésticos.

Com o fim da Guerra Mundial, a situação não melhorou, a crise manteve-se e veio a tomar maiores dimensões, agravando ainda mais a situação do proletariado urbano. Alguns preferiram migrar para os territórios vizinhos onde o trabalho era mais bem remunerado; outros optaram por desertar ao trabalho pouco remunerado. A falta de mão-de-obra era evidente. Entretanto, novas greves eclodiram, a saber:

- 1919 – Greve dos estivadores negros;
- 1920 – Greve do pessoal da empresa de transportes urbanos dos brancos, e, também, greve dos ferroviários brancos;

- 1921 – Greve dos estivadores negros;
- 1923 – Greve do pessoal da empresa de transportes urbanos dos brancos;
- Agosto de 1925 – Greve geral na Beira. Paralisação geral e concertada de trabalhadores, funcionários e pequenos empresários brancos, em protesto contra uma série de medidas decretadas pela administração da Companhia de Majestática;
- Setembro de 1925 – em Lourenço Marques, reivindicações dos trabalhadores a duplicação dos salários e melhores condições de vida.

As reivindicações desse proletariado foram parcialmente atendidas: por um lado, saíram beneficiados os que já eram mais bem pagos e os responsáveis a quem se atribuía a liderança e, por outro, outros desapareceram ou foram sentenciados a trabalhos pesados.

Analisando a luta do proletariado urbano, pode-se concluir que:

- Foi uma acção isolada e sem coordenação com os restantes trabalhadores;
- Não houve uma reunião entre os trabalhadores moçambicanos e portugueses;
- A ideologia racista que os separou também separou, por sua vez, os próprios trabalhadores entre si;
- Foi uma luta económica, feita através de acções directas (greves) e acções indirectas (manifestações).

#### **4.13.1. O Papel do Estado Colonial**

Para furar as greves, o Estado colonial utilizou a seguinte estratégia:

- Aliciamento dos principais membros das greves;
- A tática de “dividir para reinar”, dando algumas regalias aos assimilados e mulatos;
- Repressão, utilizando a polícia e outros instrumentos de repressão;

O Estado colonial procurou e conseguiu impedir o surgimento de um proletariado forte e unido, bloqueando, no seio dos trabalhadores moçambicanos, em particular, desenvolvimento de uma consciência de classe.

#### **4.13.2. Razões do Fracasso da Luta do Proletariado Urbano**

- A falta de unidade (dentro de sector ferro portuário havia divisão entre trabalhadores contratados e não contratados, entre estivadores e trabalhadores do cais e entre portuários e ferroviários);
- A acção do Estado colonial, quer cooperando com empresas privadas, de forma a garantir mão-de-obra barata não qualificada, quer utilizando a força militar e policial para reprimir, controlar e impedir a organização dos trabalhadores.

Apesar deste fracasso, esta luta provou que os moçambicanos não estavam contentes com a situação colonial.

Após a inclusão da crise de 1929, Portugal fez reformas no sentido de retirar o monopólio económico às companhias concessionárias e ao Banco Nacional Ultramarino que tinha em Moçambique o monopólio de fiscalizar e controlar a moeda. Estas reformas tinham por objectivo proporcionar um controlo directo e rigoroso sobre os recursos das colónias, com vista a solucionar os problemas da crise em Portugal.

### **As Primeiras Formações Nacionalistas em Moçambique**

#### **Conceito do nacionalismo**

É importante, antes de abordar as origens e o desenvolvimento do nacionalismo em Moçambique, discutir o termo Nacionalismo.

Serra (2000:434) define o nacionalismo como sendo “ *reivindicações políticas de nacionais oprimidas* ”.

Para Recama (2006:43), “ *nacionalismo é a tomada de consciência por parte de indivíduos ou grupo de indivíduos duma nação desejando a liberdade ou a prosperidade dessa nação* ”.

Assim, o nacionalismo moçambicano significou a tomada de consciência ou desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade de Moçambique, visando buscando a autodeterminação e a independência.

### **O Contexto da Emergência do Nacionalismo em África e em Moçambique em Particular**

Entre os séculos XIX e XX a África foi, sem dúvida marcada pela opressão colonial, no que se refere a exploração económica aliada á discriminação racial. Muitos africanos foram atingidos por esta presença opressora, e, como resultado desta situação, estabeleceu-se uma unidade entre os povos explorados, dando início ao nacionalismo em África.

Assim, o nacionalismo moçambicano nasceu como contestação do colonialismo europeu e manifestou-se principalmente ao nível das associações, da Imprensa, da Poesia etc. o nível mais alto destes movimentos nacionalistas foi denominada **Pan-Africanismos**.

Em Moçambique, foi entre uma minoria que, em princípio, se desenvolveu a ideia de acção nacional em contraposição com a acção local. Esta minoria era predominantemente urbana, constituída por intelectuais e assalariados, na sua maioria eram indivíduos assimilados e mulatos.

As cidades constituíram o alfofre das primeiras manifestações nacionalistas, tanto no campo da literatura, (poesia e Jornalismo), como ao nível dos movimentos associativos.

Para efectivar esta contestação, foram três as fases das manifestações nacionalistas africana a saber:

- Imitação da cultura europeia;
- A redescoberta dos valores tradicionais;
- A procura duma síntese.

Isto significa que inicialmente, os nacionalistas usaram os próprios meios do colonizador (língua, técnica, religião, suas ideias) para acabar com o sistema de opressão colonial. Razão pela qual o nacionalismo emergiu principalmente nos centros urbanos, onde residiam os assimilados e mulatos, bem como o próprio colono.

Em Moçambique, devido à proibição de qualquer associação política, à necessidade de segredo imposta por esta proibição, à erosão da sociedade tradicional e ausência de uma educação moderna nas áreas rurais, não existiam condições favoráveis para o alastramento de ideias nacionalistas por todo o território. Por isso, foi entre uma minoria predominantemente urbana, composta de intelectuais e assalariados, indivíduos destabilizados, na sua maioria mulatos e assimilados, que se desenvolveu a ideia de uma acção de âmbito nacional.

Nas cidades, o poder colonial era vistomais de perto. Era mais fácil ali compreender que a força do colonizador assentava na nossa própria fraqueza, e que o sucesso por eles alcançado dependia do trabalho do africano. Possivelmente, a própria ausência do ambiente tribal contribuiu para criar uma visão nacional, ajudou este grupo a ver Moçambique como terra de todos os Moçambicanos, e fez-lhe compreender a força da unidade (MONDLANE, 89).

Este grupo estava em posição de analisar os três aspectos essenciais da situação colonial:

- A discriminação racial e a exploração dentro do sistema colonial;
- A fraqueza real do colonizador e a evolução social do Homem em termos gerais;
- Como o contraste entre a emergência da luta dos negros na África e na América e a resistência do seu próprio povo.

Assim, encorajados pelo novo liberalismo da nova República em Portugal (1910-1926) e pelas ideias Pan-Africanas, estes grupos criaram associações e fizeram protestos na imprensa contra os abusos do colonialismo, exigindo direitos iguais.

### **A diferença entre o nacionalismo Africano e Europa**

Os movimentos nacionalista africanas têm as suas particularidades que, naturalmente, os distinguem dos sistemas ideológicas e históricas europeus. Estes movimentos são, sem dúvida

fruto da opressão colonial, e surgem como forma de contestação à opressão colonial. Outro aspecto que lhe distingue do nacionalismo europeu é a forma da sua manifestação, uma vez que, baseou-se em três fases: a imitação da cultura europeia; a redescoberta dos valores tradicionais; a procura duma síntese. Diferentemente do nacionalismo europeu, o nacionalismo africano usou inicialmente os próprios meios estrangeiros para se expressar, isto é, a língua, a técnica, a religião, as suas ideias...

Na Europa, foi o capitalismo, com as suas exigências de centralização e unidade que colocaria o

Estado como o ponto de partida e de chegada para uma identificação da população como nação.

Outro, aspecto que distingue o nacionalismo europeu do africano é a origem dos seus percursores que surgia das camadas intelectuais. Estes recusavam a língua latina e escreviam as suas obras em línguas nacionais, possibilitando assim, a sua divulgação e o crescimento do orgulho nacional e para uma educação cada vez mais laica.

### **Primeiras formações Nacionalistas**

As organizações associativas mais importantes em Moçambique surgiram nos últimos anos da monarquia portuguesa, constituídas fundamentalmente por **mulatos e assimilados**. As mais significativas foram:

1. **O Grémio Africano de Lourenço Marques** – fundada em 1908 pelos irmãos Albazini (João e José Albazini) e lançada oficialmente em 1920, mudando o seu nome para Associação Africana da Colónia de Moçambique e teve como primeiro presidente João Albazini. Participou no Congresso Pan-africano, realizado em Lisboa em 1923.

Em 1920, foi o ano da legalização do Grémio Africano de Lourenço Marques, com o nome de Associação Africana da Colónia de Moçambique, dirigida pelos irmãos Albasini, onde os seus membros eram mulatos e negros assimilados, com particular destaque para Estácio Dias, Karel Port, Francisco Benfica. **A sua motivação era a valorização cultural e promoção intelectual da comunidade negra, defesa dos mulatos e assimilados contra a discriminação racial.** O veículo das suas ideias foi o Brado Africano (dirigido pelos irmãos Albasini).

Foi subsidiada pelo governo devido à debilidade financeira dos seus sócios.

Entre 1931/32, regista-se uma cisão nesta associação. Negros assimilados exigiam acções maiores e mais enérgicas na defesa dos seus membros contra as barreiras raciais. Intrigas e competições entre negros e mulatos, incluindo desprezo de negros por mulheres mulatas em bailes. Os mulatos tinham maior acesso à educação e aos postos de trabalhos e dirigia uma oposição moderada. Estas circunstâncias foram aproveitadas pelas autoridades e colonos para fomentar a divisão e deluir qualquer perspectiva reivindicadora da Associação e do Brado Africano.

2. **Liga Africana** - nascida em 1910. Esta associação chegou a patrocinar a segunda parte do Congresso Pan-Africano, realizada em Lisboa, em 1923. A Liga Africana defendia a unidade Nacional (nação portuguesa), a união africana bem como a libertação de todos os negros.

### **3. O Instituto Negrófilo (depois designado Centro Associativo dos Negros de Moçambique)**

Seus estatutos foram aprovados em 1932, definindo como objectivos: a promoção do desenvolvimento mental, intelectual e moral dos seus associados e, em geral, de todos os “negros portugueses”.

Formado por negros assimilados saídos da Associação Africana de Lourenço Marques, alguns dos seus dirigentes foram: Brown Dulela, João Manuel e Enoque Libombo. A sua preocupação fundamental era o apoio às famílias dos seus sócios: participação em funerais, empréstimos, colocação de desempregados, entre outras.

Organizou em Lourenço Marques cursos nocturnos de Português e Inglês. Intercedeu junto das autoridades para a criação de escolas onde elas não existiam.

Teve alguma ligação com populações rurais do Sul. A pedido dos seus sócios fez algumas petições e reclamações contra algumas injustiças, contra alguns administradores e contra o imposto de

palhota, mas sempre de forma “cautelada”.

Foi substituído pelo fundo dos “Negros Indígenas” e por firmas como a Paulino Santos Gil, WENELA, João Ferreira dos Santos.

Outras associações similares foram formadas por grupos de interesse menor, como os africanos muçulmanos ou diferentes grupos de indianos.

Todas estas organizações realizavam acção política acoberto de programas sociais, assistência mútua e actividades culturais ou desportivas. E lado a lado com estes movimentos desenvolveu-se uma imprensa de protesto combativa.

### **O Papel da Imprensa**

A Imprensa moçambicana neste período desempenhou um importante papel na contestação ao sistema colonial. Um grande precursor da imprensa combativa deste período, foi Alfredo de Aguiar, angolano, que fundou os jornais “*O Imparcial*” e “*O Clamor Africano*”. Os seus protestos contra o trabalho forçado e a discriminação racial no ensino e nos empregos, valeram-lhe perseguições e encerramento das suas publicações.

Publicações como o “*O Proletário*”, surgido em 1912, “*O Ferroviário*”(1915/16), “*O Germinal*” (1914/18), “*Os Simples*” travaram acesa luta por um despertar da consciência operária entre os colonos brancos.

Destaque também para os irmãos Albasini, que nos seus escritos, quer no “**Brado Africano**” de 1918 quer no “**O Africano**” que surgiu em 1908, reivindicavam reformas no sistema colonial, exigindo os mesmos direitos que os portugueses.

O “**Brado Africano**”, por causa das suas actividades, veio a ser suspenso em 1932.

O espírito destes movimentos iniciais e a natureza do seu protesto ficam bem ilustrados por este editorial de *O Brado Africano*, de 27 de Fevereiro de 1932:

*“Estamos fartos. Tivemos que vos aturar, que sofrer as terríveis consequências das vossas loucuras, das vossas exigências (...) não podemos aguentar mais os efeitos perniciosos das vossas decisões políticas e administrativas. De agora em diante recusamo-nos a fazer maiores e mais inúteis sacrifícios. (...) Já chega. (...) Insistimos que leveis a cabo os vossos deveres fundamentais, não com leis e decretos, mas com actos. (...) Queremos ser tratados da mesma maneira que vós. Não aspiramos ao conforto de que vos rodeais, graças à vossa força. Não aspiramos à vossa educação requintada (...) ainda menos aspiramos a uma vida toda dominada pela ideia de roubar o vosso irmão. (...) Aspiramos ao nosso “estado selvagem” que, todavia, enche as vossas barrigas e as vossas algibeiras. E exigimos alguma coisa (...) exigimos pão e luz. (...) Repetimos que não queremos fome e sede nem pobreza nem uma lei de discriminação baseada no cor. (...) Havemos de aprender a usar o bisturi (...) a gangrena que espalhais entre nós há-de infectar-nos e então já não teremos força para a acção. Agora têmola (...) nós, as bestas de carga (...)”* – In MONDLANE, Eduardo, *Lutar Por Moçambique*, Ed. Livraria Sá da Costa, 2ª ed., 1976:113.

Para Mondlane, (1976:113), afirma que, deste texto surge claramente uma linha de demarcação entre colonizador e colonizado; este vê-se a si próprio como um conjunto dominado, e levanta-se contra um outro conjunto, o grupo colonialista, a quem contesta o poder. É interessante notar a completa rejeição dos valores do colonizador, orgulhoso assumir do “estado selvagem” e a definição da civilização colonizadora dominada pelo “roubar vosso irmão”.

Afirma ainda Mondlane, que é verdade que ainda não está formulada a exigência da independência nacional. Esta fase de denúncia, contudo, e a exigência de direitos iguais eram necessários ao desenvolvimento de uma consciência política que iria conduzir à exigência da independência.



Fig: Publicações do “O Africano” e “O Brado Africano”.

### As Manifestações Literárias e Artísticas

Após séculos de dominação, países colonizados por Portugal, como Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, através da literatura, principalmente, passaram a denunciar, por meio da imprensa – jornais e revistas –, a exploração que sofriam. Apesar de, nessas publicações, os poemas e as histórias produzidas estarem pautadas, em um primeiro momento, em modelos europeus, percebe-se que, com o passar do tempo, há a inserção de costumes e de práticas culturais regionais africanas.

Mais uma vez, só a pequena menoria culta se achava em posição de acompanhar os acontecimentos mundiais; só ela tinha contactos adequados com o exterior e tinha sido capaz de adquirir o hábito do pensamento analítico, que agora lhe permitia compreender globalmente o fenómeno colonial. Em Moçambique levantava-se uma nova geração de insurrectos, activa e decidida a lutar nos seus próprios termos, e não nos termos impostos pelo governo colonial.

Poetas, pintores e escritores também manifestaram o seu descontentamento perante o facto colonial. Em Moçambique os mais conhecidos são provavelmente os Homens como Rui de Noronha, os pintores Malangatana Valente Nguenya e João Craverinha, os poetas como José Craverinha, e Noémia de Sousa, o cronista Luís Bernardo Homoana, Rui Nogar, Rui Knopfli, Virgílio de Lemos, Rui Guerra, Fonseca Amaral, Orlando Mendes entre outros, nos seus poemas, nas suas telas, nos seus escritos, protestavam contra o sistema colonial.

Na poesia política dos anos quarenta e cinquenta predominam três temas:

1. Reafirmação da África com mãe-pátria, lar espiritual, Contexto de futura nação;
2. Levantamento do homem negro noutras partes do Mundo, chamada geral à revolta; e
3. Presentes sofrimentos do povo de Moçambique, esmagado sob o trabalho forçado e nas minas.

Os sofrimentos do trabalhador forçado e do mineiro inspiraram muitos poemas e há vigorosos exemplos dos principais poetas desse período:

- “Magaíça”, de Sousa;
- “Mamparra m’gaíza”, “Mamana Saquina”, de Craverinha;
- “A Terra treme”, de Marcelino dos Santos;

Noémia de Sousa, uma mulher de personalidade forte, teve várias identidades no que se refere à sua identificação formal. Ela teve como nome de batismo, Carolina Noémia Abranches de Sousa; como poetisa em épocas de ditadura assinava N.S; como cidadã exilada de seu país, Vera Micaia; como poetisa reconhecida pelo seu povo, Noémia de Sousa; como ente familiar era conhecida como Carô e hoje muito mais do que isso ela é reconhecida como “a mãe dos poetas moçambicanos”. Ora, isso porque sua voz de combate não somente incendiou o seu povo, mas despertou muitos a tornarem-se guerreiros das letras, assim como ela.

Seus poemas tinham o carácter revolucionário e militante e tornaram-se um chamamento para a luta contra o sistema opressor colonial: “Nossa voz ergueu-se consciente e bárbara... / Nossa voz, irmão! nossa voz atabaque chamando” (SOUSA, 2001, p. 33).

É evidente que, apesar dos esforços dos seus autores para serem “africanos”, tinham recebido mais

da tradição europeia do que da africana. Isto indica a falta de contacto entre estes intelectuais e o resto do país. Neste tempo não estavam em posição de forjar um verdadeiro movimento nacional, como não estavam os compositores das cooperativas de Lázaro Kavandame.

No *Grito Negro*, Craveirinha conseguiu dar um dos mais vívidos testemunhos de alienação e revolta que jamais foram escritos. Pela sua estreita e significativa estrutura musical, este poema perde muita da sua força na tradução, mas vale a pena citá-lo por inteiro, porque é uma das obras mais importante e influentes do tempo:

Eu sou carvão!

E tu me arrancas-me brutalmente do chão  
e fazes-me tua mina, patrão.

Eu sou carvão  
e tu acendes-me, patrão  
para te servir eternamente como força motriz  
mas eternamente não, patrão.

Eu sou carvão  
e tenho que arder, sim  
e queimar tudo com a força da minha combustão.

Eu sou carvão  
tenho que arder na exploração  
arder vivo como alcatrão, meu irmão  
até não ser mais a tua mina, patrão.

Eu sou carvão  
tenho que arder  
queimar tudo com o fogo da minha combustão.

Sim!

Eu serei o teu carvão, patrão!

- Poema de José Craveirinha In *Karingana wa Karingana* (Era Uma Vez)

Poucos do grupo de Craveirinha conseguiram escapar ao seu isolamento e fazer a ligação entre a teoria e a prática. Noémia de Sousa deixou Moçambique, deixou de escrever poesia, foi viver em Paris. Muitos, incluindo Craveirinha e Honwana, estavam na prisão. Malangatana estava ainda a trabalhar em Moçambique, mas vigiado de perto e importunado pela polícia. De todos mencionados, só Marcelino dos Santos, depois de um longo período de exílio na Europa, se juntou ao movimento de libertação, e desde então a sua poesia mudou e desenvolveu-se sob o ímpeto da luta armada.

A obra de Marcelino dos Santos e dos seus companheiros, porém, influenciou e inspirou uma geração pouco mais jovem de intelectuais, muitos dos quais conseguiram fugir à vigilância da polícia e lançaram-se no movimento de libertação.

Figuras do Proto-Nacionalismo Moçambicano: Rui de Noronha, Noémia de Sousa, Malangatana Valente Nguenya, Marcelino dos Santos, Luís Bernardo Honwana, João Craveirinha e José Craveirinha.



Obras de Malangana V. Nguenya, as duas primeiras; Obras de João Craveirinha, as duas últimas.



### O Período do Colonialismo Português a Partir de 1930

Em Portugal, as dificuldades económicas e a instabilidade política, social e militar associadas à subida de preços dos géneros alimentares, à baixa dos salários depois da I Guerra Mundial, às revoltas e a greves constantes abertas a partir da implantação da 1ª República entre 1910 e 1926, que provocaram o descontentamento de grande parte da população que desejava um governo forte capaz de restabelecer a ordem e a tranquilidade. Estes factores criaram um clima próprio para uma conspiração, criaram as condições que levariam ao golpe de Estado encabeçado pelo General Gomes da Silva em 28 de Maio de 1926 e a implantação de um regime ditatorial em Portugal – o “Estado Novo”- edificado por Salazar, que foi essencialmente um Estado corporativista, conservador, colonialista e repressivo; a União Nacional ou partido único, que não autorizava a formação de partidos políticos; a polícia política (PIDE), que perseguia todo e qualquer opositor do regime; a Legião Portuguesa que consistia numa milícia de defesa e combate ao comunismo; a fundação da Mocidade Portuguesa, destinada a inculcar nos jovens os valores do regime; a utilização dos livros “obrigatórios” no ensino, nos quais se defendiam os ideais salazaristas; os cartazes e a imprensa inculcavam na população as vantagens do Estado Novo, escondendo a má imagem do regime. Apenas a crise colonial, colocada abertamente no início dos anos 70, geraria as bases para a transformação democrática em Portugal.

Em Moçambique, um dos resultados do golpe foi o reforço das posições dos representantes da burguesia, quer no Estado colonial, quer nas grandes companhias, mesmo contra os trabalhadores e

machambeiros brancos. A partir de Outubro de 1926, foram promulgadas leis que revelaram a intenção do novo regime de estreitar as relações entre as colónias e a Metrópole, corrigindo a fraqueza das relações económicas existentes até então. Para o efeito, propôs-se a imposição de um controlo mais directo e rigoroso sobre os recursos das colónias. Isto seria feito através de várias medidas, entre as quais podemos destacar **a unificação territorial, que significou a abolição do sistema de Companhias Majestáticas e de arrendamento dos prazos.**

Em relação à Moçambique o que significou o Estado Novo de Salazar?

Após o golpe de Estado em Portugal em 28 de Maio de 1926, o general Óscar Carmona tornou-se Presidente da República a 1928 e nesse mesmo ano, convidou para Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, que conseguiu um equilíbrio financeiro através do aumento dos impostos e da diminuição das despesas com a saúde, educação e a assistência social. Por essa razão, a sua influência política cresceu muito e foi considerado o “Salvador da Pátria”. Ministro das Colónias em 1930 e, entre 1932-1968, devido ao seu prestígio, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministro (Primeiro-Ministro), o que marcou um novo período na História de Moçambique: **o Colonial Fascismo.**

O governo de Salazar surgiu com uma forte componente agrícola, tendo-se instalado como um governo de compromisso e arbitragem, promovendo alianças entre uma burguesia fraca mas em ascensão e os grandes proprietários fundiários bem estabelecidos, criando condições para a consolidação da burguesia portuguesa, acelerando a sua acumulação de capital à custa da repressão dos trabalhadores e da intensificação da exploração colonial e colocando Moçambique (e restantes colónias portuguesas) ao serviço dos interesses metropolitanos – **É o Nacionalismo Económico de Salazar.**

### **A Conjuntura Política e Económica e os Marcos de Viragem O Nacionalismo Económico de Salazar**

As causas do Nacionalismo Económico de Salazar podem ser resumidas em três pontos:

- Acabar com o caos administrativo;
- Acabar com o domínio do capital estrangeiro não português;
- Garantir a centralização administrativa;

No que diz respeito à política colonial, o Estado Novo enveredou por uma política caracterizada em torno do Ministro das Colónias, interrompendo a política de autonomia que se vinha verificando desde 1914. É assim que a Companhia do Niassa não vê renovada a sua carta concessionária em 1929 e em 1942, coube a vez da Companhia de Moçambique.

Com a cessação dos poderes majestáticos da Companhia de Moçambique, assiste-se à unificação de todo território que passa a estar sujeito às mesmas leis e aos mesmos interesses coloniais no quadro da política nacionalista de Salazar. Restaurava-se a ideia de um Império Colonial Português em que as colónias eram parte integrante de Portugal.

### **Características Gerais do Nacionalismo Económico de Salazar**

Nas colónias, o nacionalismo salazarista encontrou expressão legal no **ACTO COLONIAL** e na **CARTA ORGÂNICA DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS (1930).**

**O Acto Colonial de 1930** – espécie de Constituição para os territórios ultramarinos, havia definido como competência exclusiva do Estado a administração e a cobrança de imposto e mesmo a exploração dos portos. Outro elemento importante foi a definição de um estatuto especial dos indígenas, base para o recrutamento da força de trabalho para as empresas capitalistas e dos colonos.

A política colonial deste novo período baseou-se no princípio de que as colónias deviam ser a fonte de matérias-primas para a metrópole e mercados das manufacturas portuguesas bem como recipientes dos desempregados portugueses. Desta forma, Moçambique torna-se um fornecedor importante de algodão para a indústria portuguesa, consumidor de vinhos e têxteis portugueses e albergue de camponeses empobrecidos em Portugal tanto em regime de colonatos como nas cidades.

Com a publicação do Acto Colonial, foram definidas as linhas em que a futura economia das colónias devia assentar, e com elas a de Moçambique: **a economia de todas as colónias deveria ser parte integrante da economia nacional.**

Outros diplomas também importantes foram a **Constituição Portuguesa** – “*organização económica dos territórios portugueses depende da organização económica habitual da Nação portuguesa, e ela deve por consequência ser integrada na economia mundial*”, especificando a relação entre a economia das colónias e Portugal, - a **Carta Orgânica**, publicada para cada colónia, e a **Lei da Reforma Administrativa Ultramarina** (1933). Por esta reforma, a administração local ficou sujeita ao mandato efectivo de Lisboa, assegurando-se desta forma os interesses da burguesia portuguesa.

Para Newitt, (1997:391), “(...) *A imagem que Salazar queria dar era a de uma sociedade assente nos princípios católicos da autoridade e família; da probidade financeira e da moeda forte; do progresso económico planeando alcançar, sobretudo com os recursos internos; na neutralidade firme e da independência nacional; e da missão civilizadora em África afirmada na sua forma clássica na nova Constituição aprovada para Moçambique em 1933:*

*Constitui o principal atributo da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar os domínios ultramarinos e civilizar as populações indígenas que neles habitam, bem como exercer a influência moral que lhes é atribuída pelo Padroado do Oriente”.*

Basicamente esta legislação marcou o fim da autoridade formal da Província de Moçambique, que passou a designar-se colónia, centralizou os poderes legislativos e financeiros nas mãos do então Ministro das Colónias, procurando colocar Portugal ao nível das restantes potências europeias.

O resultado desta política foi a formação e consolidação lenta mas contínua de um capital português. A grande dependência de países estrangeiros foi largamente superada através das dificuldades impostas ao capital estrangeiro e da diversificação de fontes externas de capital em vez da hegemonia de uma única como acontecia com a posição da Inglaterra.

### **Características do Colonial Fascismo**

- O Estado colonial passa a dirigir toda a política laboral, especialmente através da Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas, tornando-se actividades exclusivas dos diversos sectores da política laboral;
- O Estado cria uma zona de escudo (1932), impondo um sistema de licenças de importação e exportação em relação às trocas com outros países nas operações internas da colónia, centralizando todas as divisas nos cofres do Estado. A proibição do uso de moedas doutros países nas operações internas da colónia;
- Incrementa o sistema da agricultura forçada do algodão e do arroz, obrigando os camponeses a vendê-los a preços e quantidades estipuladas pelo Estado. Em 1938, por exemplo, cria a JEAC (Junta de Exploração do Algodão Colonial) e em 1941, a Divisão do Fomento Orizícola. Moçambique passa a ser fornecedor de matérias-primas à metrópole, o que permitiu aos industriais portugueses o desenvolvimento da indústria têxtil e sua penetração nos mercados coloniais e internacionais competitivos;
- Incrementa o desenvolvimento da cultura do chá, sobretudo na Alta Zambézia;
- Aperfeiçoa a cobrança do imposto indígena, diversificando as suas modalidades e aumentando os seus montantes. Assim, para além do imposto de capitação, foi introduzido

em 1942 o imposto reduzido indígena para as mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas há mais de três anos, o imposto remissivo indígena, destinados a desencorajar o não pagamento imediato do imposto de capitação, entre outros;

- Limita o poder das Companhias Monopolistas. Em 1942, com a cessação dos poderes majestáticos da Companhia de Moçambique, Portugal passa a controlar efectivamente Moçambique;
- Introduz os Planos de Fomento;

Entretanto, o mundo é assolado por uma grande crise económica. Esta crise vai-se repercutir nos territórios portugueses, em particular Moçambique.

### **A Crise Económica Mundial**

Entre 1929 a 1934 uma grave crise atingiu o sistema capitalista mundial, afectando a produção (e, evidentemente, os produtores) em Moçambique, e a política colonial do novo governo português. Na origem da crise estava o aumento da produção em quase todos os países desenvolvidos depois da I Guerra Mundial, especialmente entre 1922 e 1928. A produção ultrapassou o consumo e, como resultado, os preços das mercadorias, incluindo os das matérias-primas, começaram a baixar.

O sistema financeiro, virado até então para o incremento da produção, começou a ressentir-se, reduzindo créditos, o que conduziu a uma reacção em cadeia no sistema económico. Fecharam-se fábricas e diminuiu a produção, o que originou o desemprego de milhões de trabalhadores em todos os países industrializados. Os piores anos da crise foram 1932 e 1933. Depois, a situação foi melhorando lentamente.

As colónias de todos os países capitalistas foram severamente atingidas pela redução da produção de matérias-primas, cujos preços baixaram, em geral, para metade relativamente em 1928.

### **Efeitos da Crise Económica Mundial para Moçambique**

- Redução geral dos preços dos produtos agrícolas como o amendoim, milho, copra, açúcar, sisal, etc. Apenas o caju e o algodão mantiveram ou mesmo aumentaram de preço;
- Aumento do desemprego;
- Abandono de algumas actividades produtivas não rentáveis;
- Enceramento de algumas fábricas e empresas agrícolas, etc.

Alguns proprietários de plantações para fazer face aos efeitos da crise tomaram as seguintes medidas:

- Redução dos custos de produção traduzidas no abandono das actividades não rentáveis, no despedimento do pessoal, no enceramento de algumas fábricas, etc.;
- Diminuição da compra de produtos agrícolas a preço muito aquém dos seus custos de produção;
- Introdução de novos métodos para aumentar a produtividade, por exemplo: a atracção animal em vez do trabalho braçal e a utilização de estrumes como fertilizantes.

Enquanto os trabalhadores moçambicanos sofriam os efeitos da crise, Portugal reforçava o seu colonialismo, fazendo com que a colónia se convertesse na solução dos problemas económicos da sua metrópole.

### **O Capital Comercial do Quadro da Agricultura Forçada**

O papel de Moçambique como fornecedor de matéria-prima a Portugal foi muito evidente com o algodão, o qual, produzido em regime desumano, de trabalho forçado sem qualquer dispêndio de capital em salário, permitiu aos industriais portugueses:

- O desenvolvimento de uma das poucas indústrias portuguesas de vulto (a têxtil);
- A sua penetração nos mercados coloniais e europeus com preços competitivos.

### **O Caso do Algodão**

Uma das mais importantes indústrias portuguesas era a indústria têxtil. Antes de 1926, Moçambique e Angola produziam cerca de 800 toneladas de algodão contra 17.000 toneladas que

a indústria portuguesa necessitava anualmente. Assim, pelo decreto nº 11994 de 29 de Agosto de 1926, regulamentou-se pela primeira vez a cultura de algodão por camponeses moçambicanos (lei reforçada em 1946 pelo decreto nº35844).

Segundo esta lei, o governo fazia concessões de terras (algodoeiras) a Companhias que se comprometiam a erguer uma fábrica de descaroçamento de algodão e um armazém, bem como fornecer sementes à população camponesa e a adquirir destas, o algodão colhido.

O cultivo do algodão foi responsabilizado aos camponeses num sistema fortemente controlado por agentes de administração colonial e das companhias concessionárias. Os camponeses viam-se obrigados a cultivar o algodão com os seus próprios meios de produção e a colher a preços fixos à companhia que lhes forneceu as sementes. Este sistema reduzia o tempo e o meio do campesinato para o cultivo da sua subsistência.

Em 1932, para fazer face à baixa do preço mundial do algodão que se verificou a partir de 1927, o Estado passou a incentivar financeiramente as concessionárias algodoeiras, comprando o algodão da primeira qualidade a 8 escudos metropolitano contra 5 escudos no mercado mundial.

Em 1938, com a crescente procura mundial do algodão, aumentando em consequência o seu preço, Portugal, para controlar todos aspectos da produção, comercialização e exportação do algodão, cria a **JEAC – Junta de Exploração do Algodão Colonial**.

Através deste organismo o governo pretendeu estabelecer um maior controlo sobre as companhias concessionárias em Moçambique. O sistema de produção camponesa mantinha-se, e as companhias obrigaram-se a desenvolver, mais activamente, a cultura do algodão em concessões alargadas. Toda a exportação tinha que ser aprovada pela JEAC.

De início, em 1939, a JEAC tentou promover o aumento da cultura do algodão através da propaganda e da persuasão. Em reuniões em regulados escolhidos para a promoção da cultura, os administradores, chefes de postos, agentes da Junta e missionários propagandearam que a cultura do algodão seria de grande benefício para o povo, e este aproveitaria do dinheiro da produção e de roupas baratas, de algodão, que seriam produzidos e vendidos localmente.

Mas a prática, mostrou outra realidade: a não ser quando cultivados em solos particularmente apropriados, tais como alguns existentes em Cabo Delgado, Nampula, Norte de Zambézia, Norte de Manica e Sofala (Chemba), o rendimento por hectare era baixo; os preços oferecidos eram baixos; os camponeses só podiam vender à companhia que lhe havia fornecido as sementes, impedindo-os de contactar outras companhias e viciação na classificação do algodão.

**NOTA:** Assim, perante a intensificação desta cultura obrigatória, os camponeses começaram a protestar, fugindo para zonas onde não existia o cultivo de algodão ou para os territórios vizinhos, cozendo ou torrando as sementes antes de lançar à terra, ou mesmo juntando pedras nos casos de algodão para aumentar o peso.

Mas as autoridades reforçaram a vigilância organizando e controlando de perto o processo de cultivo, muito em particular através da concentração de camponeses em melhores terras algodoeiras (sistema de picadas) e imposição do prolongamento do trabalho.

### **Caso do Arroz**

A produção do arroz tinha como objectivo fundamental abastecer as necessidades alimentares da população urbana e surgiu no contexto da II Guerra Mundial em que se tornava difícil a importação do arroz do Sudeste Asiático (via Singapura).

Na realidade, na década 1929-1939, a produção e comercialização do arroz em Moçambique diminuiu, tornando-se mais barato importar arroz a granel do sudeste asiático. Esta importação atingiu cerca de 11.000 toneladas em 1939.

No entanto, a redução significativa da navegação comercial e o desenrolar dos acontecimentos

políticos no sudeste asiático, nomeadamente a expansão do Japão e a queda de Singapura em seu favor, provocaram a interrupção no fornecimento do arroz.

Em resposta a esta última situação, e para promover a auto-suficiência em arroz, o governo colonial decidiu introduzir a produção obrigatória do arroz.

O governo decidiu criar Círculos Orizícolas e entregar o fornecimento de sementes aos camponeses africanos e a compra do produto, a concessionários europeus, num modelo repressivo semelhante ao da cultura de algodão. Assim, é criada em 1942 a **Divisão do Fomento Orizícola** que tinha poderes semelhantes aos da JEAC.

De facto, a cultura do arroz baseava-se na pressão exercida pelos administradores, cipaios e capatazes. Os concessionários, que detinham o monopólio, deviam distribuir as sementes, fertilizantes e sacos, tendo cada homem o dever de cultivar um hectare e a cada mulher meio-hectare. O arroz devia ser vendido pelo camponês apenas ao concessionário, a um preço baixo, fixado pelo governo. O concessionário processava e revendia o produto, enriquecendo-se, desta forma, em todo o processo de comercialização.

Face a esta situação, os camponeses preferiam emigrar para outras zonas onde não se praticasse esta cultura, a cozer ou torrar sementes bem como outras formas de protesto.

### **Caso do Chá**

A cultura de arbusto de chá, em Moçambique, data de 1915, ano em que a Empresa Agrícola de Lugela iniciou a plantação em Milange, onde em 1924 se montou a primeira fábrica. Neste ano a produção do chá cifrou-se em 45 toneladas. A metrópole era a principal consumidora, seguida pela União Sul-africana.

As Companhias do Madal e da Zambézia prestavam especial atenção à cultura do chá, com tarefas específicas, tais como alargar as áreas de cultivo e melhorar a qualidade. Nas regiões de Quelimane e Mossurize, a cultura de chá teve ótimos resultados. Produziam e exportavam diversas quantidades de chá moçambicano, todos convenientemente embalados com óptima apresentação, tais como: Orange, Pek, Broke Orange, Verdes, Pérola, etc.

### **O Caso do Tabaco**

Os portugueses introduziram a cultura do tabaco em certos pontos de Moçambique, onde quem quisesse praticar esta cultura tinha de inscrever na repartição técnica de agricultura e pedir uma licença especial. Porém, esta era negada aos indígenas.

Em Moçambique, cultivava-se tabaco “Virgínia” e “Turco”, a *Groot Swazi*, *Gold Leaf*, etc., para a secagem ao sol e à sombra.

### **A Continuação de Exportação de Mão-de-Obra e da Dependência em Relação ao Capital Estrangeiro**

O capital português continuava fraco e pouco competitivo. Não conseguia aliciar trabalhadores com salários mais altos. Assim, para as finanças portuguesas, o trabalho migratório em si, como a obrigação do Transvaal utilizar o porto e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques, constituíam as principais fontes de receitas em divisas mais importantes, daí, intensificou-os, renovando e aperfeiçoando em 1928 os acordos com a África do Sul (Convenção de 1928, revista em 1934 e 1940).

Estes acordos deram grandes vantagens à burguesia portuguesa. Por um lado, fez diminuir a tendência dos mineiros ficarem permanentemente na África do Sul, tendo então que regressar para receber o seu salário completo. Por outro, duplicou o rendimento da colónia, em divisas, do trabalho mineiro. Isto significou um aumento do poder de compra da colónia, quer dos regressados nas lojas rurais, quer do governo no mercado mundial.

Portanto, o Nacionalismo Económico ao contrario de enfraquecer as relações económicas de Moçambique com os centros mais desenvolvidos da África Austral, sob forma de fornecimento de trabalhadores migrantes e de prestação de serviços ferro-portuários intensificou-se e aperfeiçoou-se com a assinatura de acordos com a África do Sul e Rodésia do Sul.

Assim, a economia colonial em Moçambique, ficou integrada no complexo económico da África Austral. As receitas de transporte e do trabalho migratório, constituíram a mais importante fonte de divisa para a economia colonial de Moçambique.

### **Questionário**

1. A década de 30 representou de facto um momento de transição para uma nova política de colonização portuguesa.

- Mencione o nome da política e os principais documentos a ela relacionados.

2. De 1930 a 1937, enquanto os trabalhadores moçambicanos sofriam os esforços da Crise Económica Mundial, Portugal reforçava o seu domínio.

a) Mencione três indicadores dos efeitos da Crise Económica em Moçambique.

b) Explique o reforço do colonialismo a que a frase se refere.

c) Qual foi o significado do Nacionalismo Económico para Moçambique?

3. No mesmo período, o colonialismo português experimentava uma fase de transição económica, política e administrativa.

a) Em que consistia essa transição?

b) Mencione três medidas tomadas no âmbito desse período transitório.

4. O Nacionalismo Económico de Salazar previa, entre outros aspectos, a limitação da intervenção do capital internacional, tanto na metrópole como nas colónias.

a) Mencione duas causas concretas que levaram à adopção do Nacionalismo Económico.

b) Cite três mecanismos de exploração postos em prática em Moçambique no âmbito do Nacionalismo Económico.

5. O Nacionalismo Económico de Salazar previa, entre outros aspectos, a limitação da intervenção do capital internacional, tanto na metrópole como nas colónias, mas os recrutamentos de mão-de-obra de Moçambique para África do Sul continuaram a aumentar.

- Como é que se explica este facto.

6. Por que razão foi instituído o cultivo forçado do algodão e arroz em Moçambique?

a) Como foi organizado esse processo?

b) Quais foram as consequências e a resposta dos camponeses?

### **A Política Social: A Crescente Importância da Colonização Mental**

#### **O Papel das Missões Católicas**

Depois de uma década de separação do Estado da Igreja, em 1926, foi renovado o papel especial da Igreja católica na colonização.

Até 1930 o desenvolvimento educacional em Moçambique havia seguido as linhas de desenvolvimento económico colonial. A educação dos africanos foi restringindo à formação de trabalhadores manuais de forma a apoiar o desenvolvimento capitalista colonial, mas esta política não seguiu uma base rigorosamente planificada e uniforme:

- Predominavam missões protestantes não portuguesas na evangelização e educação;
- A expansão das missões católicas foi limitada por falta de recursos devido à política de laicidade do Estado Republicano desde 1911;
- O próprio Estado colonial pouco tinha gasto na construção de escolas.

Nestas condições, e existindo um controlo insuficiente dos programas de ensino e ampla penetração não portuguesa, os resultados foram de “mau tipo” para os portugueses e incompatíveis com a dinâmica colonial. Por isso, no quadro da política nacionalista de Salazar desde 1930 procurou-se corrigir a situação também neste domínio.

Pelo ACTO COLONIAL de 1930, as missões católicas recebem privilégios na base de o catolicismo ser a religião oficial e por consequência as missões católicas deveriam ser instrumentos de civilização e influência nacional nas colónias.

Formalizando a aliança entre a Igreja católica e o Estado português a mais alto nível, entre o governo central de Lisboa e o Vaticano, é assinado a 7 de Maio de 1940 o **ACORDO MISSIONÁRIO e Concordata**. Neste acordo, o governo estabelece subsídios para as missões, onde estas podem fundar e dirigir escolas para indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar, secundário e profissional, catecumenatos e hospitais.

Nas escolas indígenas é obrigatório o ensino da língua portuguesa, devendo as línguas indígenas serem usadas para o ensino de religião conforme os princípios da igreja. Esta medida tinha como objectivo:

- Garantir a expansão da língua portuguesa;
- Tornar mais portuguesa a população de Moçambique;
- Discriminar as igrejas protestantes, que habitualmente utilizavam as línguas bantu nos primeiros anos de escolarização, como meio mais rápido de atingir a alfabetização básica, e cujos missionários eram, no geral, mais capazes de comunicar nas línguas nacionais e Inglês do que em Português.

A política religiosa do Estado Novo em Moçambique, neste período, resultou, também, na imposição de algumas restrições sobre a religião mohomentana

Em 1941, pelo **ESTATUTO MISSIONÁRIO**, clarifica-se o acordo de 1940:

- O Estado garante à Igreja católica no ultramar o livre exercício da sua actividade sem impedimentos,
- Os Bispos recebem salário estatal equivalente ao dos Governadores Distritais e os Arcebispos vencimento igual aos dos Governadores-gerais.

Neste mesmo ano (1941), através de um Decreto, foi proibida a atribuição de subsídios a outras igrejas que não fossem portuguesas e católicas.

### **O papel principal atribuído às missões católicas, foi o ensino dos “indígenas”.**

A responsabilidade da educação das massas africanas é atribuída às missões católicas subsidiadas e apoiadas pelo Estado como instrumentos de “civilização e influência nacional” portuguesa.

Investidos de autoridade, as missões católicas iniciaram uma campanha de expansão com objectivo de atacar as missões protestantes não portuguesas e reduzir a massa populacional sob sua influência o que pode ser ilustrado pelos números que se indicam no quadro abaixo.

<b>Anos</b>	<b>1930</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>
Número de Missões católicas	276	851	2925
Número de Missões protestantes	41	39	23

Da mesma forma, as suas escolas primárias rudimentares expandiram-se no mesmo período, tal com as escolas rudimentares do Estado, enquanto o número de escolas das missões protestantes diminuiu, como mostra o quadro seguinte.

<b>Ensino</b>	<b>1930</b>	<b>1935</b>	<b>1937</b>
Oficiais	64	149	177
Católicas	126	214	231
Protestantes	84	55	45

**Tabela 7:** Aumento do número das escolas rudimentares, 1930-1937

Simultaneamente todas as crianças africanas de 7 – 10 anos residindo num raio de 3km de uma missão eram compulsivamente obrigadas a frequentar a escola da missão.

A expansão da Igreja caracterizou-se por uma ligação estreita com os elementos mais repressivos do sistema colonial, como o trabalho forçado e as culturas obrigatórias. A isto não faltaram as expropriações de terras aos camponeses e a utilização de mão-de-obra, sujeita a salários miseráveis, ou mesmo forçada, dos próprios alunos das missões. Os alunos eram normalmente usados como força de trabalho na produção agrícola, especialmente do arroz e do algodão. Estes produtos eram depois vendidos, revertendo a receita a favor da missão – **era o chamado xipadre** (xibalo na machamba das missões), trabalho forçado extraído pelas missões aos alunos como forma do pagamento da educação recebida.

### **A Natureza do Ensino**

Nos territórios portugueses, o ensino dos africanos tinha dois objectivos:

1. Formar elementos da população que actuariam como intermediários entre o Estado Colonial e as massas; e
2. Inculcar uma atitude de servilismo nos africanos educados.

Estes objectivos foram claramente formulados numa carta pastoral do Cardeal Cerejeira:

*“Tentemos atingir a população nativa em extensão e profundidade para os ensinar a ler, escrever e contar, não para os fazer doutores (...). Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atracção das cidades, o caminho de que os missionários católicos escolheram com devoção e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social da província (...) as escolas são necessárias, sim, mas escolas onde ensinamos aos nativos o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que o protege”* (MONDLANE, 1995:56)

O objectivo do ensino missionário para os africanos era **“civilizar e nacionalizar os indígenas”** difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses. Para o efeito, este ensino incluía a aprendizagem da Língua Portuguesa, Aritmética e Sistema Métrico, Geografia e História de Portugal, Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Física e Higiene, Moral e Religião e Canto Coral.

Mais do que portuguesar, este ensino dirigia-se aos africanos com vista a “aquisição de hábitos e aptidões de trabalho de harmonia com os sexos, condições e convivências das economias regionais (...), o abandono da ociosidade e preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sócias”.

Como se pode ver, o ensino missionário era dirigido exclusivamente às crianças africanas existindo o ensino oficial para os filhos da comunidade colona, mulatos e assimilados. Tal separação era justificada como sendo para o proveito de uns e outros argumentando-se que uns ainda estavam por civilizar enquanto outros já eram civilizados.

Este ensino oficial seguia os programas da metrópole onde os professores eram recrutados e concentravam-se nas principais cidades com destaque para Lourenço Marques.

O ensino primário oficial era constituído por 4 anos de escolaridade enquanto que o estudante que fosse iniciado pelo ensino missionário tinha 6 anos de escolaridade para concluir a 4ª classe.

### **Os Sistemas de Ensino**

Existem duas categorias no sistema de ensino escolar nos territórios portugueses:

1. **As Escolas das Missões Católicas Romanas** – cuja principal função é educarem os africanos durante a instrução primária;
2. **As Escolas Governamentais mais Sofisticadas** – destinadas aos brancos, asiáticos e assimilados.

As escolas para os africanos estavam organizadas da seguinte maneira:

- **Ensino Rudimentar** (chamado Ensino de Adaptação depois de 1956, ou Ensino Missionário), segundo a Lei nº 238, de 15 de Maio de 1930, e a Concordata de 1940, o objectivo deste ensino rudimentar “é conduzir gradualmente o indígena duma vida de selvajaria a uma vida civilizada.”

Este programa está oficialmente a cargo das missões católicas, embora algumas missões protestantes estejam autorizadas também a gerir algumas escolas. Os anos escolares são: **iniciação** (classe infantil), **primeira e segunda classe**.

Assim, a crer nas estatísticas oficiais, menos de um por cento dos alunos, que iniciavam o ensino rudimentar nas missões católicas, chegavam ao fim com aproveitamento e, por isso, com o direito de avançar para o ensino primário comum.

Ano	1940	1944
Total de matriculados	52.238	94.494
Aproveitamento no ano final	224	804

**Tabela 8:** Ensino rudimentar católico, entre 1940-1944

O programa do *ensino de adaptação*, equivalente ao jardim-de-infância e aos dois primeiros graus na maior parte dos outros territórios africanos, é designado, em teoria, para iniciar as crianças africanas na língua portuguesa e nos rudimentos de leitura, escrita e aritmética, trazendo-as ao nível da criança portuguesa, no começo da escola primária. Todavia, em muitas regiões, os filhos de mulatos e asiáticos foram obrigados a passar pelos três anos de ensino rudimentar, embora tivessem sido criados num meio de língua portuguesa, e podiam ter começado a escola primária ao mesmo nível com as crianças portuguesas.

- **Ensino Primário** – este programa destina-se aos estudantes que passaram o Ensino de Adaptação. Compreende a terceira classe, quarta classe e admissão (preparação para entrada no liceu).

Dado que o ensino é ministrado em português desde o início, muitas crianças africanas só conseguem passar no exame de admissão (normalmente feito após três anos de instrução) quando têm já entre 12 e 14 anos. Visto que a idade máxima para entrar na escola primária é de 13 anos, um grande número de crianças africanas vêm-se assim impedidas de frequentar mesmo a escola primária. (...). Para além da 4ª classe, há uma classe na qual os estudantes são preparados, em teoria, para o liceu ou para as escolas técnicas e industriais. Poucas escolas missionárias têm este programa de 5ª classe, e, portanto, é quase nula a oportunidade para a criança africana de entrar na escola secundária, a não ser que se mude para a cidade e frequentar uma escola particular que o prepare para os exames de admissão ao ensino secundário. Nova barreira de idade é encontrada nesta fase. A idade limite para entrar na escola secundária é de 14 anos, e é raro que uma criança africana tenha começado os estudos a tempo de ter acabado aos 13 anos de escola rudimentar e os cinco anos de escola primária.

A análise do conteúdo dos livros de estudo indica que em tudo se foca a cultura portuguesa; a História e a Geografia africanas são totalmente ignoradas. Toda a atenção incide sobre a língua portuguesa, e a geografia das descobertas e conquista dos portugueses; moralidade cristã; artesanato e agricultura.

Na prática, as três fases do ensino rudimentar, primeiro e segundo – estão organizadas de modo a levantar uma série de barreiras à criança africana que deseje continuar os seus estudos até ao nível superior (MONDLANE, 1995:57-59).

As escolas para os europeus, assimilados e outros estão organizadas da seguinte maneira:

- **Ensino Primário** – um programa de cinco anos (a partir de 1952, quando o quinto ano foi

acrescentado), sendo último ano obrigatório para entrar no ensino secundário.

- **Ensino Liceal** – inclui o primeiro ciclo (dois anos), o segundo ciclo (três anos) e o terceiro ciclo (dois anos). O terceiro ciclo destina-se àqueles que se preparam para entrar nas universidades portuguesas. (...).

A instrução é obrigatória para todas as crianças europeias que residam a menos de 3 km de uma escola e que tenham de 7 a 12 anos de idade. Embora a idade prescrita para a entrada na escola seja a de 7 anos, as crianças podem ser admitidas um ano mais cedo. O programa das escolas oficiais é o mesmo de todas as escolas de Portugal excepto alguns casos de adaptação a condições locais, climáticas, sociais ou geográficas.

Um grande número de crianças europeias e asiáticas, e um diminuto número de crianças africanas, frequentam as escolas particulares controladas pelo Estado. Poucos são os africanos que têm posses suficientes para mandar para lá os seus filhos.

Devido ao desenvolvimento económico dos anos 1940/1950 registou-se um influxo maior de população colona. Para garantir a produção em escalas maiores de uma elite branca de supervisão e administração, registou-se nesta época a abertura de 3 liceus e 5 escolas técnicas oficiais em Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Quelimane e Nampula, predominando nos liceus os filhos da população colona mais abastada e nas Escolas Técnicas, os dos mais desfavorecidos.

### Resultado do Sistema

Como afirma Mondlane (1976:65), *“se o sistema for julgado quanto há sua finalidade de educar o Africano na civilização portuguesa, deve reconhecer-se que falhou. Muito poucos africanos recebem qualquer espécie de ensino, e o resultado é que em Moçambique a população africana era entre 95 a 98 por cento analfabeta.”*

Em 1959, por exemplo, haviam 392 796 crianças recebendo *ensino de adaptação*, mas destas só 6982 conseguiram entrar na escola primária. Embora perto de 98 por cento da população de Moçambique sejam compostos de africanos negros, só uma pequena parte das crianças que frequentam as escolas primárias são africanas, sendo o número de africanos na escola secundária insignificante. As estatísticas coloniais mostram que as barreiras contra a educação dos não-brancos eram ainda mais efectivas no ensino secundário, como se pode ver no quadro que se segue:

Ano	1945	%	1960	%
Total	704	-	2.550	-
Branco	554	78,6%	2.077	81,4%
Não-brancos	150	21,3	473	18,5%
Negros	1	0,14%	69	2,7%

**Tabela 9:** Matrículas nos Liceus, 1945 e 1960

As crianças africanas pouca hipótese tinham de entrar na escola secundária, pois:

- Entravam tarde na escola da missão;
- Reprovavam muitos;
- A 4ª classe só existia só nas sedes paroquiais;
- O limite de idade para o ingresso na escola secundária era de 12-13 anos;
- O custo das propinas era insuportável para muitos bolsos.

### Alterações na Política Colonial

#### O Crescimento da População Colona e os Colonatos

Como já em aulas anteriores foi salientado, o Estado Novo salazarista na base das medidas de protecção da burguesia portuguesa contra os ataques das classes nacionais e coloniais desfavorecidas e contra a concorrência do capital internacional garantiu uma forte acumulação que veio a ser favorecida pela II Guerra Mundial.

Neste período dividido à neutralidade face à guerra e aos blocos beligerantes e ao fluxo de divisas provenientes das colónias, Portugal vê incrementado o seu comércio externo, uma maior acumulação de reservas e de receitas públicas - o que veio a permitir um novo impulso à industrialização de Portugal depois desta guerra registando-se depois disso a formação de grupos monopolistas portugueses e por consequência a possibilidade de canalizar investimentos portugueses para as suas colónias.

O processo de industrialização de Portugal trouxe como consequência imediata a proletarização de massas significativas de camponeses portugueses que permanecendo em Portugal sem emprego constituíam uma camada potencialmente perigosa para a estabilidade social e política. Tanto mais que muitos procuravam no mundo europeu possibilidades de emprego, o governo procurou canalizar esta massa para as colónias onde converter-se-iam numa camada leal ao governo não só no desenvolvimento económico como na manutenção da autoridade colonial.

Vemos entre 1945, 1950 e 1960 uma vaga de povoamento colono organizado oficialmente pelo Estado: entre 1951 e 1960 o número de colonos fixados em Moçambique foi superior a 13.000 colonos, como podemos ver os dados abaixo:

Ano	1930	1940	1950	1960
<b>População Colona</b>	17.842	27.438	48.213	97.245

Sendo a taxa de crescimento de 5.4, 7.6 e 10.2% respectivamente entre 1930/40, 1940/50 e 1950/60.

### **Exemplos de Colonatos**

Esta população era canalizada prioritariamente para:

- Colonato de Limpopo (Gaza - 1954), onde foram instaladas as primeiras dez famílias, oriundas de Portugal. Em 1957, já viviam no Limpopo 204 famílias portuguesas, e nos inícios da década 60, já estavam distribuídas pelas 14 aldeias do colonato, cerca de 1.400 das 3.000 famílias que se pretendia instalar.
- Colonato de Révuè e Sussudenga (Manica);
- Colonato de Nova Madeira (Niassa);
- Colonato de Montepuez (Cabo Delgado).

**Colonatos** eram regiões de ordenamento e fixação dos colonos europeus organizados no modelo da propriedade rural portuguesa com objectivo de absorver a massa proletarizada em Portugal e estabelecer barreiras ao desenvolvimento de qualquer movimento nacionalista que dava os primeiros passos em Moçambique bem como potenciar o desenvolvimento agro-industrial.

### **Significado da Instalação de Colonatos**

A instalação de colonatos significou a expulsão de camponeses africanos das suas terras cujo alguns dos quais já tinham uma base próspera. Embora nalguns colonatos fossem admitidos africanos, em parcelamentos menores, (normalmente com 2 hectares, contra 4 para os portugueses a pretextos de lhes ensinar hábitos portugueses de trabalho rural), estes ocupavam posições subalternas na quantidade e qualidade de terras atribuídas.

Os colonatos desenvolveram-se fundamentalmente em áreas agrícolas de grande fertilidade, nos principais vales fluviais, como os do Limpopo e Révuè, e nas terras altas de Lichinga e Montepuez.

Os colonos recebiam financiamentos do Estado para a promoção da prática agrícola reembolsável num prazo estipulado e em princípio estavam proibidos de utilizar mão-de-obra assalariada. Este projecto era uma das linhas de base dos Planos de Fomento iniciados nos princípios da década de

1950 com vista a dar novo impulso à exploração dos recursos de Moçambique.

### **Os Planos de Fomento**

O processo de crescimento económico que se verificou durante a década de 1940, significou que o capital português se concentrasse um pouco mais de fazer o que, nos períodos anteriores, não tinha tido condições de fazer, nomeadamente, investir nas colónias na promoção dos seus lucros. Mesmo assim, os investimentos governamentais foram concedidos na forma de empréstimos reembolsados a curto prazo, e em grande parte para financiar a construção de infra-estruturas, como caminhos-de-ferro e obras nos portos. Estes facultaram avultados lucros em divisas, através do trânsito de mercadorias para os países vizinhos, e o fornecimento de energia para as cidades principais.

Em 1937 foi publicado um plano de fomento sexenal que seria financiado pelos excedentes governamentais acumulados e pelas receitas dos portos e caminhos-de-ferro. O plano contemplava a construção para o interior da Ilha de Moçambique, dos esquemas de irrigação do Vale do Limpopo e do Umbeluzi, o caminho-de-ferro de Tete, o desenvolvimento do porto de Nacala e algum investimento agrícola e rodoviário. A implementação do plano, foi interrompida pela II Guerra Mundial.

Após a Guerra, o Estado colonial promoveu a consolidação das infra-estruturas de Manica e Sofala, cujo desenvolvimento permitiria a melhor exploração da zona. Em 1946, foi autorizada a constituição da Sociedade Hidro-eléctrica do Revuè (SHER), que construiu a barragem de Chicamba Real, que melhorou o fornecimento de energia à cidade da Beira e possibilitou também

a venda de energia à vizinha colónia da África do Sul. Em 1947, o governo português facilitou um empréstimo de 100 mil contos para a fase final da construção do caminho-de-ferro de Tete, que atingiu Moatize em 1949. Em 1949, o governo colonial tomou conta do porto da Beira e comprou o caminho-de-ferro que ligava o porto da Beira à Rodésia do Sul.

A partir da década de 50, o governo deu um novo impulso à exploração dos recursos de Moçambique. Iniciaram-se os “Planos de Fomento” e a fixação sistemática de colonos.

- **O Primeiro Plano (1953-58):** É um conjunto de investimentos orientados para a construção de infra-estruturas. Contemplava o aproveitamento de recursos e povoamento prevendo investimentos na ordem de 1.848.500 contos, assim distribuídos:
  - Caminhos de ferro, portos e transportes aéreos.....63%;
  - Aproveitamento de recursos e povoamento.....34%;
  - Diversos.....3%

O plano não previa a distribuição de quaisquer verbas nem para a investigação científica, nem para a saúde pública e ensino.

A principal obra do plano, foi o caminho-de-ferro Lourenço Marques-Malvêrnia (300 Kms), concluído em 1956. O objectivo era servir os interesses do *interland* (Cf.HDGS, 1993:164-172).

Para NEWITT (1995:402), “o primeiro plano de fomento reservou 1.7 milhões de contos de investimento que incluía a ligação férrea entre Lourenço Marques e Salisbúria; um prolongamento do caminho-de-ferro do Inkomati e a continuação do ramal de Nacala; a conclusão do esquema do Vale do Limpopo; as barragens dos rios Revubwe e Movenê e a criação do aeródromo (...). O primeiro Plano era também explícito do seu objectivo de promover a imigração branca: Chamava-lhe “emigração de Portugueses para criar centro de população branca que possam contribuir para a nacionalização do território””.

- **O Segundo Plano (1959-1964)**, surgiu na continuidade do anterior. Tinha os seus investimentos dirigidos para:
  - O povoamento dos colonos (particularmente o do Limpopo);
  - Comunicações e transportes;
  - Aproveitamento dos recursos agrícolas, florestais, pecuários, hidro-agrícolas, hidroeléctrico;
  - Estudos de cartografia geral e geológicos (mineiros e pedológicos).

- Começa a despertar a necessidade de liberalização do comércio externo e de as empresas enfrentarem a concorrência externa.

Era essencialmente, um plano que visava o fomento de produção e do povoamento e continuava a não contemplar a indústria, pelo menos directamente, no que respeitava à direcção dos investimentos. Apenas uma pequena verba foi destinada a instrução e saúde e melhoramentos locais (abastecimento de água).

*“O Segundo Plano, (...) foi traçada em circunstâncias completamente diferentes. A descolonização iniciara-se na África britânica e francesa, e Portugal estava a ser abertamente desafiado pelos nacionalistas para desistir do seu império (...). O plano dotava 3,2 milhões de contos para investimento. Primeiro, perspectivava uma série de estudos científicos de geologia, solos e cartografia, juntamente com uma investigação sobre a nutrição, a educação e a produtividade económica da população africana; depois o Plano interessou-se pelo Révuè; verificar-se-ia um maior investimento nas infra-estruturas dos transportes; e pela primeira vez criou-se um programa para a saúde e educação, ascendendo a 14% do total do investimento planeado” (NEWITT, 1995:402).*

É impressionante verificar que todo o esforço de investimento em infra-estruturas, em equipamento, e mesmo o reduzido investimento em obras sociais (educação, saúde, etc.), estava francamente em ligação com a instalação de colonos portugueses. Na totalidade, podemos afirmar que mais de 75 por centos dos investimentos tinham essa finalidade. Caminhos-de-ferro, estradas, melhoramentos hidroeléctricos, apetrechamento de portos, eram obras que confluíam para a criação de condições de formação de “centros de colonização” e de melhoramento dos já existentes.

### **O Nacionalismo Moçambicano**

No seu livro “Lutar Por Moçambique” Eduardo Mondlane escreveu que o nacionalismo moçambicano *“nasceu da experiência do colonialismo. A fonte de unidade nacional e o sofrimento em comum durante os (...) anos passados debaixo do domínio efectivo português. A afirmação nacionalista não nasceu duma comunidade estável, historicamente significando unidade cultural, económica, territorial e linguística. Em Moçambique foi a dominação colonial que produziu à comunidade territorial e criou a base para a coesão psicológica, fundamentada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos do sistema colonial”*.

O nacionalismo moçambicano nasce como contestação do colonialismo europeu e manifesta-se, principalmente, ao nível das associações, da imprensa, da poesia, na linha do um movimento mais amplo de emancipação africana cuja expressão predominante foi o que se chamou de Pan-africanismo.

Mas a ideia de acção nacional desenvolveu-se inicialmente entre uma minoria diminuta de moçambicanos urbanizados. Isto por causa da limitada comunicação entre as comunidades sujeitas às mesmas experiências, da proibição de associação política, a necessidade de segredo imposta por esta proibição, da erosão da sociedade tradicional e da falta de educação moderna nas áreas rurais. Foi entre africanos assimilados e mulatos – intelectuais e assalariados, desenraizados do sistema tribal que vendo de preto, nas cidades o poder colonial e numa ausência de ambiente tribal, que começou a crescer a força da unidade, a visão de Moçambique como terra de todos os moçambicanos.

### **Os factores do Nacionalismo Moçambicano**

A partir da II Guerra Mundial, surgem em África vários movimentos nacionalistas. Vários factores contribuíram para este surto nacionalista, como por exemplo:

- A participação dos africanos na II Guerra Mundial ao lado das suas potências coloniais;
- O surgimento em África de partidos políticos, movimentos associativos juvenis, entre outros;

- O sistema colonial;
- O papel da ONU;
- O papel dos EUA e da URSS;
- As independências afro-asiáticas;
- A Conferência afro-asiática de Bandung em 1955; etc.

## **O papel das Associações e Movimento dos Estudantes**

### **A Associação dos Naturais de Moçambique**

Em 1935, surgiu a Associação dos Naturais de Moçambique, autorizada pelo Estado com vista a aliviar uma potencial oposição moçambicana. Era constituída por brancos nascidos em Moçambique, considerados como “brancos de segunda”. De início servindo os interesses do colonialismo, mas a partir da década de 50, um pequeno grupo de brancos anti-fascistas toma o controle da associação e abre as portas a indivíduos de outras raças. Colaborou a partir de então com a NESAM e vai ministrando nas suas instalações cursos que o sistema não facultava aos negros.

### **O Movimento de Jovens Democratas Moçambicanos (MJDM)**

Pouco depois da II Guerra Mundial, formou-se em Moçambique, o **Movimento de Jovens Democratas Moçambicanos (MJDM)**. Tinha como objectivos:

- Fazer uma intensa propaganda contra o Estado Novo, através da distribuição de panfletos de propaganda política clandestina;
- Combater as grandes injustiças sócias de que estavam a ser vítimas os trabalhadores por parte dos patrões;
- Promover a unidade de todos os africanos.

Alguns dos seus dirigentes foram: Sobral de Campos, Sofia Pomba Guerra, Raposo Beirão, João Mendes, Ricardo Rangel e Noémia de Sousa.

Vigiado pela polícia e limitado pelas divisões raciais impostas ao movimento associativo, este movimento viria a ser reprimido no período de 1948-1949, quando seus principais dirigentes foram presos e condenados.

### **O Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM)**

Em princípios de 1949, formou-se em Lourenço Marques, o **Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM)**, com cerca de 20 membros, funcionava dentro do Centro Associativo dos Negros (CAN), o novo nome do Instituto Negrófelô.

O objectivo do Núcleo era fomentar a unidade e a camaradagem entre os jovens africanos, através do desenvolvimento da sua capacidade intelectual, espiritual e física, para melhor servir a sociedade.

A primeira fase da existência do NESAM, embora dinamizado pela experiência e pelos ideais de Eduardo Mondlane, durou pouco tempo.

Nos primeiros anos da sua existência foi considerada pelas autoridades coloniais como uma organização nacionalista embrionária, daí ter sido policiada e sob influência da direcção colaboracionista do Centro Associativo, passou a restringir a sua actividade a acções sócio-culturais entre a pequena camada estudantil negra constituída por filhos das famílias membros do Centro, e a polícia tentou eliminar o conteúdo político dos seus objectivos, como Mondlane relatou:

*“Logo desde o início a polícia vigiou de perto o movimento. Eu próprio, como era um dos estudantes vindos da África do Sul que tinham fundado o NESAM, fui preso e longamente interrogado acerca das nossas actividades em 1949.”*

Na segunda metade da década de 1950, a contradição entre o colaboracionismo do Centro e a

tendência nacionalista do NESAM, agudizou-se. O NESAM voltou a ser uma plataforma de discussão e comunicação não só sobre o problema da educação discriminatória, mas também do nacionalismo e da independência.

Alguns dos seus dirigentes foram: Eduardo Mondlane (o fundador após seu regresso da África do Sul em 1949), Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Luís Bernardo Honwana, Augusto Hunguana, Josina Muthemba, Pascoal Mucumbi, Jorge Tembe, Filipe Samuel Magaia, Mariano Matsinhe, entre outros. Com a visita de Eduardo Mondlane a Moçambique em 1961, as actividades do NESAM ganharam mais ânimo e, em 1965, por causa dos seus ideais o movimento foi banido.

A eficácia do NESAM, como a de todas as organizações dos primeiros tempos, era estritamente limitada pelo pequeno número dos seus membros, neste caso, restrita aos estudantes negros da escola secundária. Mas pelo menos de quatro maneiras deu um importante contributo para a revolução:

- Conseguiu divulgar as ideias nacionalistas aos jovens moçambicanos instruídos;
- Estabeleceu uma rede de contacto a nível interno e externo, que se formou entre gente de todas as idades, e que podia ser utilizada por um futuro movimento;
- Conseguiu certa valorização da cultura nacional, que contra-atacou as tentativas dos portugueses para levarem os estudantes africanos a desprezarem e abandonarem o seu próprio povo;
- Deu a única oportunidade de estudar e discutir Moçambique, agora, não como apêndice de Portugal.

Por exemplo, quando a FRELIMO se instalou na região de Lourenço Marques em 1962-1963, os membros do NESAM foram os primeiros a serem mobilizados e constituíram uma estrutura para receber o partido.

A polícia secreta, ou a PIDE, também percebeu isto e proibiu o NESAM. Em 1964, prendeu alguns dos seus membros e forçou outros a partirem para o exílio. Nesse tempo, Josina Muthemba era activa no NESAM e escreveu este estado de opressão e a sorte do seu próprio grupo:

*“Queríamos organizar-nos, mas fomos perseguidos pela policia secreta. Tínhamos actividades culturais e educacionais, mas durante discussões, reuniões e debates tínhamos que estar constantemente atentos à policia... A policia perseguia-nos, e proibiu mesmo o NESAM. Também fui presa quando fugia de Moçambique. Prenderam-me nas cataratas de Vitória, na fronteira entre Rodésia e Zâmbia. A policia rodesiana prendeu-me e mandou-me de volta para Lourenço Marques (a policia rodesiana trabalhava em convivência com a policia portuguesa). Éramos oito no nosso grupo, rapazes e raparigas. A policia portuguesa ameaçou-nos, interrogou-nos e bateu nos rapazes. Fiquei na prisão seis meses sem estar sentenciada nem condenada. Estive seis meses na prisão sem me incriminarem sequer de coisa alguma.”*  
In Mondlane, *Lutar Por Moçambique*, 1976:121-122.

Todavia, o NESAM conseguiu sobreviver até aos anos sessenta, e ainda lançou uma revista, *Alvor*, que, embora censurada, contribuiu para espalhar as ideias desenvolvidas nas reuniões e discussões do grupo.

Com a perseguição das autoridades coloniais, em 1951 Eduardo Mondlane partiu para os Estados Unidos, onde se doutorou em 1957. No início de 1952, Marcelino dos Santos fugiu de Portugal para continuar com os seus estudos em Paris. Ao nível interno, só com crescimento gradual do número de estudantes secundários, na segunda metade da década 50, se agudizou novamente a contradição entre a tendência nacionalista no NESAM e os fiéis do regime na direcção do CAN.

Em 1963, alguns ex-membros do NESAM, como Joaquim Chissano, Pascoal Mucumbi, e outros fundaram a União dos Estudantes de Moçambique (UNEMO), antes de partirem para estudarem em Portugal.

## **Significado da UNEMO**

O que significou a UNEMO e que feitos trouxe para o processo da liberdade?

- Antes da formação da FRELIMO, uniu um certo momento de estudantes moçambicanos, dispersos por vários países, mas que se congregaram em nome de patriotismo;
- Ela constituiu um instrumento de pressão útil para a unificação do movimento nacionalista e para apoiar Mondlane;
- Ela fez difundir a causa da nossa pátria, utilizou os diversos organismos estudantis para expor os crimes, massacres e barbáries do colonialismo e mobilizou apoios para a concessão de bolsas de estudo para a formação universitária dos moçambicanos (VIEIRA, 2011:175).

## **O Papel da Casa dos Estudantes do Império e o Centro dos Estudos Africanos**

Também em Lisboa, a **Casa dos Estudantes do Império e o Centro dos Estudos Africanos**, desempenharam intensas campanhas contra o sistema colonial português.

### **Casa dos Estudantes do Império**

Marcelo Caetano, quando ainda Ministro das Colónias, em 1944, criara uma instituição no intuito de enquadrar e apoiar os filhos dos colonos. Numa primeira fase, a Casa dos Estudantes Angolanos, transformou-se no pós-guerra, em Casa dos Estudantes do Império, CEI. Destinava-se, a CEI a melhor *portuguesar* raros estudantes africanos do Império e, sobre tudo, apoiar os filhos dos colonos (...).

Afirma Vieira, (2011:117) que, *“aconteceu, porém, que uma primeira geração diga-se assim, de angolanos, cabo-verdianos, guineenses, goeses, moçambicanos e são-tomenses se apossou, progressivamente, da CEI. Entre eles, e que me perdoem a memória por omitir outros, Agostinho*

*Neto, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Noémia de Sousa, Américo Boavida, Mário António de Oliveira, Gualter de Soares, Eduardo Mondlane, Francisco José Tenreiro, Alda Espírito Santo, João Mendes, os irmãos Dáskalos, o Alexandre e Sócrates, Aquino Bragança, Orlando Costa e Fernando Reis e Lima.”*

Contrariamente aos filhos dos colonos, com familiares em Portugal, estes careciam dos serviços, como a cantina e o lar, e de um local onde conviver. A sua única família, na prática, cingia-se aos colegas.

### **Objectivos**

Formada em Lisboa, Casa dos Estudantes do Impériotinha como objectivo, enquadrar as actividades sociais de jovens assimilados das colónias que iam estudar para Lisboa, desenvolvendo neles o sentimento da lusitanidade.

No entanto, permitiu o que era impedido pela divisão das associações, nas colónias, nomeadamente, a confraternização entre estudantes de várias origens sócio-cultuais. Estes estudantes africanos começaram desde os finais da década 40 a questionar a sua assimilação e a revalorizar a nível conceptual a cultura africana, através de palestras e produção literária.

A história da CEI faz parte das histórias clássicas em que o feitiço se volta contra o feiticeiro, ou do aprendiz do feiticeiro que não podia controlar os seus poderes, semeando desastres para si próprio, no caso, o governo colonial (VIEIRA, 2011:119).

Em 1963, o governo, em plena crise das greves universitárias, dissolveu e extinguiu a CEI, tal como o fez com todas as associações estudantis.

### **Centro dos Estudos Africanos**

Esse mesmo objectivo, com a geração da CEI e por iniciativa de Mário Pinto de Andrade e de Francisco José Tenreiro, com apoio de Alda Espírito Santo Lara e Noémia de Sousa formou-se em Outubro de 1951, por estes estudantes africanos, fora do âmbito da Casa dos Estudantes do Império, o Centro dos Estudos Africanos. Este consistia, de facto, num grupo de pessoas que se reunia, semanal e clandestinamente, para a análise do colonialismo e da situação africana, em

geral.

Como discussões avançaram para além das reflexões sobre a importância da cultura africana e se encaminharam para a análise da luta pela independência em lugar de simples reclamação de direitos cívicos no Império português, onde passaram a questionar a essência do sistema colonial. Alguns dos participantes deste Centro foram Agostinho Neto, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Noémia de Sousa.

Fernando Ganhão e Aquino Bragança, após a independência de Moçambique, criaram uma instituição na UEMcom o mesmo nome (Centro dos Estudos Africanos), em honra do que se fizera uns trinta anos antes em Lisboa.

A PIDE não ficaria alheia à actividade do Centro, pelo que muitos dos seus membros tiveram que fugir no início dos anos 50 para outros países. Este Centro lançaria os sentimentos do que viria a ser mais tarde, a **CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas)**, em 1961, em Casablanca.

### **A Resistência no Campo e Luta dos Camponeses e Trabalhadores**

Se nas cidades surgiram movimentos de contestação, também no campo, contra o sistema colonial as populações revoltaram-se cozendo sementes, diminuindo o ritmo de produção, fugindo para os países vizinhos, entre outras formas de resistência. Também podemos encontrar a fuga para as zonas em que a administração colonial era menos eficiente como, por exemplo, nas fronteiras entre Zambézia e Nampula, ou para distritos onde houvesse menos severidade no recrutamento, o que resultou no sobrepopulamento de algumas zonas, como a reserva de Mogovolas, Nampula. Outras vezes fugiam para colónias vizinhas, onde, no geral, os moçambicanos eram considerados mão-de-obra barata, mas, mesmo assim, conseguiam ganhar maiores salários reais que em Moçambique.

A luta dos camponeses e trabalhadores moçambicanos foi determinada, em parte, pela repressiva estrutura política e económica do colonialismo português. Para além de ser definido como força de trabalho para o capital, foram vedados ao povo moçambicano direitos políticos efectivos.

O aparelho repressivo integrava vários elementos, a saber: Nas zonas rurais, o administrador distrital, os sipaios e os régulos, aliados aos agentes do algodão e do arroz e seus capatazes, e os recrutados das plantações e trabalho obrigatório, tiveram um papel fundamental na divisão do trabalho colonial. As formas mais importantes eram as leis de passe e residência, que limitaram a mobilidade do trabalhador e o seu poder de escolha de trabalho, e a vigilância apertada da polícia. Não se deixa de fora a possibilidade de violência corporal, de incorporação nas brigadas de trabalho forçado e de desterro para outras províncias ou São Tomé.

Nos lugares de trabalho, a resistência dos camponeses e trabalhadores enfrentava outros constrangimentos. Nas zonas rurais era, principalmente, a constante ameaça de ser recrutado, compulsivamente, para trabalho nas plantações e nos outros empreendimentos. Nestes figuravam:

- O carácter sazonal do trabalho e a divisão dos trabalhadores na base étnica;
- Alto grau de mobilidade das brigadas de trabalho e o controle rigoroso do processo de trabalho pelos capatazes;
- A coligação entre proprietários e administradores distritais, que impuseram sentenças pesadas para a violação da disciplina laboral;
- Nos portos e nos caminhos-de-ferro, onde se tratava dos voluntários, era a constante ameaça de ser substituído por trabalhadores forçados fornecidos pelas autoridades administrativas.

Não obstante todo este aparelho repressivo, os camponeses e trabalhadores resistiram de várias maneiras contra a exploração colonial.

## Formas de Luta dos Trabalhadores e Camponeses

- No começo da campanha do algodão, em 1947, no Buzi, centenas de mulheres recusaram-se a aceitar as sementes de algodão distribuídas pelo administrador, argumentando que os seus homens tinham ido trabalhar nas plantações de Sena Sugar, e por isso, não tinham mão-de-obra nem tempo suficiente para produzir algodão, assim com géneros alimentícios, em quantidades razoáveis. O administrador acedeu, então, em dispensar do cultivo as mulheres grávidas e aquelas que tivessem mais de quatro crianças e as restantes foram obrigadas pelos capatazes a cultivar, como antes;
- Da mesma forma, face à degradação ecológica em Mogovola, em 1950/1951, os produtores adoptaram a resistência passiva contra a continuação da cultura, e nisso, foram apoiados por alguns régulos que, nessa ocasião, recebiam o tratamento desumano normalmente reservado aos seus súbditos;
- Nas diversas localidades como Magude, Manjacaze e Chibuto no sul, Pemba e Mueda no norte, mostram que numa tentativa de sabotar a cultura e de provocar o seu abandono pela administração colonial, os produtores coziavam, clandestinamente, as sementes de algodão, antes de as semear. Em alguns casos, semeavam e queimavam, fora do prazo indicado, ou, cultivavam áreas menores das que as estipuladas;
- A resistência às culturas forçadas incidiu, também, contra os baixos preços oferecidos nos mercados e através da recusa em transportar o algodão de grandes distâncias, à cabeça, para o mercado. Às vezes os camponeses preferiam queimar ou deitar fora o seu algodão;
- Outras informações mostram uma resistência camponesa mais consequente, no sentido de ter apresentado reclamações, com força e coerência, até ao próprio Governo-Geral. Foi o caso dos cultivadores da circunscrição colonial de Manjacaze, que, através de alguns agricultores prósperos e alfabetizados da zona, mandaram, em 1951, uma exposição escrita a Lourenço Marques sobre as violências e extorsões praticadas pelos capatazes, brancos e negros, das concessionárias de algodão e arroz. Como consequência do inquérito iniciado, instaurou-se

um processo disciplinar contra o administrador e chefe de posto, e proibiu-se aos capatazes europeus implicados o exercício da sua função em qualquer área da colónia. Os três capatazes em questão foram mandados como “recrutados” para São Tomé por seis anos. Contudo, uma outra reclamação, da mesma origem, contra o baixo preço de arroz, não foi atendida.

- **A greve no caminho-de-ferro e porto de Lourenço Marques, no dia 7 de Julho de 1947**, dois grupos de 1950 trabalhadores, contratados para carregar areia nos vagões no quilómetro 10, recusaram continuar fora do horário do trabalho, reclamando a falta de pagamento de horas extras, durante um período de 2 meses. A polícia foi chamada a entrevir, e foram indicados pelos capatazes 54 homens considerados “agitadores”.
- **A greve na açucareira de Xinavane, no dia 18 de Agosto de 1954**, conhecida por Inkomati Sugar Estates, na província de Maputo, que cerca de 300 trabalhadores distribuídos em todos os campos da empresa, recusaram iniciar o trabalho, devido às chuvas torrenciais que tinham saturado as canaviais, desde a noite anterior, e que resultavam, sempre, em péssimas condições de trabalho. Este acontecimento passou-se sem qualquer reacção por parte da companhia, até o dia 24, em que foram distribuídos abonos de assiduidade, referente à semana anterior, a todos, menos aos implicados na greve do dia 18. Informados pelo director da empresa que apenas receberiam abonos na semana seguinte se adoptassem um bom comportamento, 37 dos trabalhadores resolveram regressar as suas terras. Alertada pela empresa, uma força da polícia de Magude prendeu todos no caminho, obrigando 35 dos 37 a voltar para os acampamentos. Os dois restantes, homens de cerca de 45 anos, e indicados por empregados da empresa como os responsáveis da acção dos trabalhadores, foram condenados pelo curador (o administrador de Magude) a seis e três meses de trabalho correcional e depois foram enviados para São Tomé onde foram sentenciados a 12 e 9 anos de trabalho.
- **O Motim da pedreira de Goba, em Maputo, Setembro 1954**, a acção dos trabalhadores deste sector, veio a ser a mais violenta de todas de que, até ao presente, há informações seguras. Trata-se de uma reacção de trabalhadores forçados contra as má condições, abuso de regulamentos e o racismo e insensibilidade do encarregado da concessão. A causa mais próxima do levantamento residiu no facto de, após o trabalho do dia 22 de Setembro, os

trabalhadores, quando se preparavam para o jantar, terem descoberto que a água não saía na única torneira que lhes era disponível, impedindo-os de lavar-se, antes, ou beber durante a refeição. Informados de que a pressão de água tinha sido reduzida por causa do enchimento da caldeira principal das instalações, os trabalhadores pediram ao fonsaca uma interrupção desse trabalho até ao fim do jantar. A sua recusa resultou numa eclosão de ódio e de insultos da parte dos trabalhadores, que obrigaram o encarregado a refugiar-se, primeiro na casa de máquinas e, depois, na estação do caminho-de-ferro de Goba.(...).

## **O Movimento Cooperativo em Mueda**

Nos meados dos anos 1950, no planalto de Mueda (Cabo Delgado), influenciados pelos desenvolvimentos políticos no Tanganhica, iniciaram-se discussões sobre a situação política que se vivia na região. Nestas discussões participavam pessoas que trabalhavam na Missão de Imbuhu (catequistas, professores, pedreiros, empregados de balcão – alguns dos quais realizavam algum comércio ambulante).

Em 1956, um dos elementos do grupo foi enviado para Tanganhica afim de se avistar com Julius Nyerere. Este chamou-lhe a atenção para a necessidade dos moçambicanos terem o seu próprio movimento para a independência. O caminho que Nyerere lhe apontou foi a constituição de cooperativas (que no Tanganhica estavam a servir de meios de actuação para a TANU no seio do campesinato) – acção que permitiria mobilizar e organizar a população, criando assim condições para a actuação política de qualquer organização nacionalista que viesse a surgir no futuro, em Moçambique.

No planalto de Mueda, por exemplo, desenvolveu-se um movimento rural que conseguiu aproveitar, temporariamente, do sistema económico colonial e das circunstâncias específicas locais, para elaborar um sistema de produção que trazia vários benefícios aos produtores, tendo constituído, na prática, uma ameaça potencial ao regime colonial, no distrito, e contribuiu para as tensões do planalto, nos inícios de 1960. Este movimento foi muito influenciado pelos acontecimentos ocorridos no Tanganhica.

Neste contexto, em 1957, surge em Cabo Delgado, a **Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM)**, dirigida por Lázaro Nkavandame (Presidente), João Namimba (Vice-presidente), Cornélio João Mamdada e Raimundo Pachinuapa (secretários). Inicialmente constituída por dozes membros, no decorrer do tempo, este número foi-se alargando por terem visto que qualquer membro desta estava isento do trabalho forçado, tornando-se uma potencial ameaça política, uma base para possíveis contestações ao regime.

É preciso destacar que a SAAVM foi a primeira forma organizada de tipo unitário no planalto de Mueda, o primeiro centro de discussão e de difusão da ideia da independência no meio camponês, situação que vai favorecer mais tarde a actuação da FRELIMO.

## **A Luta Anti-Colonial 1955-1961**

Nos finais dos anos 50, as actividades anti-colónias em África ganharam um novo ímpeto. A luta das populações moçambicanas contra a dominação e a exploração colonial capitalista nunca esteve apagada. Ela adquiriu formas e dimensões diversas de acordo com as circunstâncias de exploração e repressão coloniais.

No fim da II Guerra Mundial, muito concretamente desde finais da década de 1950, assiste-se a uma onda de descolonização em África, resultante do desenvolvimento dos movimentos nacionalistas, acentuado pelas lutas armadas na Argélia e no Quênia, que levou as potências imperialistas, nomeadamente a Inglaterra e a França a aplicarem a estratégia neocolonial. Após a independência do Ghana em 1957, novos territórios colonizados lutam pela sua independência.

Sob o neocolonialismo, as potências capitalistas mais desenvolvidas concediam independências às suas colónias, entregando o poder político às classes burguesas ou camadas das pequenas burguesias locais que mantendo aliança com a burguesia imperialista salvaguardavam no fundamental, os interesses económicos desta última. O saque capitalista das antigas colónias por parte da burguesia da antiga metrópole continua e agora protegido por um “poder nacional”.

Portugal não segue esta via. Portugal tinha praticamente nas suas colónias o papel desempenhado pelas burguesias africanas numa situação neocolonial: como vimos, nas colónias portuguesas o capital hegemónico ainda era o capital internacional, a burguesia portuguesa era gestora dos interesses desse capital e sob a política do “Nacionalismo Económico” pretendia alterar essa situação, reservando as colónias para o saque exclusivo da burguesia portuguesa. Mas esta era uma intenção ainda por concretizar.

A estratégia neocolonial encontra Portugal neste percurso. Por isso que Portugal ao invés de segui-la reforçou a sua presença nas colónias, intensificando a repressão contra qualquer forma de reivindicação. Porém, o movimento associativo, da sua função primária de inter-ajuda e socorros mútuos, sob influências de condições internas e aquilo que por toda África estava a acontecer, ganha novo dinamismo em direcção do movimento nacionalista. Figuras nacionalistas como Nkrumah, (do Ghana) e Lumumba (do Congo) são fontes de inspiração dos nacionalistas moçambicanos.

### **A Formação das Primeiras Organizações Nacionalistas A Convenção do Povo de Moçambique**

Em Moçambique, a política repressiva de Salazar impediu que surgissem no país movimentos anti-colonialistas. Só restava aos moçambicanos, a criação de movimentos nacionalistas no exterior. Assim, na década 50, formou-se na África do Sul a **Convenção do Povo de Moçambique**. Esta organização reclamava a independência de Moçambique. Pouco mais se sabe desta organização, a não ser os nomes dos seus líderes: Dinis Menjane, Tomás Nhamumbo e Agostinho Ilunga.

Também no mesmo período, formou-se na Rodésia do Sul, a **Associação Portuguesa da África**

## **Oriental (The Portuguese East African Association).**

No Tanganhica, formaram-se em 1958 a **União dos Makondes de Moçambique e Tanganhica e a União dos Makondes e Makuas no Zanzibar**.

Em 1960, em Harare, forma-se a **União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)**, sob a liderança de Adelino Guambe, e contavam-se como membros Urias Simango, Absalon Bahule, João Munguambe, Constantino Dumangane, Fernando Mungaka. Esta organização lutava pela independência de Moçambique. Embora pequena, era composta de moçambicanos oriundos de várias províncias, como Tete, Gaza e Maputo, e tinha uma visão mais ampla dos problemas dos camponeses e trabalhadores moçambicanos. Era muito inspirada pelo ANC/ZAPU e o sindicalismo da Rodésia do Sul.

**O anúncio oficial da existência deste movimento foi feito a 14 de Abril de 1961, e a 18 de Abril a UDENAMO** (na qual Uria Simango era membro coordenando o núcleo da Rodésia) **participa através do seu presidente, como convidado na Conferência Constitutiva da CONCP** (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesa) em Casablanca. De notar que Marcelino dos Santos, então secretário-geral da CONCP, havia sido indigitado por Adelino Guambe nas vésperas desse encontro para secretário das relações exteriores da UDENAMO. À sua chegada a capital tanzaniana, Simango juntou-se aos seus companheiros numa frenética luta visando convencer os seus hospedeiros das boas intenções da UDENAMO. Desde a chegada de Gwambe, e de outros membros fundadores do movimento à Dar-es-Salam notava-se da parte das autoridades daquele país uma certa desconfiança quanto à essência da luta da UDENAMO.

No mesmo ano, nascia no Malawi, a **União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI)**, liderado por José Baltazar da Costa Chagonga. Inácio Nunes fazia parte do grupo. Era um movimento mais pequeno que a UDENAMO e o seu suporte estava baseado em Tete e no sul de Zambézia. Chagonga apoiava-se no MCP de Banda.

Em Fevereiro de 1961, em Mombaça, Quénia, resultado da fusão da União dos Makonde de Moçambique e Tanganhica e a União dos Makondes e Makuas no Zanzibar, surge a **União Nacional Africana de Moçambique (MANU)**, liderado por Mateus Mmole. Estava quase para a melhoria das condições dos residentes em Cabo Delgado. Estava muito ligada à TANU e, a MANU até funcionou durante algum tempo num escritório na sede da TANU. Por iniciativa da MANU organizou-se a manifestação em Mueda, que se saldou por um Massacre perpetrado pelos colonialistas.

Nenhuma das organizações tinha um programa elaborado que visasse a concretização da luta contra a repressão político-militar portuguesa em Moçambique (...). Desta forma, nos finais de 1961, a fase de avanço da luta anti-colonial, tratava não meramente de unificação dos movimentos existentes, mas da construção de um programa e de um aparelho político capazes de derrubar a forma específica do colonialismo em Moçambique.

### **Significado Histórico**

O surgimento destas organizações significou um passo em frente na construção de um movimento nacionalista. Elas colocavam a luta anti-colonial e pela independência como objectivos, ao invés da simples “ajuda mútua” entre confrades. Mas as suas actividades estavam influenciadas pelo clima político dos territórios que os albergavam, que eram colónias, em vias de independência, de uma potência que praticava a democracia burguesa. Por isso limitavam-se a fazer comícios, angariar membros e passar-lhes cartões, recolher fundos para a respectiva organização.

Não conseguiam ver com clareza a diferença entre uma potência colonizadora atrasada e fascista e uma potência colonizadora desenvolvida, com tradições democráticas (burguesa) e capaz de realizar a política de neocolonialismo.

## **O Massacre de Mueda – 16 de Junho de 1960**

A situação acima descrita é melhor aclarada pelo Massacre de Mueda, em 16 de Junho de 1960, quando num ambiente de tensão política, em que actuavam as cooperativas “*liguilanilu*” e a MANU no seio dos camponeses de Mueda e influenciados pelos acontecimentos do Tanganhica, populações desta zona (Mueda) pediam ao administrador local o **fim do trabalho forçado, autorização para fazer propagandas da SAAVM e a abertura de lojas, a venda livre e a preços aceitáveis dos seus produtos.**

Depois de vários contactos o Administrador de Mueda marcou um encontro com estas para 16 de Junho. À data, presente o Governador colonial de Cabo Delgado e um pelotão de tropas, as populações apresentaram as suas queixas e exigências. O Governador solicitou “porta-vozes”, ao que se apresentaram Faustino Vanomba e Kibirit Diwane, imediatamente detidos e algemados. Quando estavam para serem conduzidos para Pemba, a população impediu a saída do carro que os transportava. A reunião converteu-se numa insurreição popular e o governador mandou abrir fogo contra as populações. Centenas de manifestantes foram brutalmente massacradas a tiro e a baioneta.

O massacre de 16 de Junho de 1960 confirmou a natureza do colonialismo português. A repressão colonial aumentava no interior de Moçambique, forçando muitos militantes na clandestinidade a exilar-se para não serem pesos.

Foram essas pessoas que, conhecendo bem a situação interna de Moçambique, levaram aos grupos políticos estabelecidos no exterior as ideias mais correctas sobre a estratégia a seguir na luta pela independência, perante uma potência colonizadora fascista.

## **A Fusão dos Três Movimentos e a Criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)**

### **O Papel de Eduardo Mondlane na Luta Pela Unidade**

O acesso de várias antigas colónias à independência nos finais dos anos 50 e início de 60 e, no caso de Moçambique, a independência do Tanganhica em 1961, abriu novas perspectivas para a formação de um movimento de caris nacional.

Eduardo Chivambo Mondlane, nascido na província de Gaza, distrito de Mandlakaze, na localidade de Mwadjahane em 20 de Junho de 1920. Estudou em Moçambique, África do Sul, Portugal e Estados Unidos de América, onde se doutorou em Sociologia e Antropologia. Desde cedo engajou-se na luta contra o colonialismo português, tendo sido um dos fundadores do NESAM. Depois de formado foi professor universitário nos Estados Unidos e alto funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU). Aqui conheceu vários nacionalistas africanos, entre os quais Nkrumah e Nyerere que iam tratar assuntos relativos às independências dos seus países.

Em 1961 visita Moçambique, onde aprofunda as suas ideias sobre a exploração que o povo moçambicano estava sujeito e iniciou contactos com os elementos que lutavam contra o colonialismo. Diz ele:

*“Depois desta viagem, decidi deixar definitivamente a ONU e regressar a África para organizar o Movimento de Libertação Nacional, incitando o Povo de Moçambique a lutar pela sua independência.*

*Nessa época já tinha travado conhecimento com Dr. Julius Nyerere que me assegurou que, se fosse para Tanganhica depois da independência, o seu governo facilitar-me-ia o trabalho de organização de um movimento pela independência de Moçambique”.*

Decidido a dedicar-se inteiramente à luta de libertação nacional, contactou e discutiu com os grupos já existentes no exterior, incluindo moçambicanos que estudavam e viviam em Portugal e na França, como era o caso de Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Mariano Matsinhe, entre outros, no sentido de conseguir uma plataforma de unidade entre eles. Sobre isto Mondlane esclarece que *“Eu tinha estabelecido contactos com todos movimentos e partidos que se tinham formado nessa altura para lutar contra o colonialismo em Moçambique, mas tinha recusado entrar para qualquer deles, colocando-me entre os que procuravam, por todas as formas conseguir a sua unidade no período de 1961 a 1962”*.

Uma reunião congregando estes moçambicanos realizou-se em Dar-es-Salaam em Junho de 1962. Foram dissolvidas as organizações existentes e constituiu-se um movimento unitário, a **Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)**, a 25 de Junho de 1962. Eduardo Mondlane foi eleito seu Presidente, na direcção provisória encarregue de preparar o I Congresso.

### **O I Congresso da FRELIMO**

Contudo, os factores de divisão que polarizavam os vários partidos antes de 25 de Junho de 1962 continuavam a existir: **o tribalismo, o regionalismo, o racismo, a falta de uma definição correcta do inimigo e dos objectivos da Frente, a falta de uma estratégia comum**. Estes motivos produziram desde os primeiros momentos da existência da FRELIMO uma intensa luta interna. A única coisa de que todos estavam de acordo era a oposição ao colonialismo português.

De 23 a 28 de Setembro de 1962 realizou-se em Dar-es-Salam, o I Congresso da FRELIMO, dirigido por Eduardo Mondlane. O Congresso pretendia, na base de unidade atingir os seguintes objectivos:

- Consolidar a FRELIMO, definindo os seus Estatutos e Programas, e discutindo a estratégia e a tática de luta;
- Demonstrar que o fracasso das resistências anteriores estava ligado à divisão;
- Estabelecer uma base ampla para congregar e unir uma massa heterogénia de nacionalistas moçambicanos;
- A liberdade total de Moçambique;
- A conquista da independência total e completa;
- A defesa dos interesses dos moçambicanos;

### **Decisões Tomadas no I Congresso da FRELIMO**

- O Congresso aprovou o Programa e os Estatutos da FRELIMO;
- Definiu o inimigo como sendo o colonialismo português e o imperialismo;
- Recomendou o uso de todos os meios, incluindo a luta armada, para a conquista da independência nacional.

As decisões do Congresso não agradaram a todos. Por exemplo, líderes da MANU e UDENAMO (Mateus Mmole e Adelino Guambe, respectivamente) propunham dissolver a FRELIMO e formar uma organização, onde os dois grupos tivessem representação equitativa na sua direcção.

Um a um, os que não concordavam com a Unidade e outras decisões do Congresso foram abandonando a FRELIMO. Tal foi o caso de David Mabunda, Paulo Gumane, Leos Mila, Lourenço Malinga, entre outros, que foram fundando novos partidos que se iam dissolvendo, dando origem sucessivamente a novos. Outros permaneceram na FRELIMO.

As contradições que existiam no seio da Frente não tinham sido então resolvidas. Mas o grupo dirigido por Mondlane e que defendia posições progressistas e revolucionárias conquistou uma grande vitória e reforçou a sua posição.

A FRELIMO vai procurando ganhar corpo e forma. No interior do país, clandestinamente, organizou a agitação política e a mobilização das populações para a luta pela independência, divulgou a linha política para a preparação do desencadeamento da luta armada. A nível externo, procurou apoio junto dos organismos internacionais, dos países africanos e socialistas e das organizações progressistas de todo o mundo.

### **A Crise do Colonial-Fascismo**

Em finais da década de 1950 a base económica do “nacionalismo económico” de Salazar sofreu ataques crescentes, a saber:

- A onda de descolonização de África resultante do desenvolvimento dos movimentos nacionalista, muito em particular, dos que levavam a cabo a luta armada como é o caso da Argélia em 1954 e do Quênia em 1961, e a resposta nacionalista dos países imperialistas, fez aumentar pressões internacionais sobre Portugal no sentido de este descolonizar;
- O pedido de Portugal para ser membro da OIT obrigou-o a comprometer-se formalmente a abolir o trabalho forçado;
- Mais importante, desde os princípios da década de 1960, o desenvolvimento do movimento libertador nas colónias portuguesas e o início da luta armada em Angola, em 1961, tornaram-se uma força irresistível a favor da transformação.

A resposta do regime colonial foi a transformação do indígena em cidadão e a abolição do trabalho forçado, incluindo o cultivo forçado do algodão e arroz. Tudo legalmente em 1961. Embora estas alterações visassem uma alteração formal e não tanto de facto, o avanço da luta armada obrigou o regime a recuar, alterando o próprio sistema de exploração capitalista.

O período de [1960-1963/4](#) reflectiu essa incerteza por parte do capital investido na colónia, coincidindo com a crise de Sharperville na África do Sul e com o fim das Federações das Rodésias e Niassalândia. Nesse período baixou a produção das principais culturas de exportação, como o açúcar e o algodão, baixou também a produção industrial. O capitalismo colonial estava

nitidamente numa situação devido ao facto de estarem ameaçadas as próprias raízes do seu sistema de exploração.

Os principais sectores do sistema colonial de produção baseavam-se na disponibilidade de mão-de-obra barata através da aplicação generalizada do xibalo e das culturas forçadas. Entretanto, esta barateza não significava alta produtividade. O sistema de trabalho/culturas forçadas estava associado a um nível bastante rudimentar das forças produtivas, e assim os custos de produção eram relativamente elevados em relação à produção, mesmo que os salários fossem muito baixos, porque a produtividade também era baixa.

A abolição do trabalho/cultivo forçado e as crescentes limitações que isso impôs à barateza de mão-de-obra significaram que a base económica do anterior sistema de exploração capitalista ficou corroído e o capital foi obrigado a modernizar-se, a adoptar tecnologias mais mecanizadas que permitissem maior produtividade do trabalho.

Assim, o período de 1964/1973 verifica-se um processo de reestruturação do capital:

- Nos antigos sectores de produção, virados basicamente para exportação, assistiu-se à mecanização (por exemplo na produção do açúcar) e a viragem da produção camponesa africana para a produção pelos colonos (tal foi o caso do algodão);
- Novos sectores industriais aparecem na substituição de importações. Apoiadas na intensidade do capital e numa política proteccionista em termos de tarifas e restrição de importações, não precisavam basear-se em mão-de-obra barata.

Mas como o capital português não tinha alcançado um nível de desenvolvimento suficiente que lhe permitisse modernizar a produção, teve que contar com o apoio técnico e tecnológico do capital

internacional para realizar os necessários investimentos mesmo que fossem afectadas no âmbito de empreendimentos conjuntos, contribuindo o capital português com a parte das finanças.

Deste modo, a política de portas-abertas aos países imperialistas para convidar o capital estrangeiro a investir nas colónias foi não só uma necessidade política para assegurar o apoio daqueles contra os movimentos de libertação nacional, como uma necessidade económica perante a incapacidade do capital português em modernizar por si só a base produtiva.

### **O desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional**

#### **O Aparecimento das Zonas Libertadas e a Questão do Poder: A Luta das Duas Linhas**

Como verificamos, o I Congresso estabeleceu que o povo moçambicano devia usar todos os meios para conquistar a sua independência. Apelos foram feitos ao governo português para se encontrar uma solução pacífica para a questão da independência. A FRELIMO fez todos esforços para que o povo de Moçambique alcançasse a independência sem derramamento de sangue. Mas o governo colonial negou-se a discutir uma solução pacífica. Ao invés disso, intensificou a repressão.

Os massacre de Mueda, a 16 de Junho de 1960 e de Xinavane em Julho de 1962, as mortes e prisões dos grevistas no sector ferro-portuário (Lourenço Marques, em Agosto de 1963 e Nacala em Setembro do mesmo ano), a repressão violenta dos levantamentos ocorridos em Angola e na Guiné e as posições irredutíveis de Portugal na ONU, mostravam a intransigência do governo de Portugal, convenciam cada vez mais os nacionalistas que qualquer acção política moderada (greves, manifestações, petições) resultavam somente na destruição física dos que nela tomavam parte. Restava um único recurso: **a Luta Armada.**

Um sector no interior da FRELIMO, usando argumentos humanistas e pacifistas, continuava a não concordar com esta via. Porém, a maioria dos membros da FRELIMO não via outro recurso. Por isso, a par da companhia diplomática internacional para ganhar apoios e da mobilização das populações moçambicanas, a FRELIMO prepara-se para a luta armada.

Em Janeiro de 1963, seguiu o primeiro grupo de militares da FRELIMO para receber treinos militares na Argélia – um país que ascendeu à independência por via da luta armada. Outro grupo seguiu com o mesmo fim em meados do mesmo ano.

O primeiro grupo era chefiado por Filipe Samuel Magaia e integrava maioritariamente moçambicanos que trabalhavam há bastante tempo nas plantações de sisal do Tanganhica. O segundo grupo era constituído por elementos vindos do interior, entre eles Samora Machel.

Outros grupos foram treinados no Gana, na URSS e na China.

Esta diversidade de formação trazia os seus problemas. Cada um achava que a sua técnica era melhor que a dos outros. Muitos consideravam-se já “oficiais”, exigiam salários, hostilizavam a direcção, etc. Começavam a surgir novos problemas. Era necessário unificar os conhecimentos, as experiências e combater o elitismo que estava a emergir. Para o efeito foi estabelecido o campo de treinos de Bagamoyo (Tanganica) que começou também a treinar novos recrutas. Em Abril de 1964, foi aberto outro campo, o de Kongwa, dirigido por Samora Machel.

Enquanto alguns elementos da FRELIMO mobilizam a população no interior para o esforço da luta pela independência e eram treinados quadros militares, em Dar-es-Salaam o debate sobre a guerra a desencadear continuava intenso: elementos capitulacionistas recusavam o combate contra as forças militares portuguesas, a quem estrategicamente temiam, outros propunham pequenas acções isoladas e terroristas afirmando que isso bastava para o inimigo colonialista capitular. Existiam outras correntes que defendiam uma guerrilha profissional sem qualquer ligação com as

massas populares. Mas a massa dominante defendia uma guerra popular feita pelas massas, onde saíam os guerreiros e com as quais estas estão em permanente contacto e colaboração.

Estas clivagens levaram ao abandono de alguns elementos da FRELIMO.

Em resumo, de Setembro de 1962 a Setembro de 1964, o Comité Central da FRELIMO trabalhou arduamente no sentido de executar o programa definido pelo I Congresso.

Em Maio de 1964, a FRELIMO enviou para o interior responsáveis, com vista a coordenar e mobilizar a população para o início da luta armada. Esta inicia com o ataque ao Posto Administrativo do Chai, em 25 de Setembro de 1964.

Nesta altura o presidente Mondlane fez a seguinte proclamação:

*“Moçambicanas e Moçambicanos.*

*Operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos-de-ferro, dos portos, das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens e mulheres e jovens patriotas.*

*Em vosso nome, a FRELIMO proclama hoje a insurreição geral armada do povo moçambicano contra o colonialismo português, para a conquista da independência total e completa de Moçambique. O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e completa do colonialismo português.”*

A guerra de libertação inicia em 4 frentes: Cabo Delgado, Niassa, Tete e Zambézia. Porém, nestas duas últimas províncias ela duraria poucos meses, por recusa do Malawi em conceder uma retaguarda à FRELIMO e por existência de pequenos grupos de moçambicanos que dificultavam o trabalho da frente.

Atacando de surpresa e mantendo sempre a iniciativa, as Forças Populares de Libertação de Moçambique – FPLM, (braço armado da FRELIMO) – lançaram o pânico e a confusão no exército colonial que esperava ataques a partir do Tanganhica e, por isso havia concentrado as suas tropas junto ao Rovuma, quando as forças da FRELIMO estavam no interior, com o povo. Isto permitiu libertar grandes zonas de Cabo Delgado e Niassa. Os portugueses foram obrigados a retirar as suas polícias e soldados, bem como todo o aparelho administrativo e repressivo.

Estas zonas libertadas tornaram-se cada vez mais vastas desde finais de 1965.

O aparecimento destas zonas começava a materializar a libertação da pátria. Muitas centenas de milhares de moçambicanos viviam livres da dominação estrangeira. Nestas zonas o contacto das Forças Populares com as populações era mais fácil e constante, o que facilitou a mobilização. Aumentou cada vez mais o número de soldados das Forças Populares, foram construídos campos de treino militar.

Mas desaparecida a presença física, administrativa e económica do colonialismo, levantava-se para a FRELIMO o tipo de poder e das relações sociais de produção a implantar. Isto provocou, novamente a formação de duas linhas no interior da FRELIMO:

- Uma que defendia a utilização do sistema de régulos ou a simples substituição de portugueses (brancos) por moçambicanos (negros), mantendo as relações de produção existentes;
- Outra propunha a criação de estruturas de poder completamente novas, que permitissem a

criação de um verdadeiro poder popular, e combatia a exploração do homem pelo homem nas zonas libertadas.

Estes problemas, decorrentes do aparecimento das zonas libertadas, produziam em 1966 um retrocesso do desenvolvimento da luta de armada. Para resolver a crise, o Comité Central da FRELIMO reuniu-se em Outubro desse ano.

Superadas parcialmente as divergências, a luta adquiriu novo ímpeto em Cabo Delgado e Niassa, e foi reaberta a frente de Tete. As vitórias militares e a orientação da FRELIMO de reorganizar a produção dos bens materiais, conduziram a um rápido crescimento da produção agrícola e a criação de excedentes nas zonas libertadas. O aparecimento de excedentes e a necessidade de organizar a sua comercialização a nível interno e externo, criaram as condições objectivas para a emergência de novos exploradores, com maior intensidade em Cabo Delgado, onde as zonas libertadas eram extensas, férteis e densamente povoadas.

Diz o relatório do Comité Central da FRELIMO ao III Congresso: *“Os novos exploradores eram elementos que viam na libertação do nosso país a possibilidade de se substituir aos exploradores colonialistas. Revelaram-se abertamente nas nossas fileiras elementos com vocação capitalista, o que desencadeou uma luta cerrada, ideológica e política na nossa Organização. Esta surgiu numa primeira fase, sob divergência de opinião. Divergências que, na realidade, mascaravam a nossa contradição fundamental no nosso seio: o antagonismo de classes.”*

O Chefe de fila deste grupo em Cabo Delgado era Lázaro Nkavandame, então secretário provincial da FRELIMO.

Os “novos exploradores” tinham as seguintes posições, em relação às questões da luta de libertação nacional:

- Opunha-se à colectivização da produção, ao estabelecimento de cooperativas ou davam este nome de machambas privadas;
- Defendiam a propriedade privada da terra;
- Opunham-se à formação de lojas da FRELIMO. Infiltrados naquelas que existiam, desviavam os fundos da comercialização para fins pessoais;
- Opunham-se à guerra popular prolongada. Preconizavam um ataque concentrado em Mueda, com objectivo de tomá-la e declarar a independência desta parcela ou ataques urbanos, sonhando com uma vitória rápida que impedisse a politização das massas e a radicalização da luta;
- Definiam o inimigo na base da cor;
- Defendiam a alteração das estruturas da FRELIMO, criando um conselho de Anciãos, como órgão de consulta, acima do Comité Central;
- opunham-se à política de emancipação da mulher;
- Instilavam o elitismo e a valorização pessoal entre os estudantes.

Nas zonas libertadas, os novos exploradores criavam a desconfiança na FRELIMO. As populações dirigiam-se às Forças Populares, em que confiavam, para fazer as suas queixas. Foram os militares que denunciaram os novos exploradores junto da direcção da FRELIMO.

Sentindo-se ameaçados, os novos exploradores tentaram conquistar o poder afastando a linha progressista. Para isso, fizeram pressão para que se realizasse rapidamente o II Congresso.

Essa rapidez tinha como objectivo impedir uma ampla preparação, onde todos estivessem envolvidos. Pretendiam também a realização do mesmo fora de Moçambique, para impedir a participação das massas e dos guerrilheiros, com vista a manobram melhor. Todavia, a linha progressista, dirigida por Mondlane, propunha que o Congresso se realizasse no interior, com ampla preparação e participação das massas e dos combatentes.

Simultaneamente, o desenvolvimento da luta criou nas forças coloniais tentativas crescentes de

infiltração dos seus agentes no seio da FRELIMO e das zonas libertadas, ao mesmo tempo que desencadeavam ofensivas militares para eliminar a FRELIMO.

## **O II Congresso da FRELIMO**

### **A Independência Nacional – A Vitória da Luta Revolucionária**

O II Congresso da FRELIMO realizou-se em Matchedje, província do Niassa, de 20 a 25 de Junho de 1968. Nele tomaram parte 170 delegados e convidados vindos de todas as províncias do país e as Forças Populares estiveram representadas.

O Congresso elegeu a nova direcção da FRELIMO, reforçando a posição da ala progressista do movimento. Eduardo Mondlane foi eleito presidente. Foram redefinidos os princípios do I Congresso:

- A natureza anti-racista, anti-tribalista e contra a exploração do Homem pelo Homem da luta da FRELIMO;
- A política da emancipação da mulher;
- A política de clemência para com os prisioneiros de guerra;
- O carácter popular das FPLM, cuja missão não seria só o combate armado mas também a produção e a politização das massas.

O Congresso impulsionou poderosamente o avanço vitorioso dos combatentes e das massas. A guerra transformou-se em guerra popular revolucionária. Foram criadas as condições para a resolução das contradições entre as duas linhas. Foram traçadas as orientações para o sucesso da luta armada e para o fim da dominação estrangeira, a liquidação das estruturas de opressão e a extensão da liberdade de todo o povo.

Foi na base das decisões deste Congresso que a luta foi impulsionada até o país conquistar a sua independência.

Pouco depois do Congresso Eduardo Mondlane dizia que:

*“Eu estou convencido pela experiência dos dez dias do Congresso que a FRELIMO tem uma linha política mais clara que antigamente. Em primeiro lugar porque essa linha foi imposta pelas circunstâncias da nossa luta, em parte também porque foi contribuição de alguns dos elementos dos militares da FRELIMO que já tinham ideias antes de vir à luta. Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a FRELIMO era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social...mas que tipo de estrutura social ninguém sabia (...) Há uma evolução de pensamento que se operou durante os últimos 6 anos que me pode autorizar, que eu me autorizo a mim mesmo concluir que a FRELIMO é agora, realmente, muito mais socialista, revolucionária e progressista, do que nunca, e a tendência agora é mais e mais em direcção ao socialismo do tipo marxista-leninista. Porque as condições de vida em Moçambique, o tipo de inimigo que nós temos, não admitem outra alternativa. É impossível criar um Moçambique capitalista, seria ridículo o povo lutar para destruir a estrutura económica do inimigo e reconstruí-la a favor do inimigo (...).”*

Contudo, se a linha progressista saiu reforçada e vitoriosa é de notar que os reaccionários reagiam violentamente contra as decisões do Congresso:

- Em 22 de Dezembro de 1968, um grupo armado, amando dos reaccionários, assassinou o membro do Estado-Maior das FPLM e Chefe-Adjunto das operações, Paulo Samuel Kankhomba, na margem tanzaniana do Rovuma;
- A 3 de Fevereiro de 1969, o presidente Eduardo Mondlane foi assassinado por uma bomba que lhe foi entregue junto com uma correspondência que recebera. Um inquérito das autoridades tanzanianas revelou que a encomenda contendo a bomba não passou pelos Correios daquele país, pelo que foi entregue em mão, na Sede da FRELIMO, o que é um forte indício da participação criminosa dos reaccionários neste acto.

Com o assassinato de Mondlane os reaccionários queriam afastar da direcção a linha que defendia posições progressistas, substituindo-a pela linha reaccionária defendida por Uria Simango (Vice-Presidente) aliado ao Nkavandame, Gwengere, Murupa e outros.

Em Abril de 1969, o Comité Central da FRELIMO concluiu que o assassinato de Mondlane era resultado da luta entre as duas linhas. Assim, foram tomadas medidas com vista a preservar o triunfo da linha progressista. Foram expulsos vários elementos da organização. Foi constituído um Conselho da Presidência formado por Samora Machel, Marcelino dos Santos e Uria Simango.

Em Dezembro de 1969 Simango foi suspenso das suas funções. Com esta suspensão muitos reaccionários que se mantinham na FRELIMO começaram a desertar: Nkavandame entregou-se aos colonialistas e passou a prestar-lhes colaboração nos seus ataques à FRELIMO. Murupa fez o mesmo. Simango fugiu para o estrangeiro, onde passou a caluniar a FRELIMO e sua liderança.

A sessão de Maio de 1970 do Comité Central da FRELIMO toma medidas para superar a grave crise. A unidade interna foi reforçada. Simango foi expulso da FRELIMO, Samora Machel foi eleito presidente e Marcelino dos Santos vice-presidente.

Vencida a linha reaccionária, as Forças Populares com o apoio crescente do povo, planificaram e puseram em prática operações militares maiores.

Entretanto, em Portugal, com a morte de Salazar a 27 de Julho de 1970 e a Subida ao poder do Marcelo Caetano, não se modificaram os objectivos da política colonial-fascista portuguesa. Os métodos, no entanto, começaram a ser diferente.

Caetano procurou apoio internacional que Salazar tinha perdido. Para isso tentou atrair grandes investimentos estrangeiros às colónias portuguesas, para que os países nelas colocassem o seu dinheiro, e ajudassem Portugal a superar a guerra colonial.

Um dos grandes projectos que planeou dentro dessa política, foi aprovação, em 1969, da construção da gigantesca Barragem de Cahora Bassa (na actual Província de Tete) com participação do capital sul-africano, rodesiano, entre outros.

A construção da Barragem de Cahora Bassa tinha vários aspectos interessantes para os colonialistas:

- Por um lado, pretendia-se que ela fosse um obstáculo à passagem dos guerreiros para sul do rio Zambeze;
- Por outro lado, a barragem iria permitir irrigar grandes extensões de terreno fértil onde seriam colocados cerca de um milhão de colonos vindos de Portugal e que constituiriam uma barreira humana ao avanço da luta armada.

Depois dos colonialistas portugueses terem conseguido que a África do Sul e a Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) participassem no projecto, as forças militares desses países passaram a combater a FRELIMO dentro do território moçambicano, com objectivo de destruí-la militarmente e acabar com as zonas libertadas.

Nesta ordem de ideias, o general Kaúlza de Arriaga decidiu atacar as zonas libertadas e com a FRELIMO. Organizou, para tal, uma gigantesca operação militar a que se chamou “**Operação No Górdio**”. Para isso, mobilizou cerca de mil homens, vinte aviões bombardeiros e quinze mil toneladas de bombas e outro material.

No princípio a operação teve sucesso mas, devido à rápida organização das forças populares apoiadas decididamente pela população, os colonialistas foram expulsos das zonas libertadas.

Para Newitt (1995:457), “a FRELIMO foi tomada de surpresa pela dimensão da operação portuguesa, que foi maior que qualquer outra anterior tentativa do exército. Em vez de procurar aguentar-se no norte, e combater Arriaga, a FRELIMO contrariou a ofensiva com o que veio a revelar um golpe de mestre. As forças de guerrilha retiram-se ante o avanço português e mudaram-se para o distrito de Tete através do Malawi (...).”

A partir daí as Forças Populares desenvolveram uma ofensiva cada vez maior e melhor.

## **A Operação Nó Górdio 1969-1973**

### **Contexto do seu surgimento**

Segundo SOUTO (2007:250-251), aponta que foi na sequência da nova dinâmica da luta armada empreendida entre os anos 1969 e 1970 por Samora Machel que em pouco tempo permitiu que a acção de guerrilha se estendesse por todo Niassa e Cabo Delgado, com vista a ultrapassar o rio Messalo chegando a Montepuez, que Kaúlza de Arriaga aproveitando a crise interna da Frelimo e da nova dinâmica da luta de libertação, lançou a ofensiva *NóGórdio* para travar o avanço e destruir o movimento.

### **Preparativos da operação**

Em Julho de 1969, o general Kaúlza de Arriaga assume o cargo de Comandante das forças terrestres de Moçambique, substituindo Costa Gomes. Em Março do ano seguinte, é nomeado comandante-chefe das Forças Armadas. A sua tese, inspirada na intervenção francesa e americana na Indochina, Argélia e Vietname, era fazer uma grande operação militar para derrotar a guerrilha subversiva. A sua ambição era a aniquilação da FRELIMO.

### **Medidas Tomadas por Kaulza Face à Operação**

O general Kaúlza de Arriaga pretendia eliminar as bases inimigas e as áreas libertadas e restabelecer a liberdade de acção das forças portuguesas, em Moçambique. Uma das suas primeiras medidas foi a criação, em Dezembro de 1969, do Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI), tendo como comandante o coronel pára-quedista Armindo Videira.

Constam ainda as seguintes medidas:

- Envolvimento da sociedade civil no esforço militar que passava pela organização de milícias civis;
- Pela utilização militar da aviação civil, dos transportes públicos, dos hospitais, entre outros;
- Reforço da instalação de aldeamentos estratégicos que visavam impedir o contacto dos guerrilheiros da FRELIMO com as populações locais;
- Africanização das Forças Armadas e criação de pequenas unidades militares, constituídas essencialmente por africanos.

Algumas eram compostas por 90% de africanos. Estes Comandos e Grupos Especiais (GE's), criados em 1971, eram dotados de grande autonomia e flexibilidade.

### **Desenrolar da Operação Nó Górdio**

Foi depois de assumir as funções de Comandante - chefe em Março de 1970, que Kaúlza lançou a 1 de Julho de 1970 a Operação Nó Górdio em Moçambique, tendo como base a Vila de Mueda, estratégia para acabar com a guerra atacando os pontos vitais do inimigo.

Nesta operação participaram mais de oito mil homens – cerca de 40 por cento dos efectivos da província, incluindo todas as unidades de forças especiais (comandos, fuzileiros e pára-quedistas), as forças de intervenção entretanto criadas, a quase totalidade da artilharia de campanha, das unidades de reconhecimento e engenharia. Rapidamente a guerrilha estendeu-se até Beira. *Nela “o conceito na manobra traçada para a operação assentava num cerco descontínuo, constituído por emboscadas montadas por unidades de caçadores e patrulhamento dos itinerários pelos dois esquadrões de reconhecimento ao longo de 140 km, para isolar o núcleo central onde se encontravam os três objectivos principais: as bases ‘Gungunhana’, ‘Moçambique’ e ‘Nampula’ operação que foi apoiada por fogos de artilharia e aéreos e conjugada com uma intensa*

*campanha psicológica, para provocar a rendição e a desmoralização do inimigo”*( CARVALHO, 2007:10).

O mesmo autor afirma que a base Moçambique era considerada a mais importante organização da guerrilha em toda província (onde encontravam-se os órgãos de chefia política e o comando militar de toda subversão em Cabo Delgado e pelos seus consideráveis efectivos guerrilheiros). As outras bases (Ngungunhane e Nampula) eram importantes porque a primeira se destinava a depósito e guarda de armas pesadas e a segunda a recepção e triagem do material vindo da fronteira.

Depois de uma primeira tentativa de assalto à base “Gungunhana”, esta acaba por ser conquistada a 6 de Julho, data que assinala o ataque à base “Moçambique”, enquanto a última, a “Nampula”, é tomada a 15 de Julho, embora todas elas tenham sido previamente abandonadas.

A 17 de Julho eram levados ao conhecimento público mais detalhes que referiam ser a maior operação lançada em Moçambique quer em termos de efectivos (participaram forcas de caçadores, grupos especiais, comandos, companhias de pára-quedistas e destacamentos de fuzileiros especiais) quer em termos de objectivos conduzindo directamente pelo comando operacional de forcas de intervenção (COFI) (SOUTO, 2007:252/3).

Houve também na operação, o lançamento de panfletos. Em Agosto, o Comunicado nº14/70 do Comando-Chefe em Nampula, anunciava o lançamento de cerca de um milhão de panfletos, feitas 150 horas de voo com difusão sonora e efectuadas duas emissões e rádio diárias e a 15 de Dezembro, o Comunicado nº22/70, informava o lançamento cerca e 453 mil panfletos e feitas 113 horas de voo com difusão sonora.

Apesar de ainda não ter alcançado os resultados que o exército português desejava, a operação Nó Górdio, foi de facto um pesadelo para os guerrilheiros e populações com seus bombardeamentos constantes, com o lançamento de napalm e de desfolhantes (SOUTO, 2007:254).

### **Reacção da Frelimo Perante a Ofensiva Depois da Tomada das Bases**

Perante esta ofensiva, Samora Machel discutiu com os seus comandantes a estratégia a adoptar, tendo-se decidido a divisão das forças em pequenas unidades que marchavam para a retaguarda para as linhas de abastecimento dos portugueses, atacando-os aí e obrigando o exército português a parar a ofensiva para ir defender as suas bases recuadas.

O exército português esperava “que a FRELIMO reagrupasse as suas forças e com elas travasse uma espécie de “batalhas campais”, de guerra convencional para terem um alvo específico de forma a infligirem o máximo de danos. Isto falhou pois, Samora e os seus comandantes tinham estudado o conceito estratégico global desta operação”.

A FRELIMO, embora limitada nas suas acções, continuou a fustigar o exército português. O seu objectivo principal era ganhar pelo desgaste das tropas portuguesas. Por isso, como resposta, transferiu o núcleo da guerrilha para o corredor da Beira e para a região do vale do Zambeze e de Tete, tendo como alvo estratégico a barragem de Cahora-Bassa, que se começara a construir.

Depois da operação, a guerrilha abriu novos espaços de avanço e o distrito de Tete ficou sob constantes pressões e que a partir de finais de 1972, o Comandante-Chefe informava no seu comunicado nº10/72 que a FRELIMO iniciara a utilização de foguetes de 122mm, levantando novas e profundas preocupações pois as tropas portuguesas não possuíam material equivalente para responder.

Assim, no mesmo período, um grupo da FRELIMO chefiado por Marcos Mabote atacou Chigondzi, perto de Tete, com os referidos foguetes e destruiu muitos meios aéreos.

Nesse tempo, uma crise de identidade abate os portugueses, que buscam saber quem são e o que lhes resta, alterando, assim, a imagem ideal da Pátria e de si mesmos, obrigando a uma definitiva

mudança do paradigma da História, pois a “partir da operação ‘Nó Górdio’ a situação em Moçambique evolui rapidamente em desfavor das forças portuguesas”.

Perante esta situação, Silva Cunha, ex-ministro do Ultramar e da Defesa, fez um balanço da “Nó Górdio”: “Era como atirar uma pedra para um vespeiro: as vespas fugiam para todos os lados. [O resultado foi que] a subversão expandiu-se, em lugar de ser dominada”. Decisiva foi a avaliação final de Marcelo Caetano, que retirou Kaúlza de Moçambique, em 1973, substituindo-o devido ao seu fracasso.

A Guerra Colonial começa, assim, a ser alvo de severas críticas, dentro e fora do país. Era um motivo de descontentamento para a população, que via os seus filhos morrerem num conflito sem fim e as condições de vida a piorar com o esforço financeiro para o sustentar.

### **Consequências da operação**

Não era dada qualquer informação dos custos que a operação envolvia porque também estava a ser uma das mais caras até então programadas. Apenas os meses de Junho e Julho (fase de pré-preparação e mês da operação) o Comando-Chefe informava que todas as operações desencadeadas (mais de 368) tinham envolvido um movimento de tropas e pessoal militar na ordem das 35.384 pessoas e materiais transportados na ordem das 15.044 toneladas (SOUTO, 2007:153).

Os resultados globais, além da desarticulação da FRELIMO nas principais áreas, eram (quase quatro centenas de baixas produzidas ao inimigo, das quais 1689 por acção directa das forças terrestres; 415 elementos inimigo capturados; destruição de 25 bases inimigas, ou acampamentos tipo quartel; captura cerca de 40t de material de guerra. Enquanto que as baixas verificadas durante as ofensivas de Junho e Julho no seio do exercito, tinham sido, respectivamente de 66 e 84, aponta o mesmo autor.

Segundo os relatórios em Portugal, terão sido mortos 651 guerrilheiros e 1840 capturados contra 132 militares portugueses mortos.

A maioria das vítimas era mulheres e crianças, havendo entre os elementos capturados: 41 mulheres, 28 crianças e apenas 31 homens, quase todos velhos ou doentes. Também, as baixas causadas ao inimigo, armas e minas capturadas e palhotas destruídas.

### **Factores que Contribuíram para o Sucesso da FRELIMO**

Cervelló, citando o general Rangel de Lima (comandante da base aérea da Beira), refere que: “*foi uma operação feita para ir procurar o inimigo, para dar batalha, para conquistar as suas posições (SEARCH AND DESTROY). Mas os negros nunca actuavam assim, nunca se apresentaram frontalmente à batalha, desapareceram todos*”.

Cândido Mondlane (comandante da FRELIMO em Cabo Delgado) na altura do ataque a tomada da base de Beira, referiu que: “*não apanharam nada. Foi um fracasso para eles: os comandantes já tinham abandonado a base e nunca guardamos lá o nosso equipamento. Os portugueses limitaram-se a queimar as palhotas*”.

Era de facto difícil guardar segredos de uma ofensiva que envolvia o movimento de milhares de homens e enormes quantidades de equipamentos. Mas militarmente Tete constituiu a principal resposta estratégica da FRELIMO á operação. No último trimestre de 1970, a ofensiva portuguesa foi vencida em Cabo Delgado.

### **Críticas à Operação de Kaulza**

Apesar de Arriaga considerar a ofensiva de um sucesso, sofreu várias críticas, primeiro pelo General Costa Gomes, que considerou que a alteração da situação militar em Moçambique e o seu agravamento deveu-se a dois factores:

- A operação Nó Górdio que era muito negativa para Portugal, do ponto de vista da contra subversão: foi um erro, uma aplicação dos conceitos e guerra, clássica à guerra subversiva;
- Pelo desvio das forças militares, sobretudo do norte para a protecção da construção de

Cabora Bassa.

Para o general Pedro Cardoso, o tipo de guerra que se travava em Moçambique, não havia lugar para uma operação daquela natureza, por isso que Samora afirmou ter ganho a guerra. Arriaga, fez uma operação vultuosa consumidora de enormes meios (terrestres, artilharia e outros) mas não atingiu os objectivos por não ter conseguido alterar a situação subversiva que se vivia. Acrescenta ainda que foi uma “operação que só não foi um desastre espectacular porque o nosso adversário não tinha os mesmos meios para definir a vitória”.

Era seu parecer que se o general Arriaga tivesse pedido autorização para a realização da operação daquela envergadura, não teria sido autorizado porque a sua carta de Comando não o permitia. Faltava por isso, a fiscalização por parte de quem teria sido o autorizador. SOUTO, 2007:255/6.

Para Baltazar Rebelo de Sousa, a operação Nó Górdio fora aparentemente um sucesso pois conseguira empurrar para a Tanzânia, a “subversão” e conseguira “limpar o território dos Macondes. Mas tarde, a Frelimo recompusera-se voltando a fazer novas incursões naquele lugar e conseguir expandir-se para Tete, abrindo caminho para a Vila Pery.

Diz que Kaulza não perdeu a operação, apenas foi má para a defesa do ponto de vista portuguesa porque a entrada da subversão em Tete foi feita quase sem oposição pois a tropa portuguesa encontrava-se toda concentrada no norte o que se podia considerar o começo da desorganização de Moçambique. Por isso, Kaulza perdeu a guerra em Moçambique. P.256

Porém, o perfil e as propostas políticas de Kaulza não merecem a confiança do Governador-Geral de Moçambique, nem do civilista Baltazar Rebelo de Sousa. Consideram-no “um general político que se serve da guerra em Moçambique para realizar as suas ambições pessoais e de propaganda”. A sua estratégia militar ia de encontro à experiência acumulada pelos seus antecessores. Kaulza insistia em “fazer a guerra à maneira dos americanos, com o *search and destroy*” (CARVALHO, 2007:6/7).

**Até ao fim da sua vida, em 2004, Kaulza sempre afirmou que a operação fora um sucesso.**

Foi o período dos massacres: Wiryamu, Mucumbura, João, Chawola, Inhaminga e muito outro. Esses massacres só serviram, no entanto, para reforçar a vontade do povo em resistir à opressão colonialista.

Em Dezembro de 1972, o Comité Central da FRELIMO lançou a palavra de ordem que iria levar à queda do colonialismo em Moçambique: **“Ofensiva generalizada em todas as frentes”**.

A partir desta altura, a FRELIMO passou a controlar zonas cada vez maiores. Nas zonas libertadas consolidaram-se as novas estruturas: Comités Populares, hospitais, escolas e cooperativas. Desenvolveram-se a produção e o comércio.

### **A Participação da Mulher na Luta**

#### **A Formação da Organização da Mulher Moçambicana - 1973**

Foi no I Congresso que se começou a fazer menção ao papel da mulher na luta, tendo seguido à criação da Liga Feminina Moçambicana (LIFEMO) e mais tarde o Destacamento Feminino (DF). Entre 1967 a 1968, foi o período marcado por contradições ligadas ao papel da mulher na luta. Na primeira fase, as suas actividades limitavam-se aos aspectos organizativos.

O fracasso da organização deveu-se ao facto de esta ter sido criada no exterior, era autónoma e independente da FRELIMO. No II Congresso foi decidida a inclusão da mulher na luta. Contudo, com o avanço da luta o DF tornou-se inadequado, pois ficavam de fora as mulheres não

combatentes, por isso, a 20 de Fevereiro de 1973 realizou-se a Conferência da Organização da Mulher Moçambicana que culminou com a formação da OMM e esta foi definida como a organização democrática de massas ligada à FRELIMO.

Apesar desta conquista, após a independência, o seu papel voltou a ruir devido a não valorização da experiência da luta e à manutenção da discriminação nas diferentes áreas sócio-económicas e políticas.

A derrota causada pelo nosso povo aos militares portugueses e a crescente das forças progressistas e anti-fascistas portuguesas conduziram ao golpe de Estado militar que, em 25 de Abril de 1974, derrubou o fascismo em Portugal – A Revolução dos Cravos.

Após o golpe de Estado, em Portugal, os novos dirigentes portugueses declararam que o problema colonial deveria ter uma solução política e não militar, como pretendiam os fascistas. Esta declaração não significava, no entanto, que Portugal estava pronto a reconhecer o direito dos povos das colónias à sua independência e os seus movimentos de libertação que já lutavam há longos anos. O Comité Executivo da FRELIMO teve perfeita consciência desse facto e tomou posições claras.

Num importante comunicado, felicitou o povo português pela sua vitória sobre o fascismo, mas deu ordens às Forças Populares para intensificarem os combates até que o novo regime português aceitasse, incondicionalmente, entregar os poderes à FRELIMO e reconhecesse o nosso direito à independência.

Entretanto, o capitalismo português e o imperialismo tentaram, desesperadamente, arranjar soluções que salvassem os seus interesses. Foi assim que surgiram organizações fantoches (falsa) que agrupavam meia dúzia de reaccionários e oportunistas. Tinham como fim, opor-se à FRELIMO quando chegasse momento das negociações com Portugal. Eis os nomes de algumas dessas organizações: FICO, GUMO, Convergência Democrática, MACONEMO, FRECOMO, FUMO, MIMO, etc.

As massas populares do Rovuma ao Maputo, desmascaram os grupos fantoches e apoiaram a FRELIMO. Ao mesmo tempo, as forças intensificaram os combates e obrigaram o governo português a negociar.

O governo português foi, então, forçado a contactar a FRELIMO, propondo negociações que se iniciaram em Lusaka, no dia 5 de Junho de 1974.

Em 7 de Setembro de 1974 foi assinado em Lusaka, um acordo que fixava a transferência completa de poderes para a FRELIMO, fixava a data de 25 de Junho de 1975 para a independência e decretava o cessar-fogo.

Neste acordo o Estado Português reconheceu formalmente o direito do povo de Moçambique à independência e, em consequência, acordou com a FRELIMO o princípio da transferência de poderes, ou seja, transferência da soberania que detinha sobre o território de Moçambique (Cláusula 1). No âmbito dos mesmos acordos foi igualmente estabelecido que a independência completa de Moçambique seria solenemente proclamada no dia 25 de Junho de 1975, data que coincidiria, propositadamente, com o aniversário da fundação da FRELIMO (Cláusula 2).

Além dos princípios já enunciados (o da independência e o da transferência de poderes), os Acordos de Lusaka estabeleceram, relativamente ao território de Moçambique, o regime jurídico que vigorava durante o período de transição para a independência (período a iniciar com a assinatura dos acordos e a terminar com a proclamação da independência de Moçambique, Cláusula 3). Tal regime consistiu, essencialmente, numa bipartição de poderes sobre o território,

tendo-se confiado a soberania ao Estado português, representado por Alto Comissário (Cláusula 4) e governo ou administração á FRELIMO, a quem foi reconhecida a prerrogativa de designar não só o primeiro Ministro como também dois terços dos ministros do governo de Transição (Cláusula 6 e 7).

Estes acordos foram publicados em Lei 8/74, de 9 de Setembro, no Boletim Oficial das províncias ultramarinas – Boletim Oficial de Moçambique, I série, nº117, quarta-feira, 10 de Outubro de 1974 como se passa transcrever.

Reunidos em Lisboa, de 5 a 7 de Setembro de 1974, as declarações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado Português, com vista ao estabelecimento do acordo conducente á independência de Moçambique, acordaram nos seguintes pontos:

1. O Estado português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique á independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados.
2. A independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia da fundação da FRELIMO.
3. Com vista a assegurar a referida transferência de poderes são criadas as seguintes estruturas governativas, que funcionarão durante o período de transição que se inicia com a assinatura do presente Acordo:
  - a) Um Alto-Comissário de nomeação do presidente da república portuguesa;
  - b) Um Governo de Transição nomeado por acordo entre a frente de Libertação de Moçambique e o Estado português;
  - c) Uma Comissão Militar Mista nomeado por acordo entre o Estado português e a Frente de Libertação de Moçambique.
4. Alto-Comissário, em representação da soberania portuguesa, compete:
  - a) Representar o presidente da República portuguesa e o Governo português;
  - b) Assegurar a integridade territorial de Moçambique;
  - c) Promulgar os decretos-lei aprovado pelo Governo de Transição e ratificar aos actos que envolvem responsabilidade directa para o Estado português;
  - d) Assegurar o cumprimento dos acordos celebrados entre o Estado português e a Frente de Libertação de Moçambique e o respeito das garantias mutuamente dadas, nomeadamente as consignadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
  - e) Dinamizar o processo de descolonização.
5. Ao Governo de Transição caberá promover a transferência progressiva de poderes a todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique. Compete-lhes, nomeadamente:
  - a) O exercício das funções legislativa e executiva relativas ao critério de Moçambique. A função legislativa será exercida por meio de decretos-lei;
  - b) Administração geral do território até á proclamação da independência e a Reestruturação dos respectivos quadros;
  - c) A defesa e salvaguarda da ordem pública e da segurança das pessoas e bens;
  - d) Execussão dos acordos entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português;
  - e) A gestão económica e financeira do território, estabelecendo nomeadamente as estruturas e os mecanismos de controlo que contribuem para o desenvolvimento de uma economia moçambicana independente;
  - f) A garantia de princípios de não discriminação racial étnica, religiosa ou com base no sexo;
  - g) A reestruturação da organização jurídica do território.
6. O Governo de Transição será constituído por:
  - a) Um Primeiro-Ministro nomeado pela Frente de Libertação de Moçambique, a quem compete coodenar a acção do governo e representá-lo;
  - b) Nove Ministros, repartidos pelas seguintes pastas: Administração Interna; Justiça; Coordenação Económica; Informação; Educação e Cultura; Comunicações e Transportes; Saúde e Assuntos Sociais; Trabalho; Obras Públicas e Habitação;
  - c) Secretários e Subsecretários a criar e nomear sob proposta do primeiro Ministro, por deliberação do Governo de Transição, ratifica pelo Alto-Comissário;
  - d) O Governo de Transição definirá a repartição da respectiva competência pelos Ministros, Secretários e Subsecretários.
7. Tendo em conta o carácter transitório desta fase da acção governativa os Ministros serão nomeados pela Frente de Libertação de Moçambique e pelo Alto-Comissário na proporção de dois terços e um terço respectivamente.

8. A Comissão Militar Mista será constituída por igual número de representantes das Forças Armadas do Estado Português e da Frente de Libertação de Moçambique e terá como missão principal o controle da execução do acordo de cessar-fogo;
9. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português pelo presente instrumento acordam em cessar-fogo as zero horas do dia oito de Setembro de 1974 (hora de Moçambique) nós teremos do protocolo anexo.
10. Em caso de greve e perturbação da ordem pública que requeira a intervenção das forças armadas, o comando e coordenação serão assegurados pelo Alto-Comissário, assistido pelo Primeiro-Ministro, de quem depende directamente as Forças Armadas da Frente de Libertação de Moçambique.
11. O Governo de Transição criará um corpo de polícia encarregado de assegurar a manutenção da ordem e a segurança das pessoas. Até à entrada em funcionamento desse corpo o comando das forças policiais actualmente existentes dependerá do Alto-Comissário de acordo com a orientação geral definida pelo Governo de Transição...

Vencidos em todas as frentes, os colonos reaccionários tentaram no mesmo dia, na capital, um golpe pela força com o apoio de algumas forças portuguesas. Ocuparam a Rádio Clube de Moçambique (hoje Rádio Moçambique) e através de apelos radiofónicos tentaram negar os Acordos de Lusaka.

Reaccionários armados percorreram os bairros suburbanos, disparando, indiscriminadamente (sem distinção) assassinando a sangue-frio pessoas de todas as idades. A resistência popular e a firmeza da FRELIMO fizeram fracassar o golpe.

Uma outra tentativa reaccionária, a 21 de Outubro de 1974, foi igualmente controlada com rapidez pelas forças da FRELIMO, pelo povo e por algumas unidades do exército português.

Em 20 de Setembro de 1974, tomou posse o Governo de Transição composto por representantes da FRELIMO e de Portugal, segundo os Acordos de Lusaka. Dirigido por Joaquim Chissano, a sua tarefa principal foi de estender a todo o país o controlo da FRELIMO e as estruturas do poder popular. Para o efeito, foram criados em todos locais de trabalho e de resistência, os **Grupos Dinamizadores** através dos quais o povo começou a exercer os seus direitos políticos e o seu poder.

De Maio a Junho de 1975, a partir do norte do país, da localidade de Nangade, Samora Machel, presidente da FRELIMO, realizou uma viagem triunfal até a capital onde chegou nas vésperas da independência.

No Tofo, província de Inhambane, em Junho de 1975, reuniu-se o Comité Central da FRELIMO na sua última sessão fora das zonas libertadas, com objectivo de definir a natureza e os objectivos do novo Estado que iria nascer dentro de dias. Nessa sessão foi aprovada a I Constituição da República Popular de Moçambique e Samora Moisés Machel, presidente da FRELIMO, foi designado como Presidente da nova República.

Em 25 de Junho de 1975, Samora Machel proclama a independência da República Popular de Moçambique, com estas palavras:

*“Moçambicanas e Moçambicanos,  
Operários, camponeses, combatentes;  
Povo Moçambicano:*

*Em vosso nome, as zero horas de hoje 25 de Junho de 1975, o Comité Central da FRELIMO proclama solenemente a independência total e completa de Moçambique e a sua Constituição em*

É estabelecido um regime monopartidário sob a direcção da FRELIMO. Inicia-se a construção de um Estado Socialista, e, os principais sectores da economia são nacionalizados.

### **A Evolução Constitucional de Moçambique**

A História constitucional de Moçambique inicia a 30 anos com independência do país (1975). A questão principal que se impõe desde logo é de procurar se existe ou não uma lógica, um sentido desta história quer num progresso contínuo do Direito Constitucional para uma determinada perfeição na organização da sociedade político moçambicana, quer num círculo sucessivo de avanço, de regresso ou de estabilidade; ou se, pelo contrário, a passagem da primeira para a segunda resulta mais de eventos imprevistos (por exemplo, a guerra de desesdabilização) do que de necessidades psido-cietíficas. Por mais que sejam brilhantes as teses relativas à existência de “círculos constitucionais”, estas se contradizem muitas das vezes.

Em todo o caso a aparente descontinuidade inconstitucional moçambicana – a passagem da constituição de 1975 para 1990, por um lado, apresenta uma evidente continuidade em termos de práticas administrativas e de homens do poder, e, por outro lado, não impediu a justa-posição de “receitas jurídicas” somando-se umas às outras para chegar a uma aparente de “*patchwork*” que é a constituição de 2004 versão de 1990 em alguns elementos da Constituição Marxista-Leninista de 1975 coabitam com a constituição liberal democrático social de 1990. Esta continuidade manifesta-se, também, pela prepotência do poder executivo durante toda a história constitucional do país.

Tomando em conta todos estes aspectos, pode-se distinguir, esquematizando, dois períodos bastantes coerentes na História constitucional de Moçambique:

- Um período que vai da constituição de um “um poder unitário ao presidencialismo mono partidário”;
- E um outro que, partindo do presidencialismo mono partidário, caracterizam-se pelo surgimento de um “presidencialismo multipartidário”.

Não se deve pensar, por enquanto, que para cada um desses períodos, os factos jurídicos-históricos que acontecem foram sujeitos à “linearidade”. Pelo contrário, se houve um eixo central que norteou um período e que corresponde aos títulos das partes acima referidas, isto não significa que cada um dos factos jurídicos-constitucionais que aconteceram durante esses lapsos de tempo foi sujeito, religiosamente, ao paradigma central deste período. Houve várias tentativas de alterar ou ponderar esses eixos, as vezes com sucessos, o que faz com que a história constitucional moçambicana seja, ao mesmo tempo, rica e complexa; é isto que faz todo o seu interesse.

### **Exercícios**

1. Explica as condições criadas para o desenvolvimento da luta clandestina em Moçambique.
2. Explica por que razão Eduardo Mondlane é considerado “arquitecto da unidade nacional”.
3. Caracteriza a crise do colonial-fascismo.
4. Explica em que consistiu a “política de portas abertas” adoptada por Portugal.
5. Qual foi o significado histórico da derrota de Kaulza de Arriaga?
6. Explica a importância histórica dos Acordo de Lusaka.

### **A Independência Nacional: A República Popular de Moçambique**

Após a proclamação da República Popular de Moçambique, tempos difíceis aguardam a nova nação:

- Milhares de colonos portugueses abandonam o país;
- Pelo seu posicionamento na África Austral, Moçambique deu apoio solidário à luta do poder do Zimbabwe e ao ANC da África do Sul, o que fez com que rapidamente granjeasse inimigos na região: primeiro, na Rodésia do Sul e, depois, a República da África do Sul, países que tudo fizeram para impedir o desenvolvimento normal de Moçambique;
- Se a isso acrescentamos que a economia moçambicana, definida durante o período colonial como uma economia de serviços, associada à falta de quadros técnicos a todos os níveis produtivos, percebemos que o novo país foi conduzido a um caos económico.

Apesar desta situação, o governo da FRELIMO, no campo interno, decretou a nacionalização do ensino, da saúde, da habitação, da indústria, da banca e de diversas empresas transnacionais. A palavra de ordem era “**a luta continua**”.

No campo externo, optou pelo não-alinhamento e internacionalismo proletário, tendo sido membro fundador da Linha da Frente. Em 1976, encera as suas fronteiras com a Rodésia, apoiando a luta pela libertação do Zimbabwe. Em resposta, a Rodésia apoiou o Movimento de Resistência Nacional (MNR), que havia surgido no mesmo ano.

Em 1977, o país mergulha numa guerra de desestabilização que devastou totalmente o país, paralisando-o económica, política e socialmente.

## 5.1. As Estratégias Económica e Social (Internas)

Com a independência, verificou-se o abandono do país em massa dos colonos portugueses que levaram consigo bens pilhados, divisas, tecnologia, destruíram maquinaria e outras infra-estruturas. Por outro lado, a saída da mão-de-obra qualificada influenciou a continuação do desenvolvimento da economia caracterizada de uma indústria frágil. É neste contexto que no III Congresso da FRELIMO (1977), foi definida a política económica da República Popular de Moçambique, cujo objectivo central era satisfazer as necessidades do povo através do desenvolvimento planificado e harmonioso da economia nacional, com base nos recursos existentes.

É nesta perspectiva que, em 1979, começaram os trabalhos de preparação do **Plano Prospectivo Indicativo (PPI)**, cujo objectivo era acabar com o subdesenvolvimento no país num período de dez anos (1980-1990). O PPI fixava três grandes objectivos:

- Cooperativização do campo;
- O desenvolvimento do sector estatal agrário e a criação;
- Desenvolvimento da indústria pesada, particularmente ferro e aço.

O PPI foi implementado entre “escombros de propriedades abandonadas, geridas por quadros não qualificados, por cooperantes que pouco sabiam da realidade cultural e do comportamento dos camponeses”. Contudo, a euforia nacional pela independência facilitou as mobilizações para trabalhos voluntários e campanhas agrícolas e conseqüente subida da economia entre 1975/81.

A falta de mão-de-obra qualificada, a má gestão, a inesperienza dos técnicos a guerra com a Rodésia e a Renamo, contribuíram para o declínio da produção, a partir de 1981, e o decréscimo do nível de vida da população. Esta situação conduziu à integração de Moçambique em 1984 no Banco Mundial (BM) e no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com a morte de Samora Machel no dia 19 de Outubro de 1986, na sequência de um acidente aéreo, ainda não esclarecido, impediu-o de assumir a responsabilidade do Programa de Reabilitação Económica (PRE), no início de 1987. Este acabou por ser implementado por Joaquim Alberto Chissano, presidente nomeado em 1986.

Em 25 de Janeiro 1987, na 1ª sessão da Assembleia Popular foi aprovado o **Programa de Reabilitação Económica (PRE)**, cujo programa foi acordado com o BM e o FMI.

Foram definidos como principais objectivos: A reativação da produção, dando prioridade ao sector agrário e, em particular, ao sector familiar, com vista a assegurar os bens alimentícios, matéria prima para a indústria local, para a exportação e a redução gradual dos desequilíbrios financeiros, no âmbito do qual se incorem os projectos de lei do PEC/87, do Orçamento Geral do Estado.

O Programa assentava em três pressupostos principais:

- A comunidade internacional passa garantia os fundos em moeda externa para a importação de peças e sobressalentes, equipamento e assistência técnica, bem como para matérias-primas, materiais auxiliares e combustíveis;
- A guerra de desestabilização terminaria e a economia rural começaria a recuperar rapidamente;
- A produção industrial encontraria um mercado disponível para todo o seu produto. O programa abrangia também, teoricamente, uma série de medidas urgentes para que se verificasse a necessária transformação estrutural que permitiria, do ponto de vista económico, um desenvolvimento rural a longo prazo e sustentável do ponto de vista social.

A adopção do PRE representou uma inversão completa na política económica que vinha sendo seguida desde a independência: passa-se de uma economia centralizada, socialista, para uma economia de mercado, capitalista.

As medidas adoptadas pelo PRE tinham como finalidade a diminuição da intervenção do Estado na esfera económica e a criação de estímulos à iniciativa privada de empresários nacionais e ao investimento estrangeiro.

O PRE foi implementado num período de mudanças.

## Referências Bibliográficas

1. JOSÉ, A. e MENEZES, Paula M. G., Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologia, Desafios para a década de 90, Maputo: 1991.
2. PEREIRA, J. L. Barbosa, *História 12 – Pré-Universitário*, Longman Moçambique, 2010.
3. SERRA, Carlos (ed), *Historia de Moçambique – Parte I – Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300 – 1885*, Vol 1, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.
4. SOUTO, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para Estudantes de Historia de Moçambique*, Maputo, UEM/CEA, 1996.
5. AA.VV. *Da Aurora do Capitalismo às Vésperas da Primeira Guerra Mundial – 9 Classe*. Portugal, Asa, 1990.
6. AA.VV. *História de Moçambique – Agressão Imperialista*, Vol. 2, Maputo, Tempo/UEM, 1983.
7. ARPAC, *Vida e Obra de José Phahlane Macamo*, 2008;
8. ARPAC, *II Congresso da FRELIMO*, 2008.
9. ARPAC, *Vida e Obra de Tomás Nduda*, 2008.
10. BOHAEN, A. Adu (ed). *História Geral de África – A África Sob a dominação Colonial, 1880-1935*, Vol. VII, Paris, UNESCO/África, 1991.
11. HEDGES, David (ed). *História de Moçambique – Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*. Maputo, Departamento de História, UEM, 1993.
12. MEDEIROS, Eduardo da C. *História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836-1929)*, Maputo, 1997.
13. NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*, Publicações Europa-América, 1997.
14. MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo, Coleção Nosso Chão, 1995.
15. RANGER, T. *Iniciativas e Resistências Africanas em Face da Partilha e da Conquista*, In BOAHEN, A. Adu (Coordenador). *História Geral de África: A África Sob a Dominação Colonial, 1880-1935*, Vol. VII. S. Paulo, Ática e UNESCO, 1991.
16. ROCHA, Aurélio. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo*. Maputo, Texto Editores, 2006.
17. PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: Formação e Oposição 1854-1918*, Lisboa, Editorial Estampa, Vol. I, 1994.
18. SERRA, Carlos (Coord.). *História de Moçambique*, Vol. 1. Maputo, Livraria Universitária, UEM, 2000.
19. SOUTO, Amália Neves. *Guia bibliográfica para o estudante de História de Moçambique*, 1ª Ed., Maputo, Imprensa Universitária, UEM/CEA, 1996.
20. BOHAEN, A. Adu (ed). *História Geral de África – A África Sob a dominação Colonial, 1880-1935*, Vol. VII, Paris, UNESCO/África, 1991.
21. COELHO, João Paulo Borge: *As Fontes Coloniais Escritas no Estudo da Luta Armada de Libertação Nacional: Sobre uma Experiência de Investigação no Arquivo Histórico*. In *Arquivo Histórico (Moçambique)* 1 (1):33-39, Abril de 1987.
22. HEDGES, David (ed). *História de Moçambique – Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*. Maputo, Departamento de História, UEM, 1993.
23. MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo, Coleção Nosso Chão, 1995.
24. MONDLANE, Eduardo Chivambo. *Movimento de Libertação de Moçambique*, in: *Arquivo Histórico: Maputo (Moçambique)*, 5:5-13, Abril de 1989.
25. NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*, Publicações Europa-América, 1997.
26. PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: Formação e Oposição 1854-1918*, Lisboa, Editorial Estampa, Vol. I, 1994.
27. PEREIRA, J. L. Barbosa, *História 12 – Pré-Universitário*, Longman Moçambique, 2010.
28. ROCHA, Aurélio. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o*

- Estudo das Origens do Nacionalismo*. Maputo, Texto Editores, 2006.
29. SERRA, Carlos (Coord.). *História de Moçambique, Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores 200/300 – 1885, agressão imperialista*, Maputo, Livraria Universitária, UEM, Vol. I, 2000.
  30. SOUTO, Amália Neves. *Guia bibliográfica para o estudante de História de Moçambique*, 1ª Ed., Maputo, Imprensa Universitária, UEM/CEA, 1996.

Crimildo J. Mutemba - Email: [mutembacrimas@gmail.com](mailto:mutembacrimas@gmail.com)